TERCEIRA MARGEM AMAZONIA

7

TERCEIRA MARGEM AMAZONIA

7

Volume 2 – Número 7
Manaus, de 2016

REVISTA TERCEIRA MARGEM AMAZÔNIA

EDITOR RESPONSÁVEL PELA EDIÇÃO

Roberto Araújo Martins

ORGANIZAÇÃO DA EDIÇÃO
Roberto Araújo Martins
Ocimar Marcelo Souza de Carvalho
Edane França Acioli
Lindomar de Jesus de Sousa Silva

CONSELHO EDITORIAL

Alberjamere Pereira de Castro - UFAM
Alison Castilho - BIONORTE
Carla Kelen de Andrade Moraes - UFRA
Céline Raimbert – Univ. Sorbonne Nouvelle/ Paris 3
Cristiane Barroncas M. Costa Novo - UEA
Francimara Souza da Costa - UFAM
Genival Carvalho - ACER (In memoriam)
Gilmar Antônio Meneghetti - EMBRAPA
José Guilherme de Carvalho - FASE
José Olenilson Pinheiro - EMBRAPA
Leonardo Malcher - UFPA
Marcos Filipe Alves Salame - EMBRAPA
Maria Albenize Farias Malcher - IFPA
Maria Luana Araújo Vinhote - UFAM
Mauro André Castro - UFPA
Miguel Pacifico Filho - UFT
Ocimar Marcelo Souza de Carvalho
Pedro Chaves Baía - IFPA
Rafael Gastal Porto - EMBRAPA
Roberto Araújo Martins - NAEA/UFPA
Rogerio Almeida - UFOPA
Rosa Rocha – GESPAFIR/CNPq
Tânia N. O. Miranda – UFPA

CONSELHO CIENTIFICO

Adriano Premebida - UFRGS
Ana Maria O. Tancredi Carvalho-UFPA
Armando Lírio de Souza - UFPA
Edane França Acioli – 3R
Farid Eid - UFPA
Gutemberg A. Diniz. Guerra NCADR /UFPA
Heloísa Fernandes - USP
Henrique dos Santos Pereira - UFAM
Jeronimo Alves dos Santos - UFSCAR
José Aroudo Mota - IPEA
José Camilo Ramos de Souza - UEA
Josep Point Vidal - NAEA/UFPA
Lindomar de Jesus de S. Silva – Embrapa
Maria do Socorro Ferreira - EMBRAPA
Maria Marize Duarte - UEPA
Maria Goretti da C. Tavares - EMBRAPA
Mario Vasconcellos Sobrinho - UFPA
Martine Droulers – Univ. de Sorbonne Nouvelle / Paris 3
Maurilio de Abreu Monteiro - UNIFESSPA
Milton Cordeiro F. Filho - NUMA/UFPA
Roberto Marinho A. Silva - UFRN
Romero Ximenes – UFPA
Saulo Baptista - UEPA
Saint-Clair C.da Trindade Júnior-UFPA/NAEA
Terezinha de Jesus Pinto Fraxe - UFAM
Vilma Barban - Instituto Pólis

EQUIPE TÉCNICA

Imagem da capa: Thainá Guedelha Nunes
Projeto Gráfico: Daniel Moraes
Revisão: Roberto Araújo
Secretaria: Verônica Fernandes Brito

A presente edição está sob a responsabilidade do grupo de estudo e pesquisa sobre Agricultura familiar, inovação, Sustentabilidade e ruralidade – GEPAFISR/CNPq/EMBRAPA.

Revista Terceira Margem Amazônia é um veículo de registro e divulgação de trabalhos interdisciplinares resultantes de estudos, pesquisas e experiências sociais que versem sobre assuntos relacionados direta ou indiretamente à Amazônia, estimule o intercâmbio e o debate entre a comunidade acadêmico-científica e atores sociais e contribua para a produção de conhecimentos sobre a região. A revista publica textos originais e inéditos em português, espanhol, inglês e francês. Adota a avaliação anônima por pares (*peer review*) para trabalhos submetidos às seções: artigos originais e de revisão, resenhas, notas de pesquisa, conferências e, eventualmente, dossiês temáticos, volumes especiais e/ou suplementos.

Indexadores

Sumários.org
Academia.edu

Contatos

Revista Terceira Margem Amazônia
Rodovia AM-010, Km 29,
Estrada Manaus/Itacoatiara 69010-970
Caixa Postal 319 Fone: (92) 3303-7800
Fax: (92) 3303-7820 – Manaus-AM
e-mail: editor@revistaterceiramargem.com/revistaterceiramargemamazonia@gmail.com
Submissão de artigos
Homepage da revista: www.revistaterceiramargem.com

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

Terceira Margem Amazônia / Outras Expressões. - v.2, n.7
T315 -- São Paulo: Outras Expressões, 2016-v.. : il. : 23 cm.

Semestral
ISSN versão impressa: 2238-7641
ISSN versão online: 2525-4812
O vol. 1, nº 1 desta Revista foi publicado em agosto de 2012
1. Ciências Sociais – Periódicos. 2. Ciências sociais aplicadas – Periódicos. I. Outras Expressões, Ed;

CDD 300 (05)

SUMÁRIO

Editorial 7

Apresentação 9

CORPUS

Teorias do desenvolvimento e estratégias do desenvolvimento sustentável - apontamentos 13
Francisco de Assis Costa

O texto como interação e representação social 79
Geldes de Campos Castro

A exclusão contemporânea da periferia na Amazônia 103
Bento Gustavo Sousa Pimentel; Maria Olinda Silva de Sousa Pimente

Da degradação à elitização: processos de exclusão social e ambiental em Belém 139
Ana Cláudia Duarte Cardoso; Thales Barros Miranda; Patrick da Costa Rocha

Ilha de Outeiro: memórias e ressignificações 167
Heliana Rodrigues Bitencourt

Etnomatemática e construção naval: saberes de geometria de carpinteiros navais da Amazônia 187
Ligia Francoise Pantoja; Rodrigo Erasmo da Conceição Silva; Dulcilene Freitas Palheta; Silvia Maria Leal Albuquerque

A implementação da gestão democrática na escola pública após a LDB 9394/96 205
Daniel Rodrigues Palheta

O novo design didático do curso elaboração de projetos e a ressignificação da prática pedagógica a partir do uso das TICS 229
Roberto Araújo Martins

Práticas sociais de letramento e prática social: o trabalho infantil na terra firme 249
Júlia Antônia Maués; Larissa Gabriela Souza Almeida; Marcos da Silva Crus; Talyssa Mires Gesta Malcher

Lazer e turismo em jardins botânicos urbanos: bosque Rodrigues Alves, Belém/Pará/Amazônia – conhecer para preservar! 261
Silvia Laura Costa Cardoso

A avaliação longitudinal no PARFOR Pará: leitura de uma realidade 273
Janae Gonçalves; Ocimar Marcelo Souza de Carvalho; Glaucia de Nazaré Baía e Silva

Seção especial: Belém 400 anos

Turismo receptivo em Belém do Pará: uma analise sobre seus potenciais, a partir das agências de viagens e turismo 299
Blenda Aline Farias Barbosa; Thayná Darlling Quaresma Lisboa; Glauce Vitor da Silva

"Rancho": escola de samba, patrimônio cultural e cidadania, em Belém do Pará 315
Alana Maria Ferreira Borges

Produção e organização do espaço urbano: impactos socioambientais na orla da estrada nova de Belém 337
Fabricio César da Costa Rodrigues; Maria de Fátima Fonseca

Uma análise interdisciplinar sobre a diversidade cultural expressa no patrimônio histórico da cidade de Belém..... 375
Eliézer Miranda da Silva Junior

PRÁXIS

Entrevista com Ronaldo Lima Araújo: o " *...professor faz parte da solução e não do problema da educação básica"* 399

EDITORIAL

A Revista Terceira Margem Amazônia pretende ser um veículo de registro e divulgação de trabalhos interdisciplinares resultantes de estudos, pesquisas e experiências sociais que versem sobre assuntos relacionados direta ou indiretamente à Amazônia, estimule o intercâmbio e o debate entre a comunidade acadêmico-científica e atores sociais e contribua para a produção de conhecimentos sobre a região.

O escopo da revista contempla duas partes, batizadas de Corpus e Práxis. O Corpus será estruturado em quatro seções dedicadas à produção científica: artigos, notas de pesquisa, resenhas, resumos de teses e dissertações. A Práxis agrupa duas seções destinadas a expor ideias e práticas no formato de entrevistas e debates.

Por que Terceira Margem Amazônia? A escolha do nome da revista passou por um cuidadoso debate e foi escolhido por a expressão terceira margem evocar outro caminho, acrescentando-se ao final a palavra Amazônia, por ser o locus privilegiado pela revista. Terceira Margem é o título de um conto de Guimarães Rosa que expressa a necessidade de olhar a realidade para além de uma perspectiva dual ou mecânica do certo ou errado. É na perspectiva de pensar de forma interdisciplinar a Amazônia e compreender toda a sua diversidade, que o nome Terceira Margem foi escolhido para expressar o pensar amazônico, a partir de suas várias matrizes e do que é peculiar à região. Foi uma expressão usada por Benedito Monteiro quando se referiu ao debate dos problemas socioambientais da Amazônia, em que as questões não se explicam somente pela margem direita ou pela margem esquerda (dos rios), e sim, por serem partes de uma complexidade sistêmica, se explicam a partir de uma Terceira Margem (nos rios).

Edane Acioli
Gutemberg Guerra

APRESENTAÇÃO

Saudando nossa querida Belém quatrocentona a Revista terceira Margem Amazônia, em sétima publicação, lança um olhar interdisciplinar sobre a educação básica do Estado do Pará e sobre o patrimônio histórico da sua capital. Essa homenagem, mais que oportuna, reflete a produção científica dos autores selecionados, que travam o debate sobre a realidade educacional e patrimonial como elemento importante para o desenvolvimento amazônico.

Essa situação especial levou o Conselho Editorial a promover pequenas mudanças na estrutura da publicação objetivando aproveitar ao máximo a qualidade dos textos enviados. Excepcionalmente, não apresentaremos algumas seções, como a Debate e Resumos. O CORPUS é composto por doze artigos abordando questões relevantes envolvendo a educação nas dimensões da gestão, planejamento, aspectos pedagógicos, avaliação e práticas de ensino, assim como estudos sobre a Belém Urbana e Insular.

Uma seção especial com três artigos sobre Belém e seu patrimônio material e imaterial foi inserida na primeira parte, que conclui com uma nota de pesquisa. Na seção práxis, apresentamos uma entrevista com o Prof. Dr. Ronaldo Araújo Lima, do Instituto de Educação da Universidade Federal do Pará.

O primeiro artigo, do Professor Francisco Costa (NAEA--UFPA), discute didaticamente aspectos da relação entre concepções de desenvolvimento próprias das ciências econômicas com os desafios, teóricos e práticos, contidos na noção de desenvolvimento sustentável. Dado o ineditismo e a importância das reflexões do autor apontadas para o desenvolvimento regional, o texto foi publicado na íntegra, o que resultou em uma redação mais longa e em formato diferenciado dos demais artigos.

O professor Geldes Castro apresenta no segundo texto uma reflexão sobre o trabalho docente com gêneros textuais na formação de professores. Bento Pimentel e Maria Olinda Pimentel discutem, no terceiro texto, modelos teóricos de desenvolvimento de viés endógeno em áreas agricultáveis evidenciando a problemática na realidade ribeirinha.

A forma como diferentes racionalidades consideram os espaços públicos verdes na área de expansão de Belém é assunto do artigo de Ana Cardoso, Thales Miranda e Patrick Rocha. A ilha de Outeiro, seus lugares e significações é apresentado por Heliana Bitencourt. A interconexão do ensino com a realidade vivenciada é mostrada por Lígia Pantoja, Rodrigo Silva, Dulcilene Palheta e Silvia Albuquerque no sexto artigo por meio da Etnomatemática.

A gestão pública e democracia é discutida por Daniel Palheta no estudo da implementação da LDB 9394/96. O conceito de Design Didático e formação de professores em serviço e abordada pelo professor Roberto Martins no oitavo artigo. Práticas sociais e letramento infantil em um bairro de Belém é apresentado no artigo de Júlia Maués, Larissa Almeida, Marcos Cruz e Talissa Malcher. Lazer e turismo em espaços públicos é objetos de uma pesquisa exploratória de Sílvia Laura no décimo artigo. No décimo primeiro artigo, o professor Wander Cardoso apresenta um experimento envolvendo "Computação na Nuvem" com estratégia no processo de ensino e aprendizagem. A seção encerra com o artigo versando sobre a gestão do PARFOR no Pará e os desafios enfrentados pela formação superior na Amazônia.

A seção especial em homenagem a Belém do Pará, Blenda Barbosa, Thayná Lisboa e Glauce Silva apresentam, no primeiro artigo, as potencialidades e ameaças relacionadas ao turismo receptivo em Belém. No segundo artigo Alana Borges analisa o conceito de patrimônio cultural por meio das práticas sociais da Escola de Samba Rancho Não Posso me Amofiná. Encerramos a seção com o artigo de Fabrício Rodrigues e Maria de Fátima Fonseca analisando as formas de produção e organização do espaço urbano e seus impactos na bacia da Estrada Nova, bairro de Belém do Pará.

Em Nota de Pesquisa, Eliézer Miranda da Silva Junior analisa o patrimônio histórico de Belém como híbrido pela diversidade cultural em relação a outras cidades brasileiras.

Na seção PRÁXIS, apresentamos a Entrevista com o professor da Universidade Federal do Pará, Dr. Ronaldo Lima Araú-

jo, que discorre sobre a complexidade do ensino básico no Brasil e no Pará, abordando questões jurídicas, políticas, administrativas e pedagógicas que constituem o sistema educacional. Face o momento de grave ruptura institucional em que vive o país, a entrevista contribui para compreensão dos reflexos dessa crise no sistema de educação, sobretudo no ensino médio, que passa por mudanças bruscas e obscuras.

A revista terceira Margem Amazônia felicita seus colaboradores pela importância dos textos submetidos e deseja a todas e todos uma ótima leitura.

Roberto Araújo Martins

CORPUS

TEORIAS DO DESENVOLVIMENTO E ESTRATÉGIAS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - APONTAMENTOS

Francisco de Assis Costa[1]

INTRODUÇÃO

Este texto objetiva discutir aspectos da relação entre concepções de desenvolvimento próprias das ciências econômicas com os desafios, teóricos e práticos, contidos na noção de desenvolvimento sustentável.

Sobre o desenvolvimento sustentável, a discussão dos últimos quarenta anos confirmou o enuciado clássico: refere-seao desenvolvimento social que alia eficiência econômica, equidade social e sustentabilidade ambiental, significando, este último atributo, que os usos que as gerações presentes fazem da base natural não devem comprometer a capacidade desses fundamentos em atender as necessidades das gerações futuras (Sachs,1993; Alier, 1994).

Trata-se, claramente, de anseio moral e ético - de um ideário, pois - que, entretanto, mediante as claras indicações de insustentabilidade do industrialismo capitalista, isto é, do desenvolvimento fundado na industrialização, da agricultura, inclusive, sob o comando da razão capitalista liderada pelo capital financeiro, vigente em plano mundial, vem ganhando forças, com expressões políticas e institucionais. O que artigo trata, na seção 1, de como as ciências econômicas vêm reaginda a isso: em uma perspectiva, discute o movimento de ideias que levou à percepção

1 Professor e pesquisador do NAEA/UFPa. E-mail: francisco_de_assis_costa@yahoo.com.br

do desenvolvimento econômico (sub-seção 1.1) como processo controlável (sub-seção 1.2), inclusive no que se refere às implicações ambientais (sub-seção 1.3); noutra perspectiva, apresenta as posições simétricas da economia políticaque vêma dimensão ambiental do processo do industrialismo capitalista como contradição, no seio de um antagonismo insuperável representado pela entropia na natureza derivada da atividade humana sob esse modo de produção (sub-seção 1.4).

Na seção 2, o artigo apresenta, tendo como referência a Amazônia, possibilidades estratégicas orientadas por uma heterodoxia econômica em formação, de políticas econômicas compatíveis com o ideária do desenvolvimento sustentável. Nas duas primeiras sub-seções da seção 2, se contrapõe a perspectiva entrópica (sub-seção 2.1) à negentropia da coevolução (seção 2.2), para em seguida indicar, criticamente, possibilidades intermediárias de desenvolvimento sustentável (sub-seção 2.3). Em relação a isso, aponta mudanças promissoras em andamento (sub-seção 2.4) e outras por fazer (sub-seção 2.5), as quais, sob orientação de convergências teóricas que vêm se fazendo nas ciências econômicas em torno das teorias do desenvolvimento endógeno, poderão mobilizar capacidades produtivas a serviço do desenvolvimento sustentável. O artigo encerra com considerações sobre o conjunto das reflexões.

1.DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E NATUREZA: HISTÓRIA E CONTRADIÇÃO

1.1. Desenvolvimento: Conceitos seminais

Todas as disciplinas das ciências da sociedade têm se preocupado com os tensos processos que. A economia, em particular, fundou-se como disciplina tentando entender o que mais tarde veio a ser sintetizada no conceito de desenvolvimento: a dinâmica de mudanças que têm marcado a formação das sociedades modernas. A noção de desenvolvimento econômico associa, segundo Celso Furtado (1977), em obra clássica sobre a matéria

que orientará fundamentalmente esta sub-seção, três noções seminais: a idéia de riqueza de uma coletividade (nacional, regional, local), a de crescimento da riqueza (coletiva) e a da capacidade endógena de aumentar a riqueza (coletiva).

Riqueza privada e riqueza coletiva. Nas sociedades ocidentais anoção de riqueza se associava historicamente à condição privada. Assim, pessoas - senhores, príncipes, reis, mercadores, burgueses etc. - eram ricas. Com a formação do Estado-nação e sua preeminência sobre todas as outras formas de organização social e política, a idéia foi extrapolada para coletivos, permitindo a Adam Smith, o pensador considerado fundador do pensamento econômico moderno, a utilização e elaboração da expressão riqueza das nações – mote do título de sua principal obra.

Riqueza e crescimento da riqueza. A idéia de riqueza, contudo, que se deriva da contabilidade patrimonial privada, excluía tradicionalmente duas dimensões da produção social (=coletiva): a que resulta da ação do tempo e a que aflora da troca de mercadorias intangíveis. A contabilidade patrimoniall privada refere-se a um estoque de bens considerado num momento dado, enquanto o esforço produtivo de uma coletividade não pode ser definido fora do tempo, pois ele não se limita a gerar bens suscetíveis de serem estocados. Os serviços, por exemplo, só têm existência real se considerada sob a forma de fluxo, isto é, mediante o tempo de sua ocorrência.

A fim de unificar os dois conceitos – o de estoque de bens e o de fluxo de serviços – os economistas criaram o conceito complexo de renda, que corresponde à remuneração (ou ao custo) dos fatores utilizados na produção de bens e serviços. Do ponto de vista da análise econômica foi dado um passo decisivo quando se definiu o conceito de fluxo de renda, cuja expansão é suscetível de expressão quantitativa, para a visualização da riqueza social de um modo que incorpora sua dimensão tangível e intangível. Desde então, a riqueza das nações corresponderia ao montante desse fluxo em cada momento. Com isso,pode-se raciocinar com o crescimento das nações, uma vez que este poderia ser medido pelo ritmo de expansão desse fluxo.E, muito importante, pode-se

refletir, também, sobre a eficiência das nações nesse processo: o que poderia ser observado pelo que ocorre com a relação entre o fluxo de renda e os fundamentos de trabalho necessários para sua existência – isto é, pelo que se passa com a renda per capita. A renda per capita tem sido aceito como o melhor indicador do processo de desenvolvimento de uma economia.

As limitações dos conceitos são óbvias: eles reduzem o complexo processo das mudanças históricas a expressões muito simples. Mas as vantagens são também inegáveis: com eles tornou-se possível dizer algo sobre processos que pela sua extensão e complexidade até então só se podia enunciar impressões. E, como faz questão de sublinhar Celso Furtado na obra citada, mesmo na sua singeleza quantitativa, o conceito de desenvolvimento não se restringe à idéia de crescimento. Ele compreende esta noção, superando-a.

Articulando duas condições, a de crescimento da produção coletiva e concomitante elevação da capacidade produtiva média dos membros deste coletivo, o conceito pressupõe transformação no todo social, uma vez que a ocorrência conjunta desses fenômenos exige normalmente aumento da divisão social do trabalho, com a elevação e melhoria do estoque de meios de produção e incremento do aprendizado dos trabalhadores, técnicos e empresários – pela elevação das habilidades respectivas na composição do que vem sendo chamado mais recentemente de capital humano.

Ao mesmo tempo, olhando pelos resultados das mudanças, a noção de desenvolvimento envolve o aumento e complexificação das múltiplas necessidades de uma coletividade (alteração no perfil da demanda, na perspectiva da economia), as quais sofrem ação permanente de uma variada gama de fatores sociais e institucionais que se extendem para muito além da análise econômica estrita, sendo o tema do conjunto das ciências da sociedade. No todo, François Perroux (1965:155), em feliz síntese, define o desenvolvimento como "a combinação de mudanças mentais e sociais de uma população que se mostra apta a fazer crescer cumulativa e duravelmente seu produto real global".

1.2.O desenvolvimento não é sina, e história: E produto da continua interação interação enter decisões, ações e estruturas

A noção de desenvolvimento comporta dois movimentos sistemicamente interconectados. De um lado, o aumento continuado da riqueza de um coletivo complexo que deriva sua eficiência da divisão social do trabalho e da mudança correlata nos fundamentos do trabalho – meios e processos de produção. De outro, aumento na complexificação das necessidades. Permeando os dois movimentos, mudanças associadas às pessoas (aos agentes no jargão da economia) tanto na capacidade de acompanharem as exigências da crescente divisão do trabalho, quanto nas suas estruturas de valores e carências. Acionando o conjunto,se encontram as decisões dos agentes e os mecanismos de coordenação, de indução e de propagação dessas decisões (Argyrous, 2002; Nell, 2002).

Os processos econômicos não são constituídos nem de decisões totalmente autônomas, nem de decisões totalmente induzidas. As decisões são tomados com graus de liberdade variados, de acordo com as posições dos agentes nas diversas estruturas – instituições, como empresas, famílias e organizações da sociedade ou do Estado – que coordenam aspectos diferenciados da reprodução social. As empresas são estruturas de governança (Williamson,1985) na esfera da produção; as famílias na esfera do consumo; o Governo na esfera da formação do capital social e da garantia dos mecanismos globais de troca, etc.

Quanto maior o grau de autonomia de um processo de decisão, maior sua importância no processo de desenvolvimento. Podemos relacionar pelo menos três grupos de decisões relevantes para questões de desenvolvimento.

a) As relacionadas com o plano de utilização da renda destinada ao consumo imediato e que pode ser parcialmente poupada; estas decisões constituem a substância da teoria do comportamento do consumidor (Argyrous, 2002).

b) As relacionadas com a transformação de um conjunto de recursos econômicos em outro conjunto de recursos considerados mais raros; com elas se preocupa a teoria da produção (Nell, 2002);

> c) As relacionadas com a alocação, em função de um horizonte temporal, do produto não destinado ao consumo imediato e que deve ser utilizado para expandir a capacidade produtiva; estas decisões, estudadas em relação com as anteriores, constituem a matéria da teoria do desenvolvimento (Furtado, 1977).

As decisões dos consumidores são importantes em dois sentidos: na distribuição da renda entre poupança e consumo e, neste, entre as diversas possibilidades de consumo.

As decisões do produtor são decisivas, pois delas derivam os diversos usos das possibilidades dadas na economia e na sociedade.

> As decisões sobre a alocação do excedente são fundamentais em relação ao desenvolvimento, porque, primeiro, elas são o nexo entre disposições privadas e necessidades coletivas naquilo que diz respeito à mais concreta manifestação da eficiência econômica da sociedade: a formação de excedente. Segundo porque elas são a ponte entre o presente e o futuro – o quanto, o que e como se produzirá no futuro depende da forma como se aloca hoje o excendente: a poupança da coletividade.

Vê-se, com isso, que políticas públicas que visem influenciar no desenvolvimento terão que afetar, de maneira coerente, os processos decisórios dos diversos grupos de agentes. Isto não é tarefa simples, sobretudo pelas seguintes razões:

> 1. As decisões são tomadas por grupos de agentes diferentes, com interesses por vezes fortemente divergentes.
> 2. O sistema econômico capitalista, assentado amplamente nas necessidades de lucro das empresas e na busca compulsiva por posições diferenciadas na concorrência, não é naturalmente dotado de mecanismos que produzam (sempre) sinergia, que levem os diversos processos decisorios à convergência necessária para a obtenção dos melhores resultados para todos – para o coletivo.
> 3. Daí que, por exemplo, a poupança coletiva que eventualmente se obtém a partir do primeiro grupo de decisões, por se fazer mediante os anseios e necessidades do homem comum, não se

converte automaticamente em investimentos reais, não é objeto mecânico das decisões que se fazem no terceiro grupo (no grupo dos que controlam as empresas) - no âmbito dos empresários, esses agentes especiais de cuja disposição não apenas depende o crescimento (Keynes, 1970) como o desenvolvimento (Schumpeter, 1988). Dai que:
3.1. Conspiram as incertezas em relação aos negócios no futuro;
3.2. E eternas dúvidas quanto aos ganhos derivados de aplicações em capital social – em infraestrutura: tanto as tangíveis, quanto as intangíveis.

De modo que, desde as descobertas de Keyenes em meados do século XX, desenvolveram-se inovações institucionais para uma presença decisiva do Estado através de políticas monetárias e fiscais, planos públicos de investimento em infraestrutura física e ciência e tecnologia, parcerias público-privadas, etc. visando manter a economia em desenvolvimento – isto é, crescendo e elevando a produtividade do trabalho por ela aplicado. Consolidou-se a idéia de que a economia capitalista é instável, porém controlável no rumo do pleno emprego e do progresso técnico contínuo.

1.3. O desenvolvimento da sociedade industrial-capitalista é controlável, também no que se refere às questões ambientais

Os economistas enunciaram, até aqui, que desenvolvimento (economicamente eficiente!) é crescimento com aumento da produtividade. À medida que cresce a produtividade aumenta o fluxo da renda real, isto é, a quantidade de bens e serviços à disposição da coletividade. Por outro lado, o aumento concomitante das remunerações provoca nos utilizadores da renda, reações tendentes a modificar o perfil da procura. Por conseguinte, para compreender o desenvovimento econômico – e para atuar sobre ele (com vistas à sustentabilidade?) - é necessário conhecer tanto o processo de aumento da produtividade, como o comportamento dos agentes que utilizam a renda em expansão. Nessa perspectiva, se afirma, também, que o sistema econômico capitalista

dispõe de um poderoso mecanismo de regulação, o mercado, que ajusta as proporções das variáveis fundamentais. Tal mecanismo falha, contudo, sob muitas circunstâncias, exigindo mecanismos institucionais de correção. Aplicando governo onde falha o mercado e mercado onde falha governo, alternando laissez faire e leviatã, cumprir-se-ía um trajeto evolutivo de modernidade: se alcançaria o desenvolvimento como condição de perene aperfeiçoamento.

Os problemas ambientais seriam tipicamente daqueles para os quais os mecanismos de mercado são cegos – incapazes que se mostram em captar o que não pode ser expresso monetariamente. Os impactos ambientais sobre os componentes de uma sociedade, das atividades econômicas de produção e consumo, têm sido tratados como externalidades (Comune, 1994; Romeiro, 1998; Serrôa da Mota, 2005): isto é, vistos como resultados não refletidos nos preços de mercado. Como tal, tratar-se-ia de efeitos que, uma vez reconhecidos como danos e prejuízos, poderiam ser corrigidos pela internalização na estrutura de custos e preços das empresas dos efeitos externos por elas provocados.

Nessa ótica, formulam-se estratégias para atingir a sustentabilidade ambiental. A partir de dois princípios: o de que há um estado de poluição ótimo para todos, sociedade e agente, aceitável em condições de equilíbrio geral atestado por ótimo de pareto; e o de que é possível atribuir ao poluidor/usuária do meio ambiente o custo eqüivalente do dano por ele causado. Partindo daí, criam-se dois tipos de instrumentos:

> a)Instrumentos de Controle que atuam fixando parâmetros técnicos para as atividades econômicas. Estabelecimento de níveis de emissão e de licenciamento ambiental são exemplos desse tipo de instrumento.
> b)Instrumentos Econonômicos que atuam diretamente nos custos da produção e consumo. São eles de dois tipos:
> b.1. Precificação: corrige o preço de mercado de um bem ou serviço de tal forma i) que esse se torne equivalente ao valor social; ii) que financie um nível de receita desejado para cobrir custos de provisão de investimento ou iii) com vista a mudar o comportamento do agente econômico.
> b.2. Criação de mercado: altera, via alocação e comercialização,

o direito de uso do recurso ambiental (conf. Serrôa da Mota, 2005).

1.4. A noção de insustentabilidade como uma dimensão das contradições do industrialismo capitalismo

Há vertentes da economia, entretanto, que vêem de forma muito crítica as posições acima enunciadas. A economia política, por exemplo, argumenta que o sistema econômico capitalista tem apresentado trajetórias marcadas por pelo menos três características que tornam seu futuro mais incerto do que fazem crer os keynesianos, ou, mais precisamente, as vertentes orientadas pela chamada "síntese neoclássica de Keynes". A respeito, sugerem autores como Nicholas Georgescu-Roegen (1971) e Elmer Altvater (1995) três questões principais.

Primeiro, que a dinâmica de crescimento-desenvolvimento industrial-capitalista é determinada por forças compulsivas que, sob a lógica do próprio sistema, não reconhecem limites: o desenvolvimento não tem um fim previsto. Se há alguma variável com limites rígidos, como o limite incontornável da base natural do planeta, nas equações desse processo, ela faz freiar, levando mesmo a capotar desatrosamente todo o bólido.

Segundo, que a evolução do sistema é processo desequilibrado, que acentua diferenças entre as pessoas de uma mesma nação e entre as nações. O sistema amplia assimetrias de toda ordem: de propriedade (capital físico, tangível) e de capacidade (capital humano, intangível).

Terceiro, que se trata de processo conduzido por lógica cega em relação a muitos aspectos da vida – todos aqueles com dificuldade para serem valorados no sistema de valores com o qual a economia trabalha.

Dentre estes últimos, dá-se destaque às questões relativas à natureza. Nesse aspecto, a visão apresentada no segmento anterior seria limitada, uma vez que parte do princípio de que todo dano pode ser equilibradamente compensado, que todo impacto pode ser contrafeito. Apontam eles para o fato de que há mudanças de qualidade, produzidas pelo industrialismo capitalista nos

fundamentos naturais da vida, que são irreversíveis.

Em primeiro lugar, porque tais mudanças estão associadas à exaustão de estoques de recursos naturais orgânicos ou inorgânicos (capital natural para Costanza, 1994). Os estoques de matérias inorgânicas levam milhões de anos para se formarem; os estoques de matérias orgânicas milhares, no mínimo centenas de anos.

Em segundo lugar, tais estoques têm qualidades próprias: os materiais inorgânicos são matérias estruturadas de baixa entropia (Georgescu-Roegen, 1971), portanto, capazes de produzir trabalho e, assim, ser útil à vida humana; os estoques orgânicos (por exemplo, um ecossistema natural de fauna e flora), além de serem matéria com baixa entropia são, sobretudo, enquanto ecossistema (Odum,1988), estoque de biodiversidade- é dizer, de vida biológica em suas múltiplas interações entre si e com o ambiente físico que a circunda e conforma.

O consumo destes estoques, se conclui, não é apenas mero ato de conversão equivalente de matéria em energia - cuja soma total sempre será a mesma, como nos ensina a primeira lei da termodinâmica - mas também o ato de transformar matéria altamente estruturada em matéria degradada, dejetos (cambiar matéria de baixa entropia por matéria de alta entropia - esta última inútil ou mesmo prejudicial para a vida humana). Implica, tal ato, além do mais, numa perda de qualidade da própria base natural da vida - expressano aumento da sua entropia (desordem) total - como formula a segunda lei da termodinâmica. Na medida em que os estoques utilizados não se repõem no horizonte de muitas gerações, tais mudanças têm um caráter de irreversibilidade quando observadas no tempo próprio (Brüseke, 1990) da reprodução humana.

A produção de recursos naturais, por seu turno, a cada momento depende da capacidade instalada no planeta para a transformação de luz solar em matéria orgânica. O volume de luz solar é abundante, mas só uma ínfima parte é transformada em matéria orgânica capaz de alimentar a vida. O paradigma tecnológico do industrialismo capitalista para elevar essa capacidade

apresentou dois caminhos:

> a) O de potencialização dos solos, tanto pela seleção de espécies vegetais que maximizem tal transformação, quanto pela artificialização dos ciclos de nutrientes das plantas com a utilização intensa da química inorgânica e
> b) O de potencialização do trabalho humano pela crescente utilização de energia fóssil nas tecnologias mecânicas de preparação do solo e de colheita dos produtos.

As mudanças daí decorrentes elevaram de forma monumental a capacidade de produção de matéria orgânica no planeta. Mas atrelaram essa capacidade precisamente à utilização intensa e crescente dos estoques irrecuperáveis de matériasorgânicas e inorgânicas e à simplificação dos ecossistemas com efeitos crescentes na sua instabilidade, na sua qualidade para a reprodução humana e no seu custo energético. O aumento da capacidade de produção de recursos orgânicos de reprodução humana implica, portanto, ao mesmo tempo, numa ampliação da entropia global, num incremento da desordem que ameaça a própria vida. Eis a contradição dos tempos presentes. Eis a dimensão social dos recursos naturais que a discussão do desenvolvimento sustentável coloca. Eis, por fim, a explicitação teórica da condição insustentável do desenvolvimento sob a égide da modernidade industrial-capitalista.

Em síntese: os impactos do desenvolvimento industrial-capitalista não se resumiriam a meras externalidades corrigíveis na direção de um equilíbrio; tal desenvolvimento imporia crescentes tensões até o ponto da insustentabilidade, da ruptura irrecuperável, do caos. Isso porque, a natureza, que contribui na totalidade dos processos produtivos, em todos os seus momentos, e para todos seus resultados, só consegue se expressar no valor das coisas quando está em cena componentes seus que, de um modo ou de outro, tornaram-se propriedade de alguém. Não é este o caso de aspectos fundamentais da reprodução do mundo. Os circuitos vitais da natureza – o circuito de carbono, o circuito do hidrogênio, o circuito do nitrogênio, o circuito da

água, etc. –, não reconhecem senhor: pessoas ou nações. Ora, se se tem um sistema que cresce compulsivamente, cuja essência é moldada pelas necessidades do capitalismo industrial e financeiro, cuja única razão de ser é a expansão; se nesse esforço cego de crescimento se precisa, em todo momento, de elementos da natureza; se nessa tensão se produz endogenamente riqueza em proporções correlatas à pobreza... Se tudo isso é verdadeiro, o ideária do desenvolvimento sustentável – um desenvolvimento economicamente eficiente, socialmente justo e ecologiacamente prudente – está na contramão (da história) do sistema.

Há, nessa perspectiva, estratégias de contrarrestação? Para Altvater (1995), sim. Duas grandes condições teriam que ser atendidas para que se reduza a entropia do sistema:

> 1. Que se supere institucionalmente a dura cisão entre classes e nações, que se supere a "sociedade do apartheid" por uma diferenciação institucional dotada de multiplicidade de modos de vida sociais, em uma sociedade baseada nos princípios da igualdade, da liberdade e da participação. Que se superem, enfim, por instituições apropriadas, os fundamentos das assimetrias que aprofundam as condições de insustentabilidade, por formas de participação ampla, que incorpore nas decisões estratégicas do sistema não apenas as necessidades empresariais industriais e financeiras (Altvater, 1995:282) – não apenas, por outra parte, as necessidades dos paises hegemônicos nesses campo.
> 2. Que se reduzam o suprimento de recursos naturais e a descarga de emissões tóxicas, reduzindo radicalmente (por decisões políticas, não necessariamente corroboradas pelo mercado) o peso dos posíveis danos ecológicos do industrialismo sobre as esferas da natureza.

Trata-se de programa reconhecidamente normativo. Pois, é sabido, "A organização de estruturas econômicas e sociais coerentes permite ser sustentável apenas de modo condicionado – somente enquanto não se colide com as restrições sistêmicas externas, sobretudo o princípio do lucro, a competitividade, a imposição das condições objetivas". Mesmo assim, a conclusão

do autor é simples e realista: "Ser sustentável, inclusive sob concepção ampla, constitui uma norma digna de ser efetivada, mas que só pode se converter em realidade na medida em que as instituições básicas da sociedade não sejam consideradas sacrossantas. Isto se refere, naturalmente, também às instituições da nova (des)ordem mundial..." (Altvater, 1995:295-296).

2. A DINÂMICA SOCIAL REGIONAL E A QUESTÃO DA SUSTENTABILIDADE DO DESENVOLVIMENTO NA AMAZÔNIA

2.1. O ponto de vista dos "entropistas"

A perspectiva de que é endógeno ao sistema capitalista, é da sua natureza a produção sistemática de entropia, isto é, a elevação continuada da desordem do mundo – ampliando as desigualdades sociais e os riscos de destruição das bases naturais da vida, tem uma leitura sobre o desenvolvimento da Amazônia. Stephen Bunker (1985), buscando uma nova interpretação da história do subdesenvolvimento da Amazônia, propôs a reformulação das abordagens sobre as relações entre desenvolvimento (dos países industrializados do centro) e subdesenvolvimento (das regiões periféricas do capitalismo) com base precisamente na disponibilidade e utilização dos estoques de matéria de baixa entropia identificando, aí, nos primeiros, um tipo de economia que define como *economia produtiva* e, nos segundos,*economias extrativas*. O que explicaria as diferenças já verificáveis e a sua provável ampliação no futuro não seria apenas a transferência de valor das regiões periféricas para as centrais (como enunciavam as diversas teorias da dependência e das trocas desiguais), mas, sobretudo, a transferência da energia contida nas matérias obtidas em regiões periféricas por métodos puramente extrativos para utilização produtiva (que implica na transformação e utilização social da energia física nelas contidas e suas derivações) nos países centrais. Os recursos naturais - como coisa, não como valor - de uma região (da Amazônia, por exemplo) tornam-se

força produtiva (energia ou matéria transformada para potenciar o trabalho humano) em outra região. Considerado o caráter irreversível dos resultados, à região extrativa seriam simplesmente suprimidas as possibilidades sociais associadas à utilização futura de tais recursos. Os ganhos econômico-financeiros, limitados pelas tensões desfavoráveis às regiões periféricas no mercado mundial (Altvater, 1987) - pela sempre presente deterioração dos termos de troca entre matérias primas e produtos industriais (agora de alta tecnologia), pelas condições do mercado financeiro e pelas crises de endividamento - não seriam suficientes para formar *linkages* indutores de processos donsistentes de fortalecimento da sociedade local em todas as suas instâncias.

No todo, ter-se-ia, nos termos de um"fordismo fossilístico" (Altvater, 1993), o aumento da entropia - tanto pela perda de matérias estruturadas, quanto pela formação de dejetos inaproveitáveis, não importando onde geograficamente ocorra cada momento do processo -, com o fortalecimento da capacidade produtiva e da complexidade e eficiência social dos países importadores de matérias de baixa entropia e enfraquecimento das sociedades delas exportadoras. Ter-se-ia, assim, ao mesmo tempo, o aumento da entropia física associado com o aprofundamento das desigualdades estruturais entre os homens - um aumento, pois, da insustentabilidade da sociedade global sob o industrialismo por uma completa inadaptação das sociedades humanas modernas às condições gerais da natureza sobre a terra e às condições amazônicas em particular.

As estratégias para o desenvolvimento sustentável colidem com a natureza do sistema – seriam uma quimera (Altvater, 1995).

2.2. O ponto de vista da coevolução

Ao lado de uma economia política que enfatiza os grandes fluxos de valor e os vincula aos fluxos igualmente macro de energia e matéria, recompondo a unidade entre dinâmicas sociais e natureza pela noção termodinâmica da entropia e sua aplicaçãoàs

formas de utilização da natureza em escala global, desenvolvem-se, no trato de processos sociais na Amazônia, proposições teóricas de integração sociedade-natureza que salientam a lógica e resultados da *adaptação* das populações humanas às condições estabelecidas pela natureza em processos coevolutivos e negentrópicos (que negam a entropia).

A primeira abordagem pressupõe que os processos de decisão quanto ao uso da natureza, suas formas e objetivos, ocorrem em contextos caracterizados por exterioridade e alienação entre sociedade e natureza. E a resposta da natureza - a entropia -, não obstante real, é de difícil percepção pelos agentes participantes dos processos, posto que muitas vezes deslocada no tempo e no espaço em relação ao tempo e espaço de seus fundamentos. Por esta perspectiva, são necessárias escala global e visão de longo prazo, para que se perceba a extensão da inadaptabilidade e o grau de insustentabilidade do uso social dos recursos naturais de regiões específicas, como a Amazônia.

A segunda abordagem, que nos chega organizada pela ecologia humana (Morán, 1990), expõe as possibilidades, demonstradas porgrupamentos humanos, de adaptação às condições dadas pela natureza originária na Amazônia. As possibilidades de convívio entre sociedade e natureza, *esta basicamente observada como estoque de biodiversidade*, é a motivação central de um programa científico, cuja ambição metodológica principal é compreender como interagem cultura e natureza na conformação dos usos sociais dos recursos, procurando não sucumbir a qualquer pré-determinação, nem da cultura (determinismo cultural) nem da natureza (determinismo ecológico) sobre a configuração histórica do convívio, que nesse sentido pode ser visto como *coevolução* sustentada por permanente e inacabado processo de adaptação. A dinâmica desse processo, a reprodução das sociedades locais e seu desenvolvimento, será tanto mais sustentável, quanto mais baseada na utilizaçãopreservadora de elementos originais da natureza. Sua escala de percepção é micro e meso, não obstante capaz de generalizações para grandes ambientes ecológicos como os de várzea, em domínios de rios de águas pretas ou

brancas, e os de terra firma na Amazônia.
Sua empiria de referência são as populações tradicionais da Amazônia - índios e caboclos.

2.3. Da parcialidade das proposições

Essas proposições têm influenciado de modo marcante a discussão sobre desenvolvimento e sustentabilidade na Amazônia nas últimas décadas. Elas têm o inquestionável mérito de expor aspectos fundamentais da realidade amazônica e suas relações com o mundo. Nisso, porém, ou a Amazônia, a sua história, é *apenas* um capítulo dramático na dinâmica de entropização em níveis local e global, comandada pelo mercado mundial, ou ela é o *locus* da demonstração, por populações com longo convívio com a natureza originária, de possibilidades adaptativas preservacionistas.

A polaridade de tais posições tem dificultado a absorção da questão da sustentabilidade nas discussões sobre desenvolvimento no Brasil e na Amazônia, uma vez que nãoabriga as mais urgentes carências do país e da região. Importa pensar o desenvolvimento com sustentabilidade para a Amazônia: que é *locus* de reprodução/solução de problemas agudos do País, como a pobreza; que é espaço de diferenciação ascendente/descendente dos atingidos pelos processos de modernização desigual nas áreas de colonização antiga do País; que é o núcleo do conflito secular entre propriedade latifundiária e formas camponesas de ser e produzir; que é momento de fortalecimento/enfraquecimento do capitalismo autoritário;que é suporte de vias democráticas/ autoritárias de modernização... .

Em tal agenda terá destaque, em lugar da polarazição insolúvel entre co-evolução e entropização final, as *possibilidades intermediárias* de utilização dos recursos da natureza: usos transformadores, porém não predadores da natureza originária e usos preservadores, economicamente eficientes.

2.4. As possibilidades de desenvolvimento com sustentabilidade na Amazônia[2]

Do que vimos até aqui, um desenvolvimento sustentável alia a condição de economicamente eficiente – isto é, baseado em crescimento econômico com produtividade crescente, como se destacou na seção 1 – com a de prover justiça distributiva, sem comprometer os fundamentos naturais da existência da sociedade, agora e no futuro. Para o crescimento com produtividade crescente, uma estratégia de desenvolvimento sustentável deve mobilizar os agentes públicos e privados para que os meios necessários sejam arregimentados: para que investimentos se realizem elevando a produção do conjunto e a capacidade produtiva de cada componente do processo. Para que justiça distributiva seja feita a par do crescimento da eficiência econômica, é necessário que a nova capacidade produtiva eleve correspondentemente a média da qualidade da vida dos envolvidos, reduzindo concomitantemente a variância, isto é, as diferenças entre as partes. Tal processo será ecologicamente prudente se em nenhum momento a eficiência economica depender da destruição de fundamentos naturais da vida.

Trata-se de propósito de difícil equacionamento, nos alertam os entropistas, posto que os constrangimentos da eficiência econômica tendem a subordinar tudo o mais. Historicamente, a razão do lucro, quando fartamente servida, aliena o homem e a natureza. Nas sociedades periféricas, isto tem produzido uma supressão de capacidade física, uma transferência de recursos, sem gerar, na proporção necessária, capacidade produtiva. Ao final, ter-se-á o aprofundamento das assimetrias, das diferenças de capacidade e de qualidade de vida – nos pontos centrais do sistema, produtividade cada vez mais elevada, com correspondente melhoria nas condições de vida; na sua margem o contrário.

Isso significa para a Amazônia o risco de que venha a perder seu principal tesouro – uma ecologia impar em todo o globo,

2 Esta seção se fundamenta em Costa, 2005b.

com mega biodiversidade e complexidade sem igual, absorvedouro de carbono e fator de equilíbrio climático – sem auferir nada em troca. Para esta possibilidade histórica nos apontam os entropistas. E contra isso devem se desenvolver estratégias de ação.

A consciência dessas questões na sociedade brasileira teve um momento particularmente importante na Constituição de 1988, quando, com o Fundo Constitucional de Desenvolvimento doNorte (FNO), se delineou uma nova política econômica para a Região. Tratava-se de oportunidade sem precedentes, a qual, em sua primeira fase, que cobre a primeira década do século corrente, enseja uma reflexão sobre outros caminhos, sobre outras possibilidades estratégicas para a promoção do desenvolvimento sustentável.

2.5. O FNO como inovação institucional

Instituições, ensina Douglas North, um proeminente autor da Nova Economia Institucional (NEI), "...são o filtro entre os indivíduos e o estoque de capital [a soma das disponibilidades em capital físico, capital humano e capital natural] e entre este e a produção e distribuição de bens, serviços e renda (1981:4-5 e 201). " Criado em 1988, o Fundo Constitucional de Desenvolvimento do Norte (FNO) é parte do que North entenderia ser a "mais fundamental restrição organizacional do sistema econômico": as *regras constitucionais*, no que se refere ao seu objetivo de "especificar um padrão de distribuição de riqueza e renda" (North, 1981: 205)[3].

Com efeito, o artigo 159, I, c, da Constituição Federal determinou que 3% das receitas da União deveriam ser aplicadas em programas de financiamento de setores produtivos das regiões consideradas as menos favorecidas do País. A regulamentação pela Lei nº. 7.827, de setembro de 1989, estabelece as propor-

3 Douglas North atribui mais duas funções primordiais de uma constituição: o deespecificar um sistema de proteção em um universo de Estados em competição e o de assentar as bases para um sistema de regras operacionais para reduzir custos de transação no setor econômico.

ções de distribuição do Fundo entre as três regiões contempladas: 0,6% para o Norte, 0,6% para o Centro-Oeste e 1,8% para o Nordeste. O mencionado estatuto estabelece que os recursos devem dar preferência aos mini e pequenos produtores para implementação de sistemas produtivos ecologicamente adequados. Indica, ao mesmo tempo, um conjunto de regras operacionais que dão autonomia ao gestor local. Assim, no caso da Região Norte, por uma parte permite ao Banco da Amazônia S.A. (BASA) aplicar os recursos por critérios que lhe pareçam apropriados às especificidades locais; por outra, obriga-o a responder pela inteireza do Fundo. Entretanto, a Medida Provisória nº. 1.727, de novembro de 1998, reduziu o risco do Banco para apenas 50%, atribuindo ao Fundo os 50% restantes (Rezende, 1999:9-10).

De 1989 a 2000, em fluxo regular, dado que os fundos constitucionais não estão sujeitos à disciplina orçamentária instituída para a política agrícola desde 1988, por montantes médios anuais de R$ 355 milhões a Secretaria do Tesouro Nacional repassou R$ 3,9 bilhões para as contas do Fundo no BASA (Brasil, 2001: preços correntes).

A Nova Economia Institucional e o problema da mensuração

Entendendo instituições como conjuntos de regras, procedimentos de controle e normas de coerção do comportamento individual com vistas à maximização de objetivos de atores coletivos (pequenos ou grandes grupos – comunidades ou classes) ou particulares (indivíduos, agentes), a NEI enunciaria que os contratos produzidos em torno do FNO (da sociedade e Estado brasileiros com o BASA e deste com os diversos grupos e agentes que acessam ou medeiam o acesso ao crédito) deveriam objetivar a maximização de uma "utilidade" especial, a saber: maior eqüidade entre as regiões pelo desenvolvimento mais rápido da Região Norte comparativamente ao resto do País. Nesse sentido, tais contratos deveriam produzir convergência entre as decisões dos atores coletivos que se fariam obedecendo a resultados de cálculos de custo/benefício social, a percepção coletiva de que

abrir mão dos recursos do FNO foi (mais que) compensado pelo desenvolvimento da Região, e aquelas decisões dos agentes, para as quais prevaleceriam cálculos de custo/benefício privado, cujos melhores resultados dependeriam crucialmente da redução de custos, tanto daqueles associados à produção, quanto dos outros originados nas transações (Williamson, 1985:15-19).

Contudo, que percepção da "utilidade desenvolvimento" orientaria as decisões de maximização dos sujeitos coletivos? Como verificar o cumprimento dos contratos em que, grosso modo, o conjunto da sociedade brasileira, enquanto sociedade civil e sociedade e política (Estado), se obriga a entregar recursos a custo zero para uma tecno-burocracia intitulada BASA, em troca da melhoria da eficiência produtiva e das condições da existência social na Amazônia?

Temos aqui um exemplo típico daquilo que a NEI reconhece como *problema de mensuração*: as dificuldades postas pela racionalidade limitada e pelo oportunismo – i. e. pelo conhecimento insuficiente e pela disposição pressupostamente latente nos agentes de não cumprir um contrato se o custo que se presume derivar da retaliação for menor que o ganho com a ruptura do acordo - para a formulação do contrato, para o acompanhamento e para controle do processo, do qual emergirá a utilidade contratada (Williamson, 1985:80). A questão pode ser posta assim: como posso saber *o quanto* meu contraparte desviou-se do acordado se prevaleceu sua natureza oportunista, dado ser o meu conhecimento limitado para estabelecer precisamente o que quero e para avaliar com exatidão o que foi feito?

A aplicação de recursos sociais com as características do FNO tem, de início, um *problema de mensuração,* na medida em que a "utilidade desenvolvimento", seu objeto contratual, comporta diversos significados, gerando, tal fato, "ambigüidades de atributos e performance" (Williamson, 1985:2). A resolução de tal problema exige um quadro conceitual em que se explicitem os atributos do desenvolvimento que se busca maximizar e que se estabeleçam as formas de sua percepção.

A constituição histórica de uma nova "utilidade-desenvolvimento" para a Amazônia

Antes da Constituição de 1988 e da vigência do FNO, o fomento do desenvolvimento da Amazônia se fundamentou, desde a grande investida da Operação Amazônia promovida pela Ditadura Militar em 1966, na política de incentios fiscaisconduzida pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). É conhecido o conteúdo conceitual da noção de desenvolvimento que prevaleceu ao longo dessas duas décadas nas relações hierarquicamente – autoritariamente - organizadas entre estado nacional e sociedades amazônicas: a maximização de uma macro-função de produção que se ajustasse ao desequilíbrio peculiar à dotação de fatores da região, caracterizada por abundância de terras e escassez de trabalho e capital (Costa, 1994). O capital, ai, é estritamente capital físico. A natureza, percebida pelas suas partes assim classificadas: mata = madeira; solo = suporte de agropecuária homogênea; subsolo = minério. O trabalho direto, desqualificado; o trabalho de gestão = empresarial; relação de propriedade = latifundiária (propriedades de grande extensão). Integrado a isso, o "contrato" gerido pela SUDAM previa as formas de percepção e avaliação: as grandezas médias de renda (renda percapita, por exemplo) e as taxas de incremento do PIB.

Há acentuadas divergências nas avaliações que se fizeram do "contrato" mediado pela SUDAM, a depender dos diferentes focos: as análises que observaram o "desenvolvimento" pelas estruturas privilegiadas dos grandes projetos agropecuários detectaram um rotundo fracasso, dado que a rentabilidade ou por razões de oportunismo (especulações, transferência interregional de renda, etc. – conf. Gasquez e Yokomizo, 1990; Gasquez e Vilaverde, 1991) ou por razões de conhecimento insuficiente (problemas técnicos e de gestão – conf. Costa, 2000) era negativa, nula ou muito baixa; por seu turno, às análises que utilizaram as variáveis macroeconômicas pelas *proxies* do PIB foi possível argumentar com uma correspondência entre a "utilidade" con-

tratada e a obtida.
É o caso dos veementes argumentos de José Marcelino Monteiro da Costa (1992), os quais se resumiriam no seguinte julgamento: não é justo esperar mais de um contrato que prometeu exatamente o que vejo – crescimento rápido do PIB e alguns pressupostos e derivações infraestruturais.

Essas duas posições constituiram as referências, na segunda metade dos anos oitenta, por ocasião dos debates da Constituinte, no que se refere ao contrato gerido pela SUDAM: para os que observavam a questão na primeira perspectiva, ele deveria ser rompido, pois sumidouro de recursos públicos; para os que o viam na segunda perspectiva, ele deveria ser mantido, pois indutor de crescimento do PIB (= desenvolvimento).

Nos últimos anos da década de oitenta, a recolocação da grave questão das desigualdades sociais (realçada na recorrente menção à "dívida social" do País que caracterizou discursos influentes na "Nova Republica"), e a definitiva introjeção da questão ambiental nos assuntos amazônicos tornou insustentável a segunda posição: aquela que entende ser o crescimento do PIB uma indicação suficiente do desenvolvimento.

O realce das questões sociais correspondeu ao impacto das demandas reprimidas ao longo do regime militar, que se caracterizou por um "...estilo de desenvolvimento excludente, concentrador da riqueza, do poder, do consumo e da renda" (Henrique, 1993:275 e 278). As regiões periféricas apresentavam-se, cada vez mais nitidamente, como expressões fortes, avultadas, da iniqüidade geral, não perceptíveis pelas médias de variáveis macroeconômicas. Quanto ao relevo assumido pela dimensão ecológica do desenvolvimento brasileiro e amazônico e a sua representação como questão incontornável às discussões sobre desenvolvimento regional, demonstrei em outro lugar uma evolução por dois movimentos observados ao longo da década de oitenta (Costa, 1992 e 2000). O primeiro, que se inicia na primeira metade da década e arrefece com a proximidade do seu final, foi conduzido por setores da sociedade civil críticos em relação aos efeitos deletérios no "mundo da vida" (Habermas, 1987), produzidos pelo

industrialismo (domínio da "razão técnica") capitalista no Brasil, na Amazônia e no mundo. As organizações não governamentais são, ai, atores proeminentes. O segundo movimento marca a passagem da questão ambiental do âmbito da sociedade civil e da política pontual para o seio do Estado e para a grande política, para a política sistemática. O ano de 1988, ano em que diversas gestões de governo puseram o tema da proteção das florestas tropicais na agenda da reunião do G7, em París, data, claramente, o início dessa nova fase.

De modo que, no final dos anos oitenta e início dos anos noventa, também para nós no Brasil se estabeleceram conceitualmente os *atributos de um novo tipo de desenvolvimento*.Como um ideário, que, todavia, considerava a trajetória histórica de países que lograram umaevolução consistente na qualidade da vida material, os atributos de eficiência econômica, eqüidade social e prudência ecológica (Sachs, 1991) se estabeleceram como definidores do *desenvolvimento sustentável*. Em passo seguinte, se detalharam tais condições: trata-se de eficiência econômicaque garanta o uso continuado do capital natural e eqüidade social expressa em equilíbrio intra e inter-geracional.

O FNO e a nova "utilidade-desenvolvimento" para a Amazônia

As circunstâncias mencionadas produziram uma configuração do FNO que considerava elementos do *ideário do desenvolvimento sustentável*. A Lei No. 7.827, como já se mencionou, propugnava sua aplicação orientada à equidade social e a formas de produção ecologicamente sustentáveis, ao lado de se demonstrarem capazes de garantir retorno positivo, de serem economicamente viáveis. Observado assim esse estatuto seria um passo na institucionalização do ideal da sustentabilidade.

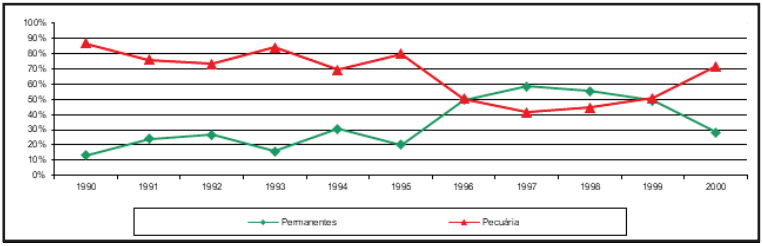
De fato, já aqui se encaminhava uma solução para o *problema de mensuração*: estar-se-ia maximizando a (nova) "utilidade desenvolvimento" na medida em que as aplicações do Fundo se fizessem em sistemas produtivos diversificados, baseados fundamentalmente em culturas permanentes e, por isso, com maior

esperança de sustentabilidade econômica e ecológica; afigurava-se altamente conveniente que os gestores de tais sistemas fossem os produtores familiares rurais, dado se reconhecer neles credores da dívida social da modernização do capitalismo autoritário brasileiro (Velho, 1976), excluídos que foram da política gerida pela SUDAM.

Esta formulação implicava inversões profundas na orientação da política de desenvolvimento regional de base agrária: no lugar da pecuária de corte, culturas perenes; no lugar das grandes empresas e fazendas, as unidades familiares de produção; no lugar de sistemas homogêneos, sistemas diversos. Ademais, a proposta convergia com vários dos fundamentos preconizados por recentes teorias do desenvolvimento endógeno (Krugman, 1995, 1998; Porter, 1989; Barquero, 2001; Conti, Giaccaria, 2001), que valorizam as bases locais – as aglomerações, o capital humano e o capital natural como o cerne de processos duradouros de progresso econômico e social.

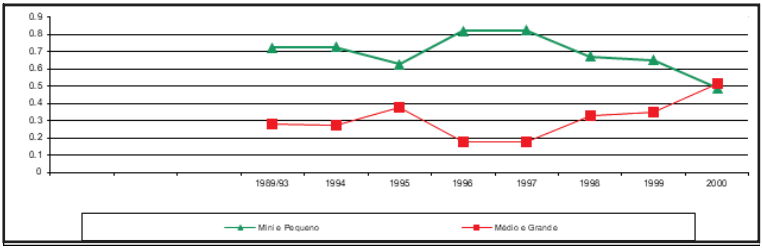
A substituição da unidade estrutural *pecuária-grandes emprestadores* pelo binômio *culturas permanentes-pequenos emprestadores* ademais de apontar para um desenvolvimento com raízes mais profundas, indicaria a possibilidade de tê-lo ecologicamente prudente e com capacidade de formação e distribuição de renda: o *pressuposto constitucional*, a nova utilidade-desenvolvimento formalizada na Lei nº 7827/89.

Gráfico 1 – Evolução da participação dos financiamentos do FNO para pecuária e para culturas permanentes1, 1990 a 2000



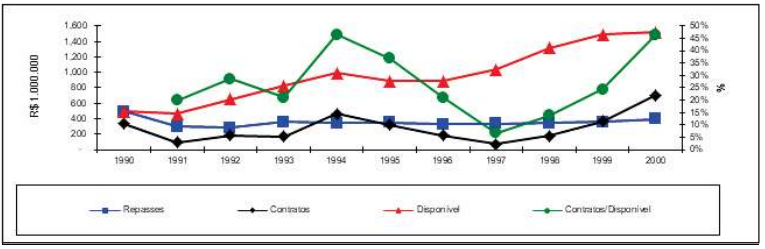
Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional, Relatórios do BASA, Santana, 2000. Notas: 1 As percentagens consideram a soma dos crédito para culturas permanentes e para pecuária como 100%. Considera-se, para issso, que todos os demais itens de crédito para o setor rural distribuem-se proporcionalmente a essas duas parcelas: isto é, que as culturas temporárias financiadas foram intercalares para cultura permanente ou pasto; que os investimentos em infra estrutura e que as aplicações tecnológicas serviram às permanentes ou à pecuária proporcionalmente aos pesos dos créditos respectivos.

Gráfico 2 – Evolução da participação dos financiamentos do FNO por porte do beneficiário, 1989 a 2000



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional, Relatórios do BASA.

Gráfico 3 – Evolução dos repasses anuais, dos contratos de crédito e do disponível1, em comparação com a evolução do valor percentual dos créditos contratados em relação ao disponível (taxa de eficiência bancária) do FNO, 1990 a 2000



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional, Relatórios do BASA, Santana, 2000. 1 Saldo de um ano t-1, mais repasses do ano t, menos contratos de crédito no ano t. As disponibilidades aqui não consideram, portanto, os retornos de empréstimos passados. Os valores estão em Reais de 2001.

Ambigüidades de atributos e de performance e o oportunismo na prática do FNO

A prática do FNO produziu a grande mudança? Os arranjos que se fizeram em torno do Fundo implementaram a preferência pelos mini e pequenos produtores rurais e pelos sistemas produtivos ecologicamente adequados à Região, como preconizava a Lei No. 7827 de 1989?

A análise das séries relativas à aplicaçã do FNO até o ano 2000 mostra o seguinte (ver Gráficos 1 a 4):

> De 1990 a 1995 as aplicações fizeram-se dominantemente para a pecuária (oscilações em torno de 80%, com ligeira tendência de queda), com uma participação importante, porém decrescente, dos mini e pequenos emprestadores (observe-se os portes elevado que se designavam a essas categorias até 1992, conf. Tura, 2000:39).
>
> De 1995 a1998 a participação relativa dos financiamentos para culturas permanentes, que com oscilações variara de 10% para 20% nos 5 anos anteriores, chega a 60%, produzindo uma redução correspondente na participação da pecuária. Nesse período, a participação dos mini e pequenos produtores cresceu significativamente situando-se acima dos 80%.

De 1998 a 2000 cai rapidamente a participação das permanentes para aproximadamente 30%. No mesmo período, a proporção de mini e pequenos cai acentuadamente, empatando com a dos médios e grandes produtores.
A relação entre os valores emprestados e as disponibilidades do Fundo, relação conhecida no mercado financeiro como *taxa de eficiência bancária* é baixa, não superando os 50% em qualquer ano.
A *taxa de eficiência bancária* cresce no primeiro período, cai no segundo e volta a crescer no terceiro.

Em suma, a realidade do FNO não foi a da afirmação veemente de nova base de desenvolvimento. No primeiro período, prevaleceu a "velha" unidade estrutural *pecuária-grandes emprestadores*; no segundo período teve primazia a unidade estrutural *culturas permanentes-pequenas emprestadores* e, no terceiro período, voltou a se afirmar o binômio *pecuária-grandes emprestadores* como fundamento destacado da política do FNO. Há, pois, no exercício das relações concertadas pelo FNO uma tensão clara entre o modelo do uso extensivo – excludente, concentrador, redutor extremado da biodiversidade – e o modelo de uso intensivo dos recursos naturais – baseado na diversidade botânica e nas capacidades difusas do trabalho camponês, vencendo, na maior parte do tempo, o primeiro deles: precisamente aquele cuja interpelação deveria ser a razão de ser do FNO.

A taxa de eficiência bancária expressa essa tensão na medida em que aumenta quando o modelo a superar prevalece e reduz quando, ao contrário, é o novo modelo que assume a proeminência. Ela indica, assim, existirem, atuando sobre o FNO, forças que confirmam o que deveria ser negado e negam o que deveria ser confirmado na perspectiva de um novo estilo de desenvolvimento para a Região. Como explicar tal paradoxo?

Há duas versões para a história contada pelos dados acima, a depender o do ponto de vista que assume a narrativa. Elementos de uma tecnocracia que se entende ciente das necessidades regionais e solidária com os mais humildes, esclarece sua adesão imediata ao novo tipo de desenvolvimento preconizado na

Lei No. 7827 e sua satisfação em dispor de instrumentos para contra-arrestar o modelo depredador e excludente com o qual foi obrigado a pactuar, como coadjuvante, é claro, no primado da SUDAM[4]. Aduz, todavia, ser a mudança portadora de enormes riscos, com os quais tem que lidar profissionalmente. A preparação das novas regras exigia adequação dos contratos aos novos clientes e produtos e necessário se fazia garantir as salvaguardas das instituições de pesquisa e extensão, cujashabilidades garantiriam a mais alta probabilidade de maximização da nova "utilidade desenvolvimento". Enquanto isso, seguia a argumentação da tecnocracia do BASA, prevaleceram circunstancialmente as velha regras, confirmadoras do binômio pecuária-grandes emprestadores. Isso explicaria a primeira fase – 1990 a1995. A segunda fase seria de inflexão, com a afirmação do novo binômio culturas pemanentes-pequenos emprestadores, mediante contratos justos, acordados em longas rodadas de negociação. Dois fatores, contudo, freiaram esse ímpeto: a) o novo cliente mostrou-se limitado na sua capacidade de absorção de crédito e b) os novos produtos apresentaram maior potencial de risco que o previsto. A presumível contraparte na obtenção da "utilidade desenvolvimento", a produção familiar rural, teria se mostrado inábil para a tarefa, dado sua tradicionalidade (conservadorismo, apego ao passado) e insuficiente disponibilidade em capital humano e social. Ao mesmo tempo, se desenvolveram argumentos que alargaram, às suas vistas, as possibilidades do desenvolvimento sustentável: não seria condizente com esse novo tipo de desenvolvimento a reforma de pastagens, dado que se poderia imaginar que isso contenha o avanço sobre a floresta? Não seria condizente com esse novo tipo de desenvolvimento o financiamento de uma pecuária baseada em animais de alto rendimento, dado que isso colocaria possibilidades de maior confinamento dos rebanhos e, *ipso facto*, menor tensão sobre a floresta? Não podem ser tratados como promotores de sustentabilidade os que estão dispostos a reformar pastagens e adquirir embriões de um gado *high tech*? É assim que, a exposição dos limites dos camponeses como base

4 Farias (2002) reproduz algumas falas com esse conteúdo.

de um processo de desenvolvimento e a requalificação da grande pecuária explicariam a passagem da segunda para a terceira fase.

Todo o *thriler*, nessa narrativa, poderia ser assim resumido: o instrumento (o contrato representado pela Lei 7.827) de delegação do Estado Nacional a nós para que produzíssimos desenvolvimento sustentável na Região Amazônica tem uma incorreção de fundo: aquele que nos é indicado como ator preferencial nesse processo não tem capacidade para tanto. Resta-nos, não obstante toda nossa sensibilidade social, lamentar o *oportunismo* de tal sujeito social em acatar como verdadeira uma presunção populista, como tantas outras da "constituição cidadã". Compete-nos, com vistas a resguardar o principal – o desenvolvimento (sustentável?) – encontrar outro protagonista. A isso estamos nos dedicando. Com sucesso, como se pode ver…

As representações camponesas narrariam, por seu turno, em visão oposta a essa, o seguinte: a primeira fase não se caracterizou por ser um preâmbulo para a segunda fase, como se quer fazer crer – ela seria a forma como, deixada à sua própria lógica, a tecnoburocracia do BASA teria absorvido definitivamente as mudanças indicadas pela Constituição. Essa absorção teria um viés regionalista, sim, que, entretanto, simplesmente substituía um grande tomador de recursos (os empresários de outras regiões, os principais beneficiários da era SUDAM) por outro grande tomador de recursos (os fazendeiros regionais, fossem eles empresários urbanos latifundizados, fossem eles latifundiários tradicionais buscando modernizar-se)[5]. A segunda fase se explicaria, a sua vez, por um dado exógeno ao campo institucional da intervenção federal na Região: a inusitada capacidade de mobilização reivindicatória demonstrada pelos camponeses no início da década de noventa, inicialmente no Estado do Pará e, depois, por toda Região Norte (Tura, 1996; Rogge, 1998; Costa, 2000). Esse *novo poder* estabeleceu o *ideário do desenvolvimento sustentável* como orientador *de fato* das negociações em torno da aplicação dos recursos do FNO – e, assim, fez convergir a prescrição

5 Nesse sentido este seria mais um movimento no processo que chamei em outro lugar (1992) de reoligarquização do agrário regional.

constitucional com a prática efetiva do BASA. Debalde, contudo. Pois mediante as incertezas das novas propostas, os contratos se fizeram transferindo ônus de forma desigual aos camponeses. Com efeito, impuseram-se práticas produtivas temerárias, indicadas por quem chamados a salvaguardar, no papel de autoridade do campo científico-técnico, a eficiência econômica da intervenção. Aqui um fato inesperado: tais autoridades (órgãos de pesquisa agropecuária e assistência técnica) não estavam preparadas para dizer muito sobre o uso sustentável dos recursos naturais na Amazônia, sobre as bases de um novo desenvolvimento na região. Não se fizeram de rogados, todavia. Disseram muito, demais até: rejeitaram os sistemas que funcionavam na prática camponesa, como tradicionais, de baixa rentabilidade; indicaram outros pressupostamente modernos que, todavia não funcionaram[6]. O saldo final foi um aumento sistemático da incerteza de todos os envolvidos e, a isso associada, a formação de custos de transação *ex-post* em montantes consideráveis para o Banco, para sua tecnocracia e, sobretudo, para os camponeses. Diante disso, da parte do Banco observa-se um rápido e fácil retorno à sua clientela "natural"[7] – quando se deveria esperar, ao prevalecer uma auto-atribuída face solidária e desenvolvimentista, uma renovada e mais completa abordagem dos elementos que envolvem o novo tipo de desenvolvimento[8]. Da parte dos cam-

6 Para uma análise detalhada verCosta, 2000 e Solyno, 2000.

7 Além das séries apresentadas, a rapidez dos processos é corroborada no caso particular do Estado do Pará e, mais acentuadamente ainda, no caso da Mesorregião Sudeste Paraense – uma área de intenso movimento de fronteira protagonizado por uma pecuária extensiva, cujo avanço tem produzido fortes tensões sociais. No Pará, a pecuária de corte, que representava 19% dos financiamentos em 1996, passa a representar 30% no ano de 2000; as permanentes caem no mesmo período de 40% para a 27%. No Sudeste Paraense, por sua vez, a pecuária de corte passou de26% para 39% e as permanentes de 20% para 13%.

8 Que envolveria uma necessária ênfase na agroindustrialização, como complementação à fase anterior. Não é o que acontece, como frisa Santana:"... o desequilíbrio em relação à agroindústria é injustificável ou até mesmo imperdoável, uma vez que (...) este é um segmento que pode, em curto ou médio prazo, viabilizar a formação de agrupamentos produtivos sinérgicos, nos eixos de desenvolvimento traçados no Programa Avança Brasil para a Amazônia (Santana, 2000:72).

poneses, um retorno às formas precárias, porém próprias, com custos de transação zero, de financiamento de suas estratégias de mudança[9].

Não seria de lamentar, indagariam por fim, o *oportunismo* do BASA, que dispondo de recursos a custo de captação zero porque predestinados ao desenvolvimento sustentável – de retorno sabidamente modesto e de longo prazo -, empresta-os a clientes que garantem rápido retorno precisamente por gerirem sistemas produtivos de avaliação duvidosa na sua capacidade econômica de longo prazo e nos aspectos sociais e ecológicos? Não estaria a instituição, em nome da eficiência bancária, negligenciando sua função como agente de desenvolvimento?

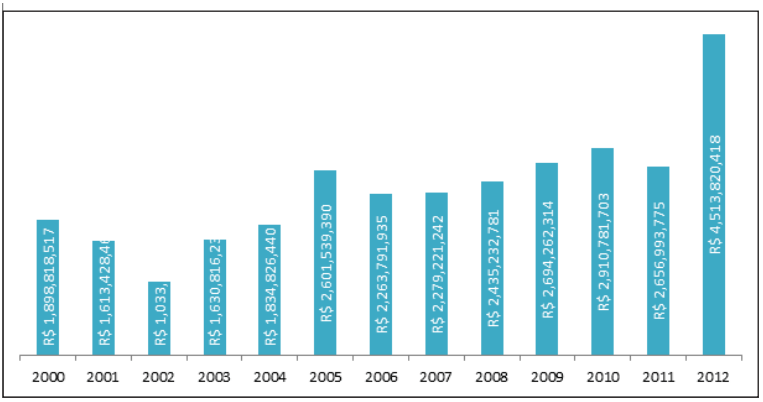
A inovação revertida

A tensão em torno do FNO se projetou sobre o total de crédito de fomento para o desenvolvimento na agropecuária na Região Norte no período que se seguiu ao intervalo acima analisado. Convém frisar que, a preços de 2012, o crédito total anual mais que duplicou entre 2000 e 2012, saíndo de um montante anual médio em torno de R$ 1,5 bilhões para acima de R$ 3,0 bilhões de reais. A disputa pelos recursos, no que se refere ao porte dos tomadores de empréstimo, manteve-se renhida em torno do empate em 50%, com variações em favor dos grandes emprestadores em 2002, e em favor dos pequenos entre 2003 e 2006. A partir daí, os empréstimos de grande porte ganham posição cada vez mais destacada até chegar acima de 80% em 2011 e 2012 – nível equivalente ao de 1995-1996.

Quanto aos sistemas de produção incentivados, até 2004-2005, o incentivo à agricultura (dominantemente permanente) prevalecia. A partir daí a pecuária se destaca cada vez mais, se situando desde 2007 em torno dos 70% do total.

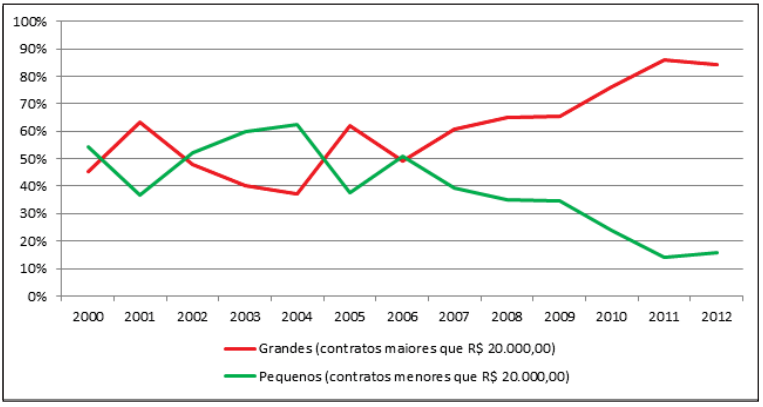
9 São ilustrativos, sobre este último ponto, os resultados que obtivemos em pesquisa de campo em parceria com o LASAT, com 310 estabelecimentos familiares na região polarizada por Marabá: o investimento feito em culturas permanentes por estes estabelecimentos cresceu extraordinariamente, saindo de um índice 100 em 1990 para 128 em 1995 e para 220 em 2000. Dessas inversões, contudo, apenas 7% foram financiados pelo FNO.

Gráfico 4 – Evolução do crédito total para a agropecuária na Região Norte, 2000 a 2012, em R$ constantes de 2012



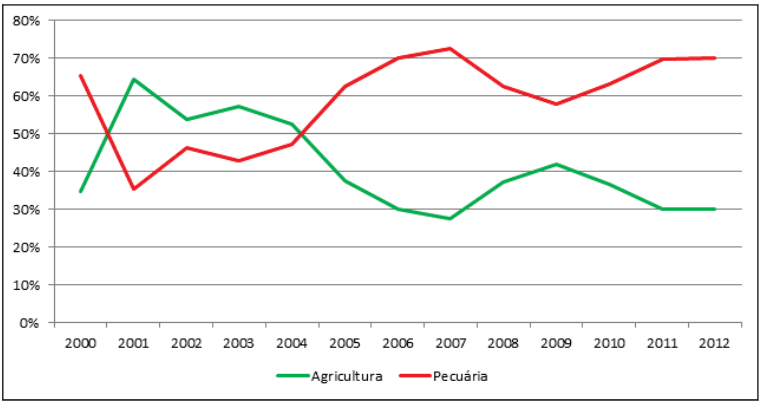
Fonte: Banco Central

Gráfico 5 – Participação relativa por porte do beneficiário (contrato) no crédito total para a agropecuária na Região Norte, 2000 a 2012, % do total



Fonte: Banco Central.

Gráfico 6 – Participação relativa da agricultura e da pecuária no crédito total para a agropecuária na Região Norte, 2000 a 2012, % do total[1]



Fonte: Banco Central. Nota:[1] As percentagens consideram a soma dos crédito para culturas permanentes e para pecuária como 100%. Considera-se, para isso, que todos os demais itens de crédito para o setor rural distribuem-se proporcionalmente a essas duas parcelas

Oportunismo e conhecimento restrito na limitação da institucionalização do desenvolvimento sustentável

Resume-se a mútuas acusações de oportunismo o saldo da experiência acumulada na relação entre os dois mais visíveis protagonistas da inovação institucional representada pelo FNO, na primeira década de seu funcionamento?

O que teria bloqueado a *institucionalização do ideal da sustentabilidade* na Amazônia?

Seria o tradicionalismo dos camponeses, alguma forma de conservadorismo fundamental, o fator responsável pelo baixo nível de realização do potencial que se antevia no FNO[10]para in-

10 O potencial do FNO derivaria de suas características formais inovadoras, já acima enunciadas. Em conjunto elas a) oferecem a possibilidade de gestão flexível e compartilhada dos recursos do Fundo e, por isso, b) permitem abrigar agendas locais e c) ajustar com relativa rapidez a processos específicos, para potenciá-los ou contrariá-los.

duzir processos dinâmicos, com possibilidades de corresponder às expectativas de um novo tipo de desenvolvimento?

Seria uma aderência primordial entre a tecnoburocracia do BASA e os atores rurais não-camponeses, que inviabilizaria *a priori* estratégias de desenvolvimento baseadas em estruturas camponesas?

Camponeses têm sido base do desenvolvimento de muitos países e regiões, em situações iniciais não muito diferentes das encontradas em áreas amazônicas (conf. p. ex. Veiga, 1991 e 1994; Lopes, 1996). Tem-se demonstrado que a disposição a inovar desses atores, variável com certa constelação de fatores, tem estado presente na maior parte do tempo e dos lugares (Costa, 1994, 2000 e 2002). Verificaram-se processos de mudança de grande envergadura na base produtiva dos camponeses na Amazônia, nos quais, ademais, se demonstrava nessa forma de produção uma "natureza" inclinada à montagem de sistemas produtivos baseados em diversidade: o que é uma qualidade inegável quando o que se pretende é uma agricultura com máxima esperança de sustentabilidade. Enquanto base na formação de capital social (Putman, 1996; Coleman, 1990), os camponeses na Amazônia têm mostrado ousadia e capacidade de organização, tanto sindical, quanto partidária. A organização sindical e polítca dos camponeses na Amazônia foi notável nos anos noventa, tendo sido o movimento pelas reservas extrativistas e pelo poder político no Acre de ampla repercussão, do mesmo modo que a grande mobilização pela democratização do FNO, primeiramente no Pará e depois por tado a Região, eventos avaliados como grandes momentos da historia dessa classe social no País (Tura, 1996; Monteiro, 1996; Aquino, 1998: Costa, 2000). Por outra parte, é altamente significativo que camponeses considerados os mais tradicionais (no sentido de antigos ribeirinhos) de toda a região, os do Baixo Tocantins, tenham obtido vitórias políticas nesta fase, do porte da assunção da prefeitura de Cametá, por exemplo, vencendo oligarquias de domínio secular (Sousa, 2000). Não é menos importante o que ocorria em Gurupá (uma região de colonização antiga), nem em Nova Ipixuna (uma área

de colonização recente), onde os camponeses assumiram papéis ineqüivocos de liderança na condução de um projeto local de desenvolvimento – assim como na área da Transamazônica. No Sudeste Paraense e no Baixo Amazonas, por sua vez, plantou-se a produção familiar rural como incontornável sujeito social. É notável, também, o grau de organização sindical que se alcançou em Rondônia e, mesmo, no Amazonas.

Em referência aos camponeses, não se tratava, pois, de atores tradicionais, no sentido de aversos ou incapazes para mudanças. Todavia, enquanto camponeses, são agentes com atitudes ou, como diria Bourdieu (1994), com *habitus* próprios. Que não se ajustam a qualquer mudança, ou a mundanças que se pretendem necessárias porque parecem óbvias a outros atores. Que dispõem, sim, de capital humano na forma de saber ancestral, rico, complexo, por uma parte; fragil, por outra parte, diante do avassalador poder da "razão prática" da modernidade capitalista (Habermas, 1995) sequiosa por resultados imediatos – a que serve o capital humano expresso no saber formal amalgamado estritamente pelas necessidades da industrialização. Aliás, a incompatibilidade que existe entre o imediatismo financeiro e o uso prudente dos recursos da natureza específica da Amazonia se expressa com toda a força no antagonismo dessas duas formas de capital humano. Há, contudo, pontos de tangência, áreas de convergência e possibilidades de interação sinérgica entre esses saberes.

Precisamente por isso, o desafio de um novo desenvolvimento na Amazônia, que se caracterize por promover eqüidade e por apresentar maior esperança de sustentabilidade, reside em dar potência às qualidades da produção rural camponesa, do seu conteúdo histórico e social e do *habitus* de seu protagonista, por uma aproximação construtiva com os acúmulos de conhecimento formal, com o *portfólio* de saberes disponíveis em organizações aglutinadoras de conhecimento laboratorial. Esta seria uma construação fundamental na institucionalização do ideal de sustentabilidade. Para isso, contudo, seria necessário um ambiente institucional capaz de apreender os requisitos de tal tarefa, a sa-

ber: capaz de valorizar sistemas produtivos baseados em diversidade; de formar conhecimentos para a gestão da diversidade; de formar conhecimento para transformar a diversidade em base de eficiência econômica (em força produtiva) e de transformar a eficiência econômica em base para a justiça social.

Aqui encontramos um ponto central de toda a questão: a institucionalização do ideal de sustentabilidade implica, a rigor, a reconstrução da institucionalidade que medeia a relação do Estado com as sociedades regionais, i. e., implica a alteração dos nexos objetivos que articulam organizações e visões de mundo, estruturas organizacionais e posturas individuais nessa mediação. Autores como Pierre Bourdieu e Mary Douglas nos autorizam pensar que as instituições se constituem em formas concentradas ou difusas, e as sociedades reproduzem-se – mantêm-se e evoluem - na interação entre essas duas formas de instituição e seus fundamentos. Na primeira forma, elas são aparatos – privados ou públicos. Como tal, são organizações, estruturas organizacionais, a parte visível de uma institucionalidade. Na segunda forma, elas manifestam-se nos valores, nos princípios morais e nas percepções de mundo – as quais não são mais que estruturas conceituais que, compartilhadas (conf. Douglas, 1998:18), formam as posturas dos agentes, o poder invisível que faz suas ações convergirem no sentido de reproduzirem estruturas sociais e econômicas, das quais as organizações são parte.

Isto posto, não faz sentido pensar uma instituição sem o seu *campo* (Bourdieu, 1994), isto é, sem as outras instituições com as quais se relaciona na sua prática cotidiana,estruturando o campo de forças sociais de que faz parte. E, a cada campo corresponde uma "comunidade de pensamento" (Mary Douglas, 1998). Para a compreensão do que se passa com o FNO, não basta, pois, observar o BASA e suas dificuldades contratuais em relação à Lei No. 1.727. Além de espiar para dentro dessa organização (sua definição estatutária), é forçoso observar o que se passa ao lado (com as outras organizações conexas), acima (a visão de mundo que a ela transcende, estabelecendo um "…estilo de pensamento…" – conf. Mary Douglas - sobre o desenvolvimento regional)

e abaixo dela (interesses privado que permeiam suas intâncias).

A constituição íntima do BASA apresenta uma esquizofrenia importante: um cisão de personalidade entre *banco com funções comerciais* e *banco de desenvolvimento*. Essa tensão não é trivial, foi bem identificada por Farias (2002) e parece ser a principal responsável por um *oportunismo* mais propriamente organizacional – a necessidade de uma boa performance comercial, potenciada pela reforma bancária que impõe elevadas exigências de produtividade, levaria o Banco a usar os recursos e a imagem que lhe emprestam o FNO (custo de captação zero, imagem positiva, com sêlo verde e orientação aos mais fracos) para elevar a lucratividade de suas operações e produtos e, assim procedendo, tenderia a favorecer atividade com rentabilidade de curto prazo, como a pecuária em geral e a pecuária de corte em particular.

Ao lado do BASA, encontra-se um conjunto de organizações de Ciência e Tecnologia, para o qual diagnosticamos em outro momento um profundo desenraizamento em relação às necessidades de um desenvolvimento agrário regional em outras bases, mais sustentáveis. Verificamos, que por mecanismos próprios do funcionamento do campo da C&T agropecuária no Brasil e na Amazônia, os esforços de pesquisa têm se feito secundarizando historicamente o tipo de agricultura de que careceria um desenvolvimento sustentável (diversa, complexa, de fundamento perene) – privilegiando, por outra parte, a agricultura homogênea e, particularmente, a pecuária (Costa, 1998). Por seu turno, as organizações que têm por fundamento estatutário a extensão rural, a transmissão dos conhecimentos gerados pela pesquisa agropecuária, além de só disporem daquilo que a pesquisa tem a oferecer, atuam ministrando fórmulas rígidas. Em qualquer dos casos, constata-se um problema fundamental de insuficiência de conhecimento eracionalidade limitada no nível das organizações.

Acima do BASA e das demais organizações presentes, paira ‘’…uma visao de mundo, desenvolvendo um estilo de pensamento…” (Douglas, op. cit.:44) que valoriza os sistemas homogêneos e os procedimentos industrialistas padrão – do que faz parte uma

visão segmentada da realidade social. É isso que aprende o estudante de agronomia, é isso que pratica seu professor na instituição de pesquisa, é isso que ele fará como extensionista. O curso de economia ensina pensar a base produtiva por funções de produção de um único produto, assim procede o analista de crédito no Banco e o conselheiro de mercado na instituição de assessoramento. O Banco não considera sua a tarefa de pensar a justiça social, muito menos uma justiça social que incorpore as novas gerações. E assim por diante. Assim, a visão de mundo comum que permeia, unindo, as mentes (institucionalizadas) corrobora o desenvolvimento em bases homogêneas e mecânico-químicas, no qual se espera maior eficiência das grandes estruturas produtivas. Há, aqui, uma dimensão de racionalidade limitada, de insuficiência de conhecimento no plano difuso dos indivíduos, enquanto um problema para a institucionalização, é dizer, da socialização da "utilidade-desenvolvimento sustentável".

Por fim, abaixo das organizações encontram-se os indivíduos com graus de liberdade – tanto em relação à cognição institucionalizada, moralizada, socialmente constrangida, quanto em relação ao poder das organizações, dos aparatos institucionais. Aqui se enquadram tanto as formas mais drásticas quanto as mais brandas de oportunismo por transgressão individual ou de pequenos grupos, como as muitas formas de desvio de conduta que se fazem em nome do progresso da ciência e de grandes causas. Entre as formas fortes de oportunismo individual encontra-se a corrupção. A partir de um modelo formalmente rigoroso, Lopez (2002) atribui à corrupção sozinha a responsabilidade pela manutenção de um *status quo* dominado pelos grandes proprietários latifundiários em toda a America Latina, em que as possibilidades do desenvolvimento em geral, e de um desenvolvimento de novo tipo, baseado em capital humano e natural, seriam sistematicamente bloqueadas. Mostramos em outro lugar as oportunidades para isso que a operação do FNO permite (Costa, 2012).

1.1.1. Desenvolvimento, inovação e conservadorismo

Não terá sidoo tradicionalismo dos camponeses, mas sim o conservadorismo do ambiente institucional do qual o FNO se tornou um novo dado o principal obstáculo à validação dos elementos do ideário do desenvolvimento sustentável presentes nas disposições constitucionais reguladas pela Lei No. 7.827. Não obstante todas as organizações incluírem em seus *folders* de apresentação e nos discursos de seus dirigentes a disposição para tal validação, a realidade de suas ações fez-se incorporando estratégias oportunistas e pautadas em conhecimentos insuficientes ou inadequados sobre e para um desenvolvimento sustentável na Amazônia. A institucionalidade é conservadora, portanto, porque assentada sobre uma razão técnica incapaz de lidar conceitual e operacionalmente com o "valor" da diversidade para um desenvolvimento duradouro na Região, desparelhada para tratar com os atores capazes de gerir diversidade e com as manifestações e resultados locais dessas capacidades. Ademais, o conservadorismo tecnocrático tem estatuto político: alimenta-se, é recompensado e arregimenta poder corroborando com o *status quo*, com a confirmação das visões que mantêm as formas temerárias e iniquas de desenvolvimento.

Em ação, tal conservadorismo tem criado embaraços de monta para a realização do potencial de mudanca que seria de antever no estatuto do FNO. A ele se deve uma longa lista de tropeços da política, alguns dos quais analisamos em Costa e Tura (2000)[11]. Remover suas bases parece ser a tarefa mais urgente.

11 O seguintes pontos foram os mais destacados: tutelamento conservador das inovações; financiamento de sistemas dominantemente homogêneos ou com baixo grau de complexidade e, por isso, com elevado grau de risco; desconsideração do potencial de capital humano real disponível (preexistente); baixa influência na formação de capital humano "novo" (capaz de lidar com os pressupostos de um desenvolvimento endógeno na Amazônia); desconsideração do potencial de valorização do ecosistema originário; e a producao desnecessaria de inadimplência (que chamamos de técnica porque forcada pelos pacotes de investimento) e risco social (Tura e Costa, 2000).

1.2. Elementos para a formulação de estratégias orientadas ao desenvolvimento sustentável da Amazônia

A Amazônia reveste-se de particularidades. Espera-se, em perspectiva local, nacional e mundial, que o ideário do desenvolvimento sustentável – um desenvolvimento que alia eficiência econômica com eqüidade social e trato cuidadoso da base natural (Sachs, 1993; Alier, 1994) – venha a orientar as políticas públicas para a Região.

Destaca-se, contudo, como obstáculo a isso, um ambiente institucional conservador. Uma estratégia de desenvolvimento sustentável deve partir de inovações nesse campo. A isso dedicaremos o segmento 2.5.1.

Uma nova institucionalidade para o desenvolvimento sustentável da Amazônia deve incorporar os avanços na discussão do desenvolvimento endógeno. Essa nova perspectiva do desenvolvimentoconsidera, além do agente individual, empresa ou empresário, as redes e aglomerados e suas referências territoriais(Krugman, 1995, 1998; Porter, 1989; Barquero, 2001; Conti, Giaccaria, 2001). Tal procedimentopermite redefinir o objeto da (inter)ação pública para o desenvolvimento (Costa, 2014).

A idéia, corroborada por um vasto programa de pesquisa, é a de que, focando conjuntos de agentes com nexos estruturais e territoriais, forjando sobre e com eles elementos organizacionais, criar-se-ão oportunidades de correção das assimetrias de conhecimento e informação, com correspondente elevação da sinergia do conjunto. Criar-se-iam, assim, oportunidades de cooperação referida ao território, ao lugar.E, incorporado o lugar, incorporam-se necessariamente suas qualidades naturais e sociais – o capital natural, ocapital humano e ocapital social.

A noção de *Arranjos e Sistemas Produtivos Locais (ASPIL)* faz parte desse novo acervo conceitual. Trata-se de noção importante, sobre a qual discorremos no segmento 2.5.2, verificando as possibilidades do seu uso como fundamento de inovações institucionais de grande alcance para um desenvolvimento de novo

tipo – com maior esperança de sustentabilidade.

1.2.1. Por uma institucionalidade para o planejamento do desenvolvimento sustentável da Amazônia[12]

A Amazônia tem sido foco da atenção mundial como *natureza* e como *sociedade*. Na primeira condição se coloca em relevo a importância da maior floresta tropical do planeta enquanto acervo de biodiversidade e como base de prestação de serviços ambientais para a estabilização do clima global. Na segunda condição se ressaltam os usos da base natural da região que se fazem (a não ser em poucas exceções sempre lembradas) pondo em risco tudo o que se poderá obter de uma utilização mais qualificada das suas características naturais e dos seus atributos locacionais. A conclusão é de que a dimensão social da região, incluindo as intervenções políticas, constitui um paradoxo por realizar-se destruindo, em nome dos ganhos presentes de poucos, os mais preciosos trunfos para um futuro melhor para todos (Costa, 2005).

Há realismo e equívocos nessa proposição, cuja consideração é imprescindível à discussão sobre uma nova forma de atuação governamental na Região e sobre as inovações institucionais para isso necessárias.

São reais os riscos ambientais de muitas das práticas econômicas que se detectam na região, a par de prejuízos inquestionáveis ou benefícios sociais discutíveis. Mas é falso considerar irracionais os processos decisórios *privados*que fundamentam tais usos, ou sem sentido os cálculos de custo-benefício que nesse nível se processam. O justo é expor os *dilemas* ai vivenciados, para tratá-los institucionalmente: mediante necessidades *presentes* que só conseguem ser atendidas por usos insustentáveisda base natural, usos sustentáveis que se apresentam como promessa de atendimento de necessidades *futuras* serão sempre postergados[13].

12 Este capítulo está baseado em Costa, 2005a.

13 A hipótese de que avançam procedimentos tecnológicos (cada tecnologia implica – ou, em perspectiva mais radical, é -, sempre, uma relação particular com a natureza) concorrentes que, numa perspectiva de longo prazo, poderiam

É função do Estado, na Amazônia, atuar no sentido de anular o hiato de tempo existente entre formas sustentáveis de uso dos recursos naturais da região e as necessidades cotidianas de suas populações.

É pertinente, por outra parte, a percepção de que muitas das intervenções *estatais* se fizeram na Região corroborando práticas ambientalmente deletérias, ao lado de aprofundarem mazelas sociais, excluindo os mais necessitados e confirmando o poder econômico e político dos mais fortes. É justo, ainda, argumentar que tais ações resultaram de certo conteúdo patrimonialista que tem marcado, com raízes profundas, o Estado brasileiro, vinculado-o a privilégios de segmentos sociais específicos. Mas não é certo presumi-lo cristalizado nessa condição. É possível e necessário tornar o Estado na Amazônia permeável à pluralidade de forças que expressam a diversidade social e cultural da região, dotando-o de mecanismos que o façam eficiente como indutor de desenvolvimento pela correção das desigualdades econômico-sociais.

É certo que atores privados, com o suporte de instituições do Estado, têm historicamente aportado a Região com matrizes tecnológicas inadequadas, pois, como a mentalidade de seus operadores, foram forjadas narelação com outros ecossistemas. Tais matrizes desenvolveram-se pelo esforço da ciência em criar sistemas botânicos homogêneos para maximizar a produção de biomassa por uma lógica de industrialização da agricultura fortemente assentada em bases mecânico-químicas (Goodman, 1989; Romeiro, 1998). As técnicas daí derivadas, por serem aparatos de padronização, negam o capital natural contido na diversidade biológica. Por seu turno, as mesmas características ecológicas da Região que explicam sua gigantesca biodiversidade negam essas matrizes, reduzindo dramaticamente os ciclos de vida e a economicidade de suas técnicas. Um terceiro macro desafio será, portanto, o de alterar as pautas das instituições de Ciência & Tec-

conduzir a região a um lock-in baseado em trajetórias inferiores, seja do ponto de vista econômica, seja da perspectiva ambiental ou social, deve orientar, cada vez mais, esforços de pesquisa. Para tanto, as indicações teóricas de Arthur (1988 e 1994) são de extrema valia.

nologia na região para que, atuando orientadas pelo princípio da diversidade em substituição ao da padronização e da homogeneidade, possam produzir técnicas ajustadas às necessidades regionais.

Enfatize-se, em resumo: há, como *ethos*, um ambiente institucional conservador na perspectiva de um desenvolvimento com maior esperança de sustentabilidade. A institucionalidade é conservadora, porque assentada sobre uma *razão técnica* incapaz, por viés de visão de mundo, ou por insuficiência da forma de conhecer, de lidar conceitual e operacionalmente com o "valor" da diversidade (cultural e ambiental) para um desenvolvimento duradouro na Região, desaparelhada para tratar com os agentes capazes de gerir diversidade, desaparelhada também para lidar com as manifestações e resultados locais dessas habilidades. Ademais, o conservadorismo tecnocrático tem estatuto político: alimenta-se, é recompensado, arregimentando poder, ao corroborar com o *status quo*, ao atuar validando visões de mundo e ações que confirmam as formas temerárias e iníquas de desenvolvimento.

Inovações Institucionais: voluntarismo e política – planejamento

Diante de tais desafios, inovações institucionais para um desenvolvimento de novo tipo na Região deverão se fazer minimizando as contradições que, por uma parte dissociam desenvolvimento econômico e desenvolvimento social e, por outra, tornam o desenvolvimento ameaça a fundamentos naturais únicos e preciosos. O objetivo deverá ser, pois, o de um progresso social com eqüidade intra- e inter-gerações, expresso por uma eficiência econômica que tenha as especificidades naturais e culturais da região como aliadas e, por isso, seja sustentável.

Trata-se de promover a adequação entre as necessidades inerentes a um desenvolvimento moderno, voltado para a emancipação e inclusão sociais das grandes massas, com os potenciais e limites das bases naturais e culturais presentes na Amazônia. Trata-se, portanto, de construir fundamentos institucionais para

a*estratégia* de promover um desenvolvimento de base local, dependente e formador de capital humano e social, tecnologicamente baseado no uso denso de conhecimento tácito e codificado dos recursos naturais regionais. Um desenvolvimento, assim, irradiador de capacidades difusas, fundamentos de um progresso amplo e socialmente enraizado e, por isso, sustentável.

Carecer-se-ia, isto posto, de uma *nova institucionalidade*, cujo centro estratégico dispusesse dos fundamentos normativos que lhes permitissem o amplo leque de possibilidades enfeixadas em duas grandes capacidades – as capacidades de um *novo sistema de planejamento* para o desenvolvimento regional:

• a capacidade de discernimento macro-social por visão integrada das dinâmicas econômicas e socio-políticas com seus fundamentos naturais e
• a capacidade de mediação das perspectivas de desenvolvimento dos sujeitos sociais – de internalizá-las como fundamento de gestão pactuada.

A capacidade de conhecer de modo complexo - novas leituras de totalidade

Uma *institucionalidadenova* deverá basear-se no melhor conhecimento possível sobre a sociedade e a economia amazônicas e sua base natural. Para tanto necessitará de capacidade própria, que lhes faculte o diálogo crítico e atualizado com as concepções modernas de desenvolvimento que hoje pautam a pesquisa de fronteira das ciências da sociedade e das ciências naturais, onde se destacam as patrocinadas pelas novas teorias institucionais, pelas teorias do desenvolvimento endógeno, pelas teorias evolucionárias das trajetórias tecnológicas, pelos esforços de determinação do peso da cultura e das redes sociais e do papel da especificidade ecológica na capacidade competitiva dos lugares e regiões, etc. Nesse esforço se encontrarão as ferramentas para operar valorizando as economias locais, discernindo quanto ao "valor" das suas disponibilidades e carências em termos de

capital social, humano e natural (Costa, 2001).

O (re)conhecimento complexo da realidade permitirá, por seu turno, o acompanhamento eficiente do desenvolvimento regional por indicadores que, por uma parte, contemplem as esferas econômica, social e ambiental e, por outra, permitam observar os níveis micro, meso e macro-regional.

A constituição de um sistema de planejamento e gestão compartidos

Uma *nova institucionalidade* deverá promover a democratização do processo decisório que formata a intervenção desenvolvimentista do Governo Federal na Amazônia. Para tanto, deverá conter mecanismos para uma incorporação *dinâmica* e *qualificada* de demandas dos atores sociais coletivos, através das representações de grupos relevantes no fundamento produtivo (econômico e social) e reprodutivo (econômico, social, político e cultural) do todo social.

Deverá fazer uma *incorporação dinâmica* das demandas sociais por mecanismos que considerem as dimensões de tempo e lugar do desenvolvimento. O processo de participação deverá permitir, assim, por um lado, adaptações evolutivas de trajetos de desenvolvimento – para isso terá que ser regular e recorrente, efetivando-se em *timing* apropriado; por outro lado, dado que essas trajetórias de desenvolvimento são espacialmente referidas, deverá se fazer estreitamente vinculado a lugares e regiões.

Deverá fazer uma *incorporaçãoqualificada*, porque derivada de participação que considera o melhor conhecimento prévio disponível do ambiente natural, social e econômico de onde partem as demandas e aonde se projetarão os efeitos de seu atendimento, dotando o processo decisório de recursos de aprimoramento e reversibilidade. É possível, a partir daí, indicar *rumos aos agentes privados e públicos*, desenvolvendo tarefas de *coordenação* para cuja efetividade mecanismos adequados de *financiamento* deverão ser acionados.

*Capacidade de indicar rumos.*Uma *nova institucionalidade* deverá ter capacidade de prover direção, compatível com o sentido estratégico de um novo desenvolvimento,à ação de agentes privados e de governos locais na Amazônia. Nesse ponto, tão importante quanto dispor de mecanismos de financiamento,ao que nos referiremos depois, é ter capacidade institucional para formular propostas de referência, ex-ante e ex-post dos momentos--chave dos processos decisórios (antes e depois do ano agrícola, antes e depois das estações de pesca, etc.). Uma proposta de referência, que pode ser apresentada na forma de um plano de ação, com linhas de investimentos e crédito, além de políticas públicas consistentes, ou simplesmente na forma de relatórios e diagnósticos que apontem consistentemente para tendências e oportunidades, deverá sempre ser um instrumento de convergência entre o que se sabe sobre o lugar e a forma das ações das quais se espera derivar o desenvolvimento e os resultados da incorporação dinâmica e qualificada das perspectivas de desenvolvimento dos sujeitos sociais. Uma vez produzida, esta peça deverá se constituir em parte integrante, em momento particular e ativo, tanto da discussão geral sobre possibilidades e formas de desenvolvimento de novo tipo, quanto da percepção particular de cada sujeito social, de cada ator, de cada agente que participa do processo.

Igualmente importante será a capacidade de colocar suas *propostas de referência* na agenda de todos os agentes, não apenas daqueles que participaram efetivamente – direta ou indiretamente – dos processos de sua formulação. Parte constitutiva dessa capacidade é a difusão dos indicadores, avaliações e estudos intermediários que fundamentaram as *propostas de referência*. Esse amplo conhecimento é parte do poder orientador das propostas. O papel da comunicação social é, aqui, central.

Capacidade de coordenação. Não raro se sucumbe à tentação de interpretar o desafio da coordenação da ação federal na Região como uma obviedade administrativa, como passível de se fazer a partir de delegação formal, de vontade ou de força política. A história dos órgãos de desenvolvimento regional no Brasil

e no mundo mostra que não basta a "vontade", a "habilidade"ou, mesmo, a "força" política para que a coordenação aconteça, dado que há fortes fundamentos para a descoordenação. De modo que, uma nova institucionalidade para o desenvolvimento da Amazônia não deve se fundar sobre as ilusões da coordenação formal, derivada de uma hierarquia normativa, com poucas possibilidades de efetivação. Deve sim, partir do princípio de que a capacidade de prover direção à ação federal na Região deverá ser conquistada pela qualidade das suas *propostas de referência,* pelo efeito crítico dos seus mecanismos de monitoramento e avaliação, pela capacidade desses mecanismos atingirem a menor escala possível, pela criação de oportunidades formais de confrontação entre o *dever* (das *propostas de referência*) e o *ser* (dos indicadores de avaliação das dinâmicas econômicas, sociais e ambientais) e *pela ampla divulgação de tudo isso*. Sobre este último ponto convém considerar o argumento de que uma ação descoordenada tem maior chance de ser corrigida se o seu responsável for julgado pela opinião pública. Isso é mais efetivo que "reprimendas", sobretudo se provém de instância institucional que não tem qualquer poder na definição de orçamentos. É que, mediatizado, o "agente descoordenador" deverá pagar com perda de votos e respeitabilidade pública o que tentou ganhar (no geral, também votos) com a transgressão. Ele terá um cálculo de custo-benefício a fazer que provavelmente favorecerá a direção e a coordenação.

Os mecanismos de financiamento são complementares à capacidade efetiva de coordenação, é dizer, eles são ferramentas da capacidade precedente e superior de coordenar, devendo estar a esta subordinados. O processo de construção de um projeto moderno de desenvolvimento exige formas próprias de financiamento, as quais, por suposto, não podem depender de forças ou razões *não-modernas*, associadas a agentes que não conseguem (por suas posições objetivas no corpo social ou pela história que delimitou suas subjetividades) pensar nem agir modernamente. O Fundo Constitucional de Desenvolvimento do Norte (FNO) tem características que o tornam uma inovação institucional

capaz de financiar propósitos modernos de desenvolvimento, na perspectiva aqui colocada. O Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA), por seu turno, requer reformulações de grande envergadura, do mesmo modo que os mecanismos de renúncia e incentivos fiscais.

Um projeto de desenvolvimento sustentável não se faz com instituições tradicionais. Uma intervenção do Estado com o propósito de promover um desenvolvimento de novo tipo na Amazônia é tarefa exigente em conhecimento (novos paradigmas), em capacidade de formulação estratégica (novo planejamento e gestão institucional), em capacidade de interação social (novo planejamento do desenvolvimento regional), em capacidade de formação de opinião (nova comunicação), em nova capacidade de financiamento (democratização do acesso a fundos públicos) e em capacidade de condução política (projeto de direção, no sentido gramsciniano).

1.2.2. Arranjos e Sistemas Produtivos e Inovativos Locais – ASPIL: uma forma de ver para além do agente, considerando prioritariamente o território[14]

A noção de *Arranjos e Sistemas Produtivos e Inovativos Locais (ASPIL)* oferece à razão possibilidades de visualizar a existência e reprodução social nas relações que integram a sua esfera "propriamente" econômica, com as esferas social e política (capital humano: nível de cultura e de habilidade dos cidadãos; capital social: nível das organizações da sociedade civil e sua capacidade de gerar e aplicar novos conhecimentos), expressas em totalidades referidas necessariamente a localidades concretas – a território definidos.

Às perspectivas que associam tais arranjos a níveis de sistematicidade (reprodução virtuosa nos termos do capitalismo) próprios das condições das realidades industriais mais avançadas (Porter, 1989), Cassiolato e Lastres (1999 e 2003) oferecem a visão mais geral de que, em qualquer realidade social do capitalis-

14 Este capítulo está baseado em Costa, 2006b.

mo, submetida a tensões para mudar, a dinâmica de ajustamento produtivo e reprodutivo no uso das disponibilidades (repita-se, sempre locais) de trabalho, de capital físico e natural implica, isto é, requer e cria, fundamentos institucionais de cooperação entre as unidades mais irredutíveis (unidades produtivas e de consumo), canais de acesso dessas unidades ao saber codificado ou tácito necessário à inovação, tecnológica ou social, e de elementos de governança (nódulos estratégicos de coordenação), sejam eles formais ou informais, maduros ou insipientes. Essa necessária estruturação constituiria os *Arranjos* (podendo ser ou vir ser *Sistemas*) *Produtivos* (podendo ser ou vir a ser *Inovativos*) *Locais*.

Tal noção é atrativa *já* enquanto heurística, enquanto ciência. Ela é atrativa enquanto conhecimento, pelo poder de síntese real-concreta (uma expressão inteligível da complexidade - no sentido metodológico – da realidade social, sem concessões significativas a reduções mecânicas) que oferece. Nessa condição, ela permite estabelecer o lugar e nomear, *concretamente*[15], sujeito e objeto da dinâmica do desenvolvimento.

A noção é (por isso) também atrativa enquanto conhecimento capaz de orientar intervenções objetivadas, tecnologias de controle e coordenação social com vistas a, por exemplo, metas estratégicas de devir social, de desenvolvimento, *se* quiser, sustentável. Porque *se* (e o sujeito aqui oculto é sempre coletivo, social) se conhece lugar, sujeito(s) e objeto(s) das formas de reprodução social, se se vislumbram os nexos que os integram em processos virtuosos que transcendem as contradições de última instância (no sentido de Marx em *O Capital*), internas a cada unidade produtiva (antagonismo capital-trabalho) e externas a

15 O melhor aproveitamento dessa possibilidade exige a consideração do sentido da relação concreto-abstrato, isto é, da dialética da construção do "concreto" como produto do pensamento em contexto historicamente delimitado e, assim, a construção do concreto como "concreto pensado", tal como já enunciava Marx em seu mais denso texto metodológico (Marx, 1968). A atualidade metodológica dessa "aventura crítica", o nível de convergência de suas proposições com as questões de complexidade que hoje emergem dos esforços no tratamento das relações ação-estrutura, onde se incluem os programas heterodoxos da economia e os programas mais avançados da sociologia e de outras ciências da sociedade, pode ser avaliada em Bensaïd (1999).

elas (concorrência e lei do valor), poder-*se*-ia atuar sobre eles, fortalecendo-os, suprindo carências objetivas e tornando-os cada vez mais densos do auto-conhecimento produtor da ação comunicativa (Habermas, 1995) que, minimizando os problemas de mensuração/configuração dos contratos, dos pactos (North, 1981; Williamson, 1985), facilitam a cooperação.

Precisamente aqui a noção de ASPIL ganha suas duas existências, como *logo* e como *techné*. Existências necessariamente associadas, dado que, não obstante *timing* e premências (tensões) próprias, se condicionam mutuamente, se legitimam uma a outra na direção de saber normal (Kuhn, 1982) e/ouinstrumental (Habermas, 1995).

Os Arranjos e Sistemas Produtivos Locais e uma nova institucionalidade para o desenvolvimento na Amazônia– uma oportunidade da observação integrada e da ação integradora

A noção oferece uma oportunidade teórico-metodológica de visão integrada das esferas econômica, sócio-cultural e natural podendo, assim, fundamentar a explicitação de referências estruturais compatíveis com as necessidadesda *nova institucionalidade*: ela permite a formação cumulativa de conhecimento complexo e totalizante (holístico); ela permite a localização e acesso, e, portanto, pode viabilizar estratégias de interação sistemática dos atores relevantes para um programa de ação (comunicativa) com vistas à eficiência do conjunto – e, portanto, do lugar onde ele se materializa; nesse ponto, poderá ajudar a construir o lugar institucional em que se comparte a gestão pública, em que se abre o processo decisório das intervenções, para um leque, tanto mais amplo de atores, quanto mais se conheça, pela ação da pesquisa, o conjunto, quanto mais, também, se dêem a revelar, por sua própria ação, cada parte; poderá fundamentar, ainda, a base do acompanhamento e avaliação das políticas públicas para o desenvolvimento.

Mas há questões a considerar. A primeiro diz respeito às características da estrutura e sistemática organizacionais neces-

sárias para garantir os fluxos de informação e a fluidez dos *inputs* resultantes das avaliações e pactos de prioridades que derivam de uma tal construção. A segunda, diz respeito à estruturação organizacional capaz de lidar com um número grande desses arranjos, quando se pensa em escala regional.

Os ASPIL e as escalas do desenvolvimento

As possibilidades da noção de ASPIL fundamentar um sistema de planejamento regional para o desenvolvimento sustentável da Amazônia são reais. Há riscos, contudo, a considerar. Destaco, em primeiro lugar, o de que, apoiando-se na legitimidade de sua *concretude*, a noção se constitua, ela própria, em redução criticável: negando a validade de expressões mais abstratas (cadeias, setores, pólos), ela se pretenda suficiente para descrever o mundo. Ou ela se pretenda uma oposição exteriorizada dessas expressões.

Se este não é um risco tão claro na sua existência enquanto *logo*, é seguramente um problema na sua existência enquanto *techné*. Tal problema associa-se às questões tratadas na literatura como das relações micro/macro (parcialmente formuladas por Coutinho, 2004) e local/global (Schmitz, 2003; Humbert, 2003). Há que se tratar, contudo, de modo mais preciso a questão.

As perguntas pertinentes são:

1) Se o *ASPIL* é *meso-realidade local*, qual a *macro-realidade* que lhes corresponde?

2) Igualmente, sendo meso-realidade, que microcosmos são a ele subjacentes?

As respostas à primeira questão exigem percorrer dois caminhos. Primeiro, o ditado pela percepção da macro economia enquanto um momento da reprodução objetiva da sociedade – enquanto um sistema de realização da condição de *valor de uso*

das mercadorias; aqui adotaríamos, por assim dizer, a ótica (da alocação) do produto na definição da escala. Segundo, o exigido pela percepção da macro economia como um momento de realização dos constrangimentos monetários; aqui realçaríamos a ótica (da alocação) da renda na definição da escala (esta a dimensão macro que trata Coutinho, 2004).

Responder à segunda questão exige observar, também, dois aspectos: o ditado pela necessidade de tratar as diferentes racionalidades que organizam os processos decisórios dos diversos agentes abarcados na categoria de ASPIL e as razões dos agentes na realidade dos ASPIL. Há que se considerar, pois, os capitais (simbólicos e objetivos, seguindo Bourdieu, 1989) específicos, cuja acumulação é o objeto dos diferentes atores dentro do mesmo ASPIL e o sentido real-concreto desses capitais.

Macro realidades dos ASPIL – Produto, Setores e Pólos

Se o *ASPIL* é *meso-realidade local*, qual a *macro-realidade* que lhes correspnde? A condição de sub-sistema do ASPIL (o fato de que, enquanto realidade produtora de mercadorias, se projeta em mundo extra-local, e só existe mediado por este mundo) apela a abstrações "econômicas" mediatas. A sua condição de natureza (o fato de ser uma componente de uma estratégia reprodutiva e, portanto, da divisão do trabalho de um grupo social concreto, vivendo em uma localidade concreta) apela a uma abstração "geográfica" imediata.

Para a realidade não-local (que é constitutiva da realidade local), o *ASPIL x* do lugar *A* (o arranjo que produz *x* no lugar *A*) é um entre um conjunto de *ASPIL(s)* que produz *x* nos lugares de *A* até *N*. Para a realidade local A, o *ASPIL x* é o único responsável pela produção de *x* no lugar A. Ele é parte, assim, de um conjunto de ASPIL(s) que, no lugar A, produz um conjunto de *n* produtos, dentre os quais encontra-se *x*. A noção de ASPIL pode, portanto, compor inicialmente a noção sistêmica de *setor* (tornando este último sua projeção macroeconômica), do mesmo modo que um *setor* pode ser logicamente decomposto em *N* ASPIL(s) de

mesma natureza. Ela pode também compor ou decompor a noção fortemente demarcada geograficamente de *pólo*, entendendo estes aglomerados como agregação sinérgica de *n* ASPIL(s) de natureza difrerente. A economia regional (uma totalidade macro de referência) pode ser, assim, representada por um conjunto de setores, por um conjunto de pólos, por um conjunto de ASPIL(s) - este o denominador comum de todos os termos.

A compreensão da realidade econômica exige, pois, as três referências estruturais (além das referências irredutíveis de empresas e consumidores): o *ASPIL*, o *setor* e o *pólo*. Uma via para transitar do nível mais elementar do ASPIL, para os níveis mais abstratos, do *setor* e do *pólo*, seria a composição/decomposição com base no primeiro.

Estas seriam operações formalmente corretas. Seriam, contudo, teórica (e praticamente) insuficientes. Isso porque, um setor, enquanto uma projeção macroeconômica de ASPIL(s) de mesma natureza em uma delimitação geográfica superior à local, é mais que a soma dos ASPIL(s). Nesse nível (re)estabelecem-se questões "amenizadas" no contexto do ASPIL, sobretudo as que resultam das regulações da relação capital/trabalho (sindicatos de trabalhadores e patronais se estruturam por setor) e da relação do tipo de atividade (valor de uso) com o conjunto da produção social – divisão social do trabalho nacional e internacional. E surgem outras, as que só se manifestam compreensivamente e, portanto, só conseguem ser tratados, como problemas da reprodução social, como tal apenas no contexto dos constrangimentos objetivos do conjunto da produção de mesma natureza (da região, do país, do mundo) com o conjunto da produção de toda natureza (da região, do país, do mundo).

Do mesmo modo, um pólo é mais que a soma dos ASPIL(s) que o compõem – há transcendências e carências que derivam do conjunto de ASPIL de natureza diferente que fazem o pólo, o lugar. Nesse nível, as externalidades, tanto as positivas – o grau de educação, as carências infraestruturais, as disponibilidades de conhecimento de base, o grau de organização de consumidores, produtores, trabalhdores –, quanto as negativas (destruição

da base natural, cultura política tradicional e conservadora) se manifestam com toda sua plenitude em dimensão local, em um pólo – na totalidade, diga-se, na integridade das suas dimensões urbana e rural.

Ter-se-ia de agregar métodos para complementar a visão do *setor* naquilo que só seu nível de abstração permite observar – tal e qual o que se passa com a dimensão macro do lugar, do *pólo*, da aglomeração que transcende aos seus ASPIL(s) constitutivos.

Na visão da ação política, cada referência estrutural implica formas distintas de pactuamento, para tratar de questões só perceptíveis nas respectivas escalas. A consciência social dos problemas e potencialidades, os quais têm, todos, (mesmo que transmutados) seu momento mais concreto no plano do ASPIL, só consegue se constituir, como conhecimento, no nível adequado de abstração; como pacto político, no tipo de organização capaz de se orientar por percepções e modelos mais abstratos.

Macro realidades dos ASPIL – Constrangimentos monetários e cambiais

Se o *ASPIL* é *meso-realidade local*, qual a *macro-realidade* que lhes corresponde? Para Luciano Coutinho (2004), aquela conformada pela relação entre taxa de inflação, taxa de câmbio, taxa de juros e carga fiscal: a realidade dos constrangimentos monetários que afetam a rentabilidade relativa presente dos ativos reais e financeiros e balizam as expectativas futuras quanto à eficiência dos investimentos atuais. Pressupostamente, o ASPIL não constituiria uma mediação diferenciadora da relação entre esses constrangimentos e os agentes[16]. Sobre isso retornaremos adiante.

16 Há duas especificidades institucionais nesse ambiente, no que se refere à Amazônia. Há, na Região, fundos para investimento em que a taxa de juros pode se situar abaixo do mercado e há legislação de incentivos e concessões fiscais para o desenvolvimento regional.

Microcosmos e ASPIL – Capital humano e trabalhadores

A noção de ASPIL considera como agentes produtivos as empresas. Nessas, *o trabalho* explicita-se, na condição de *capital humano*. Como tal, todavia, é *objeto*: ele é tratado como um dado condicionado por externalidades e como uma variável, todavia passiva, resultado da disposição unilateral de seu sujeito: a empresa/o empresário. Considera-se a importância da formação de capital humano, enfatiza-se, mesmo, o conhecimento tácito e não codificado dessa força produtiva, porém ela, como referência sociológica concreta, não encontra expressão na categoria.

Microcosmos e ASPIL - Arranjos Urbanos e Desarranjos Rurais

A noção de Arranjos e Sistemas Produtivos e Inovativos Locais, aplicada a realidade de base agrária, tende a privilegiar sua dimensão urbana. É que se enfatiza a produção industrial, sua tendência à especialização e ao conseqüente aprofundamento da divisão social do trabalho e o papel que ai desempenham as inovações. Como acima se mencionou, trata-se de delimitar as condições de existência e evolução do ASPIL *x*, sendo *xum único* valor de uso.

Tal viés não apresentaria maiores conseqüências em contextos em que, na agricultura, isto é, no fundamento rural do ASPIL, ocorresse (sem crises) processos correspondentes de industrialização e especialização.Tal não é caso da realidade da realidade contemporâneas em geral, muito menos das que se encontram em áreas tropicais: aqui, a diversidade da base rural parece constituir uma força produtiva, cujo obscurecimento no geral cobra um preço – não importando se pago pelos que ficam, em processos contemporâneos, ou se pago pelas gerações por virem.

De modo que, ao ASPIL *x* em A corresponde unidades produtivas que administram um *Sistema de Produção Rural (SISR)* com *moutputs*, entre os quais encontra-se *x*. A visão do ASPIL integrada por *x* implica, assim, em uma visão mutilada, parcial,

do conjunto de gestores de *SISR*. Uma observação integrada por *SISR*, implicaria numa observação que integre os *mASPIL* que realizam sua produção.

Considerando as questões associadas à sustentabilidade dos processos de reprodução social na Amazônia, considerando o papel que ai desempenham as formas de uso da base natural, essa dupla leitura é necessária.

ASPILs, Setores, Pólos, Sistemas Rurais: métodos de leitura

É fundamental visualizar o impacto macroeconômico – na ótica do fluxo de produtos - de um ASPIL; é importante situá-lo na divisão social do trabalho – posicioná-lo como setor: como setor de uma economia local – um pólo - e como (parte de) setor de uma economia regional ou nacional. Do mesmo modo, importa observá-lo como um nexo da relação urbano-rural – tanto como um vetor a configurar, como um momento, a realização de um sistema rural, quanto o contrário.

Para tanto, é necessário que se desenvolvam métodos de leitura adequados. Métodos de contabilidade social ascendente tornam-se, aqui, fundamentais.

Foram desenvolvidas, no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, da Universidade Federal do Pará, metodologias para a produção de contabilidade social capaz de ler isolada e integradamente tanto os ASPIL quanto os SISR, em nível local ou regional. As Contas Sociais Alfa – CSα (Costa, 2002 e Costa, 2006a) são obtidas por processamento que integra as disponibilidades estatísticas do IBGE quanto aos atributos estruturais e quanto as variações conjunturais das economias locais e os resultados de pesquisa primária (metodologias próprias de levantamento das configurações de rendes de produto e formação de preço) sobre as estruturas das cadeias produtivas e da formação dos preços, seguindo o algoritmo abaixo.

Obtém-se a contabilidade social de uma economia de k produtos cujos fluxos fazem-se por n agentes agrupados em m+1 posições no sistema produtivo e distributivo, em que a m+1-ési-

ma posição é a do Demanda Final, pela equação

$$X_{ij} = \sum_{i=1}^{m} \sum_{j=1}^{m+1} \sum_{v=1}^{k} q_{ijv} \cdot p_{ijv} \quad (1)$$

em que *v* é o produto, *j* o setor que o compra e *i* o setor que o vende.

E, se se faz vigorar *g* atributos geográficos e *e* atributos estruturais, a equação (1) seria, então, resultado da agregação de um número *g.e* de sub-matrizes, cada uma delas composta por

$$X_{srij} = \sum_{s=1}^{g} \sum_{r=1}^{e} \sum_{i=1}^{m} \sum_{j=1}^{m+1} \sum_{v=1}^{k} q_{srijv} \cdot p_{srijv} \quad (2)$$

em que *r* seria o atributo estrutural (ASPIL x a z, por exemplo) e *s* o atributo geográfico (município A ou conjunto de município A a N).

Os elementos das matrizes de totalização para os atributos geográficos seriam

$$X_{sij} = \sum_{s=1}^{g} \sum_{i=1}^{m} \sum_{j=1}^{m+1} \sum_{r=1}^{e} X_{rij} \quad (3)$$

e , para os atributos estruturais, seriam

$$X_{rij} = \sum_{r=1}^{e} \sum_{i=1}^{m} \sum_{j=1}^{m+1} \sum_{s=1}^{g} X_{sij} \quad (4)$$

culminando-se com uma matriz totalizadora do conjunto, cujos elementos seriam

$$X_{ij} = \sum_{i=1}^{m} \sum_{j=1}^{m+1} \sum_{r=1}^{g} X_{rij} = \sum_{i=1}^{m} \sum_{j=1}^{m+1} \sum_{s=1}^{e} X_{sij} \quad (5)$$

É possívelindexar os resultados no tempo. É possível, também, integrar os resultados dessa contabilidade com matrizes setoriais mais abrangentes (Costa, 2002).

Da submissão de constragimentos monetários e fiscais às necessidades de um desenvolvimento moderno e o papel dos ASPILs

Acima mencionou-se que os constrangimentos fiscais e monetários recairiam diretamente sobre os agentes sem mediação dos *ASPIL* (conf. Coutinho, 2004). Entretanto, onde é possível criar condições específicas por mecanismos de política econômica, como é o caso da Amazônia, haveria como "regionalizar" tais constrangimento (regulando o custo do dinheiro por linhas de crédito de fomento ou reduzindo a carga fiscal) condicionando-os em parte ao mecanismo de planejamento e gestão para o desenvolvimento.

É possível demonstrar (Costa e Santana, 2002) que maximiza-se a transformação do excedente gerado na região em produto e renda local se 1) substitui o princípio da renúncia ou concessão fiscal para empresa pelo princípio da renúncia ou concessão fiscal à região; 2) se assim se procede, a concessão fiscal global é repartida em dois componentes: um diretamente assimilado pela empresa tributada, outra transferia a fundos públicos geridos localmente para criação de capacidade locais (os centros estratégicos da *nova institucionalidade* e seus mecanismos de concertação – de ASPIL, de Setor e de Pólo); 3) a parcela da em-

presa é condicionada a sua forma de participação no desenvolvimento moderno e sustentável que se cogita: tanto maior, quanto mais endógeno e ambientalmente prudente, etc. e 4) como sistema de peso para internalizar no processo decisório das empresas os viéses de desenvolvimento e sustentabilidade, as condições necessidades das três referências estruturais de que vimos tratando: os ASPIL, os Setores e os Pólos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A institucionalização do ideal de sustentabilidade implica a *reconstrução da institucionalidade que medeia a relação do Estado com as sociedades regionais*, i. e., implica a alteração dos nexos objetivos que articulam organizações e visões de mundo, estruturas organizacionais e posturas individuais nessa mediação. As instituições se constituem em formas concentradas ou difusas, e as sociedades reproduzem-se – mantêm-se e evoluem - na interação entre essas duas formas de instituição e seus fundamentos. Na primeira forma, elas são aparatos – privados ou públicos. Como tal, são organizações, estruturas organizacionais, a parte visível de uma institucionalidade. Na segunda forma, elas manifestam-se nos valores, nos princípios morais e nas percepções de mundo – as quais não são mais que estruturas conceituais que, compartilhadas, formam as posturas dos agentes, o poder invisível que faz suas ações convergirem no sentido de reproduzirem estruturas sociais e econômicas, das quais as organizações são parte. Esse conjunto de coisas conformam uma institucionalidade – um ambiente institucional.

As grandes inovações institucionais que impactaram o País a partir da democratização, e sua expressão forma mais ressaltada, a Constituição de 1988,defronta-se com um ambiente institucional dominantemente conservador.

Em relação à Amazônia a institucionalidade é particularmente conservadora, tradicional, atrasada frente aos desafios dos novos tempos, porque assentada sobre uma razão técnica, incapaz de lidar conceitual e operacionalmente com o "valor" da di-

versidade para um desenvolvimento duradouro na Região, desparelhada para tratar com os atores capazes de gerir diversidade e com as manifestações e resultados locais dessas capacidades. Ademais, o conservadorismo tecnocrático tem estatuto político: alimenta-se, é recompensado e arregimenta poder corroborando com o *status quo*, com a confirmação das visões que mantêm as formas temerárias e iniquas de desenvolvimento.

Há a necessidade de uma nova institucionalidade para o planejamento do desenvolvimento na Amazônia, para o que noções como a de *Arranjos Produtivos Locais (APL)* no quadro conceitual mais geral do desenvolvimento endógeno pode fornecer elementos importantes. A noção pode se constituir conceito-chave de uma estrutura de conceitos que de um lado permita a leitura integrada das escalas (micro, meso e macro) e das esferas (econômica, social e ecológica) da economia regional e seu desenvolvimento. De outro, uma percepção de dinâmica históricaque põe em relevo, na propulsão do desenvolvimento,os ativos intangíveis representados pelo conhecimento, pelas as habilidades culturais difusas nos componentes da sociedade, na capacidade organizacional, na competência no trato sustentável das bases naturais, na sinergias das redes eno poder da cooperação.

Assim, permitindo operar cognitiva e praticamente, as proposições teóricas do desenvolvimento endógeno, pode se constituir referência para a montagem de mecanismos de abertura do processo decisório, de pactuamento de prioridades para o planejamento do desenvolvimento e para o acompanhamento do processo de intervenção de governo com vistas a garantia de maior esperança de sustentabilidade.

REFERÊNCIAS

ALIER, J. M. (1994). *De La Economia Ecologica al Ecologismo Popular*. Barcelona, Icaria.

ALTVATER, E. (1995).O Preço da Riqueza. São Paulo, UNESP.

ARGYROUS, G. (2002) – Endogenous demand in the theory of transformational growth. In: Setterfield, M. The Economics of Demand-Led Growth. Cheltenham- Northampton, Edgar Elgar. P. 237-250.

ARTHUR, W. B. (1988) – Competing technologies: an overview. In:Dosi, G., Freeman, C., Nelson, R., Silverberg, G., Soete, L. (Eds.). *Technical Change and Economic Theory*. London and New York, Printer Publisher.

ARTHUR, W. B. (1994). *Increasing Returns and Path Dependence in the Economy. Michigan*. Michigan, The University of Michigan Press.

BARQUERO. A.V. (2001). Desenvolvimento Endógeno em Tempos de Globalização. Porto Alegre, Ed. UFRGS/FEE.

BENSAÏD, D. (1999). *Marx, o Intempestivo:* grandezas e misérias de uma aventura crítica. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

BOURDIEU, P. (1989). *O Poder Simbólico.* Difel e Bertrand Brasil, Lisboa e Rio de Janeiro.

BOURDIEU, P. (1994). O Campo Científico. In: Ortiz, R. *Pierre Bourdieu*. Coleção Grandes Cientistas Sociais – Sociologia No. 39. Editora Ática, São Paulo. Pp. 122-155.

BUNKER, S. G. (1985). *Underdeveloping the Amazon: Extration, Enequal Exchange and the Feilure of the Modern State*. Chicago, University of Chicago Press.

CASSIOLATO, J. E. e LASTRES, H. M. M. (2003). O Foco em Arranjos Produtivos e Inovativos Locais de Pequenas Empresas. In: Cassiolato, J. E. e Lastres, H. M. M. (eds). *Pequena Empresa*:

Cooperação e Desenvolvimento Local. Rio de Janeiro, Relume Dumará.
CASSIOLATO, J. E. e LASTRES, H. M. M. Inovação, Globalização e Novas Políticas de Desenvolvimento Industrial e Tecnológico In: Cassiolato, J. E. e Lastres, H. M. M. (eds). *Globalização e Inovação Localizada:* experiências de sistemas locais do Mercosul. Brasília: IBCT/MCT, 1999.

CONTI, S., GIACCARIA, P. Local Development and Competitiveness. Kluwer Academic Publisher, Dordrecht, 2001. Pp. 3-33.
COSTA, F. A. (2014). O momento, os desafios e as possibilidades da análise econômica territorial. In: Nova Economia_Belo Horizonte_24 (3)_613-644_setembro-dezembro de 2014

COSTA, F. de A (2005b). O FNO e o Desenvolvimento Sustentável da Amazônia. In: May, P. H., Amaral, C., Millikan, B., Ascher, P. *Instrumentos Econômicos para o Desenvolvimento Sustentável da Amazônia: experiências e visões*. Brasília, MMA.

COSTA, F. de A. (1992). *Ecologismo e Questão Agrária na Amazônia*. Belém, Editora do UFPa/SEPEQ-NAEA.

COSTA, F. de A. (1998). *Ciência, Tecnologia e Sociedade na Amazônia*: Questões para o desenvolvimento sustentável. Belém, Ed. Cejup.

COSTA, F. de A. (2001). As Ciências, o Uso dos Recursos Naturais na Amazônia e a Noção de Desenvolvimento Sustentável: Por uma interdisciplinaridade ampla. In: Vieira, I. C. G., Silva, J. M. C., Oren, D. C., D'Incao, M. A. (Orgs.). *Diversidade biológica e cultural da Amazônia*. Belém, Museu Paraense Emilio Goeldi.

COSTA, F. de A. (2002). A Dinâmica da Economia de Base Agrária do "Pólo Marabá" (1995-2000): uma aplicação da metodologia de Contas Sociais Ascendentes (CS^{α}). In: *Novos Caderno do NAEA*, V. 5, No. 1. Pp. 35-72.

COSTA, F. de A. (2005a). Questão Agrária e Macropolíticas na Amazônia: Novos momentos, grandes desafios. In: *Revista do Centro de Estudos Avançados*, No. 53, jan.-mar. 2005. São Paulo, USP.

COSTA, F. de A. e SANTANA, A. C. (2002). Desenvolvimento Regional Sustentável e Incentivos Fiscais: um modelo alternativo para a Amazônia. In: *Novos Caderno do NAEA*, V. 5, No. 2. Pp. 89-116.

COSTA, F.A. (2006a). Contas Sociais Alfa (CSα) – Uma metodologia de cálculo ascendente para a configuração macro-estrutural de economias locais. In: *Interações – Revista Internacional de Desenvolvimento Local*, v.7, n.12, mar. 2006. Campo Grande, UCDB-Editora. Pp. 29-54.

COSTA, F.A.. (2006b). Arranjos Produtivos Locais e o Planejamento do Desenvolvimento Regional na Amazônia: Notas sobre as possibilidades de uma nova institucionalidade. In: *Revista Brasileira de Inovação*, V 5, n. 1 (no prelo).

COSTA, F.A.. (2012). Formação Agropecuária da Amazônia: desafios ao desenvolvimento sustentável. Belém, NAEA.

COUTINHO, L. (2004). Regimes Macroeconômicos e Estratégias de Negócios; uma política industrial alternativa para o Brasil no Século 21. In: Lastres, Cassiolato e Arroio (Orgs.). *Sistemas de Inovação e Desenvolvimento*. Rio de Janeiro, RedeSist, 2004.

DALY, H. E. (1989). Introducción a la Economía en Estado Estacionario. In: Daly, E. H. (Org.) – *Economía, ecología, ética:* ensayos hacia uma economía em estado estacionário. México, Fondo de Cultura Económica.

FURTADO, C. (1977). O Processo de desenvolvimento: enfoque analítico. In: Furtado, C. - *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômcio*. Segunda Parte. São Paulo, Ed. Nacional. Pp. 89-134.

GEORGESCU-ROEGEN, N. (1971). The entropy law and the economic process. Harvard, Harvard University Press.

GOODMAN, D. e SORJ, B. e WILKINSON, J. *Da Lavoura às Biotecnologias*: Agricultura e Indústria no Sistema Internacional. Rio de Janeiro, Editora Campus, 1989.

HABERMAS, J. (1995). *Theorie des kommunikativen Handelns*. V.1. Handlungsrationalität und geselschaftliche Rationalisierung. Frankfurt, Suhrkamp.

HUMBERT, M. (2003). *Globalisation and Glocalisation*: problems for developing countries and policu (supranational, national and subnational) implications. Rio de Janeiro, RedeSist, NT 08.

KUHN, T. (1982). *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo, Perspectivas.

MARX, K. (1968). Die Methode der Politischen Ökonomie. In: MARX, K. *Zur Kritik der Politischen Ökonomie*. Berlin, Dietz Verlag, p. 247-257.

MORÁN, E. F. (1990). *A ecologia humana das populações da Amazônia*. Petrópolis, Vozes.

NELL, E. J. (2002) – Notes on the transformational growth of demand. In: Setterfield, M. The Economics of Demand-Led Growth. Cheltenham- Northampton, Edgar Elgar. P. 237-250.

NORTH, D. (1981). *Structure and Change in Economic History*. New York – London, W. W. Norton and Company.
PORTER, M. E. (1989). *A Vantagem Competitiva das Nações*. Rio de Janeiro, Campus.

ROMEIRO, A. R. (1998). *Meio ambiente e dinâmica de inovação na agricultura*. São Paulo, FAPESP/ANNABLUME.

SACHS, I. (1993). *Estratégias de Transição para o Século XXI*: Desenvolvimento e Meio Ambiente. São Paulo, Studio Nobel/ Fundap.

SCHMITZ, H. (2003). *Local Upgrading in Global Chains*. Rio de Janeiro, RedeSist, NT 06.

WILLIAMSON, O. (1985). *The economic institutions of capitalism*. New York: Free Press, 1985.

O TEXTO COMO INTERAÇÃO E REPRESENTAÇÃO SOCIAL

Geldes de Campos Castro[1]

RESUMO

Pensar gêneros textuais implica considerar o contexto social em que estes são produzidos, assim como as finalidades a que se propõem. Sustentar esta afirmação significa pensar também o gênero como uma ação, ou resultante desta, adquirindo significados a depender da situação e do contexto social no qual acontece. A dimensão social do texto é então o ponto de partida para se entender essas manifestações e, consequentemente, pensar em suas implicações para o ensino. Este artigo se articula com a proposta de formação continuada dos professores da Rede Municipal de Ensino de Belém, em particular do II Ciclo, propondo-se a uma reflexão a respeito do trabalho com gêneros textuais, destacando de que maneira estes foram abordados durante os momentos de formação e o que justifica a opção pela organização das propostas didáticas a partir dessa perspectiva. Para isso, tomou-se como objeto de análise o material impresso das oficinas realizadas nos anos de 2009 a 2015, destacando aquelas que tratam sobre o estudo dos gêneros textuais e enfatizando as sequências didáticas desenvolvidas. O ponto de partida foi o pressuposto de que o gênero textual é uma ação social (MILLER, 1994) sendo, portanto, definido como uma atividade sócio-discursiva. Apoia-se em estudos como os de Bronckart (2003), Marcuschi (2002), Souza (2009), Lopes (2010) e Biasi-Rodrigues (2002).
Palavras-chave: Gêneros textuais. Interação social. Alfamat. Formação de professores.

---

1 Mestre em Ciências Sociais – Sociologia (UFPA). Doutorando em Ciências Sociais – Sociologia (UFPA). Professor da Rede Municipal de Ensino de Belém. Assessor Pedagógico do Núcleo de Informática Educativa – NIED/SEMEC. E-mail: geldes@bol.com.br

RESUMEN

Creo que los géneros de texto implica considerar el contexto social en que se producen, así como los fines para los que están proponiendo. Apoyar esta declaración significa también pensar el género como una acción, o resultante de este, adquiriendo significados dependiendo de la situación y el contexto social en el que sucede. La dimensión social del texto es así el punto de partida para entender estas manifestaciones y, en consecuencia, pensar en sus implicaciones para la enseñanza. Este artículo se articula con la propuesta de formación continua de maestros de las escuelas municipales de Belém, en particular del segundo ciclo, proponiendo una reflexión acerca del trabajo con géneros de texto, destacar cómo éstos se abordaron durante los momentos de formación y lo que justifica la opción para organizar las propuestas didácticas desde esa perspectiva. Para eso, tenemos como objeto de análisis el material impreso de las oficinas en los años 2009 a 2015, destacando aquellos que se ocupan con el estudio de los géneros textuales y haciendo hincapié en las secuencias didácticas desarrollaron. El punto de partida fue la suposición de que el texto es una acción social (MILLER, 1994) y por lo tanto se define como una actividad socio-discursiva. Basado en estudios como depende (2002), Souza (2009), Bronckart (2003), Lee (2010) y Biasi-Rodrigues (2002).

Palabras clave: géneros de texto. Interacción social. Alfamat. Formación de los docentes.

1 INTRODUÇÃO

As atividades realizadas na convivência cotidiana são sintetizadas pela linguagem e concretizadas na forma de textos, sejam eles orais ou escritos. A expressão manifestada nos textos e a realidade social estão, portanto, interligadas de tal forma que é impossível dissociá-las. Considerando a multiplicidade das interações sociais torna-se fácil inferir que há uma heterogeneida-

de de textos; dada a dinamicidade dessas interações, pode-se, da mesma forma, perceber que os textos se adaptam às novas realidades, correspondendo às finalidades que a eles são colocadas e propondo novos desafios à escola.

Neste artigo vamos refletir sobre as propostas do Programa Alfabetização Matemática, Leitura e Escrita – Alfamat, no que concerne aos trabalhos com os gêneros textuais, com ênfase nas proposições feitas aos professores, tendo em vista a organização dos trabalhos em sala de aula. Foi utilizado como objeto de análise o material impresso de Oficinas realizadas nos anos de 2009 a 2015, em destaque aquelas que trazem propostas de sequências didáticas relacionadas aos gêneros textuais. A sequência do trabalho foi direcionada pelas seguintes questões: o que são gêneros textuais? Como justificar a opção pelo estudo dos gêneros? Como estes foram abordados?

O ponto de partida para esta discussão assenta-se no pressuposto de que o gênero textual é uma ação social (MILLER, 1994) sendo, portanto, definido como uma atividade sócio-discursiva, apoiando-se em estudos como os de Bronckart (2003), Marcuschi (2002), Souza (2009) e Biasi-Rodrigues (2002).

O artigo está estruturado em duas seções principais. A primeira tem a preocupação em responder o porquê da opção pelo trabalho com os gêneros textuais, justificando essa posição e identificando o marco teórico que orienta o trabalho. A segunda seção se empenha em demonstrar como esse trabalho foi proposto, com base nas atividades relacionadas aos gêneros textuais em duas perspectivas: textos situados no contexto mais próximo da interação social em curso, destacando o gênero notícias e, em seguida, textos situados à distância dessa interação, como os textos narrativos, destacando as fábulas e as lendas.

2 GÊNEROS TEXTUAIS: O PORQUÊ DA OPÇÃO

Falar de textos, sua classificação e estrutura, não é tarefa das mais simples, considerando a heterogeneidade de manifestações que encontramos, bem como suas constantes modificações e variedades de suportes nos quais estão ancorados. Algumas questões, entretanto, fazem parte de um pensamento mais aceito, vem tomando corpo e se ampliando na discussão, entre elas, a de que a linguagem é uma ação social (MILLER, 1994). Sustentar esta afirmação significa pensar também o gênero como uma ação, ou resultante desta, adquirindo significados a depender da situação e do contexto social no qual a situação acontece. A dimensão social do texto é então o ponto de partida para se entender essas manifestações e, consequentemente, pensar em suas implicações para o ensino.

Em nosso cotidiano nos deparamos com uma variedade imensa de manifestações verbais: os primeiros sons da manhã, emitidos pelos veículos de comunicação sonoros e visuais; as mensagens nas ruas, sejam as placas de identificação, os *outdoors* ou os letreiros dos ônibus; o pregador nas ruas emitindo suas palavras evocando a conversão; um panfleto jogado na calçada ou os encartes das lojas; uma correspondência que nos chega pelos correios; os famigerados *e-mails* nas nossas caixas postais eletrônicas; a bula de um remédio que precisa ser decifrada por conta de um mal que nos acometeu repentinamente; uma receita de um prato especial para receber alguns amigos que vêm nos visitar no fim de semana; um romance que vai nos deleitar no domingo à tarde após a saída dos amigos, quando soltar a imaginação nos traz um imenso prazer.

Como nos posicionarmos diante de todas essas manifestações, das mais simples às mais complexas? Como pensar e organizar tudo isso? Como pensar a escola nesse contexto? O caos não nos parece adequado. Embora a vida em suas relações seja permeada de inconstâncias e indefinições, a nossa tendência é organizar e tipificar tudo. Mas tipificar é suficiente quando se trata de uma variedade tão grande de manifestações verbais? A expe-

riência mostrou que não. A tipificação tradicional formada pelo tripé narração, descrição e dissertação não pareceu ser adequada, deixando lacunas e manifestações sem o amparo desse "guarda-chuva". Outras tipologias também surgiram, mas apresentando o mesmo vazio.

Em contraposição à ideia de "tipos" surgiu a de "gêneros". Esta última, pensada como fenômenos sócio-históricos, culturalmente sensíveis e heterogêneos e, por isso mesmo, não há como fazer uma lista fechada de todos eles. É Marcuschi (2002) quem nos propõe uma definição que nos parece coerente sobre as diferenças entre tipos e gêneros:

> Usamos a expressão *tipo textual* para designar uma espécie de construção teórica definida pela *natureza linguística* de sua composição [aspectos lexicais, sintáticos, tempos verbais, relações lógicas]. Em geral, os *tipos textuais* abrangem cerca de meia dúzia de categorias conhecidas como: *narração, argumentação, exposição, descrição, injunção*. (...)
> Usamos a expressão *gênero textual* como uma noção propositalmente vaga para referir os *textos materializados* que encontramos em nossa vida diária e que apresentam *características sócio-comunicativas* definidas por conteúdos, propriedades funcionais, estilo e composição característica. Se os tipos textuais são apenas meia dúzia, os gêneros são inúmeros. (p. 22-23)

Podemos então pensar, com esse autor, em famílias de textos que apresentam uma série de semelhanças entre si quando queremos nos referir aos gêneros textuais. Apesar de serem eventos linguísticos, não são definidos pelas suas características linguísticas e sim como atividades sócio discursivas. Pensando em termos funcionais podemos dizer que é uma forma de realizar linguisticamente determinados objetivos em determinadas situações sociais, diferindo, portanto, dos tipos textuais.

Como repensar a escola diante dessa riqueza de construções sócio comunicativas? O primeiro marco que percebemos para a mudança de posição veio com a ruptura feita pelos Parâmetros Curriculares Nacionais, os PCNs. A opção metodológica feita pelos PCNs de Língua Portuguesa demonstrou um abando-

no do tripé tradicional: narração, descrição e dissertação, para assumir a noção de gênero (BIASI-RODRIGUES, 2002; ROJO e CORDEIRO, 2004; MOTTA-ROTH, 2006).

Em um estudo no qual questiona se a diversidade de gêneros na escola seria apenas um modismo, Biasi-Rodrigues (2002) apresenta também uma crítica à maneira como foi feita a opção nos PCNs. Para ela faltam justificativas para embasar a proposta metodológica, mas reconhece que as concepções adotadas nos Parâmetros são alicerçadas primeiramente na definição de Bakhtin (1992) ao classificar os gêneros em dois: discurso primário (simples) e secundário (complexo). Há uma familiaridade no texto dos PCNs em relação aos gêneros textuais, mas que tal familiaridade pode não ser entendida pelo professor em um "passe de mágica". E realmente não pode. É necessário o investimento na formação para que este se aproprie da discussão e o debate possa se traduzir em resultados positivos em sala de aula.

As proposições dos PCNs materializam-se nos Descritores da Prova Brasil, com fortes marcas do sociointeracionismo como aporte teórico. As dificuldades, entretanto, permanecem e estas se dão principalmente em relação ao ensino dos gêneros. Como já afirmado, o professor precisa se apropriar da "novidade", bem como de suas bases de sustentação (MACHADO E LOUSADA, 2010). Biasi-Rodrigues (2002) nos dá algumas pistas de fatores a considerar sobre o ensino do gênero: as condições de produção ou instâncias comunicativas em que são criados os gêneros; os propósitos comunicativos ou a finalidade; as relações que são estabelecidas entre o produtor e o receptor nas situações de comunicação tendo em vista esses propósitos; finalmente, a audiência, considerando que esta exerce influência nas escolhas feitas pelo produtor nas diversas situações de comunicação. Estes fatores, de início, nos apontam que a transposição didática no ensino dos gêneros requer cuidados e preparação.

3 CONSTITUIÇÃO DO MUNDO DISCURSIVO E TRANSPOSIÇÃO DIDÁTICA

Desde o nascimento o nosso contato com a interação verbal é uma constante. O balbuciar das primeiras palavras já apontam para a necessidade de comunicação. As entonações das vozes dos adultos, até mesmo em certos monossílabos, voltadas aos pequenos cumprem o mesmo papel de um discurso elaborado aos maiores, de forma que um simples "não! " passa a ser entendido mesmo sem o domínio da linguagem oral mais elaborada.

Dos textos mais simples, como as primeiras palavras ensaiadas, a conversa entre dois amigos, ou a atualização de *status* nas redes sociais, às elaborações mais complexas (BAKHTIN, 1992), como a compreensão de uma bula de remédio, uma notícia do jornal, ou um texto científico, há um longo percurso a ser percorrido pelos falantes da língua. E como dar esse salto, quando o texto passa da sua forma "natural" para as elaborações mais complexas? O que fazer para que esse percurso não seja penoso, mas que os iniciantes entendam a função social dos gêneros?

As duas perguntas sugerem que devamos tomar decisões: em relação ao percurso a cumprir, em relação à construção desse percurso e a quem atribuir a tarefa. Não é difícil inferir que à escola cabe a reflexão sobre esses questionamentos, bem como a essa tomada de decisões. As proposições do Programa Alfamat vêm ao encontro dessas reflexões, quando este assume a tarefa de pensar proposições a partir dos descritores da Prova Brasil em relação ao ensino dos gêneros, entre tantos outros desafios. Aqui nos deparamos com o problema da transposição didática, entendida a partir de Machado e Cristóvão (2006, p. 552), ao defini-la como "conjunto das transformações que um determinado conjunto de conhecimentos necessariamente sofre, quando temos o objetivo de ensiná-lo, trazendo sempre deslocamentos, rupturas e transformações diversas a esses conhecimentos".

Dito isto, é necessário pensar na criação de modelos para o ensino desse conjunto de conhecimentos, aqui em destaque, os gêneros textuais. Entende-se que na criação desses modelos há

maior liberdade por parte do professor. Nem sempre há tempo para a elaboração de atividades que estejam cem por cento de acordo com uma pretensa "teoria pura". Sabe-se que a realidade do professor é pautada pela falta de tempo e correria de uma escola a outra a fim de cumprir carga horária, portanto, a criação de modelos não precisa ser teoricamente perfeita e pura, abrindo-se a possibilidade da utilização de referenciais teóricos diversos, de diferentes estudos sobre o gênero a ser ensinado, além de referências obtidas por meio da observação (MACHADO e CRISTÓVÃO, p. 557). Nessa perspectiva, o Programa Alfamat propõe o trabalho com maior número possível de gêneros textuais, sugerindo atividades e abordagens diversas, o que não significa que os alunos tenham que saber todos os gêneros, uma vez que isso é impossível, mas para que saibam a finalidade do texto, os recursos linguísticos utilizados e os efeitos de sentido que cada gênero deve causar.

Definidos esses aspectos, outra questão se impõe: que decisões tomar na organização que a produção textual exige? Uma tentativa de pensar essa organização e que nos parece ser adequada é proposta por Bronckart (2003, p. 62). Ao definir o que ele chama de *constituição do mundo discursivo,* mostra que este se apresenta como uma decisão relativa ao modo de organização das representações do mundo solicitadas pela produção textual. Para ele, as representações são organizadas de duas formas: a primeira consiste num mundo colocado à distância ou disjunto da interação social em curso. São os fatos passados e atestados (História), fatos a acontecer, fatos plausíveis ou puramente imaginários, os quais devem se articular a uma origem espaço-temporal, que marca essa distância. São narrados como se tivessem acontecido. Há por outro lado, aqueles situados em um contexto mais próximo, ou seja, aqueles realizados no mundo da interação social em curso. Nessa perspectiva, o texto não tem a função de relatar, mas de expor (mostrar, exibir) estados, noções ou eventos "conjuntos", aqueles que se encontram acessíveis no mundo dos protagonistas da interação social. Estas duas formas de pensar a produção textual são importantes para entender a

experiência que se segue. Tomaremos como início da reflexão o contexto da interação em curso ao pensar as atividades com os gêneros textuais.

3.1 O gênero notícias: Um mundo em interação

A transposição didática em relação ao gênero pressupõe uma visualização da dimensão constitutiva de gênero e seleção das que podem ser ensinadas e das que são necessárias para um determinado nível de ensino. Já afirmamos anteriormente que o Programa Alfamat procurou trabalhar com a maior variedade possível de gêneros, organizando as atividades com base no tripé: leitura, análise e produção. Considerando o contexto da interação social, na perspectiva daquilo que Berger e Luckman (1985) chamam de "realidade por excelência" elegemos o gênero notícias para mostrar como este foi abordado.

O trabalho com o gênero Notícias priorizou aqueles fatos relacionadas à realidade dos alunos. Em geral, notícias com enfoque de situações locais, como a cultura, problemas urbanos, meio ambiente entre outros, ou ainda de interesse do universo infanto-juvenil, como esportes e seus ídolos, por exemplo. Um dos temas abordados, ligado à realidade dos alunos foi sobre o desperdício de água, cujo texto utilizado demonstramos a seguir:

DIA MUNDIAL É MOMENTO PARA REFLEXÃO SOBRE O DESPERDÍCIOE M BELÉM. DADOS OFICIAIS SÃO ALARMANTES NA CAPITAL

(Fragmentos)

Belém desperdiça água nas redes de distribuição da Companhia de Saneamento do Pará (Cosanpa) e do Sistema Autônomo de Água e Esgoto de Belém (Saaeb). Metade da água captada e tratada pela Cosanpa se perde por causa de vazamentos, uso inadequado ou ligações clandestinas. São 6,25 milhões dos 12,6 milhões de litros captados por mês. Belém consome mais da metade dessa água, captada nos lagos Bolonha e Água Preta, mas desperdiça também muito do que capta nos poços que abastecem os distritos e parte da periferia: são 35 mil residências e 175 mil usuários abastecidos pelo Saaeb, que estima em 75 mil o total de pessoas que cap tam água da rede de forma clandestina.

"Para a água sair do rio, ser bombeada, passar por uma estação de tratamento, há um gasto de energia. Um gasto que, na distribuição da água, pode representar a segunda maior despesa e, em alguns casos, a primeira", i nforma José Almir Rodrigues, pesquisador da Universidade Federal do Pará.

Jornal Amazônia. 22/03/2011. Disponível em: http://www.orm.com.br/plantao/noticia/default.asp?id_noticia=522759

Fonte: Alfamat, Oficinas 3, 4 e 5, março de 2011.

O exemplo acima fez parte de um conjunto de textos que tratavam sobre a mesma temática: o desperdício de água. Após a apresentação dos textos sugeriu-se uma série de questionamentos para orientar o debate e facilitar a análise do gênero, tais como: a finalidade do texto, entendendo que o gênero deve ser mais destacado pela sua função sócio-comunicativa que pela sua estrutura (BRONCKART, 2003); os sentidos de determinadas palavras presentes no texto, no caso acima, destacou-se a palavra "estação" e seus diversos significados, diferindo daquele relacionado na notícia, enfatizando que o contexto é que determina o sentido que a palavra vai assumir; as informações trazidas no texto. Outras notícias relacionadas foram: "Pará perde metade da sua água tratada", "Lava-jatos são aliados renitentes do desperdício" e "Lava-jato é um dos principais vilões". A seguir, exemplo de questões para orientar a discussão sobre a notícia destacada:

- Qual a finalidade do texto?
- Qual o título da notícia?
- Qual o tema abordado na notícia?
- Qual o sentido da palavra "estação" no texto?
- Quais os sentidos da palavra "estação" fora do texto?
- Quais as duas redes de distribuição de água de Belém?
- De onde é captada a água tratada na Cosanpa?
- Qual a maior despesa na distribuição da água?

Fonte: Alfamat, Oficinas 3, 4 e 5, março de 2011.

É importante perceber que os questionamentos sugerem um mergulho no texto, reconhecendo elementos que o constituem, como finalidade, tema abordado e título, sendo este último destacado para que o aluno possa perceber que título e tema não são necessariamente a mesma coisa. Os questionamentos também sugerem um olhar além do texto, como as três últimas perguntas, remetendo ao contexto social a que o texto se refere, porém, ampliando o olhar para questões mais macros, como a distribuição de água na cidade. São questões que sugerem um aprofundamento do assunto, para o qual apenas esse texto não será suficiente, necessitando que o professor sugira outras fontes de pesquisa, como a Internet e visitas *in loco* à Estação de Tratamento de Água, assim como outras questões para aprofundamento.

Ainda em relação à notícia, foram propostas atividades de reconhecimento e destaque dos elementos constitutivos da estrutura desse gênero, sendo estes:

Elementos da notícia
1. **Manchete** – é o título da notícia, geralmente impressa em letras de tamanho ampliado; é uma chamada impactante sobre o assunto;
2. "**Olho**" - pode vir acompanhando a imagem e consiste num pequeno trecho, que fica destacado do corpo da notícia. Tem a função de chamar a atenção do leitor, destacando mais algumas informações, além das mencionadas nas manchetes.
3. **Lead** - em inglês significa "conduzir"; localizado sempre no primeiro parágrafo apresenta um resumo dos fatos contados, respondendo a questões do tipo: Quem? Fez o que? A quem (ou o que aconteceu a quem?), Onde? Como? Por quê? E para quê?
4. **Corpo da notícia** – parte em que é apresentada a descrição mais detalhada do fato ocorrido.
5. **Ilustrações** - imagens, gráficos, fotografias que servem para acrescentar ou reforçar as informações apresentadas no texto.

Fonte: Alfamat. Oficina 08, jun. 2011.

Com base na definição dos elementos principais da construção da notícia, criou-se um quadro, a ser utilizado pelos alunos para separar esses elementos, preenchendo-o com referência nos textos fornecidos, a fim de facilitar o reconhecimento desse gênero:

Finalidade do texto	
Título	
Tema central	
1º parágrafo (lide ou lead) (resumo)	
2º parágrafo (resumo)	
3º parágrafo (resumo)	

Fonte: Alfamat, Oficina 03, 2009.

Na sequência didática, outros gêneros foram destacados, tratando sobre o mesmo assunto, mas com outras finalidades. Importante perceber que a finalidade é determinante para definir os elementos que são escolhidos para a composição do texto, atingindo o público desejado, assim como as reações esperadas a partir da leitura (COSCARELLI, 2007).

Um aspecto importante a ser recuperado no trabalho com o gênero notícia é sobre fato e opinião relativa ao fato. A notícia se caracteriza pela impessoalidade, na qual o autor deve ater-se aos fatos (CAPRINO, 2002; BONINI, 2003). Muitas vezes, porém, ou na maioria delas, não se consegue distinguir o que é o fato e o que é a opinião. Nesse sentido, a proposição de debate em sala de aula sobre o gênero em questão serve como aporte para que o aluno possa fazer essa distinção. No mais, a reescrita do texto é sempre uma proposição que não pode faltar. Nesse caso, as proposições foram que os alunos escrevessem suas próprias notícias, mas desta vez destacando o que é fato e o quais suas opiniões sobre esse fato. Como exemplo, mostramos o quadro a seguir, proposto para que o aluno perceba esses aspectos, separando-os, o que deve ser feito utilizando vários textos.

Manchete	Fato principal apresentado no texto	Opinião relativa ao fato	Quem manifesta a opinião

Fonte: Alfamat, Oficina 11, 2º semestre de 2011.

Na proposição do trabalho com o gênero notícia, procurou-se fazer um elo entre os professores integrantes do Alfamat e os professores de Salas de Informática Educativa. Aos últimos foram ofertadas oficinas de diagramação e editoração eletrônica utilizando Software Livre, nesse caso, o *Scribus,* para que o integrassem aos projetos nas escolas e implementassem a produção de jornais confeccionados pelos alunos, utilizando os diferentes gêneros: notícias, classificados, entrevistas, receitas e outros.

O gênero notícia também foi utilizado de várias outras formas e explorando outros aspectos. Com base no pressuposto de que em uma notícia, bem como em outros gêneros, não há apenas informações explícitas, procurou-se explorar esse aspecto com atividades visando desenvolver a habilidade de perceber as informações que estão implícitas.

Programação de aniversário do Ver-o-Peso tem 3 dias de festa

Mercado completa 387 anos nesta quinta-feira (27)

Um espetáculo pirotécnico marca o começo da comemoração do aniversário de 387 anos do Mercado do Ver-o-Peso, que será nesta quinta-feira (27) em Belém. A festa começa às seis horas da manhã e, após a queima de fogos, segue com uma celebração religiosa: o culto, que une católicos e evangélicos, será celebrado pelo padre Vanildo Paboim e pelo pastor Paulo Queiroz, da Assembléia de Deus.

A comemoração inclui ainda shows com atrações regionais e um bolo de cinco metros, que será servido para os visitantes, às 9h, além de diversos serviços de cidadania, que serão oferecidos para os visitantes pela Secretaria Municipal de Saúde de Belém (SESMA) e pela Superintendência Executiva de Mobilidade Urbana de Belém (SEMOB), que fará agendamento para o passe especial, carteira de idoso e meia passagem.

A programação continua na sexta-feira (28), a partir das 9h com apresentação do coral da SEMOB no palco central do Ver-o-Peso, seguido da banda da Guarda Municipal. O grupo de carimbó "Trilhas da Amazônia" assume o palco a partir das 12h com músicas e danças regionais.

No sábado, feirantes participam da 5ª edição dos Jogos do Ver-o-peso. Seis equipes, batizadas com nomes de iguarias gastronômicas do Pará, irão disputar provas inspiradas na rotina dos feirantes: descamar peixe, apanhar, transportar e debulhar açaí, tirar a polpa do cupuaçu, descascar mandioca e castanha e beber um litro de açaí.

As competições acontecerão a partir das 8h e a premiação dos vencedores está prevista para o meio dia. Para encerrar os festejos, haverá show com a banda Pop Show, a partir das 14h.

Fonte: Alfamat, Oficina 4, 2015

O excerto acima é o recorte de uma notícia veiculada por ocasião do aniversário do Mercado Ver-o-Peso, e faz parte de uma série de atividades alusivas às comemorações. Assim como há a necessidade de diferenciação entre fato e opinião, que muitas vezes estão colocados de forma a direcionar o pensamento do leitor, muitas informações implícitas podem estar presentes nos textos jornalísticos. Cabe desenvolver essa capacidade leitora de perceber esses elementos. Algumas dessas informações podem ser simples fatos de importância relativa, mas podem esconder outras mais profundas, deixando segmentos da sociedade invisibilizados. No texto destacado, por exemplo, esconde-se a questão religiosa local. A maneira como é construído o texto (o culto que une católicos e evangélicos) tende a esconder as religiões de matriz africana e as influências religiosas indígenas, o que não significa pouco quando se trata do local em festejos, considerando os tons, cores e aromas presentes no Ver-O-Peso e que é manifesto pela venda de ervas e "poções mágicas". Respeitando os limites de interpretação dos alunos, esse texto manifesta o poder das interações sociais e sob as palavras bem escolhidas subjazem as relações de dominação presentes nas sociedades. Desse fato, a necessidade de orientação de debates com professores durante os encontros de formação, para posteriormente serem levados aos alunos em sala de aula.

A realidade da vida cotidiana, porém, não se esgota no aqui e agora. Como se vê, envolve elementos da realidade escondidos nos textos e que precisam ser revelados. O cotidiano compreende também fenômenos que não estão presentes nesta realidade imediata (BERGER E LUCKMAN, 1985), pois experimentamos a vida em diferentes graus de aproximação e distância espaço-temporal. Na subseção a seguir, apresentamos os textos pensados a partir dessa segunda perspectiva.

3.2 As narrativas: Um mundo em representação

As narrativas são aqui apresentadas como aqueles textos situados à distância da interação em curso, conforme proposto por Bronckart (2003). O destaque foi dado às fábulas e as lendas,

destacando-se as lendas urbanas cujo cenário é a cidade de Belém. Vejamos como esses gêneros foram abordados, a começar pelas fábulas.

"O leão e o rato" foi um dos exemplos de trabalho com o gênero **fábula**, cuja sequência didática apresentamos a seguir:



O leão e o rato

Uma vez, quando o leão estava dormindo, um ratinho pôs-se a passear em suas costas. Isto logo acordou o leão, que segurou o bichinho com sua enorme pata e disse que ia engoli-lo.

– Perdão, rei dos animais, gritou o ratinho, Deixe-me ir, não o importunarei mais. Quem sabe se um dia não conseguirei pagar-lhe este favor? O leão riu-se por não acreditar que o ratinho pudesse ajudá-lo em alguma coisa. Afinal, soltou-o.

Algum tempo depois, o leão caiu numa armadilha. Os caçadores, que desejavam levá-lo vivo ao rei, amarram-no numa árvore, enquanto iam providenciar um vagão para transportá-lo. Nesse momento, apareceu o ratinho. Vendo o apuro em que se encontrava o leão, num instante roeu as cordas que o prendiam à árvore.

– Eu não disse que talvez um dia pudesse ajudá-lo? Falou o rato. Assim, eles ficaram grandes amigos.

Fonte: Alfamat, oficina 09/2011.

Após a leitura do texto, foi proposta uma discussão sobre a fábula para que nela se percebessem os elementos que compõe a narrativa. A proposição seguinte foi a encenação desse texto em quatro atos, destacando que cada ato deveria enfocar um elemento da narrativa: introdução, desenvolvimento, clímax e desfecho. Como sugestão apresentou-se a possibilidade de fazer um teatro de fantoches, ou deboches, dramatização etc.

Propôs-se ainda que a encenação fosse filmada e trabalhada posteriormente com os alunos, ou mesmo ser editado na Sala de Informática, considerando que os professores desses espaços haviam participado de oficinas de edição de vídeo, utilizando o *Software LivreOpenshot*, vinculando os trabalhos de sala de aula com os das Salas de Informática Educativa. A etapa final dessa sequência foi a proposição da reescrita do texto. Apresentou-se um conjunto de ilustrações sequenciais da fábula para facilitar a produção escrita dos alunos.

Ainda na trilha das composições de fábulas foi utilizada também, em outro período, uma adaptação da fábula "a moça e a vasilha de leite", desta vez evocando um diálogo com a matemática. Buscou-se mostrar que a realidade complexa em que a criança vive pode ser abordada de várias formas e que os outros saberes se interconectam na construção das habilidades linguísticas e na compreensão do cotidiano, aprendendo a problematizar e a apresentar soluções aos problemas, tanto aqueles que surgem a partir das interações, quanto aqueles construídos em simulação da realidade.

A Moça e a Vasilha de Leite

Uma moça ia ao mercado equilibrando, na cabeça, uma vasilha com 4 litros de leite. No caminho, começou a calcular o lucro que teria com a venda:

-Vendendo todo o leite por R$2,50 o litro, com o dinheiro, dá para comprar 20 ovos.

Naturalmente, nem todos estarão bons, mas, pelo menos, de três quartos deles sairão pintinhos. Levarei alguns pintinhos para vender no mercado. Com o dinheiro que ganhar, aumentarei o estoque dos ovos.

Tornarei a pô-los para chocar e, em breve, terei uma boa fazenda de criação. Ficando rica, os homens vão cair aos meus pés e me pedirão em casamento. Escolherei, naturalmente, o mais forte, o mais rico e o mais bonito. Minhas amigas vão morrer de inveja! Comprarei um lindo vestido e um véu bem comprido para o casamento. Todos dirão que sou a noiva mais elegante da cidade.

A moça, caminhando com a cabeça nas nuvens, sacudiu a cabeça de contentamento e... a vasilha do leite caiu ao chão, o leite esparramou-se pela estrada e nada sobrou para vender no mercado.

Moral da história: Não se deve contar com o ovo quando ele ainda está dentro da galinha.

Fábula de Esopo. Adaptado de : http://pensador.uol.com.br/fabulas_de_esopo/

Fonte: Alfamat, Oficina 3, março de 2013

A narração é importante aqui porque a reconstrução da história pode fornecer à criança elementos para que ela construa seu sistema de língua escrita em particular e da língua em geral a partir da complexidade do mundo que a cerca. A importância da narrativa diminui quando a criança aprende a ler, mas não pode desaparecer completamente da vida da criança mais velha (SOUZA, 2009:145). Em particular no Segundo Ciclo, o ideal é que se trabalhe com narrativas que despertem a atenção dos alunos, considerando sua faixa etária. Os contos tradicionais já não lhes despertam interesse. Tendo isso em perspectiva, propôs-se o trabalho com as lendas urbanas de Belém. Como sugestão, foi apresentada uma sequência didática utilizando uma lenda urbana bastante conhecida na cidade de Belém:

A mulher do táxi: uma lenda em Belém.

Há muitos anos na cidade de Belém um amigo me contou que durante a noite no seu táxi uma bela morena andou. Era uma noite de sexta-feira e a lua estava bela. Meu amigo taxista avistou uma moça na janela. O coração do taxista disparou e muito forte pulsou. A moça fez um sinal. Ele parou em frente ao portão de uma velha casa. A moça, então sorriu, e disse: "Você pode levar-me até a rua Gentil Bittencourt?" O taxista não via nada ao redor a não ser o olhar encantador daquela mulher. Ela entrou no seu táxi. Um cheiro forte de rosas exalou. O percurso feito por aquele táxi parecia infinito. Quando no endereço solicitado chegou, meu amigo se assustou. A moça desceu do carro e um forte abraço lhe deu. Beijou-lhe os lábios com paixão. Logo depois, a moça entrou no cemitério e desapareceu. Meu amigo achou aquilo tudo muito estranho, pois já era madrugada. Esperou durante horas, mas a moça não voltou. Retornou para o seu ponto. Ele ardia de febre e se contorcia de frio, mas não conseguia esquecer aquele beijo e nem os olhos daquela mulher!

No dia seguinte, voltou até a casa da moça. Tocou a campainha e esperou a porta se abrir. Uma senhora idosa o cumprimentou: "Bom dia. O que você deseja?". Ele então falou: "Estou procurando uma moça morena de cabelos longos que pegou o meu táxi ontem à noite e esqueceu de me pagar." A senhora olhou meu amigo e apontando para uma foto na parede indagou: "É esta aqui?" Ele sorriu e disse que sim. Então, ela enxugou uma lágrima e disse: "Esta era a minha filha Suzana, mas ela já não está entre nós. Ela morreu vítima de um acidente de táxi..."

Carvalho, Francineti. Disponível em: http://www.recantodasletras.com.br/contosdeterror/240136 Consultado em: 27/04/2012

Fonte: Alfamat, Oficina 04, maio de 2012.

As lendas urbanas foram escolhidas com base em uma intencionalidade ancorada no Projeto Belém, proposição de organização curricular mediada pela Pedagogia de Projetos, proposta para o ano de 2012. A lenda escolhida mostra referenciais conhecidos, como nome de rua, por exemplo, para dar caráter de veracidade à narrativa; por outro lado, há referenciais vagos (uma casa antiga) denunciando tratar-se de uma lenda urbana (LOPES, 2010). Observamos também as marcas da distância espaço-temporal "*Há muitos anos...*" demonstrando uma representação ancorada à distância da interação social em curso (BRONCKART, 2003).

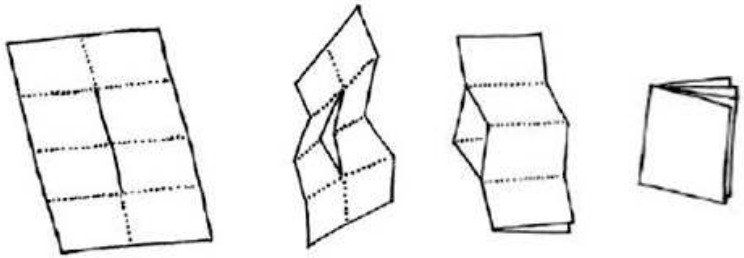
Após a leitura, propôs-se a discussão da lenda e dos elementos constituintes da narrativa, separando esses elementos nos quadros mostrados abaixo:

INTRODUÇÃO (situação inicial): _____
DESENVOLVIMENTO/COMPLICAÇÃO: _____
Conflito gerador: _____
CLÍMAX (ação modificadora): _____
DESFECHO: _____

ONDE? (o lugar)	
QUANDO? (o tempo)	
QUEM? (as personagens)	

Fonte: Alfamat, Oficina 04, maio de 2012.

Na sequência propôs-se a elaboração de uma lenda urbana utilizando Belém como cenário, incluindo os elementos que compõem uma narrativa. Por ocasião das oficinas de preparação, procurou-se discutir com os professores quais estratégias didático-pedagógicas propor para ajudar os alunos na elaboração final desses textos, a fim de que transpareça uma adequação para o português língua-padrão. Após as adequações, a proposição foi a de organizar os textos nos moldes do Projeto Livrinhos. O "livrinho" é confeccionado em uma folha de papel sulfite, dobrando-a de maneira a formar oito retângulos. Após um pequeno corte central, dobra-se o papel de modo a conseguir criar um pequeno livro com quatro páginas duplas, conforme ilustração a seguir:



Fonte: Oficina 2, fevereiro de 2011.

Nesse livro os alunos podem compor suas narrativas, ilustrando-as de acordo com a criatividade. Como finalização, sugeriu-se a exposição dos trabalhos em algum lugar da escola para divulgação e valorização dos esforços dos alunos.

Apesar de localizadas à distância, não podemos dizer que não estão relacionadas ao cotidiano ou à existência prática. Relacionam-se a uma visão de mundo pensada a partir de referenciais da realidade ou a valores práticos, como "a moral da história" presente nas fábulas, por exemplo. Visam fornecer lições práticas que favorecem a convivência social e as relações humanas. Na mesma perspectiva, elaboramos os acontecimentos diários com base em narrativas (GALVÃO, 2005) e, ainda nas palavras dessa autora, "damos sentido às situações por meio do nosso universo de crenças, elaborado a partir das vivências, valores e papéis culturais inerentes ao grupo social a que pertencemos" (p. 328).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os gêneros textuais não são estanques. Eles mudam, adaptam-se às novas realidades e dão origem a novos gêneros. Com o desenvolvimento das novas Tecnologias da Informação e Comunicação esse fenômeno se alargou ainda mais. Isto porque a noção de audiência ganha novos contornos e exigências, ao mesmo tempo em que novas convenções são acordadas entre os membros da comunidade discursiva. As atividades, portanto, não podem ser pautadas como se o professor fosse o único interlocutor dos alunos, obrigando estes a executarem uma tarefa unicamente para ser corrigida, ou criando situações fictícias e improváveis.

Um simples trabalho com receitas culinárias, por exemplo, revela-se com uma riqueza de apropriações sociolinguísticas. Para que serve uma receita? Inicialmente somos tentados a responder de imediato: "para ensinar alguém a preparar alguma coisa", "para cozinhar". Essa seria a função imediata. Mas não é apenas isso. Preparar uma refeição envolve muito mais que apenas cozinhar. Envolve um contexto de preparação para um evento, para momento de interação social. Dificilmente alguém

destina uma boa parte do seu tempo preparando uma receita apenas para deleite próprio. A maioria das vezes está voltada para receber pessoas, desde as mais próximas do convívio cotidiano, quanto a convidados que pouco se veem. A aparente frieza da estrutura – ingredientes e modo de fazer – é apenas um aspecto a ser considerado, uma vez que o texto é bem mais que a sua forma, é, sobretudo, a sua função (MARCUSCHI, 2002). Em relação ao gênero receita, porém, a sua estrutura simples envolve muito mais que as habilidades de leitura. São necessários outros conhecimentos, tais como os matemáticos, por exemplo, uma vez que necessita da utilização das unidades de medidas, determinantes na primeira parte do texto, os ingredientes.

A escolha de um gênero ou outro é determinada pelas instâncias sociais de uso, envolvendo as necessidades mais imediatas, os objetivos referentes àquela produção, bem como as convenções que cada gênero pressupõe (BIASI-RODRIGUES, 2002, p.56). As atividades devem, portanto, ser pensadas com apoio na realidade e em situações reais de comunicação, fugindo da artificialização da linguagem, muitas vezes forçada pela própria escola.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovitch. **Estética da criação verbal**. Tradução: Maria Ermantina Galvão Gomes Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1992. (Coleção Ensino Superior).

BERGER, Peter & LUCKMANN. **A construção social da realidade**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

BIASI-RODRIGUES, Bernadete. **A diversidade de gêneros textuais no ensino:** um novo modismo? Perspectiva, Florianópolis, v. 20, n.01, p. 49-64, jan./jun. 2002.

BONINI, Adair. **Veículo de comunicação e gênero textual:** noções conflitantes. DELTA. 2003, vol.19, n.1, pp. 65-89.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: Língua Portuguesa. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental, 1997.

BRONCKART, Jean-Paul. **Gêneros textuais, tipos de discursos e operações psicolinguísticas**. Revista Estudos da Linguagem. Belo Horizonte, v. 11, n 1, jan/jun, 2003, pag. 49-69.

CAPRINO, Mônica Pegurer**. Questão de estilo**: o texto jornalístico e os manuais de redação. Comunicação & Sociedade. São Bernardo do Campo: Pós Com-Umesp, a. 23, n. 37, p. 105-123, 1o. Sem. 2002.

COSCARELLI, Carla Viana. **Gêneros textuais na escola**. Veredas On Line – Ensino – 2/2007, Juiz de Fora. p. 78-86.

GALVAO, Cecília**. Narrativas em Educação**. Ciênc. educ. (Bauru). 2005, vol.11, n.2, pp. 327-345.

LOPES, Carlos Renato. **Lendas urbanas em arquivo**: uma relação de suplementaridade. Trab. linguist. apl.. 2010, vol.49, n.1, pp. 11-20.

MACHADO, Anna Rachel e CRISTOVÃO, Vera. Lúcia Lopes. **A Construção de modelos didáticos de gêneros**: aportes e questionamentos para o ensino de gêneros.Linguagem em (Dis)curso - LemD, Tubarão, v. 6, n. 3, p. 547-573, set./dez. 2006.

MACHADO, Anna Rachel; LOUSADA, Eliane Gouvêa. **A apropriação de gêneros textuais pelo professor:** em direção ao desenvolvimento pessoal e à evolução do "métier". Ling. (dis)curso. 2010, vol.10, n.3, pp. 619-633.

MARCUSCHI, L. A. **Gêneros Textuais**: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, Ângela Paiva, MACHADO, Anna Raquel,

BEZERRA, M. Auxiliadora. Gêneros textuais e ensino. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002. p. 19-36.

MILLER, C. R. **Genre as social action**. In: FREEDMAN, Aviva; MEDDWAY, PETER. Genre and the new rhetoric. London: Taylor & Francis, 1994. p. 23-42.

MOTTA-ROTH, Désirée. **O ensino de produção textual com base em atividades sociais e gêneros textuais.** Linguagem em (Dis)curso – Lemd, Tubarão, v. 6, n. 3. p. 495-517, set./dez. 2006.

ROJO, R. H. R. & G. S. CORDEIRO (2004) **Gêneros orais e escritos como objetos de ensino**: Modo de pensar, modo de fazer. In R. H. R. Rojo & G. S. Cordeiro (orgs/trads). Gêneros Orais e Escritos na Escola. Tradução de trabalhos de Schneuwly & Dolz, pp. 1-14. Campinas: Mercado de Letras.

SOUZA, Anervina. **As lendas Amazônicas em sala de aula**: apropriação da cultura e formação sociocultural das crianças na interpretação do ser sobrenatural. Manaus: Editora Valer, 2009.

A EXCLUSÃO CONTEMPORÂNEA DA PERIFERIA NA AMAZÔNIA

Bento Gustavo Sousa Pimentel[1]
Maria Olinda Silva de Sousa Pimentel[2]

RESUMO

Este *paper* traz a discussão entre modelos teóricos de desenvolvimento, dando destaque ao viés endógeno e estudos desenvolvidos em áreas agricultáveis. Colocará em discussão conceitos clássicos do determinismo econômico à elucidação societária direcionada ao desenvolvimento da realidade em foco. As discussões acumulam subsídios ao suporte teórico e metodológico, aptos a examinarem problemáticas dentro da realidade ribeirinha, sincronizada com modelos de análise crítica e social.
Palavras-chave: Antropologia; Marxismo; Desenvolvimento Endógeno; Inovação.

RESUMEN

Este trabajo trae el debate entre modelos teóricos del desarrollo, dando énfasis en endógenos y estudios desarrollados en áreas cultivables. Poner en conceptos clásicos del argumento del determinismo económico a la elucidación de la realidad empresarial basada en el desarrollo en foco. Las discusiones acumulan las subvenciones al apoyo teórico y metodológico, capaces de examinar los problemas dentro de la realidad ribereña, sincronizado con el análisis crítico y modelos sociales.

1 Bacharel em Projeto de Produto, mestre em Design & Tecnologia pelo PGDesign/UFRGS (2015) e Doutorando em Desenvolvimento Sustentável no NAEA/UFPa. É colaborador do grupo de pesquisa DEPROMA. E-mail: bento.pimentel@ufrgs.br

2 Pedagogia pela Universidade Federal do Pará (1977), Especialização em Educação Física Pré-Escolar pela Escola Superior de Educação Física do Pará (1983), Mestrado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (1992). Doutorado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP (1998). E-mail: mo_linda2004@yahoo.com.br

Palabras clave: Antropología; Marxismo; Desarrollo endógeno; Innovación.

1. INTRODUÇÃO

Um barracão repleto de artigos coletivos, *posters*, artefatos de expressão folclórica, e ornamentos à maneira regional recepcionam os visitantes recém-chegados no quilombo África, primeiro caso de nossa referência. Em conversa, Magno, líder da comunidade, enfatiza a questão etnoracial, no fortalecimento da identidade coletiva. O líder discorre sobre a origem do quilombo, sob uma senzala que há muito havia na beira do igarapé Samaúma*. A senzala fez parte de todas as propriedades de Raimundo Barata, somando um total de 10 sesmarias. Sua composição étnica também dispunha de índios Caetés, bem como outros negros e índios migrados do Nordeste do país.

No enfático sobre a ausência de políticas públicas adequadas às demandas da realidade ribeirinha (SIMONIAN, 2000), do que decorre que, verifica-se, que tal como em outras organizações sociais similares, as Comunidades Eclesiais de Base (CEB)[3] possuem em algum momento, passagem no estabelecimento daquela comunidade quilombola, a partir da questão político-fundiária. A prioridade que o termo Redes Sociais no sentido organizacional adquire no contexto do quilombo, é reiterado ante a necessidade de fortalecimento legal e aquisição de autonomia econômica, bem diferente no tocante aos setores de tecnologia.

O acesso ao ensino chega à comunidade pelo sistema modular. Este acesso está socialmente integrado à comunidade, de formas que, estudantes de idade variada não precisam deixar o quilombo até ingressar na Universidade. Contudo, a permanência de um profissional de educação na comunidade, na opinião

3 Às CEB são atribuídas um marco cronológico (ano de 1980) nas reivindicações da comunidade em questão conforme Santos e Aquino (2012). Também é atribuído a Juvêncio de Moraes o papel patriarcal no historicismo da comunidade.

de Mágno, demanda que o mesmo possua uma identidade ou identificação, no entendimento e trato com as pessoas do quilombo.

Desde 2001, contam-se 150 pessoas distribuídas pelo quilombo. Como características econômico-produtivas da comunidade, destaca-se a produção de Açaí com utilização de técnicas tradicionais de manejo. Compreende-se essa data tal qual um marco, pois que até então a comunidade se aglutinava em estado de isolamento, implicando na manifestação de resistências culturais de forte identidade, expresso em canções e danças populares como o carimbó e outras.

Tal como na representação cultural ante a dança folclórica, as atividades econômicas prescindem igualmente de uma opção política, senão homogênea, assumida abertamente pelo líder e alguns indivíduos. Nessa extensão, a comunidade realiza a transformação de areia em acabamento vítreo no processo de queima com forno cerâmico para a produção em pequena escala de peças artesanais[4]. Para o acabamento de peças cerâmicas com aspecto visual que lembra a finalização carbônica metálica, é utilizado um defumador em formato de cubículo, montado com tijolos e acrescido de folhas de Cupuaçu, fruta regional durante 50 minutos de duração de queima, onde a fumaça incide direcionada contra a superfície côncava dos itens de artesanatos.

No entanto, a não adesão ao quadro econômico-produtivo a partir da condução estatal por imposição de diretrizes de atividades tal como a produção de Dendê, e a recusa à integração a malha de rodovias a partir de projetos de expansão rodoviária na região, descrevem os desmandos e impasses políticos perpassados por resistência cultural e governança difusa (SIMONIAN, 2000), configurando situações de problemáticas negociações.

Distante cerca de 20 minutos a pé do galpão e vivendo há 40 anos em Laranjituba, Sr. Valério vive com vários outros moradores na mesma casa. A mais nova dos membros com quem

4 Na casa de cerâmica, no barracão como sede espacial da comunidade incorrem as interações etárias, relações hierárquicas, instrumentação técnica e utilização dos recursos naturais para geração da produção voltada ao acúmulo de capital da população.

vive possui 9 anos. Com muita paciência no trato com os entrevistadores, comenta que quando havia chegado ao território do quilombo na década de 70, a produção era voltada somente a produção de farinha, arroz e milho. Na época 30 kg de farinha equivaliam a 1kilo de charque durante a expansão migratória na década de 70, chegando a levar dias de ralamento de farinha, processo braçal não compensatório dado o grande esforço físico.

Com estudos que foram até a terceira série, deduz-se a partir do depoimento de Valério, certo aspecto de ascendência na aquisição de um nível de simbolismo ante a construção coletiva do imaginário sobre as trocas comerciais, com o outro lado do rio. Nesse aspecto, essa aquisição adquire ressignificados em medida que o sistema de troca do quilombo se consolida durante o decorrer dos anos, frente ao estabelecimento da comunidade e suas relações no mercado. Valério comenta também que atividades no quadro da saúde também mudaram, e com isso, a geração infantil mais recente pode crescer em medida que alguns cuidados são realizados a partir de um maior acesso geral a equipamentos públicos de atendimento à saúde nas proximidades do quilombo.

Na casa de Maria de Livramento moram seis indivíduos, entre 18 e cinquenta anos. Diferentemente da primeira situação, nesta comunidade, há adultos que ainda estudam[5], demandando sua saída a áreas urbanas. Extração e beneficiamento de Açaí e Farinha são as principais fontes de renda da família: *'dá pra viver de comércio'* diz ela. As divisões das funções na associação local segmentam-se em presidência, secretariado, tesouraria e fiscalização, contando com reuniões mensais sem sede própria.

Em meio a todos os outros moradores entrevistados, D. Francisca se destaca pela lucidez, objetividade e eloquência de seu relato. Surpreendendo pelo porte físico magro e idoso que apresenta aos 55 anos e nascida na comunidade África, a senhora de aspecto peculiar do tipo humano regional mora junto a outras quatro pessoas. Declara que já realizou trabalhos escravos, e comenta que, complementar ao quadro de melhoria no acesso aos recursos de saúde, o maior problema visualizado é o concernente à Política.

5 Adultos entre 38 e 55 (SANTOS; AQUINO, 2012).

Figura 1: Fred Alexis e D. Francisca



Fonte: Fred Alexis e Bento Pimentel (2016)

Em uma perspectiva dialética, torna-se sensível a peculiaridade de certos aspectos da vida coletiva verificada na interlocução etnográfica (SIMONIAN, 2000) à comunidade Laranjituba e África. Aquisição da compreensão de uma situação econômica, construção do juízo histórico e imaginário folclórico sobre a mística do lugar incorrem na composição peculiar dos aspectos que remetem à estruturação da cosmovisão coletiva dos habitantes.

Em Santos e Aquino (2012) apresentam-se a partir do estudo do objeto social em torno das mesmas comunidades quilombolas, discussões acerca das reivindicações de direitos a partir da maximização da governança em uma percepção societária ligada às ferramentas de atuação popular[6]. Complementarmente em Santos e Pureza (1990) a descrição visa a utilização do recurso

6 Os conceitos principais visitados por Santos e Pureza (1990) são i) empoderamento coletivo, ii)teoria da ação coletiva, iii)teoria das redes sociais, e iv) quilombolismo.

fotográfico para registrar como a resistência cultural é realizada a partir de um simbolismo de raízes afro-descendentes, em direções a questões 'autodenominadoras à autonomia' - com possíveis relações com o empoderamento freireano. Ambos cenários prescindem do atendimento a critérios de governabilidade e inserção de projetos a partir da operacionalização de políticas públicas. O cenário demanda a descrição:

> Atualmente vem trabalhando na reformulação das atividades paras as comunidades, como por exemplo, roda de conversa que discute de maneira descontraída e próxima da realidade sobre a vida e história das comunidades, oficina de informática, de tranças nos cabelos, danças, artesanato e a inserção de jovens que interagem com as atividades de dança, música, capoeira além de montar o sistema de som e cinema concedido através de parcerias com o Ministério da Cultura com o programa Cineclube (SANTOS; AQUINO, 2012, p. 7).

A cosmogonia local complementa uma ecologia de práticas de temporalidades adversas, ora coloniais ora contemporâneas. Para tal aquisição, uma instrumentação da organização territorial da comunidade remonta aos anos 1998 e 1999, em que os locais iniciam relações de inscrição legais com o ITERPA (Institutos de Terras do Pará), e com o CEDENPA (Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará), de maneira a acelerar os processos de reconhecimento, titulação e elucidação identitária de seus indivíduos ante a categoria geral representativa quilombola. Os projetos Filhos do Quilombo e Casa de Cerâmica destacam-se como iniciativas oriundas desse alinhamento (SANTOS; AQUINO, 2012).

Em Santos e Pureza (1990) é inquirido o papel do quilombo na atualidade, a partir da caracterização situacional do objeto social de estudo, i) área de ocupação do quilombo, ii) localização geográfica, iii) demandas socio-políticas, iv) atividades e organização econômico e produtiva. Também é problematizado o enquadramento legal da área quilombola para a delegação de ações de reforma ante órgãos governamentais.

Atualmente, a articulação correlaciona-se com outras organizações tais quais AQCAETÉ, AQUIMOMI, AQUISU, As-

sociação Quilomboa de CACOAL e da localidade de Jambuaçu, dado uma real demanda por ampliação das Redes Sociais entre tais agentes emergentes, de maneira a aumentar a visualização e fortalecimento político sob a ação social localizada nos quilombos. Há, porém, contradições e correlações na questão fundiária com projeções na divisão espacial do trabalho em nível local e mesmo microlocal (SANTOS; AQUINO, 2012).

A questão territorial levantada diz respeito a governança local, bem como aos interesses conjunturais endógenos frente às problemáticas práticas de gerenciamento da união. Nesse ínterim, destaca-se a possibilidade de intervenção de diretrizes governamentais do campo extrativista no recorte conjuntural do quilombo. No entendimento expandido do quadro jurídico destacam-se ainda as pautas legais de reconhecimento étnico no país (SANTOS; PUREZA, 1990).

Aspectos complementares dizem respeito às possibilidades de parceria com órgãos de apoio, ensino da história afro na educação básica, sustentabilidade coletiva, e possibilidades de incursão a partir da utilização de novas interações tecnológicas (SANTOS; PUREZA, 1990). Porém, como apresentado na entrevista, localmente, a liderança apresentou os desacertos provocados pelos mandos e desmandos governamentais, a partir dos interesses políticos divergentes com o governo municipal e atrelamento entre identidade quilombola, desenhos territoriais e políticos de correlação em espaço juridicamente delimitado. Tal problema decorre cronicamente sobre o repasse de diretrizes dentro da agenda política local (SANTOS; AQUINO, 2012).

O problemático marco cartográfico se equipara com as adversidades das divisões territoriais de funções realizadas por ambas as comunidades, em que o Projeto Filhos do Quilombo protagoniza as interações em rede digital, enquanto a associação África e Laranjituba realiza um conjunto de ações em nível executivo (SANTOS; AQUINO, 2012).

Em nosso país, as periferias são vistas como lugares da pobreza. Os governos perpetuam sua infraestrutura precária quando não totalmente, onde não há nenhum atrativo para investi-

mentos humanizados, mas apenas para as práticas que ainda se alinham à lógica do capitalismo periférico. Quando se tratam de periferias urbanas, fato relacionado às áreas das grandes cidades, esta situação adota um perfil – o dos bolsões de pobreza, onde a miséria é a marca. No entanto, o mesmo fenômeno se verifica nas regiões rurais e/ou ribeirinhas da nossa região, a Amazônia. Sua história, valores, territorialidade, características sócio ambientais, políticas e culturais são ignoradas, do que resta a aplicação de políticas que resultam em projetos que em nada respondem as necessidades do homem da região, continuando a se perpetuar as antigas políticas oligárquicas.

Nessa perspectiva de oposição aparente, Sustentabilidade, Desenvolvimento Sustentável e Comunidades Tradicionais prefiguram parâmetros opostos entre esquemas modernos e não evoluído peculiares, com diferenças ressaltadas por um ponto com base no desenvolvimento econômico, e aparente antagonismo aos interesses sociais locais.

Uma questão norteadora conduzirá as discussões: quais as adversidades sociais do desenvolvimento sustentável? Quais delas são verificadas na realidade ribeirinha? Que condição central da identidade e vida ribeirinha e especificamente das populações tradicionais, debate frontalmente com as propostas teóricas de modelo de desenvolvimento?

O cotidiano da vida do homem ribeirinho parece acenar para uma organização circularizada, que expressa em suas diversas expressões culturais, como a roda de dança do carimbo, a roda de conversa, pontuadas por redes de colaboração em que os integrantes das comunidades se fazem colaboradores uns dos outros, etc.

A ausência de políticas direcionadas a vida ribeirinha, e especificamente quilombola, faz com que essas comunidades se mantenham em uma situação de *lusco fusco* com sua identidade mal-entendida, com sua cultura marginalizada, com seus direitos negados.

Os padrões e políticas de desenvolvimento de perfil teórico endógeno, exógeno, unilinear ou multilinear, serão capazes de dialogar com esta expressão identitária que tem uma história própria, um ideal de vida e singular?

Este artigo pretende traze uma discussão de idéias para a formulação conceitual de um modelo preliminar de análise societária voltada ao desvelamento da vida ribeirinha, frente às necessidades do desenvolvimento sustentável

De maneira a desenvolver a discussão teórica, será proposta uma comparação conceitual com base na aquisição do objeto fotográfico de significância semântica[7], obtido por procedimentos de base metodológica etnográfica em Laranjituba e África, com uma revisão de literatura permeando uma possível correlação fenomênica da percepção da Sustentabilidade no âmbito político e econômico, com adversidades. Sendo assim, o argumento pesquisado em torno do problema sucede análises, descrições e marcos teóricos que estão relacionados a possíveis fragilidades teóricas e aplicativas do Desenvolvimento no campo da interação entre variável humana e fator econômico.

Esse artigo se estrutura em quatro tópicos, Conceitos peculiares, Assentamentos no Marxismo, Desenvolvimento endógeno e adversidades, e Discussões. Sua principal contribuição é oferecer um quadro em que as diferenças conceituais a partir da experiência etnográfica em torno da sustentabilidade real da vida ribeirinha (SIMONIAN, 2000), emerjam à tona sob elucidação da filosofia ante os problemas societários. Para alcançar tal aspecto qualitativo, deduções irão visitar autores como Geertz (1963, 2002), Barquero (2002), Mészarós (1981, 2002), Suassuna (2008), e Marx (2014). Questões norteadoras apontam o rumo da nossa discussão: Quais as diversidades sociais do desenvolvimento sustentável? Quais delas são verificadas na realidade ribeirinha? Que condição central da identidade ribeirinha debate frontalmente com as propostas de desenvolvimento sustentável?

7 A escolha do método com base na opção pela experiência auditiva, visual e descritiva, provém alcançar um entendimento documental pregnante a partir da convivência. Esse conhecimento dificilmente seria transcrito de maneira fidedigna a partir da História Oral em transferência sistemática.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Conceitos peculiares

Nesse tópico será resgatada a contribuição de autores do campo da antropologia a apresentar sua contribuição em uma aproximação com a área de estudos. Geertz (2005) contribui em primeira instância para analisar essa descrição da realidade do entorno ribeirinho, a partir da emergência de possibilidades de análises de fundo antropológico, não visitadas até a década de 60. Nessa revisita a cenários imbricados na discussão da questão do desenvolvimento na Indonésia, é constatada a possibilidade do abandono do pensamento político-econômico neoclássico, concomitante a partir da reflexão ao estudo descritivo no campo etnográfico.

Tal transição na abordagem antropológica é marcada pelo estudo de tensões sociais frente à possibilidade de substituição de um quadro problemático no campo da descrição econômica, em que a sociedade Indonésia passa por uma transição do sistema político autoritário implantado por Sukarna (1956-1967) a um esquema neoliberal de condução político-econômica. Tal transição ocorre, no entanto, sem apresentar transformações substanciais do ponto de vista da qualidade de vida populacional.

Epistemologicamente, o período descrito por Geertz (2005) caracteriza-se por um envolvimento com a base antropológica na sucessão das correntes de Evolução Unilinear e Multilinear. Em Steward (1972), tal descrição encontra similaridade em investigações voltadas a categorias como parentesco, organização de vilarejos, técnicas de agricultura, língua e relações de troca, a abordagem utilizada para analisar algo próximo ao orientalismo ao final da década de 40.

Tais vertentes com base conceitual nas abordagens de *'cultura como obstáculo'* e *'cultura como estímulo'*, remetem a uma compreensão positiva de interação com o objeto de estudo, tal como descrevem alguns indicadores econômicos, ou mesmo algumas bases *gestaltistas* e *behavioristas* no que tange a percepção

humana à formação de modelagem do pensamento econômico (ARNHEIM, 2004). Porém, verifica-se que a opção pela descrição cultural no processo de internalização do fator social em análises sistêmicas tal como propõe Geertz (2005), não implica em um recorte ausente de subjetividade.

O agrocultivo na região de Java possui traços de influência da passagem sueca pela região, incluindo características como opção pelo trabalho campesino pesado, voltado à exportação. Tal aspecto também é verificado pela interligação entre economia baseada em projetos de utilização de recursos, frente à pequena economia camponesa. O problemático cenário de trabalho braçal adicionado ao crescimento reduzido do setor de agricultura induz à configuração de um processo, denominado nos termos de Geertz (2005) de involução.

Tal involução é descrita inicialmente em uma publicação do próprio autor (GEERTZ, 1963), abordando um contexto multifacetado de problemas socioeconômicos que discorrem na explosão populacional indonésia. Tal estudo, contudo é mal absorvido pelos setores acadêmicos, dirigindo a discussão de volta ao campo economicista.

Nesse contexto do debate sobre a involução, a barreira cultural no pensamento econômico retorna ao debate a partir da compreensão das externalidades culturais na modelagem economicista, a ser reinterpretada por duas correntes principais, i) corrente com base na perspectiva marxista, absorvida pelo pensamento estruturalista com viés societário, e, ii) corrente que utiliza modelos de ação racional de base conceitual neoclássica com apelo populista.

Sendo assim, o objeto de estudo em torno de Java é assimilado pela base do pensamento marxista como material de discussão em torno do modo de produção asiático. Tais discussões são propostas a partir de abordagens dialéticas entre conceitos abrangentes e conhecimentos específicos, reforçados pelo aparecimento do Mundo da Teoria dos Sistemas (Teoria dos Sistemas).

A questão norteadora que conduz as investigações nesse campo, pontuam a história javanesa com marcos históricos na tentativa de demarcar causas fundamentais da *commoditização* dos sistemas de vida neocoloniais do país, buscando sua reversão por meio da elucidação das questões campesinas. Tais contribuições tem por base a descrição do processo de alienação dos meios de produção dos campesinos, no qual marcadores asiáticos descrevem um ponto de inflexão socioeconômica entre segmentos distintos, como donatários do instrumento governamental de recolhimento de impostos, e a base da força produtiva local. Pode-se considerar que situação aproximada ocorre com a população ribeirinha.

Porém, mesmo embasada pela capacidade marxiana de crítica, no caso indonésio alguns aspectos fogem à teoria, tal como a não constatação de acúmulo de riqueza por parte de burguesa emergente, diante de uma elite agrária ligada ao regime de Suharto. Paulatinamente, a descrição dessa elite diferenciada perde espaço frente aos aspectos culturais das dinâmicas socioeconômicas no espaço agrário, de maneira a desabilitar análises economicistas com viés ideológico.

A incongruência de tais análises é constatada a partir de recortes propostos com base na metaforização da possibilidade de mudança econômica, apartada da relevância que as características culturais possuem na microfísica local. Dessa maneira, são gerados hiatos *(continental shift)* nos modelos teóricos, uma desconexão entre conceitos da superestrutura e as mais fundamentais regras determinísticas.

Geertz (2005) direciona uma atualização da problemática a partir da transição dos modelos agroeconômicos de baixa densidade tecnológica, àqueles conduzidos pelas diretrizes da revolução verde. Eufemizada por discurso bioético, e atrelada à possibilidade de entronização nos pequenos sistemas de produção local, a otimização da produção delimitada pela ação do capitalismo financeiro gera aspectos de desterritorialização do trabalho *(scale labour displacement)*[8] e racionalização radical no pensamento político-econômico.

8 Também comentado de maneira expandida em Simonian (2000) e Mészarós (2002).

A evolução multilinear é uma metodologia baseada na acepção de que regularidades de significância podem incorrer em constatação sob o estabelecimento de leis culturais determinantes. O método da Evolução Multilinear está voltado a estabelecer uma correlação empírica entre forma e função, para uma validação teórica. Nesse sentido, verifica-se a correlação da evolução multilinear com o determinismo econômico.

A partir dos estudos no campo difuso da cultura, incongruências são descritas na epistemologia utilizada nos estudos da etnografia. Mudanças culturais não possuem alcance para descrever realizações em culturas particulares, e limites na transcrição advém da operacionalidade na geração de fenótipos. Sendo assim, ambos os métodos de Evolução Unilinear e Multilinear encontram dificuldades em desenvolver teorias acerca dos fundamentos genealógicos correlacionados ao estabelecimento de relações de poder, na ontologia da história humana. Nossas reflexões nos levam a refletir sobre que compreensão os modelos metodológicos traduzem da vida do grupo societário em questão.

Diametralmente oposto a esse debate, a percepção adversa do desenvolvimento como um fenômeno cultural ante ao desvelamento de um fetiche com aspectos de bem-estar social, adere incialmente a questões da percepção do moderno e dos juízos acerca do mesmo. Em fator da necessidade de realizar generalizações sobre o estilo artístico do Modernismo, e a simultânea incompletude da tarefa dado os meandros da pesquisa, Gay (2009) apresenta uma nota acerca da maneira de caracterizar a análise formal de obras de arte modernistas, e a verificação de possíveis modernismos:

> Há alguns anos, o juiz Potter Stewart, da Suprema Corte dos Estados Unidos, declarou que não sabia definir pornografia, mas que podia reconhecê-la quando a via. As obras modernistas dignas de nota, seja qual for seu gênero ou o modo de se dirigir ao mundo, despertam exatamente a mesma impressão (GAY, 2009, p. 17).

Complementarmente, verifica-se no campo da história da arte que os deslizes dos estudiosos se dão concomitantemente à construção das próprias obras do estilo modernista, mediante uma caracterização equivocada dos autores. É possível ainda frisar-se a necessidade de evitar o maniqueísmo social e a sacralização dos agentes sociais e autores de tais trabalhos.

O marco de início do período denominado Modernismo se dá a partir de 1880 e têm ápice até 1930, durando, no entanto, até 1960. Segundo o autor, Picasso se consolidou como o arquétipo do artista moderno, enquanto Dalí consolidou sua pintura como arquétipo da pintura moderna transgressora. À Nietzche se deve a autoria dos marcos conceitual no campo ideológico, que possibilitaram o Modernismo seu rompimento inicial. Consideram-se neste, aspectos similares na arte contemporânea à retro-alimentação cíclica de aspectos formais.

A correlação entre cenário cultural e estilos de arte na forma de desdobramentos, possui um momento de marco no século XIX, dado a ampliação dos espaços públicos destinados à popularização da informação vista nas expansões metropolitanas do século XX (GAY, 2009). Tal expansão contribuiu tanto para uma difusão global do estilo, tanto para questionamentos internos que irrompem no pós-modernismo. No entanto, a multiplicidade dos juízos remonta filosoficamente a contribuições kantianas no campo da razão neoclássica.

Segundo Suassuna (2008), o estudo da estética remete em seu fundamento clássico a uma genealogia platônica na qual a mimese nos moldes clássicos pode tautologicamente sobrepor discursos da Arte, impedindo o cientista esteta de penetrar na compreensão pós-kantiana do campo.

A partir de grandes marcos teóricos realizados em Hegel e Kant, a Estética passa a abranger uma ecologia de categorias como as absorvidas pelo Trágico, o Sublime e o Terror, em função de uma amplitude de questionamentos acerca do próprio fundamento que embebe da Arte Clássica para gerar analogias à aquisição das categorias a reflexão acerca da fruição nos Sistemas da Arte. Tais categorias assinadas pela contrapartida pós-kantia-

na, contribuem para assentar os questionamentos estéticos acerca dos campos da Arte, transferindo a abordagem teleológica gerada pela reflexão a um assentamento objetivo e contemporâneo.

Porém a contribuição Kantiana se estrutura sobre quatro paradoxos. Paradoxo um, a acepção geral adquirida sobre o belo se assenta sobre uma universalidade sem conceito, ou seja, é uma generalidade adquirida por uma fruição dissociada de conhecimentos anteriores sobre o campo percebido. O paradoxo dois acerca do juízo de gosto, reforça essa generalização, pois que a validação da fruição sobre os sentidos humanos demanda uma associação e assentamento na categoria humana ocidental como configuração total de análise filosófica.

O paradoxo três é gerado pela afirmação anterior. Dado um assentamento geral e particular para reiterar uma dissociação à validação universal de um campo visto como belo, o desinteresse em realizar aprofundamentos na segmentação e especificação dentro da locação individual do objeto fruitivo, consolida o tautologismo apresentado na reflexão katiana. O quarto paradoxo constitui-se como uma extensão do desinteresse, uma vez que finalidade e fim distinguem-se acerca do atrelamento na relação com sujeito e objeto. A finalidade descreve a geração de aspectos fruitivos no percurso gerativo de sentido no sujeito, durante a fenomenologia que compreende os eventos geradores do juízo estético.

Adversamente, o fim conduz o processo fruitivo e gerativo, assentando-o mediante a objetividade, determinação e fim do processo. Mediante a aderência ou adesão da finalidade à geração de fruição em reatividades na relação sujeito e objeto, oportunas em uma interação com um objeto fruitivo, uma segmentação didática entre artes livres ligadas à abstração e artes utilitárias em que conhecimento aplicado é estruturante a um assentamento em fim de uso incorre da contribuição kantiana analisada por Suassuna (2008).

Relacionado ao fim, um entendimento acerca da Sustentabilidade a partir da perspectiva de Redclift (2000), remete a significados aplicados na vida diária, fora dos contextos utilizados nas

descrições realizadas em recortes mais hegemônicos de desenvolvimento, pois que internalizam características modernistas em sua acepção européia, investigada em fundo por Gay (2009).

As perspectivas locais do Desenvolvimento Sustentável em Redclift (2000) estão baseadas em categorias de utilização de recursos naturais e gestão a partir de dois eixos recorrentes e atrelamento conceitual no mundo moderno, i) obtenção de indicadores ou índices econômicos para um determinado fenômeno social com geração de modelos inclinados ao recorte de suas características adversas, e ii) reavaliação da natureza frente à perspectiva de controle social, demandando práticas de controladoria e gestão, por meio de índices qualitativos.

Verifica-se, portanto, uma disparidade entre necessidades em um sentido modernista da vida urbana, e cotidiana da vida nas comunidades tradicionais. Assinalada prescrita na definição de Desenvolvimento Sustentável (BRUNTLAND, 1987), o termo prescinde de uma correlação entre desenvolvimento e garantias de validade intergeracional. Tal correlação intrínseca presume, portanto, um forçamento de descrição de homogeneidades e seus assentamentos no âmbito da complexidade da vida humana. Essas homogeneidades levam a verificação de um silogismo na definição de Desenvolvimento Sustentável, uma vez que tais necessidades materiais variam em grande adversidade.

Tal silogismo ante a um assentamento de conceitos societários demanda uma incursão na discussão do desenvolvimento por eixos ligados ao pensamento marxiano, conforme será apresentado no tópico a seguir.

2.2 Assentamentos no Marxismo

Este tópico pretende descrever de maneira abrangente o cenário complementar de teorias econômicas que incorrem nas adversidades verificadas nos juízos diversos acerca da sustentabilidade (SIMONIAN, 2000). Estas recorrem também a partir de certa repercussão atribuída ao sincronismo histórico e bases de uma percepção evolutiva e desenvolvida da área.

Em Lovison e Júnior (2015) o Desenvolvimento Local Endógeno advém como resultado de uma intervenção em âmbito regional da atuação de opções em políticas econômicas. Tais opções são demarcadas em um movimento emancipatório sucessivamente elucidativo, proveniente de processos pedagógicos antagônicos a modelos dialéticos baseados em genealogias do tipo oprimido-opressor, caracterizados pela fragilidade ante a uma possibilidade hegemônica a descrição de esquemas ativos de intervenção estrutural em situações de pobreza social.

Frente a mudanças na dinamização do espaço em nações a partir de movimentações socioeconômicas, e mediante certas limitações das teorias do pensamento do determinismo econômico (BARQUERO, 2002), verifica-se na recursividade de tais esquemas uma demanda pelo aumento da participação social em processos de tomadas de decisão intervindo em perspectivas conjunturais, utilizando diretrizes reversivas tipo *bottom-up* nos modelos gestionários.

Justifica-se essa aquisição a partir de um aporte teórico não somente societário, porém sociológico, a partir da Redução Sociológica de Guerreiro Ramos (FILHO, 2005). Um viés reducionista comprometido em eliminar resíduos dentro do panorama informacional, oferecendo subsídios à avaliação econômica por uma prioridade de base societária, é a contribuição de Ramos apontada em:

> uma atitude metódica que tem por fim descobrir os pressupostos referenciais de natureza histórica dos objetos e fatos da realidade social. A redução sociológica, porém, é ditada não somente pelo imperativo de conhecer, mas também pela necessidade social de uma comunidade que, na realização de seu projeto de existência histórico, tem de servir-se da experiência de outras comunidades (RAMOS, 1965, p.81)

A prioridade em concretizar projetos de sociedades a partir de um entendimento histórico dos enfrentamentos de interesses políticos antagônicos e protagonizados pela luta de classes, é consequência direta dessa análise adquirida com o afunilamento elucidado por Guerreiro Ramos.

Contribuinte no mesmo cenário de construções teóricas nacionalistas da segunda metade do século XX, o viés proposto por Furtado (1964)[9], baseia-se em uma compreensão de que o avanço tecnológico *ad infinitum* contribui para acelerar alterações no campo social, tal como uma parametrização de metas ao desenvolvimento. Contribui-se assim para a geração de atividades econômico-produtivas dialeticamente inter-relacionadas ao campo societário.

Ao se oporem às abordagens anglicizadas e cristalizadas fundamentadas pelo Progressismo e pelo Evolucionismo, gerações de cientistas sociais brasileiros conduzidos por tal corrente e sedimentados pela contribuição marxista, passaram a investigar movimentos sociais no espaço a partir de uma relação diacrônica com a cultura e folclore na microfísica social. Sincronizada ao mesmo tempo com a modelagem político econômica, a contribuição oriunda dessa corrente remete à geração de esquemas de dinamização político econômica, opostos à ideologia tecnocrata gerada durante a segunda revolução industrial, descrevendo análises consideradas como bases do pensamento crítico econômico no Brasil.

Nesse contexto de mudança de modelos teóricos elucidados por aquisição da compreensão de certas necessidades de emancipação social, Furtado (1964) descreve a Revolução Social como objetivo iminente a partir do descompasso problemático entre infraestrutura e superestrutura. A necessidade de reagrupar os constructos em modelos de infraestrutura ocorre a partir da constatação da incongruência na fundamentação conceitual entre diretrizes das bases produtivas, e as contrapartidas ao desenho de contratos sociais pelos quais operam as forças de trabalho direcionadas pela superestrutura.

Ativos em tais cenários complementares, certos esquemas ideológicos de predominância são dinamizados a partir de abismos operacionais assegurados por políticas estatais (SIMONIAN, 2000), visando conservar benefícios e patrimônios de grandes empresas. Elucidados pelo materialismo histórico, esse

9 Dialética do Desenvolvimento, 1964.

conflito de interesse estrutura-se em uma série de assentamentos de fundo econômico e societário, com base no advento da propriedade privada. A consolidação dessa compreensão incorre na constatação do aprofundamento de problemas sociais, assinalada por uma percepção dualista de ideologias e segmentos sociais em constante luta entre classes, em que o controle contratual e manejo do lucro à acumulação, são exercidos por uma minoria hegemônica de proprietários.

Para descrever a aquisição do controle hegemônico, incorrem de várias contribuições sistemáticas na teoria marxista (MARX, 2014). Por exemplo, a função do dinheiro como meio de pagamento nas relações laborais no quadro teórico proposto, implica na compreensão de uma contradição contundente e tautológica à maximização da problemática relação entre classes. Com sucessão das relações trabalhistas e sucessivos pagamentos, a encarnação do trabalho social pelo trabalhador é assentada como única finalidade ao valor de troca, homologando-o como mercadoria absoluta.

No sentido cumulativo de tal mercantilização da força laboral, dado por um acirramento no desdobramento do dinheiro à encarnação individual do trabalho social, sucedem-se situações limítrofes de crises industriais e comerciais, em que crises monetárias incorrem em crises capitalistas, geradas pelo cenário decorrente do controle hegemônico dos meios de produção nas posses da Tecnocracia (MÉSZARÓS, 2002). Tal cenário de controle demanda atribuições em que se configura uma situação de aspecto crônico a formação de patologias sociais, demandando o desvelamento. Quando a acumulação de capital é objetivo permanente, ocorre uma personificação patológica do capital ao indivíduo em que lhe é atribuído um papel de entesourador perpétuo racional, agindo ciclicamente a manter o retorno da cumulação.

Tal necessidade de retorno crônico de capital ao ciclo cumulativo angaria uma unicidade na relação entre mercadoria e dinheiro, demandando eventos no âmbito fenomênico que possam assentar uma relação artificial pautada por trocas mercantis mediadas pelo capital (MARX, 2014). Nesse sentido, Haug

(1997) direciona uma análise crítica à sensualidade projetada pela fascinação estética, como mediação às relações de troca de fundo capitalista.

Em meados da década de 60, a convergência da tecnoestrutura à adição de novas teorias voltadas ao desenvolvimento em que a tecnologia seria o sedimento e condutor, é notada (MÉSZARÓS, 2002). Em uma polaridade contestatória exibida pelo autor, uma inclusão de empresas não orientadas pela tecnologia na época, foi submetida à premazias tautológicas em que o amadurecimento empresarial seria o diferencial entre agentes prontos ou despreparados à inovação, o entendimento da Empresa Madura. Cresciam também fenômenos que tardiamente seriam sucessivamente estudados pela literatura científica utilizada nos estudos sociais, sob a denominação de desterritorialização da economia e desemprego estrutural (IANNI, 1998, SIMONIAN, 2000), descrito também em Geertz (2005).

Durante os anos que sucederam, uma aproximação cada vez mais estreita entre segundo e terceiro setor, a secundarização do terceiro segmento, seria constatada junto ao profundo acirramento da racionalização no conjunto de métodos, técnicas e abordagens ao planejamento utilizados no meio econômico e produtivo, frente a absorção da complexidade no comportamento mercadológico de consumo.

A fusão da tecnocracia com o terceiro setor à formação do Estado Neoliberal tal como é conhecido hoje, ocorre mediante uma terceira geração de Teorias para conduzir o controle de crises capitalistas, uma terceira ordem de coordenações tautológicas ao manejo superficial fenomênico voltada à continuidade da teoria e doutrina a partir de eventos de fundo, tal como a Globalização.

Valores de uso e de troca se constituem, portanto, conceitos antagônicos na teoria marxista à compreensão da criação de fetiches nas relações à aquisição de mercadorias. A compreensão entre o qualitativo (necessidade humana) e quantitativo (fetiche mercantil) quanto à aquisição da compreensão do valor, perpassam uma inversão do juízo objetivo humano. Essa possibilidade

de substituição é alcançada mediante um reducionismo projetado na inversão das relações mercantis, possibilitando uma cíclica cumulação de capitais a partir do uso do dinheiro, termo que em Mészarós é descrito como Sociometabolismo.

Tal reducionismo equipara-se ao racionalismo aplicado nas avaliações que conduzem processos de produção industrial, em contrapartida às discursividades que descrevem os processos de aquisição, inclinados à irracionalidade. Em meio às especulações das descrições apresentadas na teoria marxista (HAUG, 1997), uma assertiva é axial para um assentamento posterior na Teoria da Alienação: a compreensão entre necessidades objetivas e critérios mercantis adquire um percurso alheio à natureza humanizada no sentido marxista, sendo assimilado por uma espécie de coisificação que encontra no fetiche mercadológico sua natureza artificial.

Por sua vez, apesar de não possuir força descritiva suficiente para explicar o assentamento profundo de uma decisão complexamente alienada a partir de escolhas com base no juízo de gosto individual (MÉSZARÓS, 1981), a Teoria da Alienação encontra coesão conceitual em terreno político.

A descrição da alienação dentro do pensamento marxista contribui para compreender uma questão fundamental elucidada por Mészarós: *'qual a contribuição de uma determinada forma de relações de propriedades para tornar o homem mais livre? (MÉSZARÓS, 1981, p.137)'*. A segmentação de tal questionamento à ontologia incorre a partir da percepção de diferentes esferas transversais às interrelações humanas mediadas pelo poder, nas instâncias, i) da necessidade natural, ii) do poder de interferência de outros homens, e iii) em relação a um exercício mais cabal de seus próprios poderes essenciais.

Portanto, o assentamento que se faz da teoria para formulação do determinismo presente no pensamento indutivo corroborado por Marx, contribui para generalizar uma formulação de estados opostos e beneficiar incursões especulatórias do modelo, em esquemas segmentados como imediações, e alienação universal.

A assinatura do fetiche tal como descrito na contribuição marxista, pode ser subdividida em dois tipos, da produção do fetichismo e do consumo do fetichismo.

Após uma segunda ordem à inversão fetichizada da percepção das fragmentações do sistema do capital ao controle político, todos os aspectos das interações sociais se tornam homogêneas. O trecho a seguir descreve o cenário:

> o novo modo de controle é caracterizado por um alto grau de homogeneização das formas e instituições de intercâmbio social, sob o domínio do princípio econômico nos dois sentidos mencionados, com consequências favoráveis para a coesão global do sistema de reprodução social e para a facilidade relativa de controle dos indivíduos (MÉSZARÓS, 2002, p. 208).

Assenta-se em nível teleológico, portanto, um aprofundamento das inversões geradas ante a formação de um panorama geral de alienação. Em uma escala superestrutural frente ao tangenciamento de várias realidades sociais, se dão as fragmentações teleológicas de uma realidade global, contribuindo à estruturação social de um estado de barbárie reiteradamente visitadas por teorias societárias (TFOUNI; SILVA, 2008), material da elucidação filosófica em uma perspectiva dialética. Tal constatação pode encontrar uma contribuição atualizada em Appadurai (1990).

A contribuição do autor apresenta uma consideração relevante no campo das interações locais e globais, dado a necessidade de adquirir um entendimento em nível de complexidade acerca dos cenários na micropolítica locais, e as particularidades dos costumes e hábitos à formação das relações de poder nas sociedades de cada recorte. Para isso, apresentam-se vários eixos aptos à inquisição com base em relações globais de influência, tais como, i) paisagem étnica, ii) paisagem midiática, iii) paisagem tecnológica, iv) paisagem financeira, v) paisagem ideológica.

Como paisagem étnica se refere necessidades de migrações e correntes de mudanças de diferentes povos, dado as dinâmicas locais imbricadas no âmbito geo-político. Na paisagem tecnológica descrevem-se desdobramentos econômico-financeiros pelos

quais o fluxo mecânico-informacional[10] na dinâmica bipartite de trocas, provém um cenário global para a descrição da consolidação das relações no capital financeiro. Como paisagem financeira é descrito o cenário onde a imprevisão absorvida do cenário especulatório (no sentido financeiro) adquire pregnância, frente à possibilidade de flutuações iniciais que permeiam as duas paisagens anteriores e influenciando a geração de distâncias sociais com variações miríades.

Nas paisagens midiáticas ocorre a apreensão das três primeiras escalas no nível teleológico, de maneira mesclada através da disseminação global no campo informacional. A dimensão informacional nessa escala contribui, porém, para a multiplicação da miríade de ressignificações de sentidos sobre as duas primeiras paisagens. Dado que a matriz teleológica contribui para alimentar o ideário de vida cotidiana, é aberta a possibilidade para várias interpretações. Por fim, nas paisagens ideológicas as interpretações a partir da recepção no campo teleológico mesclam-se às oriundas dos desdobramentos informacionais acumulados na matriz europeia, onde o Iluminismo é considerado marco conceitual de referência intelectual para a civilização.

A alusão à necessidade de crescimento constante e permuta icônica com que as grandes crises capitalistas sucedem em falseamento ao colapso durante o século XX, são discutidas em Mészarós (2002) a partir de uma incursão detalhista pelo desacerto entre teorias e doutrinas econômicas, aprofundamento do racionalismo produtivo das miríades interpretativas na economia sob a ótica da alienação, e acirramento da pobreza em contextos internacionais.

2.3 Desenvolvimento endógeno e adversidades

Dando continuidade ao tópico anterior, esta seção irá propor uma discussão na perspectiva de crises sistêmicas no contexto de geração de novos modelos para o Desenvolvimento Endógeno na era do Capitalismo em seu estágio avançado. Dessa

10 Ou no caso de uma opção pelo termo digital.

maneira parâmetros podem ser apontados ante o teor discursivo do desenvolvimento sustentável em locais como os descritos no primeiro tópico.

Complementarmente, e de maneira a ambientar a problematização à formulação da Teoria do Desenvolvimento Endógeno, Barquero (2002) propõe uma revisão da Globalização, analisando o impacto que o panorama de um novo modelo[11] provoca às possibilidades de geração de dinâmicas de ordem diferenciada em uma segmentação espacial.

Uma nova organização de sistemas no entorno produtivo e institucional na relação entre homem e o espaço, é criada por um movimento heterogêneo. Tal heterogenia é reforçada pelo tipo de relação autônoma de cada território, ante a uma orientação ao sistema econômico internacional. Mediante a geração de assimetrias socioeconômicas de maneira irradiada e difusa no espaço dos países a partir da globalização, o autor constata a invalidação de teorias com base em perspectivas do tipo norte e sul (DE SOUSA SANTOS; MENESES, 2010) no estabelecimento de questões condutoras voltadas ao desenvolvimento tardio em nações.

Dado a aquisição de um âmbito complexo na descrição de cenários multipolarizados, em que benefícios e problemas são compreendidos com comportamentos igualmente difusos, um assentamento geral remete á cenários de ganhos e perdas mútuos na economia global.

Quanto ao aspecto ecológico, o desenvolvimento sustentável dentro da Teoria do Desenvolvimento Endógeno é atrelado à necessidade de regulação harmoniosa da acumulação de riqueza e geração de empregos, sob uma melhor alocação de recursos públicos e privados. Baseia-se em um ponto de vista sob o tripé das dimensões econômica, social e de meio ambiente, envolvidas em uma perspectiva produtiva e ecológica com limitações reconhecidas pela teoria e prática.

11 No sentido Kuhniano.

Desse modo, os traços diferenciais do desenvolvimento endógeno são analisados pelo autor (BARQUERO, 2002, p.13) em uma perspectiva com base na prioridade econômica e na emergência compreendida pela gestão, ou seja, pela ação estruturada por processos decisórios em ambientes informacionais mais seguros e mantidos por agentes produtivos em cooperação.

Esses traços têm por base uma fundação em duas perspectivas, a prioridade da articulação territorial, e as demandas às maneiras de impulsionar o crescimento econômico a partir da sinergia organizacional. Em um sentido detalhista da primeira corrente, a difusão de inovações por meio do aumento na eficiência da aprendizagem nos setores econômicos, se torna um catalisador direcionado ao objeto da acumulação de capital, orientado por diretrizes conduzidas pelo Desenvolvimento Endógeno.

A geração de externalidades também é considerada objeto de análise importante, visto que contribuem à acumulação de capitais e reduzem taxas fiscais sob a ação difusa na rede de agentes e mercados nos distritos marshallianos, contribuindo para o equilíbrio regulatório sistêmico da economia. Tal catalisação, por sua vez, compreende o resultado difuso às dinâmicas do ambiente econômico, como parte recorrente do estudo compreendido pelos fatores institucionais e culturais internos às dinâmicas entre seus agentes.

Na primeira corrente, sua formulação conceitual assimila contribuições de teorias como a do Big Push (ROSENSTEIN-RODAN, 1961), Teoria da Dependência (MACHADO, 1999) e da Teoria do desenvolvimento (SCHUMPETER, 1961), Teoria do crescimento dualista (MEDEIROS, 1994), entre outras. A partir da orientação voltada ao acúmulo de capitais, no entanto, Teoria do Crescimento Endógeno (CANUTO; HIGACHI; PORCILE, 1999), Teoria do Desenvolvimento Endógeno, e Teoria do Crescimento Dualista têm em suas bases uma compreensão compartilhada e compatível com uma noção industrial capitalista de que, desníveis nas estruturas produtivas acarretam em cenários de engessamento na geração de capital a partir de implicações diretas no avanço do desenvolvimento tecnológico.

No entanto, a partir desse fundamento, Teoria do Desenvolvimento Endógeno e Teoria da Dependência realizam digressões particulares aos seus objetos de análise. Três dimensões são necessárias à compreensão do desenvolvimento endógeno, a dimensão econômica marcada pelo aumento da competitividade, a dimensão sociocultural, integrativa às variáveis que conferem aspecto de difusão ao ambiente econômico, e a dimensão política, caracterizada pela vontade no âmbito gestionário em materializar a estrutura necessária ao ambiente econômico e produtivo.

As correntes levadas em consideração por Barquero (2002) para a compreensão desse movimento consideram a globalização por meio de várias perspectivas. Abrangendo elementos de importância dado sua complementaridade estas convergem ao desenvolvimento endógeno, tais como, o mundo sem fronteiras, fantasia afastada da realidade, forma liberal do capitalismo atual, internacionalização da mundialização, e como processo histórico.

O aspecto geral adquirido pela globalização remete à utilização estratégica do meio informacional para intensificação das experiências mercadológicas no estágio atual das dinâmicas do capital. Tal afirmação utiliza como esteio verificações no recorte macroeconômico de externalidades geradas por dinâmicas dentro do território mercadologicamente multi setorizado, com possibilidades de condução e atrelamento a interesses local e regional, voltado ao desenvolvimento orientado.

Nesse recorte de potencial regional, cidades e regiões sedimentadas estruturalmente pelo poder público tendem a adquirir protagonismo em cenários de cooperação entre atores de diferentes instâncias das dinâmicas econômicas. Para exemplificar a importância desse processo, contribuições de Rodríguez-Pose (1998) e Alfonso Gil (1997) são mencionados no que tangem possibilidades de redução de custos de transação e produção, aumento da confiança entre atores econômicos, estímulo à capacidade empresarial e fortalecimento das redes para aprimorar as relações de cooperação entre os agentes produtivos do segundo e terceiro setor.

Simétrica e fundamental a sistemas de Rede entre agentes do desenvolvimento endógeno, está à relação com a aquisição de capacidades de competitividade e implementação de inovações em ambientes de volatilidade financeira à especulação[12]. Nesta reside uma compreensão ao tipo de relação contratual entre tais indivíduos, constituindo-se por um conjunto de vínculos fracos e efêmeros, centrados no aumento da robustez informacional da Rede a partir da transferência de conhecimento e difusão de inovações entre si, expandindo as aquisições coletivas de maneira conjunta em direção a novos mercados.

A prospecção mercadológica e redução de riscos e custos a partir da expansão do porte das empresas sob um formato de Redes é reconhecida ante a necessidade de abrangência da atividade mercadológica, e reconhecimento do estado complexo e quase imprevisível das dinâmicas entre consumidores e capacidade de governabilidade nos terceiros setores. Tais modelos remetem tanto à eficácia do processo decisório compreendida em modelos neoclássicos de desenvolvimento, quanto à redução do Estado na teoria schumpeteriana (SIMONIAN, 2000).

Em tais recortes descritivos, o setor de Pesquisa e Desenvolvimento de Design (P & D, *Research & Development*) apresenta contribuições voltadas a transformações das organizações empresariais à aquisição da capacidade de inovação em produtos e processos (MOZOTA, 2011, BARCELLOS, ET AL., 2015), internalizados ou externalizados, tangíveis ou intangíveis. Nesse sentido, o fortalecimento da rede e aperfeiçoamento dos dispositivos de cooperação e transferência de conhecimento utilizando modalidades diversas, é fator primordial na irradiação difusa da aquisição de mercados.

Em contrapartida, o terceiro setor opera com diretrizes voltadas à endogeneização das atividades produtivas reduzindo possíveis obstruções na regulação ao equilíbrio sistêmico da economia, e oferecendo suporte em termos de planejamento estratégico ou financiando projetos. A operação é realizada a partir de políticas de incentivo fiscal ou mesmo promocional à interação

12 No sentido financeiro.

dos agentes por meio de ferramentas públicas, ou em parcerias de modelo público-privada.

Visando a geração endógena de inovação, se verifica um assentamento firmado em uma perspectiva herdada por contribuição na perspectiva marshalliana de distritos, em que resultados emergentes são gerados a partir da interação com o entorno, angariando a compreensão de um desenvolvimento tecnológico a partir da questão espacial, ou mesmo territorial. Nessa atualização da descrição dos entornos prevalecem dois movimentos à geração de inovação, o que sucede o desenvolvimento tecnológico no *technology push* em que inovação é direcionada pela pesquisa nos setores de P & D, e outro denominado *demand pull*, em que o desenvolvimento de inovações ocorre decisivamente frente a competitividade na relação entre agentes e entorno.

Uma concepção atualizada do desenvolvimento endógeno admite complementarmente aspectos comportamentais difusos, tais como flutuações, estratégias imitativas ou defensivas de inovação, consideradas de uma maneira geral como condições de partida na avaliação orientada ao desenvolvimento de inovações.

Por sua vez, o processo de difusão criadora recebe descrição sistemática como comportamento de geração de inovações com similaridades às considerações em respeito ao ciclo de vida de produtos e serviços (MIGUEL, 2008). Apresenta aspectos marcados inicialmente por etapas de pesquisa e desenvolvimento, redução tarifária mediante emergência de similares imitativos como concorrência, e simultânea internalização de custos e repartição conjunta em ambiente de mercado. Por último, ocorre a assimilação ambiental da inovação gerada.

3. DISCUSSÕES

Esse artigo apresentou uma discussão de ideias para a formulação conceitual de um modelo preliminar de análise societária voltada ao desvelamento da vida ribeirinha, frente ao desenvolvimento e à sustentabilidade. São características de tal análise, aspectos sincrônicos da elaboração da identidade histórica do

quilombo, tempo presente na formação do imaginário, e geração de ressignificados sob desvelamento conduzido pela contribuição marxista à Teoria da Alienação. Nesse percurso gerativo, restam delimitações metodológicas a proposições, porém ficam assentados conceitos e abordagens complementares.

No cruzamento entre a compreensão simbólica da construção ribeirinha e a necessidade de desvelamento à alienação das ordens do Capital mediante uma compreensão de Mészarós (2002), aspectos cruciais à elaboração das paisagens discursivas na abordagem de Appadurai (1990), podem ser apresentadas sobre os eixos, i) desmandos institucionais e oportunismos políticos (SIMONIAN, 2000), ii) ressignificados e anacronismos na formação identitária ribeirinha, e iii) resultante estagnação na relação mercadológica com resistência cultural (SIMONIAN, 2000), e geração de passivo econômico.

A utilização de paisagens na abordagem apresentada por Appadurai (1990) possibilitam uma leitura em que as origens de África e Laranjituba remontam a um isolamento de 300 anos, com confrontos e apropriações de posses do senhorio às margens das vias hídricas da região. Com uma economia pouco competitiva e voltada à subsistência, o quilombo avançou resistente ao tempo em uma espécie de hibridismo culturalmente-radical--produtivo.

Uma análise acirrada do custeamento da qualidade de vida local condenaria os habitantes a um compartilhamento obrigatório das posses territoriais, com um aniquilador e mínimo retorno à acumulação de riquezas da população. Midiaticamente, uma primeira análise sincrônica das duas primeiras paisagens leva a um assentamento inicial em Geertz (2005), contrastando, porém, sob um cenário de correlações culturais ao poder onde a genealogia resgataria um abismo colonial genocídico (SIMONIAN, 2000), enquanto a disseminação informacional propaga uma alienação de fundo historicista sob a imagem do folclore.

Por fim, assentam-se modelos dualistas de visão de mundo, onde a esfera simbólica da construção moderna do europeu assinalada a partir de Baudelaire (GAY, 2009), contrasta às pena-

lidades do esquecimento de um passado tribal africano remoto, hibridizado, resiliente, oculto e protegido pela resistência cultural. Há uma dissociação total entre ambos os modelos simbólicos, onde a especulação é trabalho permanente (SIMONIAN, 2000). Entendo que aqui podemos relacionar esta discussão com auxílio da representação gráfica com uma sintaxe simples, recorrente no campo do design e da semiótica. As comunidades quilombolas organizam-se como em formas circulares. Os modelos de desenvolvimento ainda que endógenos, organizam-se em forma linear verticalizada, de modo a não favorecer o diálogo, única lógica presente na história dessas comunidades, onde a produção de bens comuns é dialogada (ex. na cada de farinha), assim como a produção cultural e a organização da vida cotidiana.

Os modelos de desenvolvimento, embebidos da proposta societária massificadora, estruturam-se em uma lógica linear e alienante e não se assentam em políticas que lhes assegurem seus direitos, do que decorre que estes povos vivem à margem da própria sociedade. Não possuem uma rede de serviços eficiente a sua disposição como cidadãos; não percebem seus valores e costumes nos currículos escolares, e não conseguem comercializar dignamente os bens que produzem.

Na revisão de literatura realizada, são constatadas fragilidades dos modelos de inovação de produto, uma herança dos modelos neoclássicos do pensamento econômico, focados na relação capital X trabalho, em que a interação com a pesquisa e desenvolvimento é caracterizada com distanciamento. Complementarmente são também verificadas divergências conceituais nos termos Inovação Radical e Inovação Incremental, a partir de modelos schumpeterianos e neoclássicos focados no desenvolvimento de produtos e serviços (MANSHARAMANI, 2005).

Porém, em uma pregnância que remete ao tipo de modelo conceitual de teoria ao desenvolvimento econômico, Marx e Schumpeter compartilham da mesma concepção de natureza humana, em que predomina a necessidade de transformação ambiental às necessidades do homem. É verificado que o aprofundamento do fetiche na terceira ordem do Capital leva a compreen-

são de uma desigualdade substantiva, a partir de uma leitura com base na própria substância do capital (MARX, 2014).

Sobre as necessidades imbricadas no recorte de um empreendimento marxista, e acerca das implicações pertinentes à formação do critério acerca do juízo de gosto (SUASSUNA, 2004), de uma amostragem coletiva de descrições voltadas à percepção em recortes fenomênicos utilizados para declarar a Teoria da Alienação em Mészarós (1981), se pode afirmar mediante uma atualização do autor (MÉSZARÓS, 2002), que a contribuição dessa teoria se atrela à função de desvelação da realidade falseada tautologicamente, ante as sucessivas ordens de fetiches geradas para obstruir a compreensão objetiva das crises do Capital.

Subjetivamente, a leitura ribeirinha ante a sua própria realidade, demanda a compreensão de sua autonomia, autoproteção e voluntarismo, ante a uma análise com vistas à crítica ao empobrecimento. A fragilidade e concorrências dos desmandos ocasionados pela oportunística governança são reconhecidos, e podem ser enfatizados na interlocução aberta. Verifica-se, portanto, a parcialidade da Teoria da Alienação na geração de uma interpretação à teorização subjetiva do 'eu', dirigida a um objeto social de terceira instância dissociado e culturalmente resistente. Resta um questionamento a ser investigado: até onde o relativismo cultural influencia na formulação do juízo de gosto e percepção autônoma da realidade?

Nesse âmbito, a geração de interfaces mais societárias de inter-relação paramétrica entre ambos os sistemas capitalistas e resilientes anti-capitalistas, desperta interesses na formulação de um limite teórico (SIMONIAN, 2000). Diálogo, negociações, problematização, desenvolvimento de soluções, tecnificação e regulação forçosa à redução de externalidades no fluxo de transferência de capital, induzem a um desenho sistêmico descrito antecipadamente em torno da Economia Solidária.

A análise realizada por Mészarós (2002) sobre o falseamento dos cenários críticos à compreensão das crises, conduz a uma percepção fetichizada de resistência da estrutura capitalista às inclinações ao colapso sistêmico, dado fragilidades históricas

dos próprios axiomas em que está estruturado. Após cada mudança de ordens realizadas para maquiar rompimentos e fraturas profundamente desenvolvidas nas relações de acumulação de capital a partir da era mercantilista, as causas ao desmoronamento do capitalismo como teoria e doutrina, segundo o autor, são internalizadas pela Tecnoestrutura a partir de incrementos na teoria e práticas financeiras, produtivas e econômicas.

REFERÊNCIAS

APPADURAI, Arjun. Disjuncture and difference in the global cultural economy. **Theory, culture and society**, v. 7, n. 2, p. 295-310, 1990.

ARNHEIM, Rudolf. **Intuição e intelecto na arte**. Martins Fontes, 2004.

BARCELLOS, Ekaterina E. I.; MERCALDI, Marlon; PASCHOARELLI, LUIS C.; BOTURA JR, Galdenoro. In: FOURTH INTERNATIONAL CONFERENCE ON INTEGRATION OF DESIGN, ENGINEERING AND MANEGEMENT FOR INOVATION. 4., 07-10 out. 2015. De Redig ao P&D: A Trajetória da Abordagem da Antropologia no Design. **Anais...** Florianópolis: IDEMI, 2015. p. 527-540.

BARQUERO, Antonio Vásquez. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização.** Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2002. 278 p.

BRUNTLAND, G. et al. Report of the world commission on environment and development: our common future. Transmitted to the General Assembly as an Annex to document A/42/427--Development and International Cooperation: Environment. [Online] Available at http://www.un-documents.net/wced-ocf.htm (Accessed 10 March 2011), 1987.

CANUTO, OTAVIANO; HIGACHI, H.; PORCILE, G. Modelos evolucionistas de crescimento endógeno. **Revista de Economia Política,** v. 19, n. 4, p. 53-77, 1999.

DE SOUSA SANTOS, Boaventura; MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do sul.** Cortez Editora, 2010.

FILHO, E.B.S. In: IIIrd International Congress on Graphics Engineering for Arts and Technical Drawing/14º Simpósio Nacional de Geometria Descritiva e Desenho Técnico. Desenho, uma análise semiótica. **Anais...** Ouro Preto/MG: Secretaria do Graphica 2000 - Escola de Minas - UFOP, 2000.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Univ of California Press, 1964.

GAY, Peter. **Modernismo: o fascínio da heresia: de Baudelaire a Beckett e mais um pouco;** tradução Denise Bottmann. – São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

GEERTZ, Clifford. Agricultural involution: the process of ecological change in Indonesia. **University of California Press**, 1963.

GEERTZ, C. In: EDELMAN, M.; HAUGERUD, A. (Ed.). The anthropology of development and globalization: from classical political economy to contemporary neoliberalism. Agricultural involution revisited. Malden, Mas.: **Blackwell Publishing**, 2005. p. 194-205.

GIL, Javier Alfonso. Instituciones económicas: contornos de la triada básica. **Economistas**, v. 15, n. 73, p. 128-136, 1997.
HAUG, Wolfgang Fritz. **Crítica da estética da mercadoria.** Unesp, 1997.

IANNI, Octavio. As ciências sociais na época da globalização. **Revista Brasileira de Ciências Sociais,** v. 13, n. 37, p. 33-41, 1998.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Editora Perspectiva S.A. Tradução de: Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira, Quinta edição, 1997.

KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. Trad. Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. Ed. 9. São Paulo: Perspectiva, 2006.

LOVISON, Aida Maria; JÚNIOR, Eduardo Basso. Desenvolvimento local endógeno: interrogando seus limites e possibilidades à luz da Pedagogia do Oprimido. **Desenvolvimento em Questão,** v. 13, n. 30, p. 327-345, 2015.

MACHADO, Luiz Toledo. A teoria da dependência na América Latina. **Estudos avançados**, v. 13, n. 35, p. 199-215, 1999.

MANSHARAMANI, V. **Towards a theory of service innovation:** an inductive case study approach to evaluating the uniqueness of services. Master of science at the Massachusetts Institute of Technology, 2005.

MARX, Karl; LAFARGUE, Paul. **O capital:** extratos por Paul Lafargue. Conrad, 2004.

MEDEIROS, Fernando. A teoria do dualismo revisitada nos países de industrialização sem modernização. **Análise Social**, v. 29, n. 125/126, p. 81-119, 1994.

MÉSZÁROS, István et al. **Para além do capital**. Boitempo Editorial, 2002.

MIGUEL, P. A. C. **Implementação do QFD para o Desenvolvimento de Novos Produtos**. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2008.

MOZOTA., B. B. **Gestão do Design:** usando o design para construir valor de marca e inovação corporativa. Porto Alegre: Artmed editora/ Bookman editora, 2011.

RAMOS, Alberto G. **A Redução Sociológica**. 2a ed., Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1965.

REDCLIFT, M. Introduction. _____ (Ed.). Sustainability: life chances and livelihoods. London: Routledge, 2000. p. 1-13.

RODRÍGUEZ-POSE, Andrés. Dynamics of Regional Growth in Europe: Social and Political Factors: **Social and Political Factors**. Clarendon Press, 1998.

ROSENSTEIN-RODAN, Paul N. Notes on the theory of the 'big push'. **Palgrave Macmillan** UK, 1961.

SAID, Edward W. Orientalism: western conceptions of the Orient. 1978. **Harmondsworth,** Eng.: Penguin, 1995.

SANTOS; PUREZA. Comunidades quilombolas África e Laranjituba(PA) em rede, 1990.

SANTOS; AQUINO. Associação e comunidades em terra quilobola: em questão participação e a inclusão em redes pelo direito a políticas, 2012.

SCHUMPETER, Joseph Alois. Teoria do desenvolvimento econômico**. Fundo de Cultura**, 1961.

SIMONIAN, Ligia T. L. In: COELHO, Maria Célia N.; SIMONIAN, Ligia T.; FENZEL, Norbert (Org.). Estado e políticas públicas na Amazônia: gestão de recursos naturais. **Políticas públicas, desenvolvimento sustentável e recursos naturais em áreas de reserva na Amazônia Brasileira**. Belém: Cejup, 2000. p. 9-53.

STEWARD, J. In: _____. Theory of social change: the methodology of multilinear evolution. Multilinear evolution: evolution and process. **Urbana**; Chicago: University of Illinois Press, 1972. p. 11-29.

SUASSUNA, Ariano. **Iniciação à Estética**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2004.

TFOUNI, Fabio Elias Verdiani; SILVA, Nilce da. A modernidade líquida: o sujeito e a interface com o fantasma. **Revista Mal Estar e Subjetividade**, v. 8, n. 1, p. 171-194, 2008.

DA DEGRADAÇÃO À ELITIZAÇÃO: PROCESSOS DE EXCLUSÃO SOCIAL E AMBIENTAL EM BELÉM[1]

Ana Cláudia Duarte Cardoso[2]
Thales Barros Miranda[3]
Patrick da Costa Rocha[4]

RESUMO

Este texto aborda a forma como diferentes racionalidades consideram os espaços públicos/ verdes na área de expansão de Belém, destacando que os espaços naturais funcionaram no passado como espaços de produção, sociabilidade e lazer para a população assentada segundo as lógicas vernácula e informal, e como a racionalidade industrial de empreendimentos públicos e privados não foi capaz de compreender isso e oferecer espaços públicos ou áreas verdes equivalentes às áreas perdidas por supressão de vegetação e contaminação dos rios decorrentes do avanço da urbanização formal. Ao contrário, tem havido redução da importância da dimensão pública e maior confinamento da população pobre em suas unidades habitacionais. Procura-se mostrar a partir de mapas, levantamentos de campo e entrevistas, o quanto a

1 Este texto estende e consolida conteúdos de dois outros textos publicados nos anais do XI QUAPÁ-SEL e do II UrbFavelas.

2 PhD em Arquitetura (Oxford Brookes University, UK), Mestre em Planejamento Urbano (UnB), graduada em Arquitetura e Urbanismo (UFPA). Professora Associada da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo e do Programa de Pós-Graduação em Economia. Bolsista de Produtividade do CNPq. E-mail: aclaudiacardoso@gmail.com

3 Graduando da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Bolsista de Iniciação Científica (PIBIC CNPq).

4 Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Graduado em Arquitetura e Urbanismo (UFPA).

degradação ambiental afeta os grupos sociais de forma seletiva e diferenciada, o quanto esse assunto se constitui em um ponto cego para a política urbana brasileira, e que no contexto amazônico há demanda por forte convergência das políticas urbanas, ambientais e sociais.
Palavras-chave: Planejamento urbano oficial, práticas tradicionais, Exclusão Socioambiental em Belém, Degradação ambiental.

ABSTRACT

This paper addresses the way of how different rationalities consider the public/green spaces of Belém's expansion area, highlighting that these natural spaces were used in the past by the population that lives in the area to produce, to socialize and with recreational purposes, according to vernacular and informal ways, and how it was not understood bypublic interventions industrial rationality that wasn't able to offer public spaces nor green areas equivalent to those areas that were lost due tovegetal suppression or the contamination of the rivers due to formal urbanization. Instead, there has been a reduction in the importance of the public dimension and an increase of poor population confinement in their houses. It's shown by maps, field surveys and interviews how this matter affects the distinct social groups differently and selectively, how it is a blind spot to the Brazilian urban policies and how a convergence between urban, environmental and social policies is needed in an Amazonian context.
***Keywords*:** *Formal urban planning, traditional practices, Socioenvironmental exclusion in Belém, Environmental degradation.*

INTRODUÇÃO

Belém é uma metrópole que desde a sua fundação tanto se beneficia quanto luta com a natureza exuberante que a cerca. Ponto de contato entre o "selvagem" e a "civilização", a cidade incorporou em sua forma elementos para atender a duas lógicas, a tradicional – de base extrativista, e a moderna – e a de base

industrial, ao longo de diversos ciclos de boom e reestruturação. Mas foi o século XX o período em que esse processo se tornou mais agudo. A riqueza da borracha permitiu melhoramentos urbanísticos e a introdução de arranjos espaciais e unidades morfológicas inspiradas nas cidades europeias, manifestos no traçado de ruas em quadrícula, nas praças e parques das áreas altas da sua primeira légua patrimonial, atual centro metropolitano, enquanto uma série de fatores contribuiu para que a segunda légua patrimonial da cidade fosse muito diferenciada da primeira, especialmente o fato da área já ser ocupada por sítios e fazendas por ocasião de sua doação à cidade (ABREU, 2016).

Esse espaço, que hoje corresponde à área de expansão de Belém, contou com um sistema de ruas mais limitado (baseado no eixo da estrada de ferro e atualmente da Av. Augusto Montenegro) e um tipo de espaço de sociabilidade muito diferente das praças e parques citados: a beira do igarapé. Em ambas as léguas as áreas de várzea foram ocupadas por migrantes com forte enraizamento nas práticas tradicionais com intensidades diferenciadas; as baixadas da primeira légua foram aterradas por moradores e sofreram adensamento progressivo desde os anos 1960, enquanto as áreas de várzea da segunda légua propiciaram um uso multifuncional das margens dos rios (espaços de produção de cerâmica, de lavagem de roupa, de pesca, horta, sociabilidade e lazer) por tempo mais longo, até serem incorporadas aos novos usos e tipologias de ocupação do solo praticados desde os anos 1970.

A superposição de usos e tipologias introduzidos na área de expansão a partir dos anos 1960 promoveram profundas mudanças tipológicas e no perfil socioeconômico dos seus moradores. As grandes glebas das fazendas foram utilizadas pela iniciativa pública, nos anos 1970, para a implantação dos grandes conjuntos habitacionais construídos para atender a população de baixa renda. Três décadas depois, as glebas restantes viabilizaram a produção imobiliária de habitação de alta renda, com grandes investimentos na produção de novas centralidades (shopping centers, hipermercados, estabelecimentos comerciais) e valori-

zação da região (VENTURA NETO, 2016), intensificando a supressão de vegetação e a contaminação das águas que apoiavam as populações que mantinham práticas tradicionais. Rapidamente os novos pobres urbanos, os grupos sociais espoliados de seus meios de subsistência e excluídos pelo processo de urbanização, converteram-se em habitantes de assentamentos informais.

Neste ponto observa-se o avanço da conversão da cidade ribeirinha pela metrópole, e a disseminação de "fórmulas" desenvolvidas em cidades globais que pudessem ser viáveis para o posicionamento de Belém na nova ordem mundial (HALL, PFEIFFER; 2000). O patrimônio histórico e especialmente o cultural e o ambiental foram assumidos como motivações para uma agenda de intervenções e ressignificações que iniciaram na área histórica, com a criação de um corredor de serviços nas áreas assumidas como Janelas para o Rio, que evocavam as experiências do Norte Global de reciclagem de áreas abandonadas após a desindustrialização de suas cidades portuárias (HALL, 1998; CARDOSO et al, 2016). A disputa acirrada na Cidade Velha entre usos tradicionais e usos voltados para o turismo internacional tornou-se um apelo para a redescoberta sensorial do rio, e o crescimento do interesse das classes abastadas por esportes aquáticos e atividades de lazer, mesmo sob pena da retirada dos usos das camadas populares que sempre fizeram um uso instrumental e polivalente do rio.

Esse processo tem uma manifestação mais visível no Centro Histórico e mais dissimulada na área de expansão da cidade, onde a carência de uma diretriz de ocupação (plano de alinhamento) oferecida pelo setor público, somada à falta de articulação entre as tipologias, consolidou uma ocupação caracterizada pela fragmentação espacial e segregação social e invisibilidade das áreas verdes e rios internos. Mesmo na produção oficial de assentamentos, observa-se insuficiência e inadequação do planejamento e desenho urbanos, com problema de dimensionamento de áreas públicas, de circulação, tratamento de espaços verdes e áreas que deveriam ser preservadas, como as margens de rios.

Os pioneiros na ocupação formal na área de expansão foram os conjuntos habitacionais, que se instalaram próximos aos

principais eixos viários e buscavam a disponibilidade de grandes terrenos baratos e mais adequados para urbanização (mais econômicos para a sua implantação por serem planos e firmes). No entanto, essa política gerou "vazios urbanos" entre a terra consolidada e os novos assentamentos que encareceram o custo da infraestrutura estendida até os conjuntos e depois compartilhada com assentamentos informais e empreendimentos imobiliários, sem a devida ampliação. Foi claro o caráter genérico e a prioridade dada aos aspectos quantitativos nas políticas urbanas e ações oficiais.

A comparação da produção formal e informal dos assentamentos na área de expansão evidencia a coexistência de diferentes racionalidades socioespaciais vinculadas à já citada matriz industrial (conjunto habitacional e condomínio fechado) e a uma matriz tradicional ou espontânea (loteamento e ocupações informais), que mantém mais pontos de contato com o meio físico e com os espaços de uso público e com a escala humana que o outro grupo. Curiosamente, há uma forte assimilação de estratégias espaciais originadas no primeiro grupo pelo segundo grupo, no que diz respeito ao espaço privado, tais como as estratégias de isolamento em relação aos espaços públicos por meio de muros, grades, cercas elétricas, segurança terceirizada, etc., com crescente negação da dimensão pública da cidade e de hábitos, culturas, valores sociais e ambientais, que viabilizaram historicamente a sobrevivência da população de menor renda na cidade (SOUSA, 2016).

Para entender o processo em discussão, foram analisadas bases de dados, documentos técnicos, dados de entrevistas, análises morfológicas e observações de recortes das tipologias espaciais mais comuns na área de estudo (ocupação, conjunto habitacional, produção de habitação de mercado e loteamentos), além do mapeamento das massas verdes realizado a partir do processamento via sensoriamento remoto de imagens do satélite RapidEye obtidas através do Geo Catálogo do MMA (Ministério do Meio Ambiente) e *shapefiles* com o destaque dos espaços construído (cheios) obtidos em base da Cohab (2003).

TIPOLOGIAS PREDOMINANTES NA ÁREA DE EXPANSÃO DE BELÉM: DA DEGRADAÇÃO À ELITIZAÇÃO

A lógica de expansão urbana improvisada fortaleceu o centro metropolitano de Belém na medida em que favoreceu a concentração da oferta de serviços e de infraestrutura na área central da cidade. A primeira légua conta com uma razoável estruturação global graças a um plano de alinhamento que orientou a ocupação de suas terras altas desde a virada do século XX. A forte centralidade do núcleo metropolitano aumentou o custo e inviabilizou o acesso à moradia formal para a população de baixa renda, que ocupou suas terras baixas (as baixadas) e a partir dos anos 1960 e adotou a área de expansão como destino. A ocupação na área de expansão que até então era predominantemente rural, com comunidades e aglomerações definidas a partir da disponibilidade de rios e do eixo que corresponde à atual Av. Augusto Montenegro, começou a se diversificar. A ocupação de áreas de várzea, desvalorizadas pelo mercado e de difícil acesso, era uma vantagem para a obtenção de alimento, a realização de algumas atividades domésticas e para o lazer tradicional da região (banho de rio ou balneário).

Os primeiros conjuntos construídos na área foram destinados aos servidores públicos de média e baixa renda, com projetos individuais (dos assentamentos) que não previam a articulação espacial das suas malhas com a cidade. A ausência histórica tanto de diretrizes para a ocupação quanto de controle do uso e ocupação do solo na região, levou à fragmentação da área e à formação de um mosaico de assentamentos desconexos. A partir dos anos 1980 a ocupação de terrenos adjacentes aos conjuntos habitacionais e de empreendimentos inconclusos permitiu a inserção de grupos (os excluídos) ao longo ou próximos à Av. Augusto Montenegro, sob uma nova lógica.

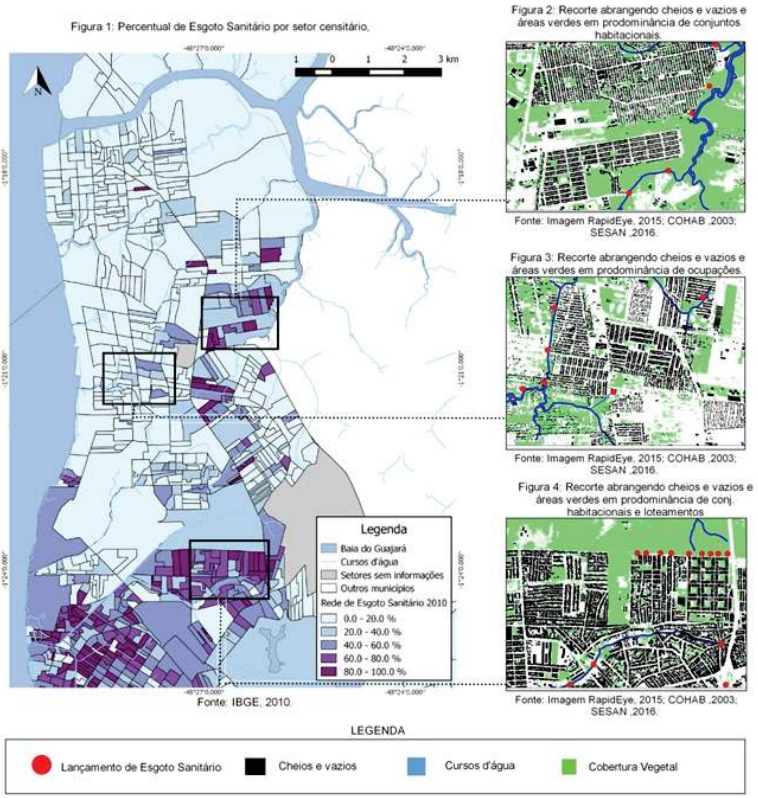
Instalou-se uma clara divisão entre duas lógicas de produção do espaço urbano: uma baseada na experiência tradicional/vernácula e informal, e outra, baseada na produção formal

e industrial. Na primeira destaca-se o relacionamento entre habitantes e cursos d'água para realização de funções que na lógica formal, a segunda racionalidade, dependeriam do projeto de espaços públicos e de áreas verdes, não disponibilizados ou garantidos.

A lógica hegemônica estabeleceu-se a partir da produção de habitação e da simplificação da diversidade dos espaços públicos e livres já utilizados, multifuncionais para a população mais pobre. A falta de estruturação espacial e de articulação dos novos assentamentos entre si retardou a formação de um sistema de novas centralidades, concentrando toda a diversidade de usos na Avenida Augusto Montenegro, e também negligenciou as necessidades de sociabilidade e de lazer da população mais pobre. Entrevistas com moradores revelaram que, mesmo nos conjuntos habitacionais que tiveram áreas públicas incluídas, a provisão de infraestrutura depende da sua localização e importância no bairro, o que mantém a grande maioria inconclusa e improvisada. Nos loteamentos, as ruas são o espaço público disponível, e o espaço de sociabilidade (campo de futebol, balneário) é privado, restrito aos quintais dos lotes maiores quando os proprietários assim o permitem. O projeto de espaços públicos e espaços verdes para assentamentos habitados por população de baixa renda tende a ter funcionalidade restrita e a ser menos aprazível em termos ambientais do que os espaços naturais disponíveis antes da intensificação da urbanização na região.

Contudo a produção formal pública de habitação dos anos 1970, e a produção privada de moradia de alta renda dos anos 2000 e 2010 contribuem igualmente para a contaminação de águas dos rios internos que eram usados para produção, sociabilidade e lazer da população oriunda do interior que ocupava a região antes dos empreendimentos oficiais chegarem, potencializando processos de degradação ambiental e de exclusão social. As figuras 1, 2, 3 e 4 compõem um mosaico que revela a relação da urbanização com a contaminação das águas, pelos pontos de lançamento de esgoto bruto marcados nas figuras com pontos vermelhos, e a supressão das massas vegetadas para construção

dos assentamentos, forçando uma ruptura de paradigma quanto ao uso de espaços públicos e relacionamento com áreas verdes nessa área da cidade, com a substituição dos balneário pelo espaço destinado às praças de conjuntos habitacionais conforme determinação da Lei Federal 6766/1979, ainda que as últimas raramente fossem priorizadas pela administração pública.



Nas figuras citadas, o mapeamento do atendimento de serviço de esgoto levantado pelo Censo de 2010, foi associado ao mapeamento das massas verdes realizado a partir do processa-

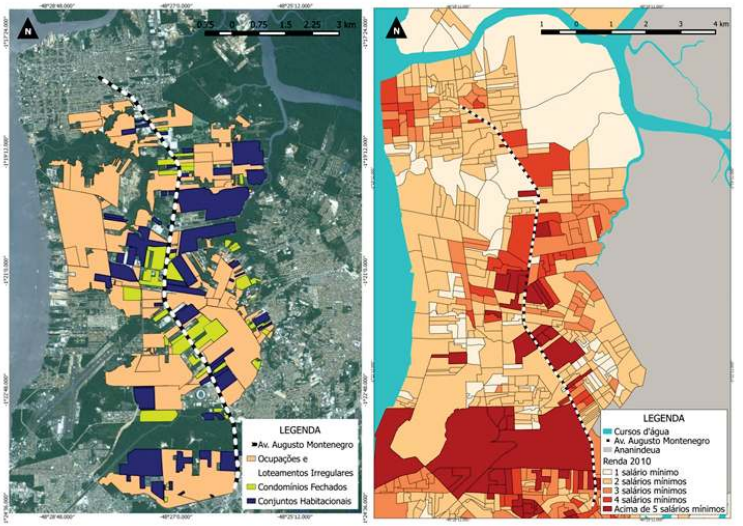
mento, via sensoriamento remoto, de imagens do satélite RapidEye, obtidas através do Geo Catálogo do MMA (Ministério do Meio Ambiente) e ao espaço construído (cheios) obtidos em base da Cohab (2003). Os pontos de lançamento de esgoto sanitário dos empreendimentos habitacionais foram mapeados em entrevistas com técnicos da Prefeitura de Belém - SESAN e consulta a trabalhos técnicos, pois essa informação sequer é sistematizada nas bases de dados oficiais, indicando que o baixo controle sobre as práticas do setor público só foi estendido às operações do setor privado.

Nos anos 2010, a formação espacial híbrida da área de expansão de Belém foi direcionada para a criação de uma nova centralidade metropolitana, através da implantação de equipamentos e estabelecimentos de comércio e serviços, como shopping centers, hipermercados e lojas especializadas, de forma a torná-la mais atraente à população de média e alta renda, público alvo dos novos condomínios fechados; produtos que materializam a apropriação das cidades brasileiras por frações do capital financeiro através da forte atuação do setor imobiliário (figura 5). Apesar de a iniciativa privada promover a ocupação da área por "bairros planejados", Souza (2016) detectou que apenas 9% do total da área de expansão de Belém diretamente ligada à Av. Augusto Montenegro são constituídos por condomínios fechados, enquanto 25% é composto por conjuntos habitacionais e 66% é constituído de ocupações espontâneas ou loteamentos irregulares, ou seja, a área de expansão de Belém tem mais características de área informal do que de bairro planejado. Esses percentuais revelam que mais de 50% da população da área em questão não conta com soluções técnicas ou reserva de áreas para usos institucionais ou áreas verdes.

Em termos de condições de uso e ocupação do solo a polarização das atividades dificulta o acesso aos serviços e equipamentos por parte dessa maioria da população, que é de baixa renda e reside nas tipologias localizadas por trás dos lotes lindeiros à avenida (figura 6). Além disso, a área se configurou a partir da escala do automóvel, assumindo o deslocamento por longas

distâncias para o acesso aos serviços mais básicos. Tanto a configuração da avenida, quanto a condição de uso e ocupação desconsideram a escala do pedestre, e a possibilidade da farmácia, padaria, loja de conveniência e minimercados estarem próximos das moradias.

Figuras 5 e 6: Tipologias de assentamento da área de expansão de Belém e renda por setor censitário



Fonte: CTM/PMB (2000); IBGE (2010); Google Earth (2015)

Essas práticas foram proporcionadas por arranjos entre promotores imobiliários, proprietários fundiários e o Estado, que teve papel fundamental na expansão urbana da cidade ao implantar empreendimentos habitacionais, definir sistema de ruas e permitir a reserva de terrenos que foram ocupados nas décadas seguintes.

A partir do final dos anos 1990, os condomínios fechados ocuparam as grandes glebas reservadas ao longo da Avenida Augusto Montenegro. A localização próxima dos principais eixos viários é um padrão espacial comum a todos os assentamentos

dessa tipologia. O sítio urbano foi importante para viabilizar os primeiros condomínios, contudo, ao longo das décadas com a diminuição de grandes terrenos, diversos assentamentos situaram-se em sítios urbanos menos nobres, com várzeas e cursos d'água, sujeitos às modificações topográficas a fim de facilitar a subdivisão dos lotes e a posterior edificação das residências.

As demandas dos novos empreendimentos por área urbanizável eliminam rapidamente os espaços de natureza (rios, matas ciliares, florestas) e de socialização (campos de futebol) de livre acesso ainda remanescentes. Os condomínios exclusivos são mais uma fórmula importada pelo setor imobiliário globalizado (MUXI, 2004), de rápida difusão em vários municípios da Região metropolitana de Belém.

Esses condomínios possuem seus próprios sistemas de áreas de lazer e contato com a natureza, de acesso restrito aos condôminos, que interagem apenas entre si, criando verdadeiras bolhas sociais. Quanto às questões ambientais, pode-se observar que alguns desses condomínios não respeitam a delimitação prevista pela Lei nº 12.651/2012, o código Florestal Brasileiro, que prevê a delimitação de faixas de Áreas de Preservação Permanente (APP) de 30 metros de largura para cada margem de rio, como forma de preservar os recursos naturais e hídricos, por serem anteriores ao mesmo e por terem se aproveitando das controvérsias sobre a aplicação das determinações do Código Florestal Brasileiro de 1965 e das suas alterações de 1986 para áreas urbanas, que deveriam ser regidas por legislação municipal.

Em Ananindeua, município da Região Metropolitana de Belém, é possível encontrar novos empreendimentos que se utilizam da localização "privilegiada" às margens dos rios da região como atrativo à compra dos imóveis (figuras 7,8 e 9). Alguns condomínios mais antigos nas duas cidades chegam a utilizar a água dos rios e outros corpos d'água como fontes para os seus lagos artificiais internos com propósitos paisagísticos, após a completa supressão da vegetação nativa, para facilitar a produção do empreendimento.

Além disso, lançam seus esgotos sem tratamento nesses cursos d'água após seus muros, onde a população de uma ocupação localizada por trás de um condomínio fechado construiu uma laje sobre o rio poluído, negando-o completamente (figura 10).

Figura 7: Condomínio Residencial Neo Colori, acessado pela Rodovia Mario Covas, com 28.000 m², construído às margens de um dos braços do Rio Ariri.



Fonte: Google Earth, 2015.

Figura 8: material publicitário de apresentação do condomínio com deck próximo às margens do rio em questão.



Fonte: Google Earth, 2015.

Figura 9: Condomínio Residencial FIT Mirante do Lago, em Ananindeua, com 100.000 m² construído às margens de um lago da Bacia do Rio Ariri que segundo seu material publicitário apresenta mais de 50 opções de lazer e uma reserva ambiental.



Fonte: Google Earth, 2015.

Figura 10: Laje de concreto sobre o rio na área de expansão.



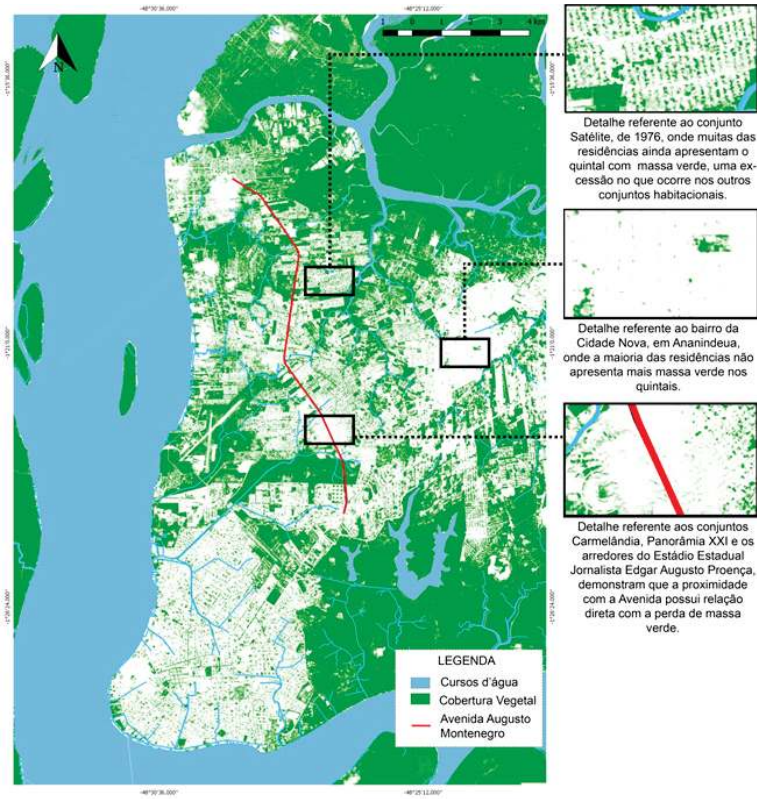
Foto: Taynara Gomes, 2015.

Observa-se que as práticas populares são evocadas para infringir a legislação em vigor e viabilizar novas glebas de terra urbanizável, mas que não há compreensão de que esse entrelaçamento também deveria ocorrer no sentido inverso, da preservação de espaços de livre acesso nas orlas internas da cidade, com estruturas mínimas (infraestrutura, e segurança) que permitissem o atendimento da população usuária. Em muitos casos as compensações por esses impactos são feitas através de fornecimento de equipamentos e do custeio da atuação dos órgãos públicos da área ambiental, sem que haja efetiva recomposição de vegetação nesses ou em outros terrenos (COSTA, 2015).

Observações a partir de imagens de satélite da redução do verde na RMB revelam que existe um gradiente que indica a progressiva redução dos quintais, matas ciliares, e florestas proporcional à maior centralidade e ao grau de consolidação da ocupação (figura 11), e que na bacia hidrográfica do Una, que contém a porção da Av. Augusto Montenegro mais próxima do centro metropolitano e que recebeu dois shopping centers e di-

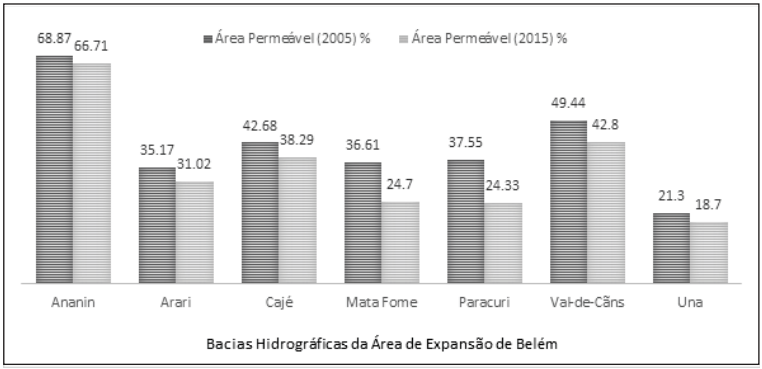
versos condomínios nos anos 2010, a remoção da vegetação já teria atingido percentuais abaixo do aceitável para a prevenção de alagamentos e mitigação dos impactos da urbanização, considerando as baixas declividades do sítio de Belém conforme recomenda Araújo et al (2008) (gráfico 01). A baixa permeabilidade do solo aumenta a velocidade das águas das chuvas e os níveis de erosão do solo, desencadeando processos já conhecidos nos bairros da primeira légua de Belém, destaca-se que na segunda légua a maior precariedade da provisão de infraestrutura, deixa a maioria da população (mais pobre) mais vulnerável à degradação ambiental resultante.

Figura 11: Relação entre as áreas já consolidadas e redução do verde



Fonte: Imagem RapidEye, 2015.

Gráfico 01: Análise das áreas permeáveis em 10 anos, entre 2005 e 2015, para as bacias hidrográficas da área de expansão de Belém.



Fonte: Google Earth, 2005; Google Earth, 2015.

Seguindo o novo paradigma, as praças de centro de bairro, como da Marambaia e do Tapanã oferecem alternativa à população, em localizações com forte centralidade, diversificação de usos, mobiliário e equipamentos adequados, presença da guarda municipal, programações culturais, transporte público, constituem-se em palcos efetivos de sociabilidade entre diferentes grupos sociais. Contudo essas são raras exceções que fazem a transição do sistema anterior para a concepção urbanística moderna de espaços públicos ou áreas verdes. Em outros conjuntos são raros os casos de conclusão das praças e nos loteamentos irregulares e ocupações, por razões que fogem ao escopo deste artigo, não houve controle do adensamento progressivo e reserva de área pública para além do sistema de ruas. Como a vizinhança direta entre modernos empreendimentos imobiliários e ocupações irregulares resulta em grandes muros, as ruas também tendem a se tornar degradadas e inseguras, e transformadas em meros locais de passagem. Enquanto isso, espaços de lazer vinculadas à natureza apresentam graus progressivos de estratificação por renda e pertencimento a grupos sociais homogêneos, como é o caso das marinas, balneários e clubes que cercam a margem dos rios de maior porte (ex; Rio Ariri).

Segundo Jáuregui (2013), essa ordem se repete na maioria das grandes metrópoles latino-americanas e apoia-se em um processo ambíguo, onde a frente representada pelas elites busca a baixa densidade (comparada à densidade encontrada nos centros urbanos) e a desconstrução das redes de sociabilidade, e a frente dos grupos excluídos, que optam pelo adensamento e demanda os agrupamentos de pequenas unidades habitacionais ao redor dos equipamentos urbanos básicos. Tal fato determina uma forte territorialização e fortalecimento das redes de sociabilidade. Assim, geram-se vizinhos, ocupando um mesmo espaço dividido por muros, com um código de comunicação, de necessidades e de percepções muito diferentes de uma mesma cidade. Essas divergências acarretam no aumento dos antagonismos e tensões sociais (op. cit.), fazendo com que esta forma de construir a cidade seja um sintoma da desigualdade ao mesmo tempo em que é a causa.

A situação corrente em Belém e sua área metropolitana justificaria o mapeamento de Áreas verdes disponíveis, e seu tratamento como parte de um sistema de áreas livres/ espaços públicos, tendo em vista o interesse público e a melhoria das condições de vida da população. Tal mapeamento também contribuiria para redução da carência desse tipo de espaços na área de expansão de Belém, e a necessária convergência entre políticas de habitação, preservação ambiental, mobilidade e economia, para uma compreensão sistêmica da cidade e das necessidades diversas dos grupos sociais que a habitam.

Entretanto, o avanço gradual da urbanização, seja por vias formais ou informais, está substituindo as massas vegetadas antes que suas funções sejam compreendidas. A lenta contaminação dos cursos d'água através do lançamento de esgoto sanitário dos assentamentos formais inviabilizou as atividades produtivas vinculadas ao rio (pesca e balneários) e ao cultivo da terra (hortas para produção de alimentos e ervasmedicinais), que sempre apoiaram a população mais pobre não integrada na economia formal, e contribuiu para difundir a negação da natureza em uma cidade que sempre foi sustentada por ela, que se mostra capaz

de matar sua "galinha dos ovos de ouro" (sua paisagem natural, cultural e social) ao desejar produtos e inserção internacionais, antes de reconhecer e atender sua própria população.

Nos anos 2010, procura-se internacionalizar a orla do centro histórico de Belém, incorporar ao mercado imobiliário ilhas que desempenham funções ambientais e sociais (MATTA, 2006), alegando que as margens dos rios ocupadas com usos tradicionais são favelizadas (CARDOSO et al, 2016, mas tolera-se que as matas e as águas dos rios internos sejam mortas pelo lançamento de esgoto in natura, enquanto os corpos d'água de maior porte, como o rio localizado por trás do Conjunto Maguari, o Rio Ananin, seja apropriado por portos e marinas, onde lanchas e jet-skis são estacionados para a prática de esporte e usufruto das águas por população de alta renda (figura 12) (ROCHA, 2016).

Figura 12: Marina Porto Seguro no Rio Ananin.



Fonte: Patrick Rocha, 2016.

ABORDAGEM DE ESPAÇOS LIVRES E PÚBLICOS EM DIFERENTES CONTEXTOS

Para Jáuregui, (2013), a questão para se medir as melhorias e avanços em uma sociedade hoje em dia deve levar como questão central, mais do que os números do produto interno bruto,

os custos da degradação ambiental e da exclusão social e os indicadores de felicidade. Sob essa perspectiva, a percepção ambiental se torna um importante indicador para o direcionamento de políticas públicas em relação ao meio ambiente, principalmente no contexto de uma cidade latino-americana como Belém, onde ainda há altos índices de desigualdade e de degradação ambiental. Percepção ambiental é aqui entendida como as reações e respostas individuais e coletivas sobre o ambiente em que se vive, resultantes dos processos cognitivos, julgamentos e expectativas de determinado grupo de pessoas (PELISSARI et. al., 2004).

Segundo Lefebvre (2001) cada indivíduo carrega dentro de si um sistema de significações no espaço que habita, com símbolos e significados pessoais e esse sistema diz respeito também às ações do habitante, que é percebido e modificável pela prática. A divergência de percepções acaba por criar uma cisão entre as demandas ao Estado, interessado na arrecadação de tributos advindos da produção formal da cidade e conduzido por profissionais formados em universidades que validam os processos hegemônicos como universais, favorecem as forças do mercado imobiliário em detrimento das demandas dos grupos sociais excluídos.

As leis que regulam a cidade brasileira não definem diretrizes que reconheçam o espaço natural de acesso público ou o espaço comum (os *commons*), característico de comunidades tradicionais como algo importante, indicando que os sistemas de espaços livres e públicos não são priorizados na política urbana brasileira. A abordagem da natureza mais frequente é a do paisagismo, que segue o paradigma moderno de que na cidade a natureza emerge na produção formal do parque, praça, espaço verde ou em áreas públicas, que ainda não reconhece o espaço natural urbano como um elemento de convergência de aspectos socioeconômicos, culturais e ambientais.

O foco das políticas públicas para as cidades brasileiras está nas políticas setoriais de habitação, mobilidade e do saneamento, ou na regularização fundiária (quadro 01). Enquanto no contexto internacional, dos países industrializados, as cidades de Estocolmo, Lille, Lyon oferecem exemplos de integração entre

cidade/natureza face aos novos desafios das mudanças climáticas e perda de biodiversidade, com a criação de diversas escalas de espaços de convivência para a população. Cidades francesas criaram departamentos de espaços livres e planos de (re)vegetação que implantam o sistema de corredores biológicos da Trama Verde e Azul, segundo a mesma motivação.

Quadro 01: Determinações de espaços livres em diferentes contextos.

DETERMINAÇÕES NO CONTEXTO DOS PAÍSES DO NORTE	DETERMINAÇÕES NO CONTEXTO BRASILEIRO	EXPECTATIVAS DOS MORADORES
Nos países centrais o planejamento e as políticas urbanas têm experimentado mudanças com maior integração social, econômica e ambiental nas cidades. Dentro do contexto de mudanças climáticas, é necessário reduzir o consumo de energia, priorizar o transporte público - facilitando o deslocamento à pé, criar áreas verdes para uso recreativo e de drenagem das águas. No Plano da cidade de Estocolmo estabeleceu-se diretrizes para os espaços públicos e verdes a partir do método *sociotope*, definido por arquitetos, urbanistas e sociólogos. Esse método consiste em entender, através dos habitantes, quais seriam as escalas e os usos para os espaços verdes e públicos (STÅHLE, 2008). ▪ 300 m: parques tranquilos com playgrounds para crianças. ▪ 500 m: espaços mais ativos – área para piquenique e jogos naturais. ▪ 1000 m: espaços para reuniões e encontros – campo de futebol. ▪ 2500 m: áreas naturais de campo de ciclismo. Na França, os Planos Diretores das cidades de Lille, Rennes e os Planos de (re) vegetação das cidades Lyon e Perpignan identificaram as principais questões relacionadas com espaços verdes e arborizadas, ou seja, a sua baixa presença no território e a avançada fragmentação, que acelera a perda da biodiversidade local. Para tanto, foi necessário a criação de corredores biológicos que apoiam a migração animal e vegetal, e também, caminhadas acessíveis por múltiplos usuários. Esses corredores são as tramas verdes e azuis (CORMIER; KENDERESY, 2013).	Na legislação brasileira não há instrumentos concretos que auxiliem na criação de sistemas de espaços verdes e públicos. A habitação, mobilidade e saneamento apresentam maior importância acerca do planejamento e das políticas públicas das cidades. ▪ Lei Nº6766 (Parcelamento do solo): define que devem ser implantados espaços livres de uso público nos loteamentos urbanos. No entanto, não define o tamanho ideal e o raio de distância entre os espaços (BRASIL, 1979); ▪ Constituição Federal: nos artigos 182 e 183 define parâmetros para a política urbana, contudo, não há diretrizes para os espaços públicos. (BRASIL, 1988); ▪ Lei Nº10257 (Estatuto da Cidade): define os planos para as políticas urbanas – plano de habitação, mobilidade, saneamento e regularização fundiária. Não aborda diretamente espaços verdes / públicos (BRASIL, 2001). ▪ Lei nº12651 (Código Florestal): define áreas de preservação permanente (APP) nos espaços ambientalmente frágeis e vulneráveis - margens de rios, encostas de morros, nascentes (BRASIL, 2012). Esses espaços poderiam ser utilizados pela população a partir de atividades que não degradassem o meio ambiente, garantindo a preservando e usos aos espaços.	Para os moradores da área de estudo, havia um sistema informal de espaços livres, de acesso público, em escala local antes da intensificação da urbanização. Existe uma contramão nas atuais propostas do poder público de viabilizar parques de reserva ambiental, como o Parque do Utinga localizado próximo ao centro metropolitano, que são acessíveis majoritariamente por meio do transporte individual, contará com estruturas de consumo, tais como restaurantes, centros de convenções, trilhas e outras estruturas voltadas ao lazer das classes de média e alta renda. (PROJETO PARQUE DO UTINGA, 2016). A relação dos entrevistados com a água é bastante próxima, antes dos corpos d'água tornarem-se canais de escoamento de esgoto, parte da população de média e baixa renda utilizava os diversos balneários para a recreação e pesca. Hoje, a Orla de Icoaraci e os balneários privados são os poucos elementos naturais restantes para esse tipo de público. Essas pessoas não veem as praças como alternativas a esses espaços naturais.

Fonte: Miranda, Cardoso, 2016.

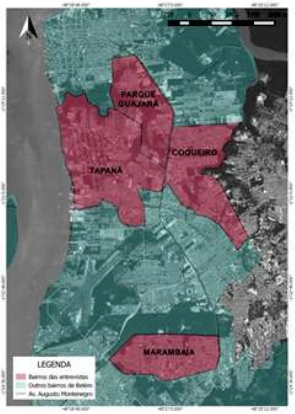
Como evidência do que seria relevante para a população, o quadro 02 foi estruturado a partir de 16 entrevistas detalhadas com moradores de 4 bairros (figura 13) distintos da área de estudo, para facilitar a detecção de um padrão de expectativas e práticas por bairro. As perguntas procuravam identificar níveis de percepção e importância dos espaços de uso público/ áreas verdes para a vida cotidiana dos moradores, cujas respostas indicam que a expectativa dos moradores demanda uma abordagem que reconheça escalas e diversidade de alternativas de acesso à natureza como praticado nos países do Norte Global em relação aos espaços públicos, algo não contemplado pelas políticas urbanas brasileiras.

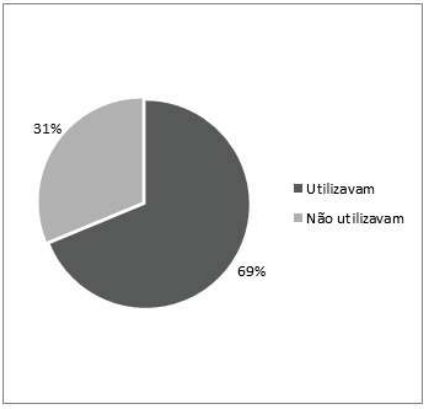
Quadro 02 – Síntese do uso do espaço público nas áreas pesquisadas segundo perfil de morador.

BAIRRO PARQUE GUAJARÁ	BAIRRO MARAMBAIA	BAIRRO TAPANÃ	BAIRRO COQUEIRO
58 anos. Moradora há 25 anos. Renda familiar > 3 SM Uso espaço público a) inicial: praças, principalmente do centro metropolitano; b) atual: espaços privados - shoppings centers e restaurantes, dentro do centro metropolitano.	56 anos. Morador há 48 anos. Renda familiar > 3 SM. Uso espaço público a) inicial: balneários, campos de futebol e espaços arborizados (matas); b) atual: orla de Icoaraci.	25 anos, Moradora desde que nasceu. Renda familiar > 3 SM Uso espaço público a) inicial: balneários e ruas; b) atual: ruas e praças.	79 anos. Reside Moradora há 14 anos. Renda familiar de acima de 3 SM Uso espaço público a) inicial: Praças; b) atual: Ruas para caminhadas.
18 anos. Morador há 8 anos. Renda familiar ½ SM. Uso espaço público: a) inicial: ruas, balneários e campos de futebol; b) atual: ruas, balneários privados, praças de conjuntos adjacentes e a orla de Icoaraci.	67 anos. Moradora há 42 anos. Renda familiar > 3 SM Uso espaço público a) inicial: Balneários; b) atual: praças e ruas.	23 anos. Moradora desde que nasceu. Renda familiar > 3 SM Uso espaço público: a) inicial: balneários e ruas; b) atual: Ruas	26 anos. Morador há 14 anos. Renda familiar > 3 SM Uso espaço público: inicial: praças e ruas; b) atual: espaços privados, como bares e restaurantes do centro metropolitano.
15 anos. Morador desde que nasceu. Renda familiar 1 SM. Uso espaço público: a) inicial: ruas e balneários; b) atual: ruas, balneários privados e praças de conjuntos adjacentes.	28 anos. Morador desde que nasceu. Renda familiar 1 SM. Uso espaço público: a) inicial: ruas e balneários e praças; b) atual: praças e ruas.	22 anos. Moradora desde que nasceu. Renda familiar > 3 S M Uso espaço público: a) inicial: balneários e praças; b) atual: ruas	24 anos. Moradora há 14 anos. Renda familiar > 3 SM. Uso espaço público: a) inicial: praças e ruas; b) atual: espaços privados, bares e praças do centro metropolitano.
14 anos. Morador desde que nasceu. Renda familiar 1 SM. Uso espaço público: a) inicial: ruas e balneários; b) atual: ruas, balneários privados e praças de conjuntos adjacentes.	23 anos. Moradora há 20 anos. Renda familiar > 3 SM Uso espaço público: a) inicial: ruas e praças; b) atual: praças e ruas.	22 anos. Moradora desde que nasceu. Renda familiar > 3 SM. Uso espaço público: a) inicial: balneários e praças; atual: praças.	20 anos. Moradora há 14 anos. Renda familiar > 3 SM. Uso espaço público: a) inicial: praças e ruas; atual: praça com academia ao ar livre.

Fonte: Miranda, Cardoso (2016).

Figura 13: Bairros das entrevistas. Gráfico 02: Percentual de uso dos balneários





Fontes: IBGE, 2010, Google Earth, 2015; Pesquisa de campo, 2016.

CONCLUSÃO

Ao longo das últimas cinco décadas houve uma ruptura do relacionamento instrumental com a floresta e a natureza na área de expansão de Belém, reconfigurada a partir de concepções de diferentes agentes produtores da cidade. Desde a implantação dos conjuntos habitacionais, na década de 1970, houve uma divisão de duas lógicas de produção do espaço urbano. A lógica formal vinculada à atuação dos setores público e privado é hegemônica e vem simplificando a diversidade dos espaços públicos e livres já utilizados pela população mais pobre.

A ocupação dos terrenos alagados, desvalorizados pelo mercado era uma vantagem para a obtenção de alimento e lazer da população mais pobre. Contudo, novas estruturas vêm surgindo para atender a classe média e alta da população, o que agrava os problemas da população excluída na medida em que eles perdem as suas antigas áreas de lazer e convívio.

Essa lógica de produzir cidade a partir do mercado descartou as formas de sociabilidade e lazer tradicionais, que dependiam da preservação da natureza, da infraestrutura física e segurança para o acesso público, difundindo soluções privadas

que excluem os não aptos para o consumo. Além disso, sistemas de espaços livres e públicos não são priorizados na política urbana brasileira. As leis que regulam a cidade não definem diretrizes que reconheçam o espaço natural de acesso público ou o espaço comum característico de comunidades tradicional como algo importante. Essa forma de urbanização vem negando hábitos, culturas, valores sociais e ambientais, intensificando reações negativas aos convívios com outras comunidades, confinando a população mais pobre em suas pequenas unidades habitacionais, sem a oportunidade de acesso/ usufruto de espaços públicos formais.

Em contraponto, evidências da pesquisa revelam que alguns desses pobres urbanos adotaram como áreas públicas, as ruas, os campos de futebol improvisados e margens de rios, como espaço de sociabilidade e lazer, seguindo a lógica tradicional / vernácula. Nessa perspectiva, o levantamento e incentivo às práticas que preservem vegetação, corpos d'agua e que contribuam para a redução da pobreza e exclusão de uma população que reconhece o rio como elemento natural, tem forte apelo dentro do atual contexto de mudanças climáticas, onde a literatura indica que os pobres são os primeiros a serem afetados (BUENO, 2013). Em cidades da Amazônia onde a maior parte da população está fora da economia formal, a utilização dos cursos d'água de forma democrática e multifuncional é uma estratégia sócio econômica ambiental e cultural comprometida com o atendimento de necessidades da população em geral, e em especial dos grupos sociais, que no contexto urbano, são classificadas como de baixa renda.

Mesmo com a pressão que a intensa urbanização exerce contra essas práticas sociais, as evidências revelaram que ainda do lado da população há demanda por ações que democratizem o acesso aos espaços verdes, uma vez que os mesmos se confundem com os espaços públicos tradicionais, registrados na memória da população da região. Os espaços verdes e livres que ainda restam na cidade devem ser inventariados e adaptados para atender a população, que sem contar com espaços públicos projetados dentro da lógica hegemônica, resolve as necessidades de lazer na

escala da vizinhança, em espaços arborizados improvisados. O avanço nessa linha de ação contribuiria para a mitigação de impactos da urbanização sobre as populações mais vulneráveis, e forjaria uma nova paisagem para a Belém do século XXI, capaz de respeitar sua história, suas diversas identidades e quem sabe contribuir para emancipar sua população.

REFERÊNCIAS

ABREU, A. P. *A morfologia do Plano de Expansão da Cidade de Belém e a estrutura fundiária do município no século XIX*. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Belém: UFPA, 2016.

ARAUJO, G. H. S. et al. Gestão Ambiental de Áreas Degradadas. 3ª ed. 320p. Rio de Janeiro: Berrtrand Brasil, 2008.

BRASIL. Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979. Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6766.htm> Acesso em: Julho de 2016.

_____. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm> Acesso em: Julho de 2016.

_____. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal estabelecem diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br /ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm> Acesso em: Julho de 2016.

_____. Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012. Institui o novo Código Florestal. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm> Acesso em: Julho de 2016.

BUENO, L. M. M. A adaptação da cidade às mudanças climáticas: uma agenda de pesquisa e uma agenda política. In. OJIMA, R; MARANDOLA JR., E. Mudanças Climáticas e as Cidades: Novos e Antigos Debates na Busca da Sustentabilidade Urbana e Social. São Paulo: Blucher, 2013. p. 23-73.

CARDOSO, A. C. D.; FERNANDES, D. A.; BASTOS, A. P. V. A inserção da RMB na Amazônia e na rede urbana brasileira. IN: CARDOSO, A. C. D.; LIMA, J. J. F. METRÓPOLES: Território, Coesão Social e governança Democrática. Belém: Transformações na ordem urbana. 2015, p. 17-33.

CARDOSO, A. C. D.; GOMES, T. V.; MELO, A. C. C. ; BIBAS, L. B.Quando o projeto disfarça o plano: concepções de planejamento e suas metamorfoses em Belém (PA). Cadernos Metrópole. Artigo aceito para publicação.

COHAB (Companhia de Habitação do Pará). *Edificações da Região Metropolitana de Belém.*Belém, 2003. CD-ROM. [Cartografia digital, formato *shapefile*]

CORMIER, L; KENDERESY, M. GOUVERNANCE DES TRAMES VERTES ET BLEUES URBAINES: Analyse Des Modalités Initiées Lors De La Mise En Place D'une Politique Par Des Collectivités – Lille. Revista Planté&Cité. 2013.

_____. GOUVERNANCE DES TRAMES VERTES ET BLEUES URBAINES: Analyse Des Modalités Initiées Lors De La Mise En Place D'une Politique Par Des Collectivités – Rennes. Revista Planté&Cité. 2013.

_____. GOUVERNANCE DES TRAMES VERTES ET BLEUES URBAINES: Analyse Des Modalités Initiées Lors De La Mise En Place D'une Politique Par Des Collectivités – Lyon. Revista Planté&Cité. 2013.

COSTA, A. P. Implicações do Sistema Ambiental para o Sistema de Áreas Verdes em Belém. Palestra proferida na Oficina espaços livres e forma urbana de Belém. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Belém: UFPA - Quapá-SEL/USP, 2015.

HALL, P.; PFEIFFER, U. Urban Future 21: a global agenda for the twenty-first century. London: E & FN Spon, 2000.

HALL, P. Cidades do Amanhã. São Paulo: Perspectivas, 1998.

JÁUREGUI, Jorge. Arquitectura, Urbanismo Y Compromisso Social. Revista Habitat Inclusivo, ed. Nº 1. 2013. Disponível em: <http://www.habitatinclusivo.com.ar/revista/estrategias--de-articulacion-espacial-para-la-ciudad-partida/>. Acesso em: 03/06/2016.

LEEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. São Paulo: Centauro, 2001.

LIMA, José Júlio. Conjuntos Habitacionais e condomínios de luxo em Belém: duas tipologias em confronto. Arquitextos, 027.07, ano 3, Agosto 2002. Disponível em <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/03.027/763> Acesso em: Março de 2016..

PELISSARI, V. B.; FERNANDES, R.; SOUSA, V. J. Uso da Percepção Ambiental como Instrumento de Gestão em Aplicações Ligadas às Áreas Educacional, Social e Ambiental. Revista Científica UNIVIX, v. 2, p. 33-45, 2004.

PROJETO PARQUE DO UTINGA, ALADIM JR. Belém: GRIFFO, 2016. 5 minutos Disponível em: <https://vimeo.com/159406214>. Acesso em: Julho de 2016.

MATTA, R. Espacialidade e sustentabilidade na Ilha do Combu: um olhar sobre a interface urbano-insular como forma de contribuir para a conservação do espaço na construção da sustentabilidade local. 2006. 150f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) Programa de Pós Graduação em Engenharia Civil. Universidade Federal do Pará, Belém.

MIRANDA, T.; CARDOSO, A. Compreendendo o espaço público da área de expansão de Belém a partir de cartografias e análises morfológicas. Relatório Final de PIBIC/FAU. Belém: UFPA, 2016.

MUXI, Zaida. La Arquitectura de la Ciudad Global. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2004.

ROCHA, P.C. Proposta de Requalificação Urbana e Ambiental: As Margens do Rio Ariri. 2016. 87p. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Pará. Belém

SANTOS, B.; CARDOSO, A. Tendências morfológicas, sociais e ambientais na periferia urbana de Belém do Pará. Relatório Final de PIBIC/FAU. Belém: UFPA, 2015.

SOUZA, Renata Durans Pessoa de. "Nova Belém": Um espaço de vivências multidimensional. 2016. 130 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal do Pará. Belém.

STÅHLE, Alexander. Compact sprawl: Exploring public open space and contradictions in urban density. Tese de Doutorado. Royal Institute of Technology. Estocolmo, 2008. p. 242.

VENTURA NETO, R. Belém e o imobiliário: uma cidade entre contratempos e contradições.Belém: Imprensa Oficial do Estado, 2016.

ILHA DE OUTEIRO: MEMÓRIAS E RESSIGNIFICAÇÕES

Heliana Rodrigues Bitencourt[1]

RESUMO

Este artigo apresenta um recorte da dissertação apresentada como quesito parcial para obtenção do título de Mestre em Comunicação, Linguagens e Cultura intitulada: **Areião: Lugar de Sociabilidade e Pertencimento na Ilha de Outeiro**, tendo como principais questionamentos: O que caracteriza este espaço como lugar de sociabilidade e pertencimento? Qual sua contribuição social e cultural para os moradores da Ilha e das localidades ao seu entorno? E apresenta o resgate histórico de Outeiro a partir das memórias dos seus moradores atreladas as experiências sociais e expressões das identidades culturais vivenciadas no espaço de festas conhecido como Areião. Os dados apontam que o Areião é retratado como um espaço de trabalho e lazer construído por seus atores, os quais trazem em suas significações o sentimento de pertencimento sociocultural, o qual está atrelado as suas histórias de vida.
Palavras-chave: Memórias. Identidades culturais. Outeiro. Areião.

ABSTRACT

This article presents part of the thesis presented as part Question for obtaining a Master's degree in Communication, entitled Languages and Culture: Grit: Sociability Place and Belonging in Outeiro Island, the main questions: What characterizes the space as a place of sociality and belonging? What is the social and

1 Graduada em Letras e Artes pela Universidade Federal do Pará. Especialista em Linguística Aplicada ao Ensino da Língua Inglesa. Mestre em Comunicação, Linguagens e Cultura. E-mail: helianabittencourt@yahoo.com.br

cultural contribution of Areião for residents of the island and elsewhere, especially those of your surroundings? And it presents the historical rescue of the island of Caratateua from the memories of its residents linked social experiences and expressions of experienced cultural identities within parties known as Areião. The data indicate that the Areião is portrayed as a workspace and leisure built by his actors, who bring in their meanings the sense of socio-cultural belonging, which is linked their life stories.

Keywords: Memories. Cultural identities. Outeiro. Areião.

INTRODUÇÃO

O estudo tratado neste artigo apresenta reflexões sobre o resgate histórico da Ilha de Caratateua a partir das memorias de seus moradores, as quais possibilitam uma aproximação com o contexto sociocultural construído nas dinâmicas cotidianas do passado e do presente.

Memórias que trazem consigo a ressignificação do espaço-tempo da Ilha, das formas de lidar com as transformações do espaço e das práticas sociais cotidianas, as quais estão imersas nas relações de poder e nas expressões culturais que trazem características especificas aos processos de construção identitária de sua população.

O trabalho da História Oral junto aos segmentos populares resgata um nível de historicidade que comumente era conhecida através da versão produzida pelos meios oficiais. À medida que os depoimentos populares são gravados, transcritos e publicados, torna-se possível conhecer a própria visão que os segmentos populares têm das suas vidas e do mundo ao redor (MONTENEGRO, 2001, p.16).

O uso da História Oral como recurso metodológico teve o caráter de acionar memórias afetivas e coletivas, posto que "o tempo histórico encontra, num nível mais sofisticado, o velho tempo da memória, que atravessa a história e a alimenta" (GOFF, 2005, p.13). Todavia, não se pode esquecer que o uso da cate-

goria "memória coletiva" requer cuidados como nos indica Goff (2005):

> A memória coletiva, definida como 'o que fica do passado no vivido dos grupos, ou o que os grupos fazem do passado', pode, à primeira vista, opor-se quase termo a termo à memória histórica, como se opunham antes a memória afetiva e memória intelectual. Até os nossos dias 'história e memória' confundiram-se praticamente, e a história parece ter-se desenvolvido 'sobre o modelo da rememoração, da anamnese e da memorização. (GOFF, 2005, 467-468)

Neste sentido, ao acionar a memória de meus informantes para ressignificar a história da Ilha de Outeiro, procurei instigá-los na busca de lugares simbólicos, cuja função, segundo Goff (2005), centra-se nos domínios da memória coletiva, ou seja:

> os verdadeiros lugares da história, aqueles onde se devem procurar não a sua elaboração, não a produção, mas os criadores e os denominadores da memória coletiva: Estados, meios sociais e políticos, comunidades de experiências históricas ou de gerações, levadas a constituir os seus arquivos em função dos usos diferentes que fazem da memória (GOFF, 2005,p.467)

Os "lugares simbólicos" que emergiram das narrativas/memórias dos sujeitos entrevistados estão intimamente relacionados com a história da Ilha de Outeiro como o antigo Colégio Agrícola, a Igreja Nossa senhora da Conceição das Ilhas, os meios de transporte coletivos, a chegada da energia, os momentos ordinários e extraordinários, marcados por festas e lazer e a Ponte Governador Enéias Martins Pinheiro.

Nessas memórias coletivas, a Ilha é descrita, pelos antigos moradores que lá residem há mais de 30 anos, como um lugar, que no passado era muito bom de viver. Lá havia a tranquilidade de se andar por toda a parte e não ser alvo de violência. As pessoas dormiam de portas e janelas abertas porque não havia perigo contra suas vidas ou seus bens materiais. Neste caso, ocorre

uma espécie de sublimação do tempo passado em detrimento do tempo presente por parte de tais moradores, posto que:

> A memória coletiva ou individual, ao reelaborar o real, adquire uma dimensão centrada em uma construção imaginária e nos efeitos que essa representação provoca social e individualmente. Nesse sentido, o tempo da memória se distingue da temporalidade histórica, haja visto que sua construção está associada ao vivido, como dimensão de uma elaboração da subjetividade coletiva e individual, associada a toda uma dimensão do inconsciente (MONTENEGRO, 2001, p.20)

O lazer por sua vez, vivenciado no espaço conhecido como Areião onde ocorrem as festas de aparelhagens apresentando a expressão musical conhecida como Tecnobrega[2], materializa-se como pratica de afirmação de identidade cultural das classes populares oriundas das comunidades periféricas de Belém.

Para Thompson (1987) a compreensão de classe social está para além da perspectiva unilateral de ocupação dos sujeitos nas relações de produção, mas sob a ótica das experiências que fomentam as tradicionalizações, bem como as ressignificações dos valores, costumes e práticas cotidianas. Tais experiências se materializam em práticas de resistência e problematização das relações de poder, na qual o lazer emerge como território de produção cultural de afirmação identitária.

> uma cultura é também um conjunto de diferentes recursos, em que há sempre uma troca entre o escrito e o oral, o dominante e o subordinado, a aldeia e a metrópole; é uma arena de elementos conflitivos (...). E na verdade o próprio termo 'cultura', com sua invocação confortável de um consenso, pode distrair nossa atenção das contradições sociais e culturais, das fraturas e oposições

2 Em termos estritamente musicais, o Tecnobrega é produzido basicamente através da manipulação computacional, em estúdio, de timbres, melodias e ritmos de danças locais e translocais atrelados a matrizes percussivas eletrônicas, ainda que a sua produção também esteja relacionada à atividade artística de bandas e eventos específicos denominados "festas de aparelhagem" (AMARAL, 2009, p.17).

existentes dentro do conjunto (THOMPSON,1998, p. 17).

1-TRANSFORMANDO O FAMILIAR EM EXÓTICO E O EXÓTICO EM FAMILIAR: A ETNOGRAFIA DA ILHA DE OUTEIRO

A Ilha de Caratateua, popularmente chamada de Ilha de Outeiro, está localizada a aproximadamente 35 km do centro de Belém, sendo a Ilha mais próxima da capital paraense, ligada ao continente pela Ponte Governador Enéas Martins Pinheiro. Possui um pouco mais de 63.353 habitantes e 14.266 domicílios, segundo relatório de Gestão de 2009 da Administração Regional de Outeiro. Pessoas que, em sua maioria, moram ali, mas, no entanto, trabalham em Belém ou no distrito vizinho, chamado Icoaraci.

Por ser conhecida e referendada como Ilha de Outeiro[3], irei assim, chamá-la à partir de agora, não por desrespeito ou por desconhecer seu nome oficial, mas por ser Outeiro o nome preferido da população que ali reside, como bem expressa Marineide do Socorro Lima Franco[4]:

> Desde muito antes de eu morar aqui já conhecia essa Ilha pelo nome de Outeiro... ela tem outro nome. Eu chamo de Outeiro e é assim que o pessoal daqui também chama, Outeiro é a cara daqui. (Entrevista concedida no dia 15 de fevereiro de 2012)

Embora Marineide e muitos moradores da Ilha não aprovem o nome "oficial" do lugar, não se pode desmerecer sua existência. Segundo Medeiros (1971), oficialmente, dois nomes são atribuídos à Ilha: Ilha de Caratateua e Ilha das Barreiras. As fontes consultadas consideram esta última denominação como a mais antiga e em desuso. E a associação da Ilha como "das Barrei-

3 O nome Outeiro (em Latim quer disser: altariu- "altar") é uma pequena elevação de terreno. Era nos outeiros ou lugares altos, mais próximos dos céus, que se ofereciam as preces, as oferendas e sacrifícios ao Senhor. Fonte: Relatório de Gestão de 2009 da Administração Regional de Outeiro.

4 Nascida em Outeiro, 45 anos, solteira, voluntária na Ilha Nossa senhora da Conceição das Ilhas, residente no bairro: São João do Outeiro.

ras" ocorre em virtude das falésias que formam o "front" da Ilha.

Já Caratateua é de origem Tupi Guarani, que significa "Terra das Grandes Batatas" ou "Lugar das Muitas Batatas", pois ali havia plantações de batata-doce em grandes quantidades. Atualmente, este nome segue somente nos documentos oficiais da Ilha e de mapas do Município de Belém. Outeiro. Como mencionado anteriormente, a população reconhece Outeiro como o nome da Ilha. Mas este, na verdade, é o nome do seu bairro central.

De acordo com a Lei: 7806 de 30 de julho de 1996, a Ilha possui quatro bairros, que são: Itaiteua, São João do Outeiro, Brasília e Água Boa. As demais regiões: Fama, Fidelis e Tucumaeira são zonas rurais, embora consideradas pela população como bairros. Já a Administração Regional do Outeiro/ AROUT, que representa o Poder Executivo Municipal no que tange a Administração Pública de caráter local e, assim, administra as 26 ilhas situadas na área insular do Município de Belém, considera a existência de mais um bairro: Água Cristalina.

A paisagem da Ilha é marcada por suas praias: do Redentor, dos Artistas, da Escadinha, Grande, do Amor, Ponta do Barro Branco e do Queral. Além dos balneários: Paraíso dos Reis e Curuperé. De acordo com os relatos de Rui Guilherme dos Santos[5] em entrevista no dia 25 de fevereiro de 2012, a Praia Grande possui 650m só de praia. Esta é a maior praia e a mais frequentada da Ilha pelos banhistas por ser o local onde se concentram as barracas com comidas, bebidas alcoólicas, shows e festas de aparelhagens, assim como as casas de show, inclusive o Areião.

A Praia Grande, a exemplo de todas as praias da região das ilhas, pertencentes à Região Metropolitana de Belém – RMB, é praia de água doce. A beira-mar da Praia Grande é circundada por uma variedade de bares e restaurantes cujo cardápio tradicional é o "peixe frito". De acordo com Rui Guilherme:

A grande frequência na praia é no final de semana. Isso aqui fica

5 Nascido em Outeiro, 42 anos de idade dos quais são 40 de vivência na Ilha, sub oficial do Corpo de Bombeiros do estado do Pará, residente no bairro: São João do Outeiro.

> apinhado de gente. É muita criança brincando, famílias que passam o dia aqui fazendo piquenique. As barracas ficam lotadas. A diversão corre solta [...] o movimento entra pela noite. (Entrevista concedida em 25 de fevereiro de 2012)

O mercado formal da Ilha se concentra nos bairros da Brasília e Água Boa. As principais ruas desses bairros comportam uma zona de comércio bem movimentada, com lojas variadas, restaurantes e pequenas feiras. Já no bairro de São João do Outeiro é onde se concentra a parte administrativa da Ilha. É também neste bairro que se localiza o posto de saúde, delegacia, correios, e escolas de ensino fundamental e médio. A paisagem deste bairro comporta ruas asfaltadas, saneamento básico e iluminação pública. Nas principais ruas, as casas possuem característica de bangalôs – casarões avarandados com significativo jardim e quintal com muitos pés de árvores frutíferas. Por sua paisagem urbana, o bairro de São João do Outeiro é considerado área nobre da Ilha.

O cotidiano da Ilha de Outeiro é atravessado pelas influências socioeconômicas inerentes aos processos de urbanização tardios que se espalham nas cidades amazônicas, sobretudo a partir da década de 70 do século XX, a exemplo das lojas de equipamentos eletrônicos, moda, lazer e outros aspectos. Todavia, embora Outeiro apresente ares modernos, os saberes e fazeres da cultura local são considerados por muitos moradores como o "trabalho", a identidade laborativa de uma parcela significativa da população da Ilha. Isto significa dizer que a economia de Outeiro tem forte vínculo com atividades extrativistas como o açaí e carvoarias. Grande parte da produção extrativista que é produzida e comercializada na Ilha é escoada por "carroceiros" que conduzem as "carroças", espécie de carro de madeira fixado em duas rodas puxado por cavalo. Este imbricamento observado na economia da Ilha, misturando elementos do fazer tradicional do lugar com elementos do mercado urbano é resultado da "multiplicação e da intensificação das relações que se estabelecem entre os agentes econômicos situados nos mais diferentes pontos do espaço mundial" (MARTINS,1996, p. 3).

Esta mistura de elementos locais com outros advindos de

espaços urbanos permite aos moradores de Outeiro afirmar que ali "existe quase um pouco de tudo". Esta frase é reforçada por Rui Guilherme ao afirmar que a ilha é um bom lugar para se morar. Para ele:

> A vida aqui é boa. Aqui tem de um tudo. Tudo que a gente precisa pra viver encontra aqui mesmo. Eu mesmo vou muito pouco em Belém. Só vou quando não acho o que quero por aqui ou quando acaba. (Entrevista concedida em 25 de fevereiro de 2012)

Embora os moradores entrevistados sejam quase que unânimes em considerar Outeiro como "bom lugar de se morar" não isenta o lugar de problemas de infraestrutura, como asfalto, saneamento básico e segurança. Na fala desses sujeitos, fica explícita a afirmativa de que, embora esses serviços públicos existam, são considerados insuficientes para atender a demanda de todos os bairros e seus moradores. Todavia, também é inegável nesses relatos, a percepção de melhorias e de que, em épocas passadas era bem pior de se viver, conforme relata Marineide:

> logo no começo eu tinha muita vontade de me mudar daqui e dizia: 'umbora' se mudar daqui. 'Umbora' vender todo esse terreno. 'Umbora' pra Icoaraci que é mais perto pra estudar. Mas agora já tá bem movimentado, já tem transporte. O transporte passa na porta. Já tem mais facilidade (Entrevista concedida em 15 de fevereiro de 2012)

Os significados e formas de percepção da história da Ilha são expressos com riquezas de detalhes pelas narrativas de seus moradores que retratam este lugar por meio de suas memórias.

2-A Ilha na memória dos moradores

No processo de pesquisa e seleção de fontes me deparei com poucos registros oficiais sobre a história da Ilha de Outeiro, dificultando compreender sua trajetória. Por isso, tornou-se necessário o recurso metodológico da História Oral para, através

de relatos de antigos moradores, revelar o passado vivido na Ilha acionado pela memória coletiva e individual.

O lazer na Ilha era, e ainda é associado às praias, as casas de show e seus lugares paradisíacos. Estes elementos revelam a dimensão simbólica que povoam imaginários acerca de regiões insulares. De acordo com Diegues (1998):

> No mundo moderno, as ilhas invadiram os meios de comunicação sendo vistas como últimos redutos do mundo selvagem, lugares paradisíacos para novas descobertas, aventuras e lazer tranquilo, configurando-se como um dos símbolos mais claros do exotismo (DIEGUES, 1998, p. 13).

As casas de show frequentes no relato dos moradores são: "Veleiro", que não funciona mais; o "Lapinha", que foi construído muito depois, atualmente só funciona no período de julho ou por alguma ocasião eventual; o "Caldeirão do Alan", que, também, não funciona mais. É considerado como a casa de show que mais trouxe problemas para a população, no que se refere à violência, segundo relatos obtidos em entrevistas; O "Brisas", que era um bar com músicas eletrônicas de rádio. Atualmente faz parte de seu funcionamento a apresentação de músicas ao vivo; o "Areião", que funciona atualmente nos dias de segunda-feira e aos domingos. Este é o mais presente nos relatos dos moradores. A casa de show o Areião é de propriedade de Pedro Câmara, 58 anos, nascido em Breves, atualmente residente em Icoaraci. O Areião faz parte da história material da Ilha e da história social dos moradores do lugar. De acordo com os relatos adquiridos, o Areião pertencia a um padre que o alugava a uma senhora conhecida por Preta. Pedro, atual proprietário, limita-se a narrar a seguinte história a respeito de sua aquisição em entrevista:

> Quando eu vim pra cá em 81, o Areião já existia há 17 anos. Naquela época, morava um cidadão aqui e não tinha nada na praia, ele botou um barzinho aqui e começou a vender cerveja com som. Não existia nada de barraca. Aí, ele botou um barzinho aqui e o pessoal vinha de canoa, os colegas dele vinham de canoa de remo, aí foi crescendo o movimento, crescendo o movimen-

> to. Aí quando ele botou música o pessoal dançava em cima da areia. Aí o pessoal lá em Icoaraci dizia umbora para o Areião, porque era areia. Aí ficou o nome Areião. (Entrevista concedida em 18 de fevereiro de 2012)

No tempo presente, o Areião funciona aos domingos e as segundas-feiras. Segundo seu proprietário, as festas nesse dia da semana começaram com um grupo de taxistas.

> O funcionamento às segundas-feiras começou com alguns taxistas, moradores da ilha que vinham no início da noite – final de expediente – tomar a "saideira" como eles chamavam. No começo eram poucos. Eles quase sempre vinham acompanhados de mulheres. Depois esse dia passou a ser "oficial" (depoimento de Pedro Câmara, em entrevista concedida em 14 de fevereiro de 2012)

A fala de Pedro Câmara revela que o caráter da "tradição" do Areião funcionar às segundas-feiras adveio de um simples encontro de fim de expediente. Todavia, à medida que tal feito se estabelece e é legitimado, ele assume a dimensão do que Hobsbawm (2002) define como tradição inventada, posto que:

> O termo 'tradição inventada' é utilizado num sentido amplo, mas nunca indefinido. Inclui tanto as 'tradições' realmente inventadas, construídas e formalmente institucionalizadas, quanto as que surgiram de maneira mais difícil de localizar num período limitado e determinado de tempo – às vezes coisa de poucos anos apenas – e se estabeleceram com enorme rapidez [...] por 'tradição inventada' entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. (HOBSBAWM, 2002, p.9)

Mas muito antes do Areião ser conhecido pelas festas às segundas-feiras, ele já era considerado pelas famílias mais rígidas da Ilha como espaço inadequado para moças. Tal fato se revela na fala de Nazaré Franco quando diz:

> Eu nunca fui lá. Eu ia assim, um dia a gente ia lá na praia e a gente dizia: "umbora lá no Areião. Umbora olhar. Umbora vê como é lá. Aí se juntava aquele bocado de gente, aquelas moças. Agente ia sempre com uma pessoa da família,né? Ai a gente ia olhar: tinha só aquele salão, aqueles bancos, os bancos do lado. Pronto, a gente saia dalí e ia pra praia tomar banho (entrevista concedida em 24 de fevereiro de 2012)

Movida pela curiosidade juvenil, Nazaré queria conhecer aquele espaço proibido. Aquele espaço tido pelos mais antigos, como "lugar do pecado, da perdição". Esta memória, uma vez acionada, permite compreender acerca das relações de gênero [6]vigentes na Ilha que, por sua vez, não se diferenciavam das existentes em outros espaços sociais brasileiros. Em outras palavras, neste período, havia rígida diferenciação entre o mundo público e o mundo privado. O primeiro, considerado um espaço eminentemente masculino e o segundo, feminino. A circulação das mulheres nos espaços das ruas e logradouros públicos dependia da função social dos mesmos e também, do horário. A presença das mulheres nesses espaços em hora inadequada deveria ser, via de regra, acompanhada do seu oposto, ou seja, do elemento masculino – pai, irmão ou outro parente. Era esse elemento oposto que garantia às mulheres a proteção necessária e, sobretudo, a manutenção da identidade social – mulher de família- que se contrapõe drasticamente às outras mulheres que circulavam livremente, rotuladas de "mulheres da rua".

Atualmente, o Areião agrega diferentes pessoas de Outeiro, ou bairros e municípios próximos a Belém que querem se divertir, encontrar amigos, fazer amigos e que admiram as festas de aparelhagens. São mulheres, homens, homossexuais, jovens e adultos que chegam acompanhados ou sozinhos para "curtir" as festas que lá ocorrem. Chegar até o Areião para muitos mo-

6 A categoria gênero, do ponto de vista antropológico, significa papéis socialmente atribuídos ao homem e a mulher. Para maiores esclarecimentos ver: BADINTER, Elizabeth. Um amor conquistado: o mito do amor materno. Rio de janeiro: Nova Fronteira, 1985. E também: RAGO, Margareth. Do cabaré ao lar. A utopia da Cidade disciplinar. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

radores da Ilha, ainda, é considerado algo proibido, mas para a maioria é algo possível, agora parece ser uma questão de gostar ou não de ir até lá, como demonstra Marizete Souza:

> Não tenho problemas em frequentar o Areião, ás vezes, minha mãe fica com medo, e fica me ligando pra saber se tá tudo bem. Venho, moro em Outeiro mesmo. Venho com minhas amigas e aqui a gente encontra os nossos amigos. (Entrevista concedida em 16/04/2013)

Todavia, ao mesmo tempo em que o Areião pode ser visto e interpretado – naquela época – como sensor à regra da moral e dos bons costumes da sociedade local, ele serve como referência no processo de (re) construção da história da Ilha, descrevendo um tempo que embora não exista mais, serve de referência identitária e memória social dos moradores da Ilha, como demonstra a fala de Rui Guilherme:

> O Areião era um barracão comprido coberto de palha e do lado era só areia. Era uns cajueiros, cajuruzeiros e um igarapé bonito passando lá atrás. Ainda tem esse igarapé, só que tá coberto, né. Agente ia lá tomar banho, apanhar caju e muruci. Eram as coisas que mais tinham ali no lado do Areião. Ainda durou um bom tempo, mesmo com o Paulo, o Pedro no Areião, eles mantiveram um bom tempo as árvores lá, a casa ainda ficou antiga, mas depois eles derrubaram tudo [...]. Ainda tem um cajueiro antigão lá dentro que é mais velho do que eu. As festas aconteciam com essas árvores lá, na verdade, o barraco era mais pra se esconder, da chuva. Era tudo aberto. Tinha um barraco coberto onde ele fazia o bar, coberto de palha. Fizeram um cercadinho. Aquilo era parece uma prisão. O Areião teve suas épocas boas onde as pessoas iam mais pra dançar, elas nem bebiam. Agente saia da Igreja que eu era do grupo de jovem e ia pra lá. Naquele tempo era no sábado até 2 ou 3 horas da manhã. Agente vinha de lá juntos, eram poucas pessoas [...] O Areião na época da minha juventude foi uma coisa boa pra gente porque não tinha outra opção. As festas que tinham no Outeirense eram tradicionais, eram de 6 em 6 meses. Duas vezes no ano. O Areião era juventude, década de 80. Saindo do militarismo. Era revolução. E a gen-

> te frequentava muito. Eram, graças a Deus, poucas brigas que tinham. Mas como eu tô lhe falando: depois da Ponte que o povo começou a vir. O Areião passou a ser um inferno. (Entrevista concedida no dia 24 de fevereiro de 2012)

O tom nostálgico e saudoso contido na fala de Rui Guilherme remete a célebre visão, muito recorrente no senso comum que coloca o tempo passado como o tempo bom de ser vivido.

3-O AREIÃO: LUGAR DE SOCIABILIDADE E PERTENCIMENTO NA ILHA DE OUTEIRO

A casa de show Areião, na dinâmica das experiências cotidianas, apresenta-se como território de representação das formas de ser e estar no mundo, no qual seus atores ao vivenciarem o lazer articulando a música, a dança e a comunicação expressam uma rede de significação dos conflitos emergentes das relações interpessoais e de poder nas dimensões afetivas, sociais, econômicas e culturais. Neste ambiente festivo cada participante atua diante de seu contexto sociocultural, portanto a "análise desses espaços sociais pode ensejar o acesso a fragmentos importantes da vida cotidiana do homem comum" (THOMPSON,1998, p.17).

Neste sentido, o ser humano em sua relação com o mundo define-se pelo significado que dá à ação e ao mundo que transforma. A sua ação no mundo, portanto, não é feita simplesmente de forma reflexa e material. Na medida em que o ser humano é ser que produz cultura, suas produções possuem valor simbólico.

Tomaremos como exemplos dois sujeitos frequentadores como público do Areião, os quais foram entrevistados durante a pesquisa: Wanderley e Maria da Paz. Sujeitos de lugares socialmente diferentes: a entrevista com Wanderley ocorreu na sala de reuniões de uma determinada Empresa de Economia Mista do Estado do Pará localizada no centro de Belém, local em que ele exerce o cargo de diretor. Já a entrevista com Maria da Paz aconteceu, ao ar livre, no meio da rua, em frente à casa onde ela trabalha como empregada doméstica.

Wanderley é engenheiro civil, com 63 anos, morador da Ilha e frequentador do Areião há 15 anos, conheceu sua atual companheira e mãe de sua filha de 8 anos nas festas do Areião, como ele relata:

> Eu conheci ela no Areião num desses domingos. Eu tava lá com meu vizinho e ela tava disputando um concurso de Brega. Ai ela tava lá em cima e tal, né. Aí tava eu e o Michelin, Michelin é o cara que cuida da minha casa lá no Outeiro. Aí, eu me lembro que eu falei pra ele: "Michelin, o casal que ganhar ai, eu vou contratar pra me ensinar a dançar Brega no estilo de hoje", que eu dançava no estilo antigo. Ai, ele me olhou e disse assim: "mas quando!" e eu respondi: "vou! Tu vai ver." Ai, esse casal essa menina e o Roberto que era o parceiro dela ganharam. Aí eu fui atrás deles. Ai eu conversei com eles, a gente combinou, ai eu tive algumas aulas e acabou que eu acabei foi me enroscando com ela, em 2000, lá pela metade do ano (Entrevista concedida em 22 de maio de 2012).

Wanderley é um dos representes do público que frequenta o Areião por se identificar com aquele espaço. Independente de Aparelhagem, ele se faz presente nas festas nos dias de domingo. Para ele, frequentar o Areião aos domingos significa não ser alcançado pelas lentes da discriminação. A diferença de idade entre ele e sua atual companheira não é visibilizada pelos demais frequentadores, como acontece, segundo ele, em outros lugares.

Outro sujeito entrevistado, Maria da Paz Santos Neves, moradora da Ilha, empregada doméstica, 31 anos, homossexual e mãe de um rapaz de 19 anos. Ela frequenta o Areião desde os 15 anos de idade, e já faz parte do seu cotidiano. Sua opção sexual também não é visibilizada pelos demais frequentadores:

> Eu vou lá pelo Areião mesmo. É o Areião eu frequento desde os meus 15 anos. Eu vou de qualquer jeito. Não tenho a coisa do glamour. Eu vou de bermuda, calça comprida e blusa de manga. Não uso maquiagem. Vou de sandália mesmo. É o costume de tá lá, né? Eu não ligo pro ambiente, é só pra eu não passar o final de semana em casa. Eu passo a semana toda em casa e domingo eu

> venho pro Areião. Meu filho fica mais em casa com a namorada dele. Ele não gosta, quando vai pra banda da praia, vai só tomar um banho e depois vai embora pra casa.(Entrevista concedida em 12/05/2012)
> Às vezes, quando a gente vem do Areião, a gente já fica em outro lugar. Mas o foco principal é o Areião. É o costume, já faz parte da vivência já, se for pra outro local é na volta já. Primeiro é o Areião. A entrada é R$ 5,00. Quando o aparelho é grande vai até R$ 10,00. (Entrevista concedida em 06/05/2012)

A discriminação e exclusão que esses sujeitos sofrem –por motivos diferentes – em outros espaços sociais não ocorre no Areião. Eles constituem suas próprias representações identitárias, valorizando suas escolhas e superando preconceitos impostos por aqueles que não aceitam suas escolhas e os julgam por elas:

> Um indivíduo que poderia ter sido facilmente recebido na relação social cotidiana possui um traço que pode se impor à atenção e afastar aqueles que ele encontra, destruindo a possibilidade de atenção para outros atributos seus. Ele possui um estigma, uma característica diferente da que havíamos previsto. Nós e os que não se afastam negativamente das expectativas particulares em questão serão por mim chamados de "normais" (GOFFMAN, 2008, p.14).

Assim como eles, outros frequentadores demonstram um bem-estar em frequentar o Areião, há um sentimento de pertencimento em relação àquele espaço, como menciona Wanderley: "Eu me sinto revigorado ao chegar ao Areião", de forma que, não "podemos pensar hoje o popular atuante à margem do processo histórico de constituição do massivo: o acesso das massas à sua visibilidade e presença social, e da massificação em que historicamente esse processo se materializa (MARTIN, 1986, p.29).

A popularização do Areião se estende para além dos domínios da ilha de Outeiro. Ela se espalha pelos bairros de Icoaracy, Tapanã, Benguí, Guamá, Terra Firme, Tenoné, além dos municípios como Ananindeua, Marituba, Benevides e outros. Neste

caso, é perceptível - pelo local de origem dos frequentadores - que a festa do Areião alcança toda a extensão da Região Metropolitana de Belém.

São esses frequentadores que chegam ao Areião e dividem o espaço com as "Baldeiras[7]", interagem com elas durante as festas, respeitam seus trabalhos, as reconhecem nas ruas e consagram-nas como sujeitos essenciais para o andamento das festas.

Os indivíduos vivem no interior de um grande número de diferentes instituições, que constituem aquilo que Pierre Bourdieu chama de "campos sociais", tais como as famílias, os grupos de colegas, as instituições educacionais, os grupos de trabalho ou partidos políticos. Nós participamos dessas instituições ou "campos sociais", exercendo graus variados de escolha e autonomia, mas cada um deles tem um contexto material e, na verdade, um espaço e um lugar, bem como um conjunto de recursos simbólicos (WOODWARD, 2011, p.30).

Neste sentido, todos que no Areião se relacionam, são partes de grupos sociais que encontram nestas festas de aparelhagem, território de expressão das suas identidades. Isto significa situar-se em um espaço complexo de relações interpessoais pelas quais eles constroem e ressignificam suas próprias histórias. Questões que têm de forma implícita as "políticas de identidade" sob as quais as relações de poder vão se materializando em práticas de assimilação de identidades, ora reproduzidas e impostas pelas tradições culturais, normas sociais, ora construídas ou transformadas, como prática de negação das identidades tidas como estáticas.

A identidade social é ao mesmo tempo inclusão e exclusão: ela indica o grupo (são membros do grupo os que são idênticos sob um certo ponto de vista) e o distingue de outros grupos (cujos membros são diferentes dos primeiros sob o mesmo ponto de vista). Nesta perspectiva, a identidade cultural parece como uma modalidade de categorização da distinção nós/eles, baseada na diferença cultural. (CUCHE , 2002, p.177)

7 Sujeitos sociais extremamente importantes para a ocorrência das festas do Areião, as conhecidas "baldeiras" são mulheres de idades diversas que, com diferentes e difíceis histórias, são capazes de mostrar o quanto o trabalho feminino é frequente em ambientes como o estabelecimento em tela.

Identidade que se situa entre as fronteiras dinâmicas das relações de gênero, classe social e cultura. Questões que tem na construção humana do que sou ou estou sendo, os sujeitos situados em um grupo social que na dinâmica do Areião encontram seu território, seu tempo e espaço de saber ser e estar sendo.

Todo o esforço das minorias consiste em se reapropriar dos meios de definir sua identidade segundo seus próprios critérios, e não apenas em se apropriar de uma identidade, em muitos casos, concebida pelo grupo dominante. (CUCHE, 2002, p.100)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo, o resgate histórico da Ilha de Outeiro construído a partir das memórias narradas pelos sujeitos da pesquisa possibilitou-nos adentrar no território fértil de construção de significados do cotidiano de vida dos seus moradores.

Outeiro, por ser região insular com suas idiossincrasias e cotidianos marcados pela distância e certo isolamento do continente, permitiu aos moradores comporem uma espécie de imaginário coletivo, no qual a Ilha passa a ser vista como um local "bom de se viver". Paralelo a esse aspecto, este imaginário coletivo também almeja ingressar no ritmo desenfreado e sem peias dos tempos modernos que há muito já havia se instalado na capital do estado e em outros municípios paraenses.

Já a casa de show Areião aparece ao longo deste estudo como espaço das mediações culturais (MARTIN, 1986) e também como o espaço propício para a materialização de lutas culturais (HALL, 2006). Neste sentido, investigar o Areião como propício para a mediação cultural permitiu revelar os novos modos de interpelação dos sujeitos e de representação dos vínculos que dão coesão à sociedade.

Na sequência, ao afirmar que o Areião também é um espaço de lutas culturais é considerar que este movimento se materializa de diversas formas: incorporação, distorção, resistência, negociação e recuperação (HALL, 2006). A incorporação é perceptível quando o espaço do Areião muda de função para uma

dimensão mais ampla. A distorção é simultânea ao primeiro movimento, uma vez que ocorre alteração da função anterior – de bar – para casa de show. Por outro lado, o movimento da resistência é proveniente dos embates, fruto de diferentes visões produzidas sobre o local ao longo de sua existência.

Também o Areião foi interpretado como espaço de sociabilidade e pertencimento. Estes sentimentos são recorrentes nas falas dos sujeitos investigados, sobretudo entre aqueles que frequentam o lugar e que são alvos de constantes confrontos por conta de seus estilos de vida. Neste sentido, o Areião aparece como espaço que acolhe as diferenças, tudo junto e misturado. Ali as pessoas são o que são, sem necessidade de máscaras sociais. Por conta deste acolhimento, é comum encontrar dentre os frequentadores, sujeitos sociais considerados, de acordo com Elias (1994) como "outsiders", ou "fora da ordem, fora do lugar". Muito mais para esses sujeitos sociais, o Areião se torna propício em produzir sentimentos de pertença, fazendo com que se sintam acolhidos, protegidos dos sensores em prol da manutenção de uma ordem social que segrega ao invés de aceitar, respeitar.

Em suma, investigar a ilha de Outeiro e o espaço social do Areião, me permitiu descortinar uma realidade social e cultural impensada. Penetrar no cotidiano do lugar, em sua historiografia, dar escuta aos sujeitos investigados se constituiu em matéria prima na feitura desta dissertação. Que ela sirva de inspiração para outras pesquisas não só sobre a ilha de Outeiro, mas também e sobretudo sobre outros lugares que compõem o rico mosaico cultural do estado do Pará e da Amazônia.

REFERÊNCIAS

CUCHE, D. A noção de cultura nas ciências sociais. Bauru: EDUSC, 2002.

DIEGUES, Antônio Carlos. Ilhas e Mares; simbolismo e imaginário. São Paulo: Editora Hucitec, 1998.

GOFF, Jacques Le. História e Memória. São Paulo: Editora Unicamp, 2005.

GOFFMAN, E. Estigma – Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada. Editora LTC. 2008.

HALL, Stuart. Da Diáspora: Identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Ed UFMG, 2006.

HOBSBAWN, Eric. A Invenção das Tradições. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

MARTIN-BARBERO, Jesus. Dos Meios às Mediações: Comunicação,cultura e hegemonia: Editora UFRJ – 1986.

MARTINS, Carlos Estevam; "Da Globalização da Economia à Falência da Democracia", in Economia & Sociedade, Vol.6: Unicamp, Campinas, 1996.

MEDEIROS, Ana Maria de Souza. Aspectos da Ilha de Caratateua Belém – Pará: IDESP, 1971.

MONTENEGRO, A. T. História oral e memória; a cultura popular revisada. São Paulo: Contexto, 2011.

SILVA, T. T; HALL, S; WOODWARD, K. Identidade e Diferença: Editora Vozes. 2011.

THOMPSON, E.P. A formação da classe operária inglesa. 3 volumes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987a.

_____, Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

ETNOMATEMÁTICA E CONSTRUÇÃO NAVAL: SABERES DE GEOMETRIA DE CARPINTEIROS NAVAIS DA AMAZÔNIA

Ligia Francoise Pantoja[1]
Rodrigo Erasmo da Conceição Silva[2]
Dulcilene Freitas Palheta[3]
Silvia Maria Leal Albuquerque[4]

RESUMO

Neste artigo apresentamos os resultados de uma pesquisa de campo que trata da Etnomatemática nas regiões ribeirinhas, enfatizando a carpintaria na Construção Naval realizada por moradores da Vila do Itapuá – Vigia/PA. Tal pesquisa teve como objetivo investigar quais saberes matemáticos os carpinteiros navais possuem e aplicam na construção dos barcos e se estes são saberes oriundo da aprendizagem escolar ou Etnomatemáticos, ou seja, gerados, organizados e difundidos na cultura de sua profissão. A pesquisa é de natureza qualitativa e foi realizada

1 Doutoranda do programa REAMEC em Educação em Ciências e Matemática, Mestre em Educação em Ciências e Matemática pela UFPa/PPGECEM; Especialista em Educação Matemática pela UEPA; Licenciada Plena em Matemática e Pedagogia com atuação profissional na Universidade do Estado do Pará - UEPA pelo Departamento e Secretaria Estadual de Educação do Pará – SEDUC. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. E-mail: ligiadauepa@yahoo.com.br

2 Mestre em Geofísica pela Universidade Federal do Pará – UFPA. Licenciado Pleno em Matemática pela UEPA e Coordenador de Subprojeto do PIBID pela UEPA. E-mail: rodrigoerasmo@gmail.com

3 Licenciada Plena em Matemática pela Universidade do Estado do Pará – UEPA. E-mail: lenitafreitas@outlook.com

4 Licenciada Plena em Matemática pela Universidade do Estado do Pará – UEPA. E-mail: sylvinha.leal.a@hotmail.com

em dois estaleiros da Vila do Itapuá através de entrevistas com os mestres carpinteiros e observações durante a construção das embarcações. Obteve-se como resultados a percepção de que o conhecimento matemático dos mestres carpinteiros são oriundos de práticas diárias de seus trabalhos, decorrentes dos erros e acertos trazidos consigo ao longo dos anos de profissão.

Palavras-chave: Etnomatemática. Carpintaria Naval. Conhecimento Geométrico.

ABSTRACT

In this paper we present the results of a field research that deals with Ethnomathematics in riverine areas, emphasizing the carpentry in the shipbuilding held by residents in Itapuá village – Vigia/PA. This study aimed to investigate which mathematical knowledges the shipwrights have and use in the construction of boats, and if these knowledges were acquired from the school learning or through Ethnomathematics, that is, generated, organized and disseminated in the culture of their profession. This research is qualitative and it was conducted through interviews with the master carpenters and observations during the construction of boats in two shipyards located in Itapuá village. We have obtained as results the perception that the carpenters' mathematical knowledges come from the daily practice of their work, resulting from mistakes and successes brought with them over the years in the profession.

Keywords: Ethnomatematics. Naval Carpentry. Geometrical knowledge.

INTRODUÇÃO

Etnomatemática é uma tendência no campo da Educação Matemática que possibilita, entre outras coisas, identificar, entender e reconhecer os conhecimentos matemáticos desenvolvidos nas práticas diárias de alguns grupos culturais. Neste artigo buscamos identificar e reconhecer os saberes matemáticos, em

especial os geométricos, aplicados no exercício da carpintaria naval.

A construção naval é um símbolo cultural da Amazônia por se tratar de uma região constituída de florestas cortadas por inúmeros rios. Tal cultura foi gerada e organizada desde a época em que fora habitada por seus primeiros moradores, os índios. Hoje a cultura tem sua importância econômica e social para região, principalmente para os ribeirinhos[5] que tem suas vidas entrelaçadas a ela em função da pesca ser sua principal fonte de alimento e renda desse grupo social. Considerando a importância e a necessidade das embarcações para as regiões ribeirinhas, a construção das mesmas ainda se faz uma realidade sócio-econômico-cultural desenvolvida por mestres construtores navais locais.

Em meio a construção de embarcações de pequeno e médio porte, os mestres vão trabalhando de maneira minuciosa para que estas fiquem prontas e em perfeito estado de uso o que implica na utilização de conhecimentos diversos, entre eles, matemáticos, os quais buscamos evidenciar neste trabalho. Todavia, considerando a pouca ou nenhuma escolaridade dos mestres da carpintaria naval, algumas questões nos fazem refletir: Os carpinteiros navais reconhecem a matemática existente na construção das embarcações? Que saberes matemáticos se fazem presentes nas embarcações? Como esses conhecimentos são adquiridos? Como e onde são aplicados durante a construção dos barcos?

Para discutir tais questões buscamos apoio em alguns trabalhos na área da Etnomatemática como os de Ubiratan D'Ambrósio (1996; 1998; 2005);Gelsa Knijnik (1993, 2001, 2004); Machado, Soares e Gonçalves (2008), Lucena (2002; 2005); através dos quais tentamos compreender o Programa Etnomatemática e sua relação com as diversas culturas, para assim, embasarmos nossas discussões sobre os conhecimentos matemáticos dos mestres carpinteiros navais.

5 Ribeirinhos são pessoas que habitam as beiras dos rios da Amazônia. Geralmente vivem do artesanato, da agricultura, da caça, do extrativismo vegetal e, principalmente, da pesca.

REFERENCIAL TEÓRICO DA PESQUISA

A Etnomatemática é uma das tendências atuais no ensino de matemática, e segundo Knijnik (2004, p. 20)"[...] deve seu desenvolvimento como área da Educação Matemática a Ubiratan D'Ambrósio, que, em meados da década de 70, apresenta suas primeiras teorizações sobre este campo de estudos". Nos dias de hoje, D'Ambrósio é conhecido como o "pai da Etnomatemática" por seus estudos terem influenciado pesquisadores de todo o mundo a desenvolver pesquisas com abordagem etnomatemática valorizando a realidade, a cultura de diferentes povos e grupos sociais, reconhecendo como conhecimento as experiências adquiridas pelos grupos em seu cotidiano, ou seja, no meio onde vivem. De acordo com D'Ambrósio (2005):

> Indivíduos e povos têm, ao longo de suas existências e ao longo da história, criado e desenvolvido instrumentos de reflexão, de observação, instrumentos materiais e intelectuais [que chamo **ticas**] para explicar, entender, conhecer, aprender para saber e fazer [que chamo **matema**] como resposta a necessidades de sobrevivência e de transcendência em diferentes ambientes naturais, sociais e culturais [que chamo **etnos**]. Daí chamar o exposto acima de Programa Etnomatemática. (D'AMBRÓSIO, 2005, p. 60, grifos do autor)

O "Programa Etnomatemática" criado por D'Ambrósio, diferente do que muitos pensam, não se esgota em procurar entender, explicar e conhecer os saberes e fazeres matemáticos das diversas culturas, trata-se de algo mais abrangente, conforme descreve D'Ambrósio (2002, p. 45)"O Programa Etnomatemática não se esgota no entender o conhecimento [saber e fazer] matemático das culturas periféricas [...] Por que Etnomatemática? Poderíamos falar em Etnociência, um campo muito fértil e intenso de estudos, ou até mesmo Etnofilosofia". Além do enfoque que busca compreender e reconhecer a matemático de um

determinado grupo social, traz vertentes históricas e filosóficas de cada cultura, algo que está associado a própria criação do termo Etnomatemática. Pode-se dizer então, que a etnomatemática, segundo D'Ambrósio procura entender o ciclo da geração, organização intelectual, organização social e difusão do conhecimento matemático das diversas culturas. A esse respeito, Machado, Soares e Gonçalves (2008) destacam que:

> A ideia básica é simples: todas as pessoas, todos os povos, em diferentes culturas, possuem formas de lidar com o conhecimento matemático que lhes são próprios, sejam eles os grupos indígenas da Amazônia, sejam as comunidades agrícolas do interior do Brasil, sejam os moradores dos grandes centros urbanos, todos produzem, de alguma forma, conhecimentos matemáticos. É claro que estes conhecimentos estarão muito fortemente ligados às práticas e vivências (e necessidades) de cada um destes grupos em questão. (MACHADO; SOARES; GONÇALVES, 2008, p. 49).

Para D'Ambrósio (2005), o conhecimento é gerado a partir das necessidades de um indivíduo que busca, no meio onde vive, elementos necessários e suficientes para sobreviver, compreender e transformar sua realidade. No habitat humano são encontradas informações traduzidas por símbolos repletos de significados que são característicos de uma dada cultura e que por isso devem ser estudados, compreendidos e respeitados por outros grupos sociais.

Entre os vários saberes, existem aqueles inerentes à ciência matemática que também estão inseridos em realidades de diferentes grupos sociais sendo praticada por estes para resolver seus problemas, mas, a seu modo; por isso, é importante e necessário compreender a diversidade de saberes produzidos no sentido de verificar como os povos veem o seu fazer matemático, como fazem, como explicam, como usam a matemática em seu meio cultural, em seu cotidiano.

Knijnik (1993) entende que a Matemática precisa ser compreendida como um tipo de conhecimento cultural gerado

por diferentes culturas assim como a linguagem, as crenças, os rituais, as técnicas específicas de produção, por isso, no entendimento da autora, a abordagem etnomatemática deve ser compreendida como:

> A investigação das concepções, tradições e práticas matemáticas de um grupo social subordinado e o trabalho pedagógico que se desenvolve na perspectiva de que o grupo interprete e codifique seu conhecimento; adquira o conhecimento produzido pela matemática acadêmica, utilizando, quando se defrontar com situações reais, aquele que lhe parecer mais adequado. (KNIJNIK, 2001, p.88)

Em nossa pesquisa verificamos que há um modo particular de enxergar, fazer e explicara a matemática no processo de construção das embarcações pelos mestres carpinteiros. Os mesmos apresentam uma forma particular de classificar, estabelecer relações, comparar, medir, quantificar, agrupar, entre outras coisas, que é natural no exercício da profissão que desenvolvem.

Na etnomatemática, procura-se entender a funcionalidade desse processo num dado meio cultural como dos mestres carpinteiros navais na vila do Itapuá-Vigia/PA, daí o desenvolvimento desta pesquisa.

METODOLOGIA DA PESQUISA

A pesquisa foi desenvolvida mediante a realização de algumas visitas à Vila do Itapuá-Vigia/PA e, consequentemente, aos locais aonde acontecem as construções e reparos das embarcações.

A pesquisa de campo foi realizada em apenas dois entre os dez estaleiros existentes na vila: o Estaleiro do Luís, vulgo "seu Tatu" e o Estaleiro do "seu Rosinaldo". Estes dois estaleiros foram escolhidos por serem os mais antigos, conhecidos e procurados na região.

Foram realizadas duas visitas aos estaleiros. A primeira aconteceu no dia 19 de abril de 2015 aonde, em períodos dis-

tintos (manhã e tarde), tivemos nosso primeiro contato com os mestres carpinteiros sujeitos da pesquisa os quais nos receberam com muita atenção e educação. Tanto seu "Tatu" como o seu Rosinaldo autorizaram a realização da pesquisa, assinado, inclusive, o termo de consentimento livre (apêndice 1) e aceitaram nosso convite para a realização de uma futura entrevista semiestruturada (apêndice 2). A segunda visita aconteceu no dia 24 de abril de 2015, onde realizamos as entrevistas com os dois mestres donos dos estaleiros.

Em meio ao que observamos e a partir das informações proferidas pelos mestres construtores em entrevista, conseguimos identificar que saberes matemáticos, principalmente de geometria, estavam presentes no trabalho realizado nos estaleiros e de que forma os mesmos emergiam considerando a pouca escolaridade dos mestres construtores. Na pesquisa os registros foram realizados por meio de, anotações, gravações e fotografias, devidamente autorizadas.

A CULTURA DA CONSTRUÇÃO NAVAL EM VIGIA – PA.

O município de Vigia, por se tratar de uma região ribeirinha, sempre teve as embarcações de madeira presentes em seu contexto sociocultural. Faz parte da vida dos habitantes o convívio com embarcações as quais, geralmente, são construídas em estaleiros[6] no próprio município.

A cidade de Vigia de Nazaré, lócus da pesquisa, fica localizada na Mesorregião Nordeste do Estado do Pará, mais especificamente na Zona Fisiográfica do Salgado a 99 km da capital Belém. Vigia, assim como outras cidades amazônicas, tem a pesca e a construção naval como uma das principais fontes econômicas vigentes. A construção naval está relacionada à história do Brasil e a própria história da cidade de Vigia a qual, por já ter sido uma Aldeia indígena, tinha e tem em seu cotidiano a cultura da construção de embarcações.

6 Palavra derivada do francês no início do século XIV, também denominada de Telheiro.

Sobre a herança da construção naval na Amazônia, e consequentemente na cidade de Vigia, Salorte (2010, p.103) explica que: "ao saber dos mestres da construção naval da Europa, sobretudo os portugueses, o conhecimento e as técnicas indígenas reuniram-se aqui na produção de embarcações ágeis e duráveis, aptas a enfrentar com sucesso as peculiaridades da região". Sendo assim, é possível dizer que a construção naval surgiu em função dos conhecimentos herdados tanto pelos europeus, que por aqui passavam, quanto pelos índios. Suas técnicas se entrelaçaram tornando a construção dos barcos uma atividade econômica e fazendo das embarcações um dos meios de transporte mais importante da Amazônia.

Esta prática, traz consigo tradição e cultura por meio dos saberes e fazeres dos mestres carpinteiros que segundo Gualberto (2009, p. 20), mesmo que as vezes imperceptíveis, consta de "[...] saberes no campo da matemática, da química, da física, da geometria, da educação, da administração, da economia, da ética, da arte, da história", em fim, áreas de conhecimento ensinadas na escola que são desenvolvidas e exercitadas por carpinteiros no oficio do seu trabalho diário sem que tenham tido contato com tais saberes nas escolas. Sobre tais saberes, mais especificamente sobre a presença de conhecimentos geométricos no processo de construção das embarcações, que focamos o presente trabalho.

OS SABERES E FAZERES ETNOMATEMÁTICOS DOS MESTRES DA CARPINTARIA NAVAL

Os mestres carpinteiros usam para a construção naval suas formas de compreender a natureza e os saberes adquiridos ao longo do tempo, os quais, são transmitidos de geração em geração. Tais conhecimentos podem ser classificados como tradicionais e científicos.

Conhecimento tradicional, segundo Derani (2002, p.155 apud MARTINS, 2007, p. 29) "[...]é o conhecimento da natureza, oriundo da contraposição sujeito-objeto sem a mediação de instrumentos de medida e substâncias isoladas traduzidas em có-

digos e fórmulas". Os conhecimentos dos mestres carpinteiros da vila do Itapuáse enquadram nesta categoria pois são oriundos de experiências humanas, difundidas a partir da compreensão da natureza e da forma de como se adequar a ela. Segundo Martins (2007), a relação entre homem e natureza, levando em consideração a relação espaço-tempo (onde se vive e o tempo de vivência), define a forma como surgem os conhecimentos.

O conhecimento cientifico está entrelaçado ao tradicional, de modo que, quando gerado por indivíduos em atividades diárias, como o sabre matemático por exemplo, pode vir a tornar-se ciência. A esse respeito Schliemann et al (2001), descreve que:

> [...] a matemática que um sujeito produz não é independente de seu pensamento enquanto ele a produz, mas pode vir a ser cristalizada e tornar-se parte de uma ciência, a matemática, ensinada na escola e aprendida dentro e fora da escola. (SCHLIEMANN, et al, 2001, p. 13, grifo nosso)

O conhecimento dos mestres carpinteiros navais verificados no processo de construção das embarcações pode tornar-se modelo de saber a ser reconhecido cientificamente, por isso, é importante e necessário investigá-los. Atualmente, na Vila do Itapuá, existem cerca de dez estaleiros em atividade nos quais são realizados trabalhos de reparoe construção de embarcações. Dentre estes, apenas dois estaleiros, o do Mestre Rosinaldo e do Mestre Luiz (Seu Tatu), foram escolhidos para a realização da pesquisa.

Na entrevista realizada com os metres carpinteiros muitas perguntas foram realizadas, entretanto, neste artigo, apresentamos e discutimos somente algumas delas, entre as quais: Você trabalha com carpintaria naval há quanto tempo? Como você adquiriu todos os conhecimentos necessários para a construção de uma embarcação?

Os dois mestres carpinteiros responderam que aprenderam o ofício durante a infância, e complementaram suas respostas dizendo:

> *Trabalho desde os 12 anos e tenho 23 anos de trabalho [...] aprendi trabalhando, comecei trabalhando com o seu Olavo"* (Informação verbal[7], Mestre Rosinaldo, 2015).

> Trabalho há uns 20 anos [...] quando eu era criança eu aprendi um pouco, depois eu pesquisei muito, depois eu comecei a trabalhar de carpinteiro e fui evoluindo, trabalhando com os outros e fui evoluindo, até começar a trabalhar por minha conta, fui aprendendo, porque primeiro a gente aprende pra depois fazer as coisas né? Fiquei aprendendo "um bocado", trabalhei em Icoaraci, trabalhei em Mosqueiro, trabalhei em Bragança, aí eu aprendi trabalhando, ajudando os outros. (Mestre "Tatu", 2015).

A mais de duas décadas os mestres participantes da pesquisa trabalham na carpintaria naval. Primeiramente como ajudantes-aprendizes e, em seguida, como mestre construtores cujo aprendizado do ofício aconteceu em meio ao contato direto com a profissão e a realização de pesquisas.

Há nos estaleiros uma grande circulação de conhecimentos que são difundidos e repassados de geração para geração conforme aconteceu com os mestres Rosinaldo e "Tatu". Mesmo os estaleiros não sendo instituições educacionais configuram-se como verdadeiros ambientes de aprendizagem e isso é possível porque, segundo Brandão (2007):

> Não há uma forma única nem um único modelo de educação; a escola não é o único lugar onde ela acontece e talvez nem seja o melhor; o ensino escolar não é a sua única prática e o professor profissional não é o seu único praticante [...] Existe a educação de cada categoria de sujeitos de um povo. (BRANDÃO, 2007, p.9, apud GUALBERTO, 2009, p. 85).

Quando perguntamos sobre o grau de escolaridade, verificamos que os mestres pouco estudaram já que ambos possuem

7 Todas as informações verbais transcritas foram fornecidas em entrevista realizada com os mestres carpinteiros, senhor Luís e Senhor Rosinaldo no dia 24 de abril de 2015.

somente o ensino fundamental incompleto. O Mestre "Tatu" tem 59 anos de idade, 20 anos de profissão e estudou até o 6º ano; o Mestre Rosinaldo, possui 35 anos de idade, 22 de profissão e estudou até o 7º ano. Apesar do pouco estudo, os dois carpinteiros trazem consigo e colocam em prática durante a construção das embarcações conhecimentos diversos sobre figuras planas, sólidos geométricos, ângulos, noção de densidade, empuxo, entre outros.

Nas embarcações construídas ou em processo de construção, são visíveis a presença de elementos da matemática, em especial da geometria, por isso realizamos a seguinte pergunta aos mestres:

Vocês reconhecem a presença da Matemática no trabalho que realizam?

> Um pouco, pelos cálculos que a gente faz, a gente já tem a base, já trabalha a tanto tempo que já tem a base dos cálculos que a gente faz e dá certo, a gente já vai mais pela intuição, isso dá certo, faz assim, assim, dá certo né? Essa é a base que a gente já tem, porque a gente já táa muito tempo trabalhando [...]. (Mestre "Tatu", 2015)

> Tem matemática mas diferente da de vocês. No caso de a gente medir uma madeira, por exemplo, a gente mede uma madeira em metro cúbico, eu não sei se vocês sabem, a gente trabalha assim".(Mestre Rosinaldo, 2015, grifo nosso)

Quando o mestre Rosinaldo diz "Tem matemática mas diferente da de vocês" mostra o distanciamento que o carpinteiro faz da matemática utilizada por ele na construção dos barcos com a matemática formal, geralmente estudada nas escolas. Esse mesmo sentimento é compartilhado por alguns estudantes em meio ao não reconhecimento de conceitos matemáticos estudados em sala de aula presentes em algumas práticas diárias, como a carpintaria naval. Eis um importante ponto a ser considerado nesta pesquisa, a necessidade de deixar carpinteiros e alunos reconhecerem em seu cotidiano a matemática e descobrir que ela não está distante das práticas educativas e vice-versa.

De todo modo, é possível dizer que há o reconhecimento da presença da matemática no processo de construção das embarcações por parte dos mestres carpinteiros, todavia, estes são decorrentes da prática, com base em experiências empíricas.Em meio a esse reconhecimento, buscamos então verificar se os mestres enxergavam geometria nas construções das embarcações.

> Na minha construção eu enxergo a geometria pelo fato de a gente fazer as partes do barco, tem uma parte larga, tem uma parte estreita, aí a gente vai já por cabeça, ai vem à geometria, aqui da tantos metros, pra ali já vai dar tantos metros. (Mestre "Tatu", 2015, grifos nossos).

Na fala do mestre "Tatu" é possível perceber que o conhecimento de grandezas e medidas é uma constante no processo de construção das embarcações, entretanto, o mestre entende este saber como sendo da área da geometria. Outra pergunta que realizamos foi: Como as formas geométricas contribuem para que a embarcação fique em perfeito estado?

> Vai da gente armar direitinho quando a gente começa a armar. No caso daquela canoa bem ali (aponta para uma canoa em construção), ela tá só a costelazinha lá olha, pra gente armar, olha só a técnica, a gente coloca primeiro essa peça (aponta para a peça que fica na parte de baixo da embarcação, a quilha[8]), só essa daqui de baixo, depois coloca essa aqui que se chama talha-mar[9] (aponta para o talha-mar), aí depois coloca essa parte de trás, esse painel lá atrás (aponta para a proa[10]), aí que vem a matemática, pra gente ver essa largura aqui pra gente poder armar. Tem que armar certinho, tem que pegar o nível d'água[11], bater tudinho, aí a gente vai colocar os braços tudo nivelado, tudo certinho. (Mestre Rosinaldo, 2015)

8 Peça disposta em todo o comprimento do casco, constitui as cavernas.
9 Peça vertical, localizada em frente as embarcações, destinado a quebrar a força da corrente das águas.
10 Parte dianteira da embarcação.
11 Importante ferramenta, para colocar peças em posicionamentos correto.

A partir da fala dos mestres, é possível observar que os carpinteiros trazem consigo conhecimentos geométricos de forma variada e com diferentes entendimentos. Um refere-se a geometria relacionando-a com o conceito de área, distinguindo a área em metros quadrados para cada parte da embarcação; outro a relaciona com medidas e faz referência à simetria quando diz que *"[...] dependendo do comprimento da quilha e depois de colocadas o talha-mar e a proa, que são peças importantíssimas da embarcação, são ajustas as medidas exatas para que os lados fiquem iguais*". (Mestre Rosinaldo, informação verbal)

Durante a pesquisa de campo identificamos os seguintes conceitos de grandezas e medidas, assim como, de geometria, empregados pelos mestres carpinteiros no processo de construção das embarcações: medidas em metros, centímetros, milímetro e polegadas (quando precisam cortar madeiras, escolher onde as peças poderão ser empregadas, ao assentar um motor e medir distancias); ângulos[12] (ao posicionarem madeiras, pregá-las ou cortá-las); simetria[13] (pois para uma embarcação ter estabilidade a forma de seu casco[14] precisa ter um eixo de simetria, plano diametral ou longitudinal, que passa pelo eixo da quilha e está perpendicular à superfície da água, ou seja, os lados devem estar posicionados com a mesma medida caso contrário não terá estabilidade); polígonos[15] (de acordo com o lugar da embarcação a madeira pode ser cortada de formas diferentes como: quadrados, retângulos, trapézios e etc.); e cálculo de áreas e volumes (pois de acordo com o tamanho e tipo de embarcação os mestres calculam a quantidade de madeira que seria necessária durante o processo de construção).

A seguir, mostramos imagens que evidenciam a presença da matemática na construção de algumas embarcações em pro-

12 Uma região do plano, convexa, determinadas por duas semirretas de mesma origem.

13 Correspondência de partes situados em lados opostos de uma linha ou plano médio ou que se acham distribuídos em volta de um centro ou eixo.

14 É o corpo da embarcação, parte simétrica a partir do eixo da quilha.

15 São figuras geométricas limitadas por linhas (segmentos).

cesso de construção nos estaleiros.

Imagem 1 - Sólido geométrico e polígono nas embarcações



Fonte: arquivo Pessoal (2015)

Imagem 2 - Ângulo formado pelos segmentos do Talha-mar e Quilha



Fonte: arquivo pessoal (2015)

Imagem 3 - Simetria existente nas embarcações



Fonte: arquivo pessoal (2015)

No processo de construção das embarcações, os mestres carpinteiros também utilizam, sem jamais terem estudado em escolas, noções de outras áreas do conhecimento como empuxo, estabilidade e flutuabilidade, já que as embarcações ficarão na água.

Na árdua tarefa de construir embarcações, conhecimentos de física, geometria e de outras áreas vão sendo utilizados pelos mestres sem que estes lhes tenham sido ensinados nas escolas. São saberes etnomatemáticos, oriundo de suas práticas e adquiridos em anos de profissão em meio a erros, acertos e observações junto com outros mestres conforme mostrou a pesquisa realizada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cultura da construção naval existente na Vila do Itapuá-Vigia/PA e, consequentemente, na região Amazônica, se deu a partir da necessidade de navegar pelos rios, herança cultural de nossos antepassados indígenas e europeus. Os conhecimentos adquiridos pelos mestres carpinteiros navais foram sendo gera-

dos e difundidos ao longo do tempo sendo repassados de geração para geração até os dias hoje, apesar das dificuldades encontradas, considerando o pouco interesse dos jovens e crianças em aprender e dar continuidade ao exercício da profissão.

Os saberes matemáticos dos construtores navais identificados na pesquisa são etnomatemáticos, ou seja, são gerados, organizados e difundidos na cultura da profissão da carpintaria naval. Tais conhecimentos, mesmo sendo tradicionais e informais, estão ligados a ciência já que servem de parâmetro para a construção de novos conhecimentos cientificamente reconhecidos.

Durante a entrevista realizada foi possível verificar que os mestres não somente reconhecem que existe matemática, em especial geometria, presente nas embarcações que constroem, como também, souberam revelar aonde e de que forma elas aparecem em meio aos rabiscos de medidas, cortes nas madeiras, através do cálculo da quantidade de material necessário para construir uma embarcação.

Um fato importante a ser considerado na pesquisa é que os Mestres Rosinaldo e Luiz (Seu Tatu) tiveram pouco acesso à escola mas, ainda assim, possuem conhecimentos da física, matemática, biologia e outras áreas do conhecimento os quais foram desenvolvidos no decorrer do exercício da profissão.

Os saberes e fazeres dos Mestres da Carpintaria Naval devem ser valorizados e repassados para gerações futuras para que est bela profissão não seja extinta.

REFERÊNCIAS

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. *Metodologia científica***.** 6. ed. São Paulo: Pearson, 2007.

D'AMBROSIO, Ubiratan..*Etnomatemática e educação*.Revista Reflexão e Ação. Santa Cruz do Sul, v. 10. n. 1, p. 8-19, 2002.

_____. *Etnomatemática: elo entre as tradições e a modernidade*. 2, ed. Belo Horizonte (MG), Autêntica, 2005.

GUALBERTO, Antônio Jorge Pantoja. *Embarcações, Educação e Saberes Culturais em um Estaleiro Naval da Amazônia.*2009. 151 f. Dissertação (Mestrado em Saberes Culturais e Educação)--PPGED/UEPA, Belém, 2009.

KNIJNIK, Gelsa. *Itinerários da Etnomatemática: questões e desafios sobre o cultural, o social e o político na educação matemática.* In: KNIJNIK, Gelsa; WANDERER, Fernanda; OLIVEIRA, Cláudio José de (Orgs). *Etnomatemática, currículo e formação de professores.* Santa Cruz do Sul: EDUNISC, p. 19-32, 2004.

_____. *O saber acadêmico e o saber popular na luta pela terra.* Educação Matemática em Revista, Blumenau, n. 1, p. 5-11, 1993.

_____. *Educação matemática, exclusão social e a política do conhecimento*. Boletim de educação matemática. Ano 14, n.16, 2001.

LUZ, Antônio Máximo Ribeiro da; ÁLVARES, Beatriz Alvarenga. *Física:*volume 1. São Paulo: Scipione, 2005.

MACHADO, Arthur Gonçalves Júnior; SOARES, Narciso das Neves; GONÇALVES, Tadeu Oliver. *Introdução à pesquisa no/ do ensino de matemática***.** Belém**,** UFPA, 2008.

MARTINS, Marco Aurélio de Carvalho. *O caminho das águas na Amazônia: itinerário da tecnologia naval amazônica e sua proteção jurídica como patrimônio cultural imaterial.* 2007. 130 f. Dissertação (Mestrado em Direito Ambiental)-PPGDA/UEA, Manaus, 2007.

NUNES, Terezinha; CARRAHER, David; SCHLEIMAMN, Analucia. *Na vida dez, na escola zero*. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SALORTE, Luciane Maria Legeman**.** ***Carpinteiros dos rios: o saber da construção naval no município de Novo Airão/AM*****.** 2010. 151 f. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia)-PPGSCA/UFAM, Manaus, 2010.

SILVA, Carlos Alberto Nobre da; LUCENA, Isabel C. R. de. *Etnomatemática e projetos de investigação em escolas ribeirinhas.* In: VII CONGRESO IBEROAMERICANO DE EDUCACIÓN MATEMÁTICA. *Anais,*Montevideo, p. 3602-3609, 2013.

VELHO, Eliane Maria Hoffmann; LARA, Isabel C. M. de. *Ensino aprendizagem de geometria: a etnomatemática como método de ensino.* In: VII CONGRESO IBEROAMERICANO DE EDUCACIÓN MATEMÁTICA. *Anais***,**Montevideo, p. 3575-3586, 2013.

A IMPLEMENTAÇÃO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA NA ESCOLA PÚBLICA APÓS A LDB 9394/96

Daniel Rodrigues Palheta[1]

RESUMO: O presente trabalho tem como finalidade apresentar uma discussão bibliográfica sobre o processo de implementação da gestão democrática nas escolas públicas, a partir do percurso histórico da democracia nas escolas públicas após a promulgação da LDB 9394/96. Abordando-se também o papel dos conselhos escolares no âmbito das escolas públicas, sua regulamentação e implementação no cenário na gestão pública escolar. O primeiro capítulo aborda a trajetória da gestão democrática nas escolas, em seguida, analisa a importância dos conselhos escolares no contexto da gestão educacional. Primeiramente compreende-se que a LDB 9364/96 instituiu a diretriz que deveria abrir o caminho para a implementação de elementos democráticos na gestão escolar nas outras esferas. Sugere-se ainda que as escolas públicas possuem um órgão democrático interno muito importante, os Conselhos Escolares, que contribui como um elemento de consolidação da gestão democrática.

PALAVRAS-CHAVE: Educação, Escolas Públicas, Gestão Democrática e Conselhos Escolares.

ABSTRACT: This study aims to present a bibliographical and historical research on the process of implementation of democratic management in public schools, from the historical path of democracy in public schools after the promulgation of LDB

1 Professor da Rede Pública de Educação do Estado do Pará – SEDUC. Licenciado Pleno em História, Especialista em História do Amapá (IBPEX), em Gestão Educacional (Unicesumar), em Saberes Culturais Africanos e Afro-brasileiros (UFPA), mestrando em Educação: Currículo e Gestão da Escola Básica - ICED/UFPA. E-mail: danielrodrigues2001@yahoo.com.br

9394/96. It is also addressing the role of school boards in the context of public schools, their regulation and implementation in the scenario in school governance. The first chapter deals with the historical trajectory of democratic management, then analyzes the importance of school boards in the context of educational management. First understand that the LDB 9364/96 established principles that should be implemented in other areas, but that it has secured the basic elements for democratization in school managements. It also suggests that public schools have a very important internal democratic body, the School Councils, serving as a consolidation element of democratic management.

KEY-WORDS: History of Education, Public Schools, Democratic Management and School Councils.

1 INTRODUÇÃO

A escola básica pública tem sido objeto das discussões de muitos teóricos que buscam conhece-la para propor solução para suas lacunas históricas, tais como Paro (2002; 2011; 2012; 2015; 2016), Gadotti e Romão (1997), Hora (2010; 2012; 2014), Saviani (2000) e Libâneo (2008). Frente a essas críticas sobre a escola pública está a necessidade de problematizá-la para chegar a um caminho que atenda aos condicionantes de uma escola plenamente democrática e com padrão de qualidade. Entende-se que não há como buscar uma democracia plena na escola sem uma sociedade onde as pessoas tenham igualdade nas condições de acesso a um padrão de qualidade. Diante disso, pode-se promover elementos dentro da escola básica de cunho democratizante, entre eles, os que se referem à gestão democrática no que se refere a participação das pessoas ligadas a escola na tomada de decisões.

Neste âmbito, este trabalho apresenta uma análise do cenário das gestões escolares públicas após a LDB 9394/96, a partir de uma discussão bibliográfica deste processo que está em andamento e que, por isso, precisa ser acompanhado e analisado nas escolas públicas.

Este texto contextualiza legalmente o papel dos gestores e dos Conselhos Escolares no processo de efetivação da democracia nas escolas, sendo estes elementos democráticos na gestão de recursos e na fiscalização das gestões escolares públicas.

Para desenvolver tais discussões, o presente artigo está organizado em dois momentos: primeiramente será apresentada uma discussão do conceito de gestão democrática no Brasil, com base nos principais teóricos Libâneo (2008), Paro (2002; 2011; 2016), Romão e Padilha (1997), Cury (2005) e Bittar e Bittar (2012). Em seguida, apresenta-se uma discussão sobre a importância e a regulamentação dos Conselhos Escolares na gestão democrática das escolas públicas.

2 A GESTÃO DEMOCRÁTICA DA ESCOLA BÁSICA PÚBLICA NO BRASIL.

A luta e a busca por uma sociedade plenamente democrática foram evidenciadas durante a década de 1980 no Brasil tendo como protagonistas muitos movimentos sociais, de professores universitários, ONGs., movimento de mulheres, movimento negro e estudantil. Essa efervescência de demandas sociais se afunilou no movimento pró-democracia conhecido como "diretas já". Para Oliveira (2002),

> nos inauguramos a redemocratização com a ilusão de que a caução do apoio popular, dos movimentos que haviam sido criados mesmo na própria ditadura, eram suficiente para pautar a agenda, a ação e o comportamento do novo governo (OLIVEIRA, 2002, p. 46).

Sobre esse cenário Bonamino (2003) entende que é no movimento da redemocratização do país o marco da nova Constituição e da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional:

> Por outro lado, está o processo de redemocratização da sociedade brasileira, marco da elaboração da nova Constituição e da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que propiciaram a retomada dos debates em torno da liberdade de ensino e de sua laicidade, e sobre o financiamento e o papel do Estado na educação (BONAMINO, 2003, p. 254)

A Constituição aprovada em 1988 foi um dos resultados dessa luta que pedia democracia para o país. A partir dessa Carta Magna outras Leis mais específicas foram criadas para tratar de algumas lacunas, entre elas, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, aprovada em 1996, mas discutida desde 1988 enquanto um projeto de Lei.

Freitas e Biccas (2009) entendem que "essa Carta Magna se tornou, sem dúvida, um dos ícones daquele momento; tempo que queria ser o fim de um ciclo tenebroso e, simultaneamente, o marco inicial de uma nova era" (FREITAS E BICCAS, 2009, p. 311). E no que se refere à educação no Brasil, a Carta Magna de 1988 já estabelecia que a partir dos princípios democráticos definidos deveria ser elaborada uma lei de diretrizes para a educação básica no país, e a luta dos movimentos sociais por essa educação básica de qualidade democrática continuou durante o período de discussão do projeto de lei da LDB 9394/96.

Bonamino (2003) analisa o contexto da redemocratização no âmbito educacional e reitera que:

> No plano educacional, as políticas adotadas nesse contexto começaram a movimentar-se na periferia do Estado, em municípios e estados que passaram a ser governados por setores de oposição ao governo militar e que procuravam impelir modificações de envergadura no sistema educativo, com base em reformas estruturais que tinham como foco a ampliação e melhoria da escola pública. Apesar dos limites impostos ao retorno à institucionalidade democrática e da persistência do autoritarismo, a política educacional impulsionada pelas forças de oposição aglutinou, em torno da ênfase no ensino público de boa qualidade e da descentralização e democratização da educação, propostas partidárias, experiências político-administrativas municipais e estaduais e movimentos sociais, sindicais e acadêmicos (BONAMINO, 2003, p. 256).

Para Freitas e Biccas (2009), a luta por uma escola pública democrática foi evidente nas décadas de 1980 e 1990. E explicam que,

> A defesa de princípios proclamados em cartas e manifestos deu voz e visibilidade a sujeitos coletivos que se apresentaram para defender os fundamentos considerados essenciais na ação do Estado. O objetivo que pautou centenas de reuniões e assembleias foi o de exigir que a educação oferecida nas instituições estatais mantivessem características entendidas como fundamentais para que nos condomínios do Estado os bens públicos, como a escola pública, se mantivessem impermeáveis a interesses particulares e restritivos (FREITAS E BICCAS, 2009, p. 313).

Nesse cenário algumas entidades foram notórias ao propor e organizar conferências que acumularam reivindicações quanto à educação encaminhadas a Assembleia Nacional Constituinte, como a Associação Nacional de Educação (ANDE), o Centro de Estudos Educação e Sociedade (CEDES) e a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Educação (ANPED) (FREITAS E BICCAS, 2009).

Para tanto, é no interior das novas exigências quanto à educação que a LDB (BRASIL, 2011) foi promulgada, compreendendo-se nela a implementação dos posicionamentos do FMI, assim como, o governo buscando se adequar a nova realidade do mercado mundial. Qualquer que seja o posicionamento, ela não esta desvinculada do contexto histórico. E nesse contexto da globalização de todos os setores da vida social, é notável que as elites responsáveis pela gestão político-administrativa do país rearticulam suas alianças com parceiros estrangeiros, investindo na inserção do Brasil na ordem mundial desenhada pelo modelo neoliberal (BITTAR e BITTAR, 2012).

Mesmo com o objetivo de atender as necessidades de inserir o Brasil no mercado internacional e promover me-

lhorias educacionais para este fim, muitos avanços pode-se notar na LDB de 1996 (BRASIL, 2011), pois no que se refere a democratização das escolas ela foi bem clara e taxativa, pois foi elaborada por uma constituinte influenciada pelos princípios dos movimentos populares que lutaram pela democracia no país, e se responsabilizou de garantir a democratização das instituições públicas no País, deixando claro que os estados e municípios criariam leis mais especificas de acordo com suas peculiaridades.

Em seu artigo 14, a LDB 9394/96 (BRASIL, 2011) estabelece a importância dos Estados e Municípios garantirem normas específicas para implementar a gestão democrática na escola, preconizando como princípio dessas normas a participação plena dos profissionais, comunidades e do conselho escolar na elaboração das mesmas.

> Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:
> I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;
> II – participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes (BRASIL, 2011, p. 14).

Além da importância dos conselhos escolares, da comunidade e dos profissionais da educação na elaboração das normas educacionais, contidas no artigo supracitado, a lei ainda estabelece a garantia de autonomia financeira, pedagógica e administrativa do sistema de ensino e instituições de ensino, conforme o artigo 15 da LDB:

> Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público. (BRASIL, 2011, p. 14).

No que se refere à autonomia financeira das escolas, compreende-se a importância dos conselhos escolares enquanto pessoa jurídica, apto a receber recursos públicos diretamente para a Escola, sendo responsável pela prestação de conta. Muitos conselhos, até pouco tempo atrás[2], executavam até mesmo programas federais, como o Programa Mais Educação, o Programa Mais Cultura, entre outros, do Governo Federal.

Sobre a concepção democrática da gestão escolar, Libâneo sugere que a mesma se constrói a partir da:

> Necessidade de se combinar a ênfase nas relações humanas e na participação nas decisões com ações efetivas para se atingir com êxito os objetivos específicos da escola. [...] a gestão participativa é a forma de exercício democrático da gestão e um exercício de cidadania, mas implica também deveres e responsabilidades, portanto, a gestão da participação e a gestão eficaz (LIBÂNEO, 2008, p. 125).

Ao tratar da importância da participação como elemento fundamental na gestão democrática, Libâneo (2008) diz que "participação significa a atuação dos profissionais da educação e dos usuários (alunos e pais) na gestão da escola". E sobre isto o mesmo autor ainda defende que:

> Vivendo a prática da participação nos órgão deliberativo da escola, os pais, os professores, os alunos vão aprendendo a sentir-se responsáveis pelas decisões que os afetam num âmbito mais amplo da sociedade. [...] a participação é ingrediente dos próprios objetivos da escola e da educação (LIBÂNEO, 2008, p. 139).

Muitos veem a participação plena da comunidade na escola como algo utópico ou impossível de acontecer, no entanto, Paro (2016) considera que essa utopia faz-se possível acontecer na escola pública, pois é algo desejável diante da necessidade da solução dos problemas da escola pública de qualidade. E explica que,

2 Até o primeiro semestre de 2016 algumas escolas estavam em processo de prestação de contas de recursos de tais programas.

> Toda vez que se propõe uma gestão da escola pública de 1º e 2º graus que tenha efetiva participação de pais, educadores, alunos e funcionários da escola, isso acaba sendo considerado como coisa utópica. Acredito não ser de pouca importância examinar as implicações decorrentes dessa utopia. A palavra utopia significa o lugar que não existe. Não quer dizer que não possa vir a existir. Na medida em que não existe, mas ao mesmo tempo se coloca como algo de valor, algo desejável do ponto de vista da solução dos problemas da escola, a tarefa deve consistir, inicialmente, em tomar consciência das condições concretas, que apontam para a viabilidade de um projeto de democratização das relações no interior da escola (PARO, 2016, p. 13).

Paro (2016) ainda chama atenção para a relação da gestão democrática com a escola e a comunidade:

> Se falamos "gestão democrática da escola", parece-me já estar necessariamente implícita a participação da população em tal processo. Quando, entretanto, destacamos a "gestão democrática da escola", para examinar as relações que tal gestão tem com a comunidade, parece-me que estamos imputando a ela um carácter de exterioridade ao processo democrático que se daria no interior da escola, como se, consubstanciada a democracia da unidade escolar, a comunidade fosse apenas mais um fato a ser administrado por meios das "relações" que com ela se estabelecessem (PARO, 2016, p. 21)

Outra obra importante sobre a gestão democrática nas escolas públicas é "Autonomia da escola: princípios e propostas", organizada por Gadotti e Romão (1997). Nela os autores apresentam uma coletânea de vários artigos que caracterizam a escola sob o olhar da gestão democrática e participativa e elucidam o processo de efetivação da mesma. Nesta obra, em artigo titulado "diretores escolares e gestão democrática da escola", Romão e Padilha (1997, p. 94) caracterizam as formas de chegada de diretores ao cargo e defendem que deve ser "baseada na manifestação da vontade da comunidade escolar, a eleição pode se efetivar de diversas formas". Além disso, dizem que esse tipo de escolha fa-

vorecem a gestão democrática e colegiada da escola. Os mesmos autores apresentam indicações de como deve ser o processo de escolha dos gestores nas escolas, e que a mesma deve zelar pela "verificação da elegibilidade", do "processo seletivo prévio" e da "eleição" (ROMÃO e PADILHA, 1997, p. 97).

Cury (2005), ao tratar da gestão democrática, ele sugere que

> A gestão democrática como principio da educação nacional, presença obrigatória em instituições escolares, é a forma não violenta que faz com que a comunidade educacional se capacite para levar a termo um projeto politico de qualidade e possa também gerar "cidadãos ativos" que participem da sociedade como profissionais compromissados e não se ausentem de ações organizadas que questionam a invisibilidade do poder (CURY, 2005, p. 17).

Segundo Hora (2006), a relação entre educação e democracia revela-se no âmbito da construção social na história, sendo esta formada somente a partir da democratização da escola. Para a autora,

> compreender os conceitos e as relações que se estabelecem entre educação e democracia exige reconhecer as dimensões públicas e socializadoras, historicamente, construídas, em torno deles, pelas camadas populares, nas convicção de que não haverá democracia social sem democratização da escola (HORA, 2006, p. 66).

Paro (2011) trata da estrutura da escola e a educação e menciona nela a importância da ação democrática na escola. Para ele,

> Trata-se, portanto, das medidas que vêm sendo tomadas com a finalidade de promover a partilha do poder entre dirigentes, professores, pais, funcionários, e de facilitar a participação de todos os envolvidos nas tomadas de decisões relativas ao exercício das funções da escola com vistas à realização de suas finalidades (PARO, 2011, p. 15).

Segundo Paro (2011) existem três tipos de medidas democratizantes que podem ser elencadas: os mecanismos coletivos de participação, a escolha democrática dos dirigentes escolares e as iniciativas que permitam o maior envolvimento de alunos, professores e pais nas atividades escolares.

Entre os mecanismos de participação coletiva tem-se as associações de pais e mestres, os grêmios estudantis e os conselhos de classe ou de escola (PARO, 2011). Sobre a escolha democrática dos dirigentes, Paro (2011) caracteriza sua importância, mesmo diante das possíveis influências da política partidária que por vezes a camufla.

> A eleição, como forma de escolha do dirigente escolar, tem-se constituído em importante horizonte de democratização da escola para o pessoal escolar e usuários da escola pública básica que a veem como alternativa para desarticular o papel do diretor dos interesses do Estado, nem sempre preocupado com o bom ensino, e articula sua atuação aos interesses da escola e daqueles que o escolher democraticamente (PARO, 2011, p. 19).

Importante mencionar que a existência de eleição para os gestores e conselheiros se consolida somente a partir da participação dos demais envolvidos na escola nas decisões, ou seja, quando o poder de tomar decisões é realmente compartilhado com a comunidade, docentes, técnicos, apoio e alunos.

A gestão democrática deve implicar basicamente a participação da comunidade nessa escolha de dirigentes e nas decisões dos rumos da escola. Mas, diante de muitos obstáculos, essa participação nem sempre ocorre, por isso, aquele que busca promove-la deve-se estar convencido da importância dessa participação, e não desistir (PARO, 2016).

3 O CONSELHO ESCOLAR E DEMOCRACIA NAS ESCOLAS PÚBLICAS: REGULAMENTAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO.

Depois de vários Estados no Brasil apresentarem experiências na criação de Conselhos Escolares, e a forte presença das entidades de educadores da educação pública, reunidas no Fórum Nacional em Defesa da Educação Pública, nos debates da Constituinte, garantiram a inclusão, na Constituição de 1988, do princípio da gestão democrática do ensino público, na forma da lei, segundo o artigo 206 e inciso IV. Além disso, este artigo preconiza os elementos democráticos na escola básica (BRASIL, 2006):

> Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:
> I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
> II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
> I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
> II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
> III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
> [...]
> VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;
> VII - garantia de padrão de qualidade. (BRASIL, 2006, p. 134).

Mesmo que existam nas escolas públicas os conselhos escolares, deve-se entender que não comportam em si mesmos todos os complexos elementos que concernem a uma escola amplamente democrática, pois na maioria das vezes, coexistem com gestores não eleitos pela comunidade escolar, ou seja, sem passar pelo critério eletivo pelos quais os membros do conselho escolar.

A convivência dos conselhos com gestões indicadas politicamente gera uma espécie de barreira na efetivação de uma escola plenamente democrática. Pois, ainda que parte dela, no que

se refere ao conselho, seja constituída por vias de eleição, a outra, no que se refere ao gestor, frustra esse princípio da democracia, pois acaba sendo imposto "por cima", ou seja, por indicação de políticos ou de secretários superiores.

Na atualidade percebe-se que o papel e a função dos Conselhos Escolares precisam ser mais bem esclarecidos e amplamente difundidos, os mesmos representam a busca pela consolidação de uma escola pública amplamente democrática. Neste sentido os aspectos históricos, legais e estruturais dos Conselhos Escolas das Escolas Públicas Brasileiras são importantes serem compreendidos, pois eles compreender um elemento da gestão democrática.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 (BRASIL, 2011) garante ao conselho escolar um papel importante na gestão democrática, tendo ele muitas e complexas funções dentro da escola, funções estas que buscam consolidar o aspecto da autonomia das instituições educacionais públicas. Com isso, a LDB 9394/96 procurou respeitar a autonomia das unidades federadas e atribuiu à União a responsabilidade da coordenação da política nacional de educação, ao mesmo tempo em que estabeleceu, nos art. 14 e 15, os conselhos na gestão da educação princípios e diretrizes para a implementação da gestão democrática (BRASIL, 2011).

Os conselhos escolares funcionam como uma Pessoa Jurídica com poder administrativo, pedagógico e financeiro, que buscam gerir recursos e ações dentro da escola, formados por membros da comunidade escolar, discentes, docentes e corpo de apoio e técnico, tendo como membro nato o próprio gestor. Toda a diretoria dos conselhos é formada a partir da escolha por meio do sufrágio universal, na qual toda a comunidade escolar é envolvida e possui direito ao voto, para um mandato de dois anos. Normalmente o processo de eleições deve ser organizado a partir da formação de uma comissão eleitoral isenta em relação aos candidatos (BRASIL, 2014).

> No contexto da redemocratização do país, na década de 1980, os movimentos associativos populares passaram a reclamar participação na gestão pública. O desejo de participação comunitária se inseriu nos debates da Constituinte, que geraram, posteriormente, a institucionalização dos conselhos gestores de políticas públicas no Brasil. Esses conselhos têm um caráter nitidamente de ação política e aliam o saber letrado com o saber popular, por meio da representação das categorias sociais de base. São muitas as formas de organização e as funções atribuídas a esses conselhos, mas sua origem radica sempre no desejo de participação na formulação e na gestão das políticas públicas (BRASIL, 2014, p. 17).

Com isso, percebe-se que os conselhos refletem o anseio de participação popular e se opõe a administração pública arbitrária, pois atendem também ao carácter da democracia representativa.

Segundo o Programa Nacional dos Conselhos Escolares, na forma que a LDB (BRASIL, 2011) definiu para implantação da gestão democrática da escola pública adotou a estratégia de remeter aos sistemas de ensino a definição das normas de gestão democrática do ensino público na educação básica com dois condicionantes: a participação das comunidades escolar e local em Conselhos Escolares ou equivalentes e a participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola (BRASIL, 2014, p. 32).

O referido programa orienta que os Conselhos Escolares na educação básica são concebidos como uma das estratégias de gestão democrática da escola pública. Segundo o mesmo, atribuição é deliberar e aconselhar os dirigentes, no que julgar prudente, sobre as ações a empreender e os meios a utilizar para o alcance dos fins da escola. Afirmando ainda que o conselho existe para dizer aos dirigentes o que a comunidade quer da escola e, no âmbito de sua competência, o que deve ser feito (BRASIL, 2014).

O Programa Nacional dos Conselhos Escolares (2014) esclarece o papel dos mesmos nesse contexto:

> No processo de gestão democrática da coisa pública, consignada pela Constituição de 1988, os conselhos assumem uma nova institucionalidade, com dimensão de órgãos de Estado, expressão da sociedade organizada. Não se lhes atribui responsabilidades de governo, mas de voz plural da sociedade para situar a ação do Estado na lógica da cidadania. São espaços de interface entre o Estado e a sociedade. Como órgãos de Estado, os conselhos exercem uma função mediadora entre o governo e a sociedade (BRASIL, 2014, p. 18).

Nesse contexto no qual os Conselhos Escolares estão inseridos o Programa Nacional dos Conselhos Escolares estabelece a divisão das competências dos mesmos em quatro principais: deliberativa, consultiva, fiscal e mobilizadora (BRASIL, 2014):

As duas maiores dimensões do Conselho Escolar dizem respeito à competência deliberativa e consultiva. Explicando melhor, esse colegiado deve elaborar, decidir, deliberar e aprovar assuntos que dizem respeito à gestão escolar. Da mesma forma, o conselho pode opinar, emitir parecer, discutir e participar de assuntos em que for consultado. E ainda, no que se refere a gerir, o mesmo é possibilitado de receber recursos Federais, Estaduais e Municipais, desde que esteja em dias, tendo assim, obrigação de prestar contas dentro das normas, sob pena de crime de improbidade e sua diretoria responder pelo mesmo.

> A função deliberativa é assim entendida quando a lei atribui ao conselho competência específica para decidir, em instância final, sobre determinadas questões. No caso, compete ao conselho deliberar e encaminhar ao Executivo para que execute a ação por meio de ato administrativo. A definição de normas é função essencialmente deliberativa. A função recursal, também, tem sempre um caráter deliberativo, uma vez que requer do conselho competência para deliberar, em grau de recurso, sobre decisões de instâncias precedentes. Só faz sentido a competência recursal quando vem revestida de poder de mudar, ou confirmar, a decisão anterior (BRASIL, 2014, p.25).

Compreende-se com isso que os conselhos propõem ações a serem executadas pela gestão, assim como, pode decidir sobre questões polêmicas que apareçam no ambiente escolar. Isto implica não só aspectos pedagógicos e administrativos, mas também financeiros, pois os mesmos, por se tratarem de pessoas físicas estão aptos a receberem recursos oficiais.

Os Conselhos Escolares ainda podem ser acessados simplesmente com seus pareceres consultivos em determinadas situações¸:

> A função consultiva tem um caráter de assessoramento e é exercida por meio de pareceres, aprovados pelo colegiado, respondendo a consultas do governo ou da sociedade, interpretando a legislação ou propondo medidas e normas para o aperfeiçoamento do ensino. Cabe ao Executivo aceitar e dar eficácia administrativa, ou não, à orientação contida no parecer do conselho (BRASIL, 2014, p.25).

Esta função é comum ser acessada sempre que o gestor tiver duvidas na resolução de empasses e precise de ajuda nas suas decisões ou interpretação de leis e pareceres. Essa função corrobora com o caráter colaboracionista dos Conselhos com os Gestores, e reforça ainda mais a sua importância nas escolas.

Outra função bastante importante é a função fiscalizadora dos mesmos. Ou tem poder de elaboração de relatórios na aplicação de recurso e de denúncia aos órgãos de polícia, valendo oficialmente sua documentação deliberativa sobre irregularidades:

> a função fiscal ocorre quando o conselho é revestido de competência legal para fiscalizar o cumprimento de normas e a legalidade ou legitimidade de ações, aprova-las ou determinar providências para sua alteração. Para a eficácia dessa função é necessário que o conselho tenha poder deliberativo (...) Embora mais rara nos conselhos tradicionais de educação, essa função é atribuída cada vez mais fortemente aos conselhos de gestão de políticas públicas, nas instituições públicas e na execução de programas governamentais. (BRASIL, 2014, p.26).

Além disso, tais conselhos ainda possuem a função de fazer a ligação entre as demandas da comunidade escolar e o as ações do governo, e vice-versa, objetivando sempre a qualidade da Educação Pública. Pode-se mencionar que existe uma intermediação entre a comunidade e as politicas públicas governamentais, propiciada pelos Conselhos Escolares.

> A função mobilizadora é a que situa o conselho numa ação efetiva de mediação entre o governo e a sociedade, estimulando e desencadeando estratégias de participação e de efetivação do compromisso de todos com a promoção dos direitos educacionais da cidadania, ou seja: da qualidade da educação (BRASIL, 2014, p.26).

Pode-se inserir nesse contexto o dever que os conselhos têm de forçar o Governo a programar as demandas da escola e da comunidade escolar, usando para tal o seu poder deliberativo e representativo diante dos órgãos de justiça, como ministérios públicos e tribunais de justiça. Assim como, sempre que o mesmo perceber omissão do governo diante de certas demandas escolares, pois, os conselhos devem, ainda, fiscalizar a execução de recursos e de serviços governamentais na estrutura escolar.

Outra importância do conselho escolar está na elaboração do projeto politico pedagógico e no currículo escolar, e assim, no tipo de cidadão que se quer formar, para tanto, deve ser constituído plenamente de forma democrática.

> A perspectiva democrática, amparada em diversos dispositivos legais, propõe que a gestão do bem público seja feita por todos aqueles que compõem a comunidade escolar e local. Neste sentido, o Conselho Escolar passaria a ser compreendido como uma estratégia de gestão participativa (SOARES, 2011, p. 03).

Desta forma, a instalação dos Conselhos é o principio do processo de democratização das instituições educacionais públicas, no âmbito da administração participativa. No tocante à escola, a LDB vai apontar a gestão democrática como princípio

do ensino público, a ser definido pelos sistemas de ensino. Ainda em relação aos princípios da gestão democrática, essa lei enfatiza a necessidade de participação da comunidade escolar e local nos conselhos escolares.

O conselho escolar pode ser comparado a uma assembleia formada por representantes que buscam o bem do que é público e manter a lei e a gestão do espaço Público integrado a comunidade. Por isso, tudo o que o mesmo estabelece na escola deve ser decidido em reunião ordinária ou extraordinária e informado a população.

> O Conselho Escolar possui uma dimensão mobilizadora, uma vez que procura integrar a escola com a comunidade local e vice-versa. Essa dimensão revela o desafio em integrar os participantes da comunidade escolar e local nas ações da escola. É importante ressaltar que o Conselho Escolar, sendo composto por representantes de todos os segmentos, não deve cultivar o distanciamento entre "eleitores" e "eleitos". Ou seja, é importante que o próprio Conselho esteja ciente da necessidade de divulgar suas ações, mobilizar os segmentos e aproximá-los de seu representante, bem como envolver a comunidade que está em torno da escola nas suas ações. As estratégias para isso são várias. (BRASIL, 2014, p.27).

Pode-se então afirmar que as decisões e ações tomadas precisam ser divulgadas na escola e na comunidade. Mas além dessa obrigação, o Conselho responsabilidades financeiras e fiscais, pois é uma Pessoa Jurídica, e deve, em muitos casos, estar em dias para poder receber recursos financeiros.

Soares (2011) trata disso mencionando que competência fiscal também faz parte das atribuições do Conselho Escolar. Entende-se, nesse caso, o termo fiscal não como mera fiscalização das verbas escolares, mas, sobretudo, como forma de acompanhamento das demandas e da aplicação dos recursos, o que deve ser efetuado pelo diretor de escola e/ou unidade executora.

> Muitas vezes, é questionado se o Conselho Escolar diminuiria o papel do diretor da escola. Neste caso, deve-se ressaltar que as ações de democratização da escola potencializam as ações dos profissionais que trabalham na unidade escolar e com o diretor não seria diferente. Nesse sentido, a legitimidade das ações tomadas em conjunto potencializa as ações da direção da escola. Isso não significa que, necessariamente, o diretor precise ser o presidente do conselho escolar. O compartilhamento das decisões no que diz respeito à escola é muito mais do que o cumprimento de uma perspectiva legal (SOARES, 2011, p. 07).

É preciso que um conselho escolar atuante, com a participação de todos os segmentos da escola, delibere sobre a aplicação dos recursos financeiros, em diálogo com as instâncias de execução desses recursos. E muitos casos, e é legal, que o Gestor seja membro nato do conselho escolar, e isso precisa ser reiterado no Estatuto do mesmo.

Os conselhos possuem importante papel na consolidação da gestão democrática nas escolas publicas, cabe a ele promover o processo eleitoral para gestores nas mesmas, assim como, instituir a comissão eleitoral, homologar os resultados e servir de segunda instância julgadora das questões envolvendo o pleito dentro das escolas, desta forma, este elemento é imprescindível como agente democrático na educação pública brasileira, pois garante a constituição da gestão participativa.

Ainda pode-se mencionar que os conselhos compõem um dos elementos do processo de implementação da gestão participativa e democrática nas escolas, mas que não são um fim em si mesmo, devem ser consolidados a partir da implementação das eleições para gestores, e, além disso, esses gestores devem ter o espírito e a formação para exercer uma gestão plenamente democrática e participativa.

> É necessário que o gestor garanta a participação da comunidade a fim de que assuma o papel de co-responsável pela educação. Para que isso aconteça o novo diretor precisa se libertar das suas marcas de autoritarismo, desenvolvendo características de coordenador, colaborador e educador (LOPES e NUNES, 2015, p. 10).

Lopes e Nunes (2015), ao diagnosticar a gestão democrática nas escolas públicas, interrogaram o conceito de gestão democrática e o que ela deve buscar dentro das instituições públicas. Uma das respostas que eles obtiveram foi:

> Gestão Democrática para mim vai além de um conceito, ela acontece de maneira compreensiva, participativa e acima de tudo no respeito a todos os integrantes do processo escolar. Acho que com esta nova visão de gestão é um bom começo para investirmos em uma educação de qualidade voltada para a formação de todos os indivíduos (Diretor) (LOPES e NUNES, 2015, p. 13).

Percebe-se com isso que não é possível pensar em gestão democrática sem mencionar a participação plena dos indivíduos que integram a comunidade escolar, como todos os gestores mencionaram, a descentralização das decisões deve ser fundamental na prática da gestão democrática nas escolas publicas.

Ao diagnosticar os entraves que a gestão democrática enfrenta na atualidade para se consolidar Lopes e Nunes (2015) elencam os quatro seguintes:

> 1. Ausência de autonomia e maturidade para ouvir e aceitar as críticas;
> 2. Influência da política partidária;
> 3. Falta de formação e informação por parte de muitos que integram a escola;
> 4. Ausência de eleição direta para gestor escolar; (LOPES e NUNES, 2015, p. 13).

No que se refere ao ponto 1 mencionado pelo autor, a formação de gestores com espírito democrático ainda é um entrave, pois foram formados em escolas que não possuíam essa prática, sendo então resultado de escolas autoritárias e centralizadoras. Já o ponto numero 2 compreende-se que os políticos não querem perder a sua influencia nos cargos dentro das escolas e relutam em mantê-las nas mãos objetivando manter também um "curral eleitoral". Os autores (LOPES e NUNES, 2015) ainda mencionam a falta de entendimento do corpo que compõe a

escola sobre a importância da gestão democrática e participativa como fator de empecilho na escola. E como ponto 4, Lopes e Nunes (2015) destacam a ausência das eleições para gestores que pouco tem ocorrido de fato nas escolas.

Como resposta para esses empecilhos e entraves somente a luta do educador para romper essas barreiras, e colocar em prática esses princípios, com base em muitos debates nas escolas. Mesmo com isso, nunca se deve esquecer os princípios da gestão democrática.

> Os princípios que norteiam a Gestão Democrática são: a descentralização que inclui formas não hierarquizadas de discussão, tomada de decisão e implementação de ações. A participação implica, como foi dito, que todos os envolvidos no cotidiano escolar participem da gestão, desde professores até a comunidade que existe ao redor da escola. E, por fim, a gestão democrática implica em transparência, já que qualquer decisão ou ação implantada na escola tem que ser de conhecimento de todos (GIRO, 2007, p. 02).

Compreende-se então que participação plena nas escolas ainda é algo que se busca, ainda que muito tenha se avançado, os dados das entrevistas mostram que ela ainda não está consolidada, mas caminha a passos largos no curso de um horizonte.

. Além disso, esse processo pode significar a consolidação da libertação das escolas de massa da força do opressor, visto que, uma escola liberta formará pessoas mais liberta: uma escola para as camadas populares onde essas camadas tenham voz.

> Não há dúvidas que numa escola pública que atende as camadas populares, diretor, funcionários, pais, alunos tenham os mesmos interesses sociais, já que todos são trabalhadores e têm que vender sua força de trabalho ao Estado ou aos detentores dos meios de produção para terem acesso a condições materiais e sociais com vistas a objetivos comuns que podem ser em relação a melhor educação e estabelecimento de relações democráticas na vida escolar ou outros, que tornam importante a luta coleti-

> va pelos interesses desses grupos. Enfim, a escola pública, como acontece em geral com as instituições numa sociedade autoritária, é organizada com vistas a relações verticais, de mando e submissão, em detrimento das relações horizontais, de cooperação e solidariedade entre as pessoas. Para manter as conquistas democráticas constitucionais é fundamental lutar (LOPES e NUNES, 2015, p. 15).

Com isso, é perceptível que ainda se precisa avançar nas escolas para conseguir acabar com os resquícios dos autoritarismos na ocupação dos cargos de gestores, pois faz parte do processo de libertação das instituições e das conquistas democráticas nas instituições públicas. Acredita-se ainda que uma escola liberta, participativa e democrática formará cidadãos mais libertos e autônomos para avançar com tais ações com base nas suas experiências de vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nas discussões apresentadas buscou-se problematizar os rumos que a gestão democrática nas escolas públicas está tomando, o quanto ela avançou e como está ocorrendo. Ainda que a pesquisa não tenha feito um diagnóstico mais profundo, mas foi o necessário para detectar o fenômeno e suas nuances.

Primeiramente compreende-se que a LDB 9364/96 (BRASIL 2011) instituiu princípios que deveriam ser implementados nas demais esferas, mas que a mesma já garantiu os princípios básicos para a democratização nas gestões escolares. Entende-se ainda que as escolas públicas possuam um órgão democrático interno muito importante, os Conselhos Escolares, servindo como um elemento de consolidação da gestão democrático, no entanto, ele coexiste com gestores impostos politicamente de cima. Sendo isto, um entrave para a consolidação da gestão plenamente democrática nas escolas públicas: a influência da politica.

Diante do cenário da gestão nas escolas publicas de educação básica ainda se tem muito para fazer objetivando conseguir implementar uma gestão plenamente democrática, pois mesmo que as leis estejam prontas para preconizar as diretrizes, na prática, a imposição política partidária nem sempre permite que ela se efetive. Ou seja, a plena autonomia da escola acarretará um enfraquecimento daqueles que ainda mantem os cargos públicos nas escolas como currais eleitorais por força da influência politica partidária.

Além disso, percebe-se o papel do educador nessa luta, pois o processo de democratização na sociedade não está consolidado, visto que as relações autoritárias de forma vertical ainda permanecem. Essa é uma luta que todos devem levar para dentro das escolas, a luta pela plena democracia dentro das escolas públicas, algo que muitos não querem, pois representa a liberdade. A educação só será libertadora se nossas escolas estiverem libertas dos autoritarismos.

REFERÊNCIAS

BITTAR, Marisa; BITTAR, Mariluce. **História da Educação no Brasil:** a escola pública no processo de democratização da sociedade. Revista Eletronica Acta Scientiarum. ISSN printed: 1806-2636 ISSN on-line: 1807-8672. Maringá, v. 34, n. 2, p. 157-168, July-Dec., 2012.

BONAMINO, Alicia Maria Catalano de. **O público e o privado na educação brasileira**: inovações e tendências a partir dos anos de 1980. Revista Brasileira de História da Educação. ISSN 1519-5902. janeiro/junho, 2003, n. 5.

BRASIL, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. **Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares** - Conselhos Escolares: Uma estratégia de Gestão Democrática da Educação Pública. Brasília: 2014.

BRASIL, Ministério da Educação. LDB: **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional:** lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. – 6. ed. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2011.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado federal, Subsecretaria de edições técnicas, 2006.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Gestão democrática dos sistemas públicos de ensino**. In.: OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro. Gestão Educacional: Novos Olhares Novas Abordagens. Petrópoles: Vozes. 2005.

FREITAS, Marcos Cézar de; BICCAS, Maurilane de Souza. **História Social da Educação no Brasil (1926-1996).** São Paulo: Cortez, 2009.

GIRO, Susana. **Revista Científica Eletrônica de Administração** – Ano VII – Número 12 – Junho de 2007 – Periódicos Semestral, ISSN: 1676-6822.

HORA, Dinair Leal da. **Democracia, educação e gestão educacional na sociedade brasileira contemporânea**. Eccos – Revista Científica, São Paulo, v. 8, n. I, p. 65-87, jan. / jun 2006.

HORA, Dinair Leal da. **Gestão Educacional Democrática**. Alínea: Campinas. 2° ed. 2010.

HORA, Dinair Leal da. **Gestão Democrática na Escola**: Artes e ofícios da participação coletiva. São Paulo: Papirus, 2012.

HORA, Dinair Leal da; SANTOS, Terezinha de Fátima A. Monteiro dos. **Políticas Educacionais e Gestão Educacional**. São Paulo: Editora Alínea, 2014.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão da Escola: Teoria e Prática**. Goiânia: MP Livros, 5° Ed. 2008.

LOMBARDI, José Claudinei. **Periodização na História da Educação Brasileira**: Aspecto Polêmico e Sempre Provisório. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.32, p.200-209, dez.2008 - ISSN: 1676-2584.

LOPES, Maria Inácia; NUNES, Aline Soares. **Gestão Escolar Democrática: Sonho Ou Realidade?** In.: <catolicadeanapolis.edu.br> Acesso em: 28 de abril de 2015.

OLIVEIRA, Francisco de. **Queda da ditadura e democratização no Brasil**. In.: FÁVERO, Osmar; SEMERARO, Giovanni (Organizadores). Democracia e Construção do Público no Pensamento Educacional Brasileiro. Petrópolis – RJ: Vozes, 2002, p. 42 – 51.

PARO, Vitor Henrique. **Crítica da estrutura da Escola.** São Paulo: Cortez, 2011.

PARO. Vitor Henrique. **Administração Escolar**: Introdução Crítica. São Paulo: Cortez, 2012.

PARO, Vitor Henrique. **Diretor Escolar: educador ou gerente?** São Paulo: Cortez, 2015.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão Democrática da Escola Pública.** São Paulo: Cortez, 2016.

ROMÃO e PADILHA. **Diretores escolares e gestão democrática da escola**. In.: GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José R (Orgs.). Autonomia da Escola: princípios e propostas. Cortez: São Paulo. 1997.

SOARES, Swamy. **Estratégia De Gestão Democrática a no XXI.** Revista Salto para o Futuro: Edição Especial Conselho Escolar: Boletim 15 - Novembro 2011, ISSN 1982 – 0283.

O NOVO *DESIGN* DIDÁTICO DO CURSO ELABORAÇÃO DE PROJETOS E A RESSIGNIFICAÇÃO DA PRÁTICA PEDAGÓGICA A PARTIR DO USO DAS TICS

Roberto Araújo Martins[1]

RESUMO

As estratégias de ensino e aprendizagem desenvolvidas pelo professor junto aos seus alunos estão relacionadas à sua formação acadêmica que, articuladas à formação continuada em serviço, oportunizam o desenvolvimento profissional. Partindo dessa premissa, o presente artigo analisa a formação continuada de professores em Tecnologias de Informação e Comunicação – TIC, e os seus reflexos na sua prática pedagógica nas salas de informática da Rede Municipal de Ensino – RME, do município de Belém, decorrentes especificamente do curso Elaboração de Projetos, proposto pelo Ministério da Educação – MEC, por meio do Programa Nacional de Formação Continuada em Tecnologia Educacional – PROINFO INTEGRADO. Serão descritas aqui as ações adotadas pelo Núcleo de Informática Educativa – NIED, relativas à adequação do referido curso à política de formação continuada de professores da RME por meio de um novo *Design* Didático. Os resultados preliminares apontam aspectos positivos

1 Doutorando em Ciências Ambientais NAEA/UFPA, Mestre em Planejamento do Desenvolvimento Sustentável no Trópico Úmido NAEA/UFPA, Especialista Internacional em Áreas Amazônicas FIPAM/NAEA/UFPA, Metodologia do Ensino de História IBPEX/PR, Especialista em Tecnologias na Educação CCEAD/PUC-RIO. Cursos de Aperfeiçoamento em Informática Educativa e EAD. Licenciado Pleno em História – UFPA, atualmente desenvolvendo atividades na formação de professores no Núcleo de Informática educativa NIED / SEMEC e Núcleo de Tecnologia Educacional NTE/SEDUC. E-mail: pesquisanasilhas2@yahoo.com.br

na ação pedagógica dos professores, percebidos tanto na visão dos professores cursistas como na avaliação da equipe do NIED.

Palavras-chave: Proinfo Integrado. Formação de professores. Design didático.

ABSTRACT

The teaching and learning strategies developed by the teacher with his students are related to his academic training, which, combined with continued in-service training, provide professional development. Based on this premise, the present article analyzes the continuing education of teachers in Information and Communication Technologies - ICT, and their reflexes in their pedagogical practice in the computer rooms of the Municipal Education Network - RME, in the city of Belém, Project Development Course, proposed by the Ministry of Education - MEC, through the National Program of Continuing Education in Educational Technology - PROINFO INTEGRADO. The actions adopted by the Núcleo de Informática Educativa - NIED will be described here, regarding the adequacy of said course to the policy of continuing training of teachers of RME through a new Didactic Design. The preliminary results point to positive aspects in the pedagogical action of the teachers, perceived both in the view of the cursistas teachers and in the evaluation of the NIED team.

Keywords: INTEGRATED PROINFO. Teacher training. Didactic design.

1 INTRODUÇÃO

No mundo contemporâneo, o aumento exponencial do volume de informações decorrente da evolução tecnológica vem provocando frequentes mudanças na vida social. Dominar o aparato tecnológico e manter-se atualizado são condições fundamentais para sermos considerados membros de uma socieda-

de, hoje intitulada *Sociedade do Conhecimento*. A influência das tecnologias no campo educacional é uma realidade e o aprimoramento profissional permanente passou a ser uma necessidade para os educadores, exigindo das instituições a implementação de programas de formação continuada voltados aos professores e a todos os envolvidos nos processos educativos.

Nesse contexto, o MEC vem buscando a articulação das três dimensões do PROINFO INTEGRADO: a instalação de ambientes tecnológicos nas escolas públicas, a formação continuada de agentes educacionais em TIC e a disponibilização de conteúdos e recursos educacionais em rede. O curso *Elaboração de Projetos*, integrante da formação continuada de agentes educacionais, foi idealizado para promover o aprofundamento do conceito de projetos, suas especificidades no contexto escolar, com vistas à articulação das práticas pedagógicas baseadas em projetos de trabalho, do currículo e da convergência de mídias e tecnologias existentes na escola.

Este artigo apresenta o relato dos processos vivenciados pelos professores e pela equipe do NIED durante o curso *Elaboração de Projetos*, nos anos de 2010 e 2011, destacando a sua adequação à política de formação continuada da Secretaria Municipal de Educação – SEMEC, que, sem ferir a essência da sua proposta original, atendeu às demandas de formação continuada dos professores de sua Rede e a consequente ressignifição de suas práticas. Este artigo, então, analisa a nova proposta do NIED ao desenvolvimento do curso, à luz dos requisitos de Intencionalidade e Funcionalidade do *Design* Didático propostos por Andriole (2002), e avalia alguns de seus reflexos na ação docente e na consequente aprendizagem dos alunos.

2 O TRABALHO COM PROJETOS E A POLÍTICA MUNICIPAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES: REELABORANDO PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

Introdução à Educação Digital, *Tecnologia na Educação: Ensinando e Aprendendo com as TICs* e *Elaboração de Projetos* são os cursos que, nessa sequência, integram a formação continuada de agentes educacionais em TIC, do PROINFO INTEGRADO. Esse Programa, a partir da inserção das tecnologias nas escolas públicas brasileiras, propõe cursos de formação a professores e gestores da educação básica, na perspectiva da inclusão digital e social, e sua execução está alicerçada ao regime de cooperação e colaboração entre estados, municípios e Distrito Federal.

2.1 O aporte teórico-metodológico do curso elaboração de projetos e a proposta de formação continuada de professores da RME

O curso *Introdução à Educação Digital*, com carga horária total de 40 horas presenciais, tem como objetivos a inclusão digital e a utilização de ferramentas básicas de informática no processo pedagógico. Por sua vez, o curso *Tecnologias na Educação: Ensinando e Aprendendo com as TICs*, ministrado na modalidade semipresencial e com carga horária total de 100 horas, objetiva dinamizar os processos educativos por meio da reflexão pedagógica do uso das TICs na aprendizagem por parte de professores e de alunos.

O curso *Elaboração de Projetos*, por ser o terceiro curso do Programa, é chamado de PROINFO III, e tem como objetivo propiciar o aprofundamento teórico sobre o conceito de projeto e suas especificidades no contexto escolar, sua articulação com as práticas pedagógicas do currículo mediadas pelas tecnologias existentes na escola. O curso, portanto, está estruturado em três eixos conceituais integrados: Projeto, Currículo e Tecnologia. Os encontros presenciais são quinzenais e voltados às discussões e aos encaminhamentos das atividades propostas no Guia do Cursista e do Formador, fornecidos pelo Programa.

Assim, em sua primeira unidade, o conceito de projeto é apresentado à luz do referencial teórico que defende a sua utilização com vistas à articulação de saberes e a consequente resignificação das ações pedagógicas. Os fundamentos apresentados acerca da Pedagogia de Projetos favorecem a reflexão sobre o seu uso e suas implicações em situações de ensino e aprendizagem. Nessa unidade, inclusive, os professores são orientados a construir coletivamente projetos de aprendizagens nas escolas em que trabalham.

Na segunda unidade, o conceito de projetos é explorado de forma articulada com o de currículo, evidenciando não somente a escola que ensina, mas a escola aprendiz, o protagonismo juvenil, diversidade e saberes (locais e universais) e interações entre as tecnologias e a construção do currículo. Cumprida essa unidade, os professores cursistas devem implementar, nas escolas em que atuam, os projetos já construídos, enfatizando o uso das tecnologias disponíveis em seus espaços e a devida mediação pedagógica nas ações previstas.

Na terceira e última unidade, são abordados os conceitos de tecnologia e currículo, com destaque ao papel das tecnologias nas teorias curriculares. Nessa etapa, os mapas conceituais são explorados como ferramentas pedagógicas auxiliares à promoção da aprendizagem. Ao final do curso, os professores concluem seus projetos, iniciando novo processo de reflexão-ação na escola.

A descrição do curso *Elaboração de Projetos*, anteriormente apresentada, é a que foi concebida pelo PROINFO INTEGRADO e a partir da qual o NIED efetivou algumas mudanças necessárias à sua adequação aos programas de formação continuada de professores desenvolvidos pela SEMEC.

A primeira versão do curso *Elaboração de Projetos* foi ofertada no período de 28/01 a 28/05/2010, voltado para 40 professores de turmas dos ciclos finais do Ensino Fundamental e salas de informática da rede municipal de ensino de Belém e seguiu as diretrizes do PROINFO III descritas anteriormente. Já nessa primeira versão, a equipe do NIED as primeiros ajustes com ob-

jetivo de adequar a proposta teórico-metodológica do curso às demandas de formação continuada dos professores de salas de informática da RME, por meio de um comunicado enviado aos cursistas.

No documento, os professores foram orientados a articularem parcerias, no período da Jornada Pedagógica das escolas, visando os projetos colaborativos a serem desenvolvidos durante o curso, com ênfase nas disciplinas Matemática e Língua Portuguesa e com foco nos descritores da Prova Brasil. A ênfase nesses descritores está relacionada aos objetivos do NIED na formação continuada de professores para o Ciclo II na RME. Foram ofertadas 20 vagas por turma, sendo uma turma pela manhã (das 8h às 12h) e outra à tarde (das 15h às 19h) com 20 horas presenciais e 20 a distância, utilizando a plataforma ePROINFO, totalizando 40 horas de curso, como demonstrado na Tabela abaixo.

Tabela 1 – Distribuição da CH do curso elaborada pelo NIED

AÇÃO	PERÍODO/2010	Presença	AD	Total	PROGRAMAÇÃO DO CURSO
Eixo1	28, 29/01 e 01/02	12h	-	15h	Projetos (Elaboração do Projeto)
	12 de fevereiro		3h		Fórum e Blog
Eixo 2	05 de março	4h	-	15h	Currículo (Desenvolvimento do Projeto)
	26 março, 2 e 30 de abril		11h		Fórum e Blog
Eixo 3	07 maio	4h	-	10h	Tecnologia (Avaliação do Projeto) Mapa Conceitual
	21 e 28 de maio		6h		Diário de Bordo e Blog

Os critérios de certificação consideraram a frequência de 100% nos encontros presenciais e 80% das 16 atividades à distância. Ao final do curso, os professores apresentaram os projetos vivenciados nas escolas e responderam ao questionário de avaliação do curso e autoavaliação. O percentual de certificação foi de 60%, avaliado como satisfatório pela equipe do NIED por ser a educação a distância uma experiência nova na formação de professores, mesmo para os lotados em salas de informática, que, em tese, já deveriam dominar seus mecanismos.

No processo avaliativo da primeira versão do curso, alguns aspectos observados e outros apontados pelos professores chamaram a atenção da equipe, tais como: o curto espaço de tempo para vivenciar os projetos nas escolas, a pouca relação entre o arcabouço teórico do curso e as propostas de projetos, a falta de vivência em EAD e as dificuldades dos professores em conseguir parcerias para os projetos nas escolas.

Após discutir todos os pontos positivos e negativos, o NIED concluiu que havia necessidade de algumas alterações na estrutura do curso no sentido de adequá-lo às necessidades da rede municipal de ensino. Seria necessário, portanto, ampliar o tempo do curso, implantar processos de *incubação* dos projetos, aprofundar as suas reflexões teóricas, incentivar práticas formativas via EAD e um assessoramento pedagógico mais próximo às escolas. Seria necessário, então, adequá-lo às necessidades da RMB por meio de um novo *Design Didático* que possibilitasse ações coordenadas e integradas envolvendo os conceitos de projeto, currículo e tecnologia na prática pedagógica de forma sistemática nos projetos das escolas.

2.2 O design didático para ressignificar a prática pedagógica

A elaboração de um novo *Design Didático* para o curso *Elaboração de Projetos* pela equipe do NIED enfatizou aspectos pedagógicos e comunicacionais que pudessem favorecer a aprendizagem via interação dos participantes nas várias fases do projeto, oportunizando momentos de troca de experiências durante o processo formativo.

Nessa proposta, o *Design Didático* deveria ampliar a visão paradigmática até então existente na RME em relação ao trabalho com projetos, sempre considerado "pouco produtivo" por alunos e professores, por falta de um planejamento mais consistente e muitas vezes caracterizado apenas como "aula passeio", sem relação com o currículo escolar e com os objetivos de aprendizagem das disciplinas.

O conceito de *Design Didático* está relacionado à mudança paradigmática do que é considerado *design instrucional, projeto didático ou planejamento*, em direção a um planejamento que integre ações multi e interdisciplinares nos vários projetos, mediadas pelo uso das tecnologias aplicadas à educação, com ênfase na web 2.0. A proposta elaborada pelo NIED pautou-se em uma metodologia de construção coletiva considerando os princípios da aprendizagem cooperativa: "Cooperar é atuar junto, de forma coordenada, no trabalho ou nas relações sociais para atingir metas comuns. As pessoas cooperam pelo prazer de repartir atividades ou para obter benefícios mútuos" (ARGYLE, 199.p.65).

O trabalho cooperativo pode produzir resultados significativos para mudanças paradigmáticas na visão do educador, possibilitando a troca de experiências e o acompanhamento do trabalho dos colegas, desvendando novos caminhos e possibilidades e contribuindo para que a própria gestão escolar participe do processo. Segundo McConnel (1999), o sistema educacional pode não estar particularmente preocupado em promover a cooperação no processo de aprendizagem, mas, de alguma forma, os alunos trabalham juntos informalmente e compartilham sua aprendizagem, dependendo de um contexto específico. Eles cooperam porque percebem as vantagens de partilhar o que sabem e, intuitivamente, adotam uma visão social do processo de aprendizagem.

A elaboração do *Design Didático* para o Curso Elaboração de Projetos oferecido nos anos posteriores pelo NIED aos professores da rede municipal partiu da reflexão teórica da construção do conhecimento partindo do processo de aprendizagem e do conhecimento prático do professor na mediação da busca pelo conhecimento significativo. O resultado não poderia ser uma "receita", mas uma diretriz para um planejamento flexível pautado em objetivos, estratégias e demais elementos ao contexto da escola que devem ser considerados no trabalho com projetos.

A compreensão dos novos processos de aquisição e construção do conhecimento é básica para a inserção da escola no mundo. Como afirma Pretto (2001 p. 15), "a escola conectada,

interligada, integrada, articulada com o conjunto da rede, passa a ser mais um elemento vital do processo coletivo de produção de conhecimento". O *Design Didático* proposto foi considerado elemento central no processo de planejamento de um curso de Elaboração de Projetos objetivando impacto pedagógico para toda rede municipal de ensino.

Diferentes autores têm procurado a definição para *Design Didático* utilizando, muitas vezes, outra nomenclatura, como *Design Instrucional* (RAMAL, 2001 p.56), *Design Instrucional Contextualizado*, definido por Fiatro (2003 p. 08) como "a ação intencional de planejar, desenvolver e aplicar situações didáticas específicas que incorpore, tanto na fase de concepção como durante a implementação, mecanismos que favoreçam a contextualização e a flexibilização".

Outra nomenclatura é *Design Educacional,* entendida por Paas (2012, p. 9) como "um processo de conceber e desenvolver ambientes para aperfeiçoar a aprendizagem de determinadas informações em determinados contextos". Já o documento escrito pelo fundador do programa *Aprendizagem sem Fronteiras* da UNESCO (VISSER, 1998), resume que qualquer situação de aprendizagem que queira habilitar pessoas a lidarem de forma adequada com a realidade do mundo deve proporcionar *interação, colaboração e conectividade*, deve ser baseado em problemas e orientado a tarefas. Nesse ponto, reside a mudança conceitual e paradigmática do que se denomina *Design Didático,* que indica o processo de *análise de requisitos*, *planejamento e especificação* para elaboração de cursos, disciplina ou uma aula (PETERS, 1998).

O processo do *Design Didático* envolve diferentes aspectos que concorrem de forma simultânea em grande parte das experiências de desenvolvimento e planejamento das ações. Nessa perspectiva, Andriole (2002) propõe adaptação para o planejamento do uso da tecnologia em sala de aula, a chamada educação digital. Ela aponta para a necessidade de se estabelecer uma metodologia baseada na *análise de requisitos*, isto é, análise das necessidades para o planejamento de aula ou curso. Os requisitos

precisam ser identificados a partir da **intencionalidade** e da **funcionalidade** da ação.

A intencionalidade procura identificar as razões pelas quais a aula vai ser oferecida, justifica o tempo despendido e o investimento necessário. Uma vez que a intencionalidade esteja clarificada e validada pelos pares (professores, técnicos, agentes de decisão), pode-se pensar na análise da funcionalidade. A funcionalidade aponta para todos os dados que serão necessários para o *Design Didático* da aula. Portanto, a funcionalidade vai referir-se aos objetivos do curso ou aula, competências desenvolvidas pelos alunos, formas de interação, estratégias pedagógicas, entre outros.

Considerando esses dois conceitos, o *Design Didático* do curso *Elaboração de Projetos* foi elaborado pela equipe do NIED centrado no planejamento das atividades de aprendizagem de professores e alunos em ações integradas envolvendo os conceitos de Projeto, Currículo e Tecnologia. A adequação da proposta do curso *Elaboração de Projetos* à proposta de formação continuada de professores da rede municipal de Belém foi planejada e executada no ano de 2011 e pautou-se teórica e metodologicamente no conceito de *Design Didático*.

O objetivo era oferecer uma formação voltada para o trabalho com projetos para todos os professores de sala de aula do Ciclo II 1º e 2º anos e professores de salas de informática, por meio de um projeto único, com ações envolvendo o uso das TIC para o domínio dos descritores da Prova Brasil. O Curso Elaboração de Projetos foi ofertado como formação continuada no horário da Hora Pedagógica dos professores e sua estrutura sofreu mudanças em relação à proposta do PROINFO.

A *intencionalidade* na elaboração do *Design Didático* do curso apontava para o preenchimento de algumas lacunas pedagógicas verificadas nas primeiras versões e adequá-lo às novas propostas de formação continuada do município de Belém para 138 professores. A estrutura do curso foi modificada em alguns aspectos:

a) A carga horária do curso foi ampliada a fim de responder às demandas de formação continuada de professores durante todo o semestre de 2010. Portanto, o curso deixa de ser ofertado somente como um dos cursos do PROINFO, para fazer parte da política de formação de professores da rede municipal.

b) A adequação da proposta do PROINFO à política municipal de formação continuada por meio do programa ALFAMAT para os professores dos Ciclos II e salas de informática foi executada por meio de um projeto para toda rede. O **Projeto Água** justificou-se por propiciar o estudo desse recurso abundante, porém finito, a partir de um projeto fundamentado teórica e metodologicamente em abordagem inter e transdisciplinar. Interdisciplinar porque o objeto de estudo seria investigado sem fronteiras rígidas das disciplinas, a partir de análise cartográfica, da leitura, interpretação e produção de textos, da manipulação de vídeos e animações, da análise de gráficos e tabelas, da pesquisa orientada na *web*, revistas e jornais eletrônicos, construções de maquetes e resolução de situações-problema envolvendo as operações matemáticas etc. No que se refere à abordagem transdisciplinar, o destaque foi para estímulo à investigação da água em uma perspectiva interdisciplinar para construção de uma visão ampla e complexa do mundo vivenciado, observando relações de interdependência entre o ambiente e o corpo humano. O projeto água configurou-se como estratégia para o trabalho com os descritores de Língua Portuguesa e Matemática da Prova Brasil/MEC, pois serviram como referência na proposição, favorecendo a construção do conhecimento e a sensibilização do uso sustentável dos recursos naturais, assim como a percepção de direitos e deveres.

c) A carga horária presencial foi ampliada e constituiu-se em eventos de estudos dirigidos à capacitação teórico-metodológica voltada para a vivência do Projeto de Aprendizagem que norteou a proposta, o Projeto Água, que envolveu todos os professores participantes.

d) A plataforma ePROINFO teve sua utilização ampliada em relação ao curso anterior, suportando as várias turmas criadas para a interação dos assessores pedagógicos do NIED com os professores participantes.

e) As atividades a distância foram diversificadas com objetivo de sensibilizar os professores para a EAD e criar confiança mútua entre professores e assessores do NIED.

f) Todos os professores tiveram a oportunidade de socializar os projetos e dialogar com os pares durante o curso e na socialização dos trabalhos.

g) Após o curso, a estrutura montada na plataforma possibilitou a atuação dos assessores do NIED na "incubação dos projetos" em várias escolas.

2.3 A percepção dos professores sobre o trabalho com projetos

A coordenação do curso considerou as diretrizes do programa para a avaliação do curso por parte dos professores participantes. Foi compartilhado no *Googledocs* um questionário semiaberto para que os professores respondessem a questões sobre os impactos do curso na prática pedagógica, dificuldades encontradas no processo, qualidade do material, atuação dos formadores, possibilidades de utilização do aprendizado na prática pedagógica e autoavaliação. As questões foram agrupadas por respostas semelhantes e analisadas qualitativamente com objetivo de nortear o processo e redirecionar práticas durante os processos de incubação dos projetos.

Dos 138 professores inscritos, 27 foram considerados desistentes por baixa frequência nos encontros presenciais, ausências sem justificativas na plataforma e atividades insatisfatórias. Ao final do curso, 111 professores avaliaram o processo por meio do instrumento supracitado.

As respostas dos professores e os debates realizados durante os encontros presenciais, fóruns e diários de bordo permitem afirmar que o novo *Design Didático* do curso veio ao encontro das necessidades dos professores no trabalho com projetos.

A grande maioria dos participantes afirmou que a formação teve impacto positivo na prática pedagógica e qualificou o trabalho com projetos nas escolas da rede municipal de ensino e deu segurança durante o processo com a atuação dos assessores pedagógicos do NIED. Nas falas dos professores durante as apresentações dos projetos, manifestaram satisfação com descobertas de novas formas de atuação em projetos envolvendo reflexão teórica profunda da Pedagogia de Projetos, conceitos de Currículo e o potencial das Tecnologias de Informação e Comunicação na aprendizagem.

O interesse dos alunos nas atividades envolvendo tecnologias nas atividades curriculares foi apontado pelos professores como elemento facilitador da aprendizagem e incentivador da criatividade dos alunos. As ações dos projetos viabilizaram atividades interdisciplinares em muitos projetos por meio de novas parcerias entre professores de disciplinas diversas que antes não dialogavam, esse aspecto foi apontado por grande número de professores como muito positivo e proporcionou mudanças nas práticas pedagógicas.

A avaliação dos professores considerou, em ampla maioria, que a formação trouxe resultados positivos para mudanças nas práticas pedagógicas, mas apontou algumas dificuldades que estão sendo consideradas na elaboração de atividades e no acompanhamento dos projetos nas escolas. A principal dificuldade encontrada pelos professores nesse tipo de formação foi certa resistência à formação a distância, o que precisa ser trabalhado nas formações, na sensibilização dos professores quanto à disciplina na utilização da hora pedagógica para formação a distância.

A formação de parcerias para o trabalho interdisciplinar foi observada por alguns professores como um avanço significativo após a formação, porém é um aspecto que precisa ser trabalhado, pois alguns professores ainda não sentem segurança para atividades interdisciplinares. Alguns professores atuam por longos períodos de forma isolada e sentem dificuldades no trabalho com projetos.

O domínio das ferramentas de TICs é apontado pelos professores como um obstáculo ao seu uso na aprendizagem, sobretudo pelo desconhecimento de seu potencial, tanto em atividades curriculares, como em ações envolvendo projetos. Mas a grande maioria dos professores considerou que o novo *Design* teve influência positiva na postura pedagógica.

2.4 A percepção da gestào sobre os impactos da proposta na prática pedagógica dos professores

A avaliação da equipe do NIED pautou-se na análise qualitativa dos aspectos da *intencionalidade* do *Design Didático* proposto para a formação dos professores e sua *funcionalidade*, por meio das mudanças na prática pedagógica dos professores da rede municipal de ensino refletido na percepção dos professores sobre a formação. Considerando que o curso sofreu mudanças com objetivo de preencher lacunas pedagógicas na versão anterior percebidas tanto pelos participantes como pela equipe do NIED, observou-se que a intencionalidade do novo *Design Didático* foi construída coletivamente e claramente compreendida pelos pares.

Nesse contexto, a avaliação dos professores acima descrita chama a atenção para o caráter positivo e propositivo da formação na prática pedagógica dos professores e, sem dúvida, a continuidade da formação aprofundará a reflexão e solidificará novas práticas no fazer docente. O quantitativo de professores envolvidos, a estrutura montada para execução do curso, a mobilização de toda a equipe para o acompanhamento da formação e o retorno positivo por parte dos professores após o curso foram considerados pela equipe do NIED indicadores do sucesso intencionalidade da proposta executada sob um novo *Design Didático*.

No que se refere à funcionalidade, observou-se que, apesar das dificuldades já apontadas, os objetivos propostos foram alcançados. A formação foi executada no cronograma previsto, as atividades presenciais e a distância foram avaliadas pelos assessores pedagógicos do NIED, com retorno aos cursistas e o

trabalho colaborativo proporcionou atividades interdisciplinares previstas nos projetos e com mediação das TICs. Durante a socialização dos projetos pelos professores, a equipe do NIED avaliou que os aspectos de intencionalidade e de funcionalidade da proposta foram plenamente vivenciados, sobretudo por meio de várias apresentações em slides contendo os vários conceitos trabalhados durante o curso envolvendo os conceitos de Projetos, Currículos e Tecnologia.

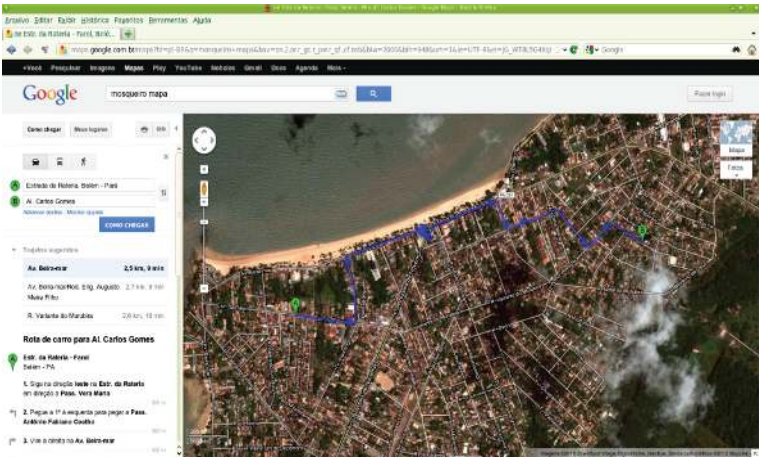
Após as formações, a equipe do NIED continuou o acompanhamento dos projetos nas escolas via assessoramento pedagógico, observando-se avanços significativos na postura, atitude e na ação pedagógica de muitos professores da Rede Municipal de Ensino. No primeiro semestre de 2012 e posteriormente, verificou-se a solidificação de muitos conceitos trabalhados na formação e avanços na articulação das TICs no currículo das escolas por meio de ações dos projetos.

Um exemplo de projeto elaborado e executado durante a formação e com reflexos positivos na aprendizagem foi projeto do professor Antonio Ahashiguti, da escola Prof. Avertano Rocha. No projeto *Nas Linhas e Cores de Romero Brito*, o professor utilizou as obras do artista dentro da proposta curricular de Matemática e Artes na identificação de formas geométricas, diferenciação de figuras planas e figuras sólidas, cores primárias, secundárias e neutras, frias, quentes e tendências artísticas modernas com alunos do Ciclo III – 2º ano. Durante as fases do projeto, foram utilizados os conceitos pertinentes de projeto, aspectos curriculares interdisciplinares e várias mídias de forma integrada, com evidência para o Mapa Conceitual.

Outro projeto que sintetiza os resultados da formação continuada no trabalho pedagógico é da professora Márcia do Socorro Mescouto Cardoso, da escola Prof.ª Donatila S. Lopes. O projeto *Mosqueiro, Patrimônio de Belém: O potencial turístico da Ilha de Mosqueiro* abordou conceitualmente o patrimônio natural e arquitetônico da ilha proposto no currículo escolar por meio de recursos computacionais diversos para pesquisa, elaboração e produção de vários gêneros textuais, recursos gráficos a fim de entender as transformações ocorridas na ilha historicamen-

te, compreender a sua dependência administrativa em relação a Belém e divulgar o potencial turístico na produção de Material publicitário produzidos pelos alunos utilizando recursos digitais disponíveis na sala de informática da escola.

Imagem 1 – Atividade do projeto no software googlemaps



Considerando o objetivo do texto, os projetos mencionados acima sintetizam os procedimentos adotados nas ações dos projetos apresentados em que as atividades curriculares envolvendo *softwares* educativos, editores de vídeos, textos, desenhos, *blogs*, jornais escolares etc., são facilmente encontradas em todos os trabalhos apresentados no evento de socialização, o que demonstra a compreensão e apreensão por parte dos professores da rede da proposta de formação continuada para a utilização das tecnologias. A equipe do NIED avalia os resultados obtidos como positivos e considera que o *Design Didático* proposto alcançou os seus objetivos.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação continuada de professores para utilização das TICs na aprendizagem de alunos e professores vem de uma trajetória de mais de duas décadas e, mesmo enfrentando desafios diversos que causam avanços e retrocessos, a política passa por um processo de institucionalização de práticas já refletidas na postura pedagógicas de muitos professores. Em Belém, o NIED passa por um processo de institucionalização, marcando fortemente a política de formação continuada de professores.

Este artigo descreveu um desses processos, demonstrando a trajetória do curso Elaboração de Projetos e as adaptações necessárias para responder às demandas de formação de professores da Rede Municipal de Educação. Nas primeiras turmas ofertadas, observou-se a necessidade de algumas mudanças na estrutura do curso preservando a sua concepção teórico-metodológica. À estrutura do curso foi acrescentada uma proposta de execução alicerçada em um novo *Design Didático,* objetivando além da ampliação da proposta de formação continuada de professores ações de estímulo ao uso das TICs na mediação do trabalho com projetos integrados ao currículo escolar.

A proposta de formação de professores por meio de um projeto único que possibilitasse práticas pedagógicas inovadoras no uso das tecnologias na aprendizagem foi avaliada pelos professores participantes e pela gestão do NIED como elemento irradiador de novas práticas pedagógicas e atitudes propositivas para o trabalho com projetos integrados ao currículo escolar e mediados pelas tecnologias disponíveis na escola. O processo de incubação dos projetos nas escolas e o assessoramento pedagógico sistemático por parte do NIED fortaleceram as ações pedagógicas pautadas na Pedagogia de Projetos e, consequentemente, o alcance dos objetivos propostos. As mudanças são percebidas claramente na avaliação dos professores e nas socializações dos projetos nos grupos de trabalho e durante o encontro de professores ao final do semestre, pelo uso quase que sistemático dos conceitos de projeto, aporte curricular e uso de *softwares* e mídias diversas.

A continuidade do processo formativo continua com novas formações para professores no sentido da diversificação do uso das mídias, como por exemplo, oficinas de *Scribus*, *Openshot*, Educação Patrimonial, HagáQuê etc. Essas oficinas objetivam a inserção de rotinas tecnológicas nas escolas como elemento norteador na aprendizagem nas ações dos projetos ou atividades e já fazem parte do *Design* de muitos projetos vivenciados na Rede Municipal de Ensino.

REFERÊNCIAS

ANDRIOLE, S.J. Requirments-Drive ALN Course Design, Development, Delivery &Evoluation (2002)

ARGYLE MICHAEL, Cooperation: The Basis of Socialility, 1991. Routledge

Elaboração de projetos: guia do formador / Lia Cristina Barata Cavellucci, Maria Elisabette Brisola Brito Prado, Maria Elizabeth Bianconcini de Almeida. – 1. Ed. – Brasília: Ministério da Educação à Distância, 2009.

Elaboração de projetos: guia do cursista / Maria Elisabette Brisola Brito Prado, Maria Elizabeth Bianconcini de Almeida (organizadoras). – 1. Ed. – Brasília: Ministério da Educação à Distância, 2009.

FILATRO, A.C. Design Instrucional Contextualizado: articulação entre teoria prática no processo de ensino-aprendizagem on-line. SL; SE Dissertação de mestrado, Programa de Pós-graduação da Faculdade de Educação-PUC. 2003.

PAAS, Leslie. Design educacional. Disponível em: HTTP://www.eps.ufsc.br/disc/tecmc/designeduc.html. Acesso em 02/08/2012.

PETERS, O. Didática do ensino a distância. S. Leopoldo: UNISSINOS, 2001.

PRETTO, Nelson L. Desafios para a educação na era da informação: o presencial, a distância, as mesmas políticas e o de sempre. Rio de Janeiro: Quartet, 2001.

RAMAL, Andréa. Educação a Distância: Entre Mitos e Desafios. Vol. 08 a 10 SL; Revista Guia da Internet.br de 2001.
Tecnologias para transformar a educação/Juana Maria Sancho... [et al].; tradução Valério Campos. – Porto Alebre : Armed, 2006.

VISSER, Jan. changing Learning Environments: The Real and not of Reality and Virtuality ED/LWF . Disponível em: http://unesco.org/educationindex.html.

PRÁTICAS SOCIAIS DE LETRAMENTO E PRÁTICA SOCIAL: O TRABALHO INFANTIL NA TERRA FIRME

Júlia Antônia Maués[1]
Larissa Gabriela Souza Almeida[2]
Marcos da Silva Crus[3]
Talyssa Mires Gesta Malcher[4]

RESUMO: A concepção de letramento como uso social de leitura e de escrita tem adentrado suas ações para contemplar uma determinada cultura ou aspecto social em que os sujeitos possam interagir por meio da linguagem de forma situada, tendo uma afinidade com a noção de ação social ou agência dentro da estrutura social, que encara o paradoxo do acesso e promoção social por meio da escola, uma instituição hegemônica em si mesmo.O trabalho infantil é um dos problemas sociais mais preocupantes no Brasil e as estatísticas mostram o lento avanço das políticas no seu enfrentamento, que viola os direitos humanos de crianças e adolescentes à vida, à saúde, a brincar, ao lazer, e ainda acarretam prejuízos que comprometem o seu pleno desenvolvimento físico, psicológico, cognitivo e moral. Propomos esta pesquisa, explorar a produção do uso social da leitura e da escrita com o propósito de promover consciência crítica: ponte entre a abertura do estudante universitário brasileiro e as comunidades marginais – mais especificamente, a comunidade da EMEF Mário Barbosa, na Terra Firme em Belém, focando o Trabalho Infantil e assim promover a utilização de práticas sociais de letramentos em agências sociais na identificação e debate sobre a exploração do trabalho infantil na comunidade da escola, por meio da seleção dos tipos

1 Profa Dra. Coordenadora da Pesquisa e Professora do Curso de Letras/ IFPA. E-mail: juliamaues@gmail.com
2 Bolsista LETRAS/PIBEX/IFPA.
3 Bolsista LETRAS/PIBEX/IFPA.
4 Bolsista LETRAS/PIBEX/IFPA.

de materias didáticos com letramentos para a identificação de crianças envolvidas com o Trabalho Infantil e analisar os dados para encaminhamento dos sujeitos para o PETI – Programa de Erradicação do trabalho Infantil.

Palavras-chave: Letramentos, Agência,Trabalho Infantil

SOCIAL PRACTICES OF LITERACY AND SOCIAL PRACTICE: CHILD LABOUR NA TERRA FIRME

ABSTRACT: The concept of literacy as a social use of reading and writing has engaged their actions to address a particular culture or social aspect in which subjects can interact through language form located, having an affinity with the notion of social action or agency within the social structure, which faces the paradox of access and social promotion through the school, a hegemonic institution itself. The labor child is one of the most pressing social problems in Brazil and statistics show the slow progress of policies in their confrontation, which violates the human rights of children and adolescents to life, health, play, leisure, and still entail losses that compromise their full physical, psychological, cognitive and moral development. We propose this research, exploring the production of the social use of reading and writing in order to promote critical awareness: bridge between the opening of the Brazilian college student and marginal communities - specifically, community EMEF Mario Barbosa, in Terra Firme in Belém-Pará, focusing child labor and thus promote the use of social literacies practices in social agencies to identify and debate on the exploitation of child labor in the school community, by selecting the types of teaching materials with literacies to identify children involved in child labor and analyze the data for submission of subjects to PETI - Child labor eradication program.

KEYWORDS: Literacies,Agency, The child labor

INTRODUÇÃO

A introdução dos estudantes nas práticas de usos sociais da leitura e da escrita na sociedade brasileira, em geral tanto de forma tradicional quanto digital, cria certamente contextos ideais para o desenvolvimento da consciência social, uma condição necessária para entender a sociedade na vertente mais crítica.

Para mediar a comunicação entre indivíduos, qualquer uso semiótico depende de diferentes níveis de convenções, modalidades e gêneros do discurso. Entretanto, como convenções sociais, elas são de natureza ideológica (Street 1984).A noção de letramento como um fenômeno social não vem sendo contemplada pelas abordagens tradicionais do letramento escolar brasileiro, a qual tem levado a uma série de problemas nas esfera da educação e no ensino da linguagem. Da perspectiva educacional, as atividades de letramento nas escolas brasileiras são, em vários aspectos, extremamente conservadoras, mais ainda favorecendo e naturalizando um conjunto restrito de valores e conhecimentos culturais hegemônicos.

Contudo, essa falta de orientação formal pode causar alguns problemas ao se propagar entre os alunos. Para estudantes de áreas periféricas isso pode obstruir a possibilidade de aprendizagem da linguagem. Para esses estudantes o uso da linguagem favorecido pelas escolas é uma alienação dos seus panos de fundo culturais e linguísticos, mesmo assim esses estudantes poderiam ser beneficiados com abordagens de ensino que não retira garantias da complexidade envolvida na linguagem e na aprendizagem dos letramentos.

Existem contrastes estruturais impostos para os professores pelas políticas que incluem precárias condições de trabalho nas escolas públicas e a séria falta de um guia teórico-prático para que o caminho do ensino da linguagem possa ser ligado a reflexões linguísticas e sociais mais sofisticadas. Um breve panorama histórico do estudo do letramento no Brasil destaca os desafios enfrentados pelos professores quando eles visam aplicar uma abordagem social para as suas práticas de ensino da linguagem.

JUSTIFICATIVA E PROBLEMA

A direção social no debate sobre letramento foi principalmente influenciada por dois conceitos-chave: o evento e a prática do letramento, ambos os conceitos revelaram que o aceitamento tradicional da aquisição do letramento como restrito a aprender um programa (script) e um conjunto de habilidades neutras era simplista. O conceito de letramento como prática social, mesmo sendo mais, frequentemente, relatado em estudos etnográficos conduzidos a partir de uma perspectiva socioantropológica em Scribner e Cole (1981), Graff (1984), Street (1984; 1989; 2003), Gee (1986), mostra que o letramento vai além da mera aquisição de um programa (script) ; isso também requer da aprendizagem como aplicar o conhecimento de leitura e de escrita para especificar propósitos em contextos específicos de uso. É natural da prática que a ela determine o tipo de habilidade associada ao letramento.

Essa breve revisão da origem de alguns conceitos-chave têm sido fortemente explorados pelo rumo social nos altos estudos do letramento que ensinam que um programa (script) ou um conjunto de habilidades não é a condição suficiente para dar acesso ao estudante a eventos e práticas de letramento. Se nós aceitarmos que esse é papel social e político de professores de linguagem para expandir o repertório linguístico de seus alunos para aumentar as suas possibilidades de interação social e agência, as práticas de letramento deveriam ser o objetivo final das atividades pedagógicas.

Entretanto, quando nós olhamos de um nível teórico mais alto para um nível mais baixo de intervenção, precisamos considerar que o acesso a práticas num contexto escolar formal é um processo gradual; para facilitar e promover a aprendizagem os professores precisam trazer à frente tipos específicos de conhecimento sobre a linguagem para explicitar as escolhas lingüísticas que fazem os textos socialmente aceitáveis num contexto de práticas de letramento específicas.

O paradigma crítico de letramento aprofunda-se na discussão social: movendo-se além do ensino da linguagem, isso se concentra no aspecto político da educação. No paradigma crítico, os professores como educadores também são chamados a revelar e questionar a complexa relação que existe entre linguagem e poder, a qual justifica e naturaliza escolhas de linguagens específicas para práticas de letramento específicas. Para mim, parece que ambas as questões o ensino da linguagem e educação críticas são preocupações mais recentes no foco social dos estudos do letramento.

Os trabalhos de Street (2003) e Jank (2000) oferecem uma síntese interessante dessas tendências. Os pontos principais de sua discussão ressaltam o fato de que para trazer a "perspectiva social" para o ensino da linguagem é necessário ir além do local (práticas da comunidade) e do global (desconstrução de discursos hegemônicos).

Como uma possível saída alternativa Street aponta para as necessidades de um trabalho que evita as posições locais/globais extremas e contempla as práticas de letramento como um fenômeno híbrido. Essa concepção de letramento como híbrido tem uma afinidade com o trabalho neo-gramsciano discutido anteriormente. Contudo a opção de uma rota intermediária lidando com a agência dentro da estrutura social, certamente não é uma tarefa fácil e requer que encaremos o paradoxo do acesso e promoção social por meio da escola, uma instituição hegemônica em si mesmo.

A noção gramsciana de hegemonia com uma estrutura perpassada por lacunas criadas por conflitos internos entre grupos sociais e posições mais progressistas mesmo com a hegemonia em si, oferece um campo filosófico promissor para repensar a pedagogia nessa direção. O trabalho desenvolvido por Janks (2000) também releva tal possibilidade.

Discutindo a questão do acesso nas condições da sala de aula, Janks sugere que os professores dão sempre de encontro com conjuntos diferentes de questões que têm relação ao acesso e domínio quando eles lidam com o ensino da linguagem. Janks

suge um foco explícito no relacionamento entre linguagem e poder, baseado na teoria sócio-cultural de linguagem que sustenta o paradigma do Letramento de Educação Crítica, situamos teoricamente este projeto.

De acordo com o autor, mesmo estando todos os estudos desta área focando nos aprendizes da escolarização para entender e instruir a relação entre linguagem e poder, na prática, a tendência é operar com diferentes concepções dessa relação colocando em primeiro plano um ou outro aspecto: dominação, acesso, diversidade ou design.

Considerando o design, Janks (2000:177) refere-se ao trabalho do Novo Grupo de Londres (1996) e menciona o design como uma demanda produtiva de poder em que os estudantes aprendem a usar seus recursos semióticos para a representatividade, com o fim de dar um significado: através da combinação e recombinação desses recursos, os estudantes (aprendizes) podem criar uma possibilidade de transformação e reconstrução, usando o campo social.

Ambos, diversidade e design podem ser realmente explorados para promover uma consciência crítico-social. A visão gramsciniana de que mudanças políticas demandam alianças em meio a grupos sociais pode ser usada produtivamente. A consciência de crítica social deve ser uma meta para a educação, sendo gerada em grupos hegemônicos ou não.

A PESQUISA

A pesquisa propunha explorar a produção do uso social da leitura e da escrita com o propósito de promover consciência crítica: ponte entre a abertura do estudante universitário brasileiro e as comunidades marginais – mais especificamente, a comunidade da EE Mário Barbosa, na Terra Firme em Belém, focando um dos problemas sociais mais gritantes na sociedade brasileira: o trabalho Infantil.

A Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Mário Barbosa, localizada na Avenida Perimetral, s/n, no bairro da Terra Firme, foi fundada em 06 de maio de 1994, autorizada pela portaria 28/94, homenageia com seu nome ao assistente social Dr. Mário Barbosa, que foi professor de graduação e pós-graduação do Centro Sócio Econômico da UFPA. A escola oferece para a comunidade as modalidades de ensino fundamental II e médio, nos três turnos, além da Educação de Jovens e Adultos (EJA) pelo período da noite e é escola parceira do PIBID/IFPA/Letras.

O bairro de localização da escola, Terra Firme, é onde se inclui no quadro geral da realidade de outras cidades brasileiras, ou de cidades de outros países que vivenciam o aumento dos índices de criminalidade. Sabe-se que a violência não é característica apenas da cidade de Belém ela está disseminada no mundo, no Brasil, no Pará, em Belém e em todos os seus bairros e não apenas no bairro da Terra Firme. No entanto, o bairro da Terra Firme é frequentemente citado pela mídia, como os jornais e outros meios de comunicação de massa da cidade e do mundo, através de reportagens relacionadas à violência urbana, a qual também se constitui em violência simbólica, pela manipulação da cultura das pessoas.

De acordo com estuds do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará – NAEA/UFPA (COUTO, 2010) os bairros da Terra Firme e Guamá são os bairros mais violentos de Belém. Rodrigues (1996), também assinala essa característica:

> Apesar de o primeiro apresentar um índice alto de violência urbana pela incidência do tráfico de drogas (rota e comercialização de entorpecentes), o crescimento urbano e populacional do bairro da Terra Firme se deu de forma espontânea e problemática, produzindo ampla favelização, com grande poder de atração de imigrantes oriundos do interior do estado e de outros estados: 77,2% originários do interior do estado, destacando-se os municípios de Igarapé Miri, Castanhal, Muaná etc., e 22,8% oriundos de outros Estados, basicamente Maranhão (RODRIGUES, 1996, p. 244).

A Terra Firme situa-se em uma área de baixada da cidade de Belém, no Pará, sobre a Bacia do Tucunduba. Esta área está, em sua maioria, sob o domínio da Universidade Federal do Pará. A origem irregular da área se dá pelo fato da mesma pertencer ao domínio público, além de não condizer morfologicamente com os padrões urbanísticos vigentes na legislação da cidade. Segundo Brazil (2004, p. 15) a má distribuição de renda, o desemprego, os baixos salários e toda política econômica, social e habitacional existente neste país tem imposto um elevado custo ao direito de habitar a cidade e isso tem provocado o assentamento de inúmeras famílias em loteamentos clandestinos, favelas, baixadas, etc. Isso nos remete ao surgimento das favelas como uma área barata e acessível, com moradia sem o mínimo da estrutura básica necessária e sem planejamento urbanístico, ambiental e social (DIAS et al, 2010),

Nesse contexto, a exploração do trabalho infantil doméstico se materializaem atividades – lavar, passar, cozinhar, limpar a casa, cuidar de crianças, ajudar o pai nas vendas de rua, feiras, etc – realizadas por aqueles que prestam serviços domésticos para outras famílias são realizadas também por eles nas suas próprias casas (OLIVEIRA, FNPETI: 2016).

Segundo a mesma autora, as estatísticas mostram o lento avanço das políticas no enfrentamento ao trabalho infantil doméstico que viola os direitos humanos de crianças e adolescentes à vida, à saúde, a brincar, ao lazer, e ainda acarretam prejuízos que comprometem o seu pleno desenvolvimento físico, psicológico, cognitivo e moral, definido como uma das piores formas de trabalho infantil.

Sobre o trabalho infantil realizado por meninas domésticas na cidade de Belém, atesta Dutra (2007, p. 70)

> Pesquisa realizada pelo movimento da República do Emaús (MRE), do Pará em conjunto com a OIT, em 2001, encontrou índices inaceitáveis sobre as condições das meninas trabalhadoras domésticas em Belém, envolvendo humilhações, abuso sexual, baixa escolaridade e violência física. A pesquisa envolveu entrevistas com 247 crianças e adolescentes e mostrou que 10%

> eram crianças de cinco a dez anos; 24% já sofriam violência física; 5% afirmaram terem sido abusadas sexualmente; pelo menos 63% vêm de cidades do interior do Estado; a maioria tem baixa escolaridade e ETA em defasagem série/idade; cerca de 87% estão cursando entre a 1ª e a 4ª série do primeiro grau (2007, p. 70).

Entre abril de 2014 e abril de 2015, o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) realizou 9.838 operações fiscais para apurar denúncias de trabalho infantil no Brasil. As ações dos auditores fiscais do trabalho das superintendências regionais retiraram desta condição 5.688 crianças e adolescentes.

O guia "Cenário da Infância e Adolescência - 2016" ainda aponta que, das crianças entre 0 e 14 anos, 44% encontram-se em situação de pobreza e 17% em situação de extrema pobreza. Ainda segundo o estudo, quase 188 mil crianças estão em situação de desnutrição (abaixo do peso), 69 mil estão muito abaixo do peso, e mais de 500 mil estão obesas (Ministério da Saúde).

Há políticas de combate ao trabalho infantil no Pará, especialmente, de caráter nacional, como o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI (1996), no entanto, nem sempre tem sido capaz de resolver o problema do trabalho infantil no Estado do Pará.

O PETI possui pontos positivos na busca da erradicação ao trabalho precoce, como a intersetorialidade dos diversos entes da federação e o envolvimento da sociedade civil, mas, não há perspectivas de que alcance esse desiderato no Estado do Pará, eis que, para que seja uma política efetiva depende de uma interação como diversas outras que também o sejam, o que não corresponde à realidade no Estado, eis que muitos de seus municípios não oferecem condições mínimas para que o programa se efetive com sucesso (RODRIGUES, 2015: 173).

Neste cenário, combinamos a utilização pelos bolsistas e estudantes do Curso de Letras/IFPA de materiais didáticos de leitura e escrita, na EE Mário Barbosa, para efetivar a prática social dos letramentos, desta feita colocados a serviço da detecção doenvolvimento de crianças da escola no trabalho infantil, a fim de agenciar ações que promovam ações sociais que contribuam para a erradicação do trabalho infantil.

MATERIAL E MÉTODOS

A metodologia de pesquisa do grupo partiu da observação do tipo etnográfica com o acompanhamento das atividades de leitura e de escrita em sala de aula da EE Mário Barbosa, precedidas pela pesquisa bibliográfica. Em seguida, foram elaborados materiais didáticos que envolviam a temática do trabalho infantil, e se procedeu a identificação das crianças da escola que estivessem envolvidas em atividades domésticas e fora de casa e se enquadrassem nos moldes do Trabalho Infantil. Os dados do levantamento serão encaminhados para os órgãos competentes do PETI.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As normas que suportam o discurso e a prática escolares são raramente explicitadas aos alunos e como consequência eles acabam sendo acessíveis somente àqueles cujas experiências sociais permitem que eles identifiquem ou interfiram nos padrões sociais que formam a hegemonia específica dos usos de linguagem.

No projeto, explicitamos que as práticas escolares agregadas ao projeto como: Apresentação de um documentário sobre o trabalho Infantil eampliada por rodas de conversa sobre a polêmica: "TRABALHAR OU METER-SE EM CONFUSÃO".

Vimos que os casos detectados de trabalho infantil seguiam-se de justificativas que era preciso ajudar a família, em primeiro lugar; que eral induzidos pelos próprios responsáveis sob a alegação de que, ocupadas as crianças e adolescentes não teriam tempo ocioso para "aprender o que não presta". O projeto foi acompanhado por meio do desenvolvimento das suas etapas: desde o levantamento teórico até o momento de inserção na comunidade escolar até o momento do Relatório Final, por meio da elaboração, aplicação e tabulação de dados, bem como por meio do contato com os órgão do TRT- Belém, responsáveis pela UNESCO, para o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil.- PETI.

Os dados do levantamento detectaram 15 casos de crianças envolvidas pelo trabalho infantil e foram encaminhados para os órgãos competentes do PETI.

CONCLUSÕES

A introdução dos estudantes nas práticas de usos sociais da leitura e da escrita no Bairro da Terra Firme criou um contexto favorável para o desenvolvimento da consciência social entre os alunos – crianças e adolescentes da escola, uma condição necessária para entender a sociedade na vertente mais crítica.

O modelo de letramento que sustentou a pesquisa foi o modelo ideológico que preconiza o trabalho para a inserção crítica na realidade de ensino de modo a promover a conscientização, por meio da leitura e da escrita, dos problemas sociais reais que um determinado segmento social passa.

A noção de letramento como um fenômeno social foi contemplada e promoveu a utilização a utilização de práticas sociais de letramentos para promover agências sociais na identificação e debate sobre a exploração do trabalho infantil na comunidade escola da EE Mário Barbosa na comunidade da Terra Firme em Belém.

Assim, nas esfera da educação e no ensino da linguagem e na perspectiva educacional, as atividades de letramentos na escola se contrapôs às práticas conservadoras e autônomas do uso social da leitura e da escrita.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAKHTIN, M.[VOLOCHINOV]. *Marxismo e filosofia da linguagem.* São Paulo: Hucitec,1981.

CHESNAIS, F. *A Mundialização do Capital***.** São Paulo: Xamã, 1996.

HERNANDEZ, Fernando (2001). Os projetos de trabalho: um mapa para navegantes em marés de incertezas. In: *Projetos***,** Revista de Educação, Porto Alegre, v.3,n.4,2-7.

JANKS, Hilary.**The importance of critical literacy. English teaching: practice and critique**. v. 11, n. 1, 2012, p. 150-163.

KLEIMAN, A. B. *Introdução e um início: a pesquisa sobre interação e aprendizagem.* **Trabalhos em Lingüística Aplicada***,* Campinas, IEL/Unicamp, *18*:5-4, 1991.

_____. O letramento na formação do professor. **Anais do VII Encontro Nacional daAnpoll***,* Porto Alegre, Anpoll, 1993a, pp. 769-774.

_____. Diálogos truncados e papéis trocados: O estudo da interação no ensino de língua materna. **Alfa**,17:59-74, 1993b.

_____. Por um enfoque interpretativo crítico dos marcadores de interação**. Boletim daAbralin,** 15: 180-186, 1994.

_____. Modelos de Letramento e as práticas de alfabetização na escola. In: KLEIMAN, A.B. **Os significados do Letramento**: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1995.

LAHIRE, Bernard. **A cultura dos indivíduos.** Porto Alegre, Artmed, 2006.

PINA, Selma. **Violência simbólica no espaço urbano: a percepção dos atores sociais na escola de aplicação da UFPA acerca da criminalidade no Bairro da Terra Firme, em Belém/PA.** Dissertação de Mestrado, Belém, 2013

STREET, Brian. **Letramentos sociais: abordagens críticas do letramento no desenvolvimento, na etnografia e na educação (1984)**. Tradução de Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2014.

LAZER E TURISMO EM JARDINS BOTÂNICOS URBANOS: BOSQUE RODRIGUES ALVES, BELÉM/ PARÁ/AMAZÔNIA – CONHECER PARA PRESERVAR![1]

Silvia Laura Costa Cardoso[2]

Resumo

O estudo tem como objetivo analisar as práticas sociais nos jardins botânicos e a qualificação dos espaços urbanos. Particularmente, busca-se compreender as práticas distintivas de residentes e turistas no Bosque Rodrigues Alves - Jardim Zoobotânico da Amazônia (BRAJZBA), localizado no centro urbano de Belém do Pará, em atividades de lazer, pesquisa, história, cultura e turismo. O artigo utiliza os conceitos de jardim botânico, lazer, *habitus* e distinção. Metodologicamente, o trabalho assume a abordagem qualitativa e se utiliza de pesquisa exploratória. A pesquisa indica o crescente consumo dos citadinos pelo espaço público verde e as práticas distintas dos usuários que suscitam a importância da preservação dos jardins botânicos urbanos e torna evidente a carência desses "oásis nas metrópoles".

Palavras-chave: Jardim Botânico. Lazer. Turismo. Práticas Sociais.

1 Artigo apresentado no II Congresso Brasileiro de Estudos do Lazer/XVI Seminário "O Lazer em Debate": lazer, desenvolvimento e sustentabilidade, de 14 a 16/09/2016, em Belém/Pará.

2 Doutoranda NAEA/UFPA. E-mail: silvialaura19@gmail.com

ABSTRACT

This study aims to analyze social practices in the botanical gardens and the qualification of urban spaces. In particular, it seeks to understand the distinctive practices of residents and tourists in the Bosque Rodrigues Alves - Zoo and Botanical Garden of the Amazon (BRAJZBA), located in the urban center of Belém do Pará, in leisure activities, research, history, culture and tourism. The article uses the garden of botanical concepts, leisure, habitus and distinction. Methodologically, the work takes the qualitative approach and using exploratory research. Research indicates the growing consumption of urban dwellers by green public space and the different practices of users who raise the importance of preserving the urban botanical gardens and makes evident the lack of these "oasis in the metropolis."

Keywords: Botanical Garden. Recreation. Tourism. Social practices.

INTRODUÇÃO

A compreensão das práticas de lazer e turismo nas cidades modernas desencadeia novos desejos no ser humano que passa a procurar lugares de distanciamento do cotidiano estressante das metrópoles. Essa compreensão leva em consideração a importância dos Jardins Botânicos Urbanos (JBU's) para os citadinos.

Estes espaços verdes em geral são administrados pelo poder público, integrados ao cotidiano das metrópoles, como contraponto à verticalização das áreas edificadas, integrando às cidades em uma relação entre o uso integrado desses espaços verdes públicos e a significação das cidades.

Os JBU's possuem configurações ecológicas, paisagísticas, históricas e culturais. São destinadas ao uso público dos citadinos para educação ambiental, pesquisa, encontro, lazer, turismo, contemplação e atividades físicas que favorecem o bem-estar e a qualidade de vida dos moradores das cidades modernas.

O artigo tem como objetivo analisar as práticas sociais nos jardins botânicos e a qualificação dos espaços urbanos. Particularmente, busca-se compreender as práticas distintivas da sociedade belenense e turistas no Bosque Rodrigues Alves - Jardim Zoobotânico da Amazônia (BRAJZBA), localizado no centro urbano de Belém do Pará.

O artigo utiliza os conceitos de jardim botânico, lazer, *habitus* e distinção. Para interpretação do comportamento tomou-se como base a perspectiva da microssociologia, que estuda a natureza das interações sociais humanas cotidianas. Estas permitem entender os usos simbólicos ou não do Bosque Rodrigues Alves pelos agentes que se relacionam com o espaço público verde.

Trata-se de um estudo com abordagem qualitativa que em termos teóricos envolveu a discussão sobre os usos do espaço público na cidade. Os dados primários foram obtidos por meio de pesquisa bibliográfica, análise documental e pesquisa de campo que envolveu visita no BRAJZBA. Utilizou-se de observação de campo, no dia 05 de junho de 2016, domingo, pela manhã, onde ocorreu a programação em comemoração ao Dia Mundial do Meio Ambiente. Foram analisadas as diferentes práticas de lazer, turismo e sociabilidade que se faziam presentes na arena pública urbana, ou seja, no cenário do Bosque Rodrigues Alves.

INTERFACES DAS PRÁTICAS SOCIAIS EM JARDINS BOTÂNICOS URBANOS.

Os jardins botânicos são espaços vivos de pesquisa, cultura, lazer e turismo, abertos ao público, e diferenciam-se dos parques e demais espaços verdes urbanos, por abrigarem uma coleção de plantas ordenada, devidamente classificada e registrada, o que contribui para aumentar seu potencial educativo e a interpretação ambiental.

Além desses usos e funções, os jardins botânicos são locais privilegiados e propícios para envolver os visitantes não só pela exuberância e estética das coleções de plantas vivas, mas por proporcionar bem-estar, harmonia e prazer aos seus visitantes (KUZEVANOV; SIZYKH, 2006).

A sociedade humana busca incessantemente alternativas para distanciar-se do cotidiano estressante das cidades, das horas desgastantes do trabalho excessivo. E encontram nos jardins botânicos, o local ideal para o ócio, um "refúgio", que favorece o distanciamento do estresse urbano X ócio, ao vivenciar o prazer de contemplar a natureza, o bem-estar, o lazer, ao menos que momentaneamente.

Ao tratar da temática sobre o lazer, Marcellino, (1996, p.11), considera que não se pode conceituar o lazer de forma isolada, sem relação com outras esferas da vida social. O lazer influencia e é influenciado por outras áreas de atuação numa relação dinâmica. Portanto, dentro da sociedade o lazer depende de cada indivíduo, no entanto, ao pensarmos em lazer logo se tem a ideia de diversão.

Segundo Dumazedier (1983, p.34):

> O lazer é um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se, ou ainda, para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora, após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares ou sociais.

Nesse sentido, os JBU's disponibilizam aos usuários uma diversidade de usos e funções que perpassam por atividades de: turismo, esportivas, físicas, lazer e educação, entre outras. Inclusive, oportuniza o conhecimento cientifico, por meio de atividades lúdicas e de educação ambiental que visa educar o olhar e tornar um cidadão distinto, produto e produtor de *habitus*, ou seja, de práticas sustentáveis na sociedade. Nas disposições do *habitus,* se encontra inevitavelmente inscrita toda estrutura do sistema das condições, tal como ela se realiza na experiência de uma condição que ocupa determinada posição nessa estrutura (BOURDIEU, 1989, p. 161).

Segundo Bourdieu (1989), a ideia de *habitus* é primordial para caracterizar os agentes que estão interagindo em um deter-

minado campo social, pois as ações de determinado grupo são direcionadas conforme a dinâmica relacional entre estrutura e indivíduo. Bourdieu (1983a) descreve o significado de campo social como um espaço estruturado de posições, onde se estabelecem as lutas entre os agentes em torno de interesses específicos que caracterizam a área em questão.

A sistematicidade da distinção está no *opus operatum* (produtos estruturados) *por* estar no *modus operandi* (estrutura estruturante) encontrada no conjunto das "propriedades", de que os indivíduos ou os grupos estão rodeados. No duplo sentido do termo (educação, lazer, turismo, cultura) nas práticas em que os usuários de jardins botânicos urbanos manifestam sua distinção, por meio da educação ambiental, dos jogos lúdicos, das distrações culturais. Isto porque, apenas a distinção está na unidade originariamente sintética do *habitus,* – principio unificador e gerador de todas as práticas.

O gosto, propensão e aptidão para a apropriação – material e/ou simbólica – de determinada classe de objetos ou de práticas classificadas e classificantes é a fórmula geradora que se encontra na origem do estilo de vida, de preferências distintivas que exprimem, na lógica especifica de cada um dos subespaços simbólicos, a mesma intenção expressiva (BOURDIEU, 2007).

Bosque Rodrigues Alves - Jardim Zoobotânico da Amazônia (BRAJZBA) – Conhecer para Preservar!

O Bosque Rodrigues Alves - Jardim Zoobotânico da Amazônia (BRAJZBA), importante fragmento de floresta nativa de terra firme amazônica, localizado no núcleo urbano de Belém do Pará, Amazônia, Brasil, insere-se num contexto ambiental de relevante interesse para a conservação da biodiversidade amazônica. Foi inaugurado como parque municipal em 25 de agosto de 1883, com uma área de 15 hectares. Inspirado aos moldes do "*Bois de Bologne",* principalmente o *Parc de Bagatelle* - área verde localizada em Paris/França, abriga uma importante diversidade de espécies da fauna e flora do ecossistema amazônico.

Figura 01: Frente do Bosque Rodrigues Alves



Fonte: acervo BRAJZBA (2012)

O espaço foi "revitalizado" e entregue à cidade em 1903, com objetivo de "proporcionar um espaço de lazer agradável aos visitantes, sendo provido com diversos equipamentos, como cascatas, lagos, ilhas, grutas, viveiros de aves e pontes" (BAHIA, 2012). O nome Bosque Rodrigues Alves só foi adotado no período republicano, em 1906, em homenagem ao presidente da república da época.

A área verde, protegida Bosque Rodrigues Alves, reconhecido nacional e internacionalmente, recebeu em julho de 2002, o título de Jardim Botânico da Amazônia, com base na Resolução nº 266, de 03 de agosto de 2000, do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA). Com a certificação o Bosque entra na lista da Rede Brasileira de Jardins botânicos que integra a *Botanic Gardens Conservation International* (BCGI), Rede Mundial de Jardins Botânicos com mais de 1.846 jardins botânicos em 148 países.

Em janeiro de 2008, em conformidade com a Lei da Fauna nº 5.197/1997, o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) autorizou o funcionamento do "jardim botânico" como "jardim zoológico", passando a denominar-se "Bosque Rodrigues Alves - Jardim Zoobotânico da Amazônia (BRAJZBA) (BELÉM, 2011a).

O Bosque Rodrigues Alves, patrimônio natural, histórico e cultural de Belém do Pará, Amazônia, Brasil, cumpre um importante papel no que concerne à preservação dos recursos naturais amazônicos, por meio de ações de interação e sociabilidade entre a comunidade local, pesquisadores, visitantes e turistas por meio de atividades que envolvem educação ambiental, pesquisa, lazer, turismo e cultura.

O Bosque Rodrigues Alves, dentre as classificações de jardim botânico da RBJB, pode ser considerado jardim botânico combinado com jardim zoológico, mas que também é jardim histórico, tendo em vista que seus monumentos históricos retratam o período da "*belle époque*" (1870/1912) - o auge do ciclo da borracha na Amazônia.

O espaço público verde urbano é gerenciado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA/PMB), através da Diretoria de Gestão de Áreas Especiais (DGAE/SEMMA). Administrativamente, a DGAE/SEMMA está subdividida em setores: Administração, Fauna, Flora e Educação Ambiental e Extensão Cultural. O principal público frequentador é formado pelos moradores da região metropolitana de Belém, que acessam o espaço verde nos finais de semana, como opção de lazer para famílias inteiras e principalmente para entretenimento do público infantil. Além dos moradores da cidade, o Bosque recebe rotineiramente turistas e visitas de docentes e discentes oriundos de vários municípios do Pará e ilhas do entorno da cidade em um segmento denominado "turismo educacional ou pedagógico"[3].

3 "o viajar para aprender", que se caracteriza por viagens de estudo do meio e tem como objetivo transportar o conhecimento teórico assimilado em sala de aula para a realidade concreta, oferecendo ainda momentos de descontração e sociabilização (SWARBROOKE; HORNER, 2002)

No que concerne ao turismo e na perspectiva do "*city marketing*"[4], o Bosque integra a lista de atrativos turísticos da cidade de Belém, pois há divulgação do jardim zoobotânico da Amazônia no site oficial de turismo do Estado, bem como em algumas páginas das agências de turismo receptivo e de operadoras de turismo. Entretanto, o Bosque não integra a rota dos passeios turísticos que são realizados pelo centro histórico da cidade - os denominados "*city tours*" - comercializados pelas agências de turismo receptivo.

Ao direcionar a análise para a pesquisa exploratória, que ocorreu durante as atividades alusivas à programação do Dia Mundial de Meio Ambiente, no dia 05 de junho de 2016, o primeiro aspecto observado foi a heterogeneidade do público usuário do Bosque, naquela manhã de domingo. A programação contou com a presença de visitantes, servidores e estagiários do Bosque, políticos. Bem como docentes e discentes da Escola Bosque e da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), que foram parceiros do evento.

No curso da pesquisa exploratória, observou-se que estavam no espaço verde frequentadores de diferentes faixas etárias (crianças, adolescentes, adultos e idosos) com interesses distintos de acessar os usos diversificados do Bosque.

4 City marketing pode ser entendido como um conjunto de políticas de promoção e legitimação de certos projetos de cidade, os quais são difundidos como emblema da época presente, passando uma imagem publicitária que diferencie determinada cidade das demais (SÁNCHEZ, 2001).

Figura 02: Lazer científico - Dia Mundial do Meio Ambiente no BRAJZBA



Fonte: a autora (2016)

O Bosque é considerado, portanto, como importante espaço público para uso da cidade e como indutor do turismo na perspectiva de respostas às demandas de lazer advindas do processo de industrialização e suas consequências, como por exemplo, a dicotomia lazer-trabalho (BAHIA 2012, p.19), na qual o trabalho exerce centralidade e o lazer passa a ser visto como "tempo livre" em relação ao trabalho.

Determinados espaços que se "democratizam" podem fazer coincidir frequentemente, em espaços separados, públicos socialmente diferentes que correspondem a classes sociais e idades diferentes. Particularmente, o público que acessa os usos do Bosque com interesses diversos. Assim, os sistemas das práticas e dos usos diversificados oferecidos em determinado momento, pelo jardim zoobotânico, à escolha dos "consumidores" potenciais está como que predisposto a exprimir todas as diferenças sociologicamente pertinentes nesse mesmo momento, ou seja, oposições entre os sexos, além de oposições entre públicos e classes sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A institucionalização do Bosque Rodrigues Alves como área verde a ser preservada vem ao encontro das necessidades, por meio de políticas públicas específicas e instrumentos norteadores de uso pela sociedade na perspectiva de um espaço público de turismo, cultura, lazer e pesquisa (Bahia et al., 2013). Nesse sentido, a compreensão do Bosque como espaço público passa pelo entendimento de duas questões: a noção de espaço público sob a ótica do aporte teórico que deve ser adotado pela política pública e a percepção dos usuários pessoas que fazem uso do Jardim Zoobotânico da Amazônia.

O entendimento das relações socioambientais que ocorrem no Bosque Rodrigues Alves exige uma observação atenta das complexas teias que fazem desse espaço um mosaico de interações situadas, do encontro, do político e das práticas sociais que podem ser identificadas nas formas de socialidades distintas no espaço verde.

Um espaço como o Bosque, dinâmico em sua diversidade de usos e funções como mostrado neste artigo e que se associa de maneira diversa, criando composições próprias oferece um lugar de representação do imaginário, da memória afetiva da infância de muitos moradores da cidade. Lugar onde podem ser interpretadas as lendas, os usos simbólicos ou não, os mitos ou as performances. Estas práticas distintas suscitam a importância da preservação dos jardins botânicos urbanos e torna evidente a carência desses "oásis nas metrópoles".

Apesar de ser um espaço aberto ao público em geral, percebe-se claramente o pouco cuidado e apropriação que os usuários tem com a área verde, provavelmente, por não ter a consciência da importância socioambiental que um "oásis" como este, inserido no núcleo urbano de Belém do Pará propicia à sociedade belenense e aos turistas.

REFERÊNCIAS

BAHIA, M. C. *O lazer e as relações socioambientais em Belém – Pará.* 2012, 301f. Tese (Doutorado em Ciências do Desenvolvimento Socioambiental). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará. Belém/PA, 2012.

_____et al, *Lazer, esporte e turismo:* a importância das áreas verdes urbanas em Belém/Brasil. Licere, Belo Horizonte, vol. 16, n. 1, mar/2013.

BELÉM. Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA), Bosque Rodrigues Alves- Jardim Botânico da Amazônia. Solicitação de Registro e Enquadramento de Jardins Botânicos Brasileiros: *Relatório Técnico do BRAJBA,* 2011a.

Bourdieu, Pierre. 1930-2002. *A Distinção: critica social do julgamento* / Pierre Bourdieu, *La distinction: critique sociale du jugement* . Paris, Col. "*Le Sens Commun*". Tradução de: Daniela Kern; Guilherme J. F. Teixeira. Sao Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007. 560p.

_____. *Introdução a uma sociologia reflexiva.* In: "O Poder Simbólico". Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

_____. *Questões de Sociologia.* Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983a.

DUMAZEDIER, J. 1979. *Sociologia empírica do lazer.* Tradução de Silvia Mazza e J. Guinsburg. São Paulo: Perspectiva/Sesc.

KUZEVANOV, V.; SIZYKH, S. *Botanic gardens resource: tangible and intangible aspects of linking biodiversity and human well--being.* Hiroshima Peace Science Journal, 28 p. 113-134, 2006.

MARCELLINO, Nelson Carvalho: ***Estudo do Lazer*** – Uma Introdução; Editora Autores Associados, 1996 – Campinas/SP.

SÁNCHEZ, F. E. A reinvenção das cidades na virada do século: agentes, estratégias e escalas de ação política. *Revista de Sociologia Política.* Curitiba, n 16, Junho, 2001.

SWARBROOKE, J.; HORNER, S. *O comportamento do consumidor turista*. São Paulo: Aleph, 2002, p. 64 (Série Turismo).

A AVALIAÇÃO LONGITUDINAL NO PARFOR PARÁ: LEITURA DE UMA REALIDADE

Janae Gonçalves[1]
Ocimar Marcelo Souza de Carvalho[2]
Glaucia de Nazaré Baía e Silva[3]

RESUMO

Avaliar é estabelecer diálogos com variados caminhos sempre com grandes desafios. Esse artigo traz um relato de duas pesquisas, de duas experiências avaliativas, que tiveram como propósito analisar as contribuições do PARFOR, na educação básica no Estado do Pará. Ambas pesquisas foram demandadas pelo Fórum Estadual Permanente de Apoio à Formação Docente (FORPROF). Em 2012, foi instituída a Comissão de Avaliação Interinstitucional para avaliar o PARFOR, a comissão realizou três projetos avaliativos, entre 2012 e 2016, aqui apresentaremos apenas dois projetos avaliativos. O primeiro constituiu-se de uma pesquisa empírica nos polos em que os cursos do PARFOR foram instalados e o segundo de uma pesquisa documental. A pesquisa empírica buscou perceber os impactos da formação em serviço, pela infraestrutura e pela gestão dispensada à política de formação e a segunda, a pesquisa documental, analisou 28 Projetos Pedagógicos de Cursos de Licenciatura (PPC) das Instituições formadoras participantes do PARFOR – Pará. As pesquisas tiveram abordagem qualitativa e características de estudo do tipo descritivo. Defende-se que os cursos do PARFOR precisam aproveitar os resultados evidenciados pelas pesquisas, visto que as dimensões analisadas indicam avaliação satisfatória, tanto para os professores-formadores quanto para os professores-alunos.

1 E-mail: janaegm@gmail.com
2 E-mail: ocimarcelo@gmail.com
3 E-mail: glauciabaia@yahoo.com.br

Palavras chaves: Educação. Formação de Professores. Projeto Pedagógico de Curso. Formação em Serviço.

RESUMEN

Evaluar es establecer diálogos con vários caminos, siempre con grandes desafíos. Este artículo aporta un informe de dos investigaciones, dos experiencias evaluativas, que tuvo como propósito analizar las contribuciones de PARFOR, en la educación básica en el estado de Pará. Ambos estudios fueron exigidos por el foro permanente del estado para apoyar la educación del profesor (FORPROF). En 2012, se constituyó el Comité de evaluación para evaluar el PARFOR institucional, la Comisión llevó a cabo tres proyectos de evaluación, entre 2012 y 2016, aquí presentamos sólo dos proyectos de evaluación. El primero consistió en una investigación empírica en los polos donde se instalaron los cursos PARFOR y el segundo un documental de investigación. La investigación empírica buscaba comprender los impactos de la formación en servicio, por la infraestructura y por la gestión de la política de formación y la segunda investigación documental, analiza 28 proyectos pedagógicos de graduación (PPC) de instituciones de formación participantes PARFOR – Pará. Las investigaciones tuvieron enfoque cualitativo y característica de tipo descriptivo. Sostiene que los cursos PARFOR deben aprovechar los resultados evidenciados por las investigaciones, ya que las dimensiones analizadas indican evaluación satisfactoria, tanto para los profesores formadores como para profesores-estudiantes.

Palabras clave: Educación. Formación de los docentes. Proyecto pedagógico del curso. Formación en el empleo.

INTRODUÇÃO

No Pará, o Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR) adquiriu proporções gigantescas na formação de professores em serviço. Atingiu cerca de 22.000 pro-

fessores das redes públicas de ensino, em mais de 632 turmas, nas seis instituições públicas de ensino superior do Estado – Universidade Federal do Pará (UFPA), Universidade do Estado do Pará (UEPA), Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA), Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) e Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA). Foram atingidos 100% dos 144 municípios paraenses, professores-alunos de todas as cidades foram ou encontram-se matriculados em um dos cursos ofertados pelo PARFOR. Esse quantitativo de matrícula e interiorização é reconhecido nacionalmente, é o maior índice do Brasil. O êxito quantitativo ensejou a necessidade de realizar um processo longitudinal de avaliação, perceber ou investigar o aspecto qualitativo da formação de professores. Olhar para o PARFOR, definir as dimensões e revelar suas contribuições ou suas lacunas na formação de professores da educação básica foi o que desafiou o Fórum Estadual Permanente de Apoio à Formação Docente (FORPROF-PA) a instituir a Comissão de Avaliação, composta por representante de cada Instituição de Ensino Superior participante do programa e mais dois representantes da Secretaria Estadual de Educação (SEDUC-PA).

Segundo dados coletados no Censo Escolar, em 2009, no Pará, cerca de 67.000 professores não possuíam licenciatura ou atuavam em área diferente de sua formação inicial. O déficit na formação de professores também existia no cenário nacional. Para enfrentar esta realidade o Governo Federal criou o PARFOR e posteriormente os objetivos do programa foram incorporados ao Plano Nacional de Educação (PNE), na meta 15 de:

Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam. (BRASIL,

2014)

Para Sobrinho (2003), a avaliação como campo importante e fundamental na educação, tornou-se atividade de interesse público e prática político-pedagógica. Assim, a avaliação dos PPC e a pesquisa empírica nos polos fez-se por reconhecer a importância do PARFOR, como programa de formação de professores em serviço, para o contexto político e social do Pará, como tentativa de reverter os baixos índices de desenvolvimento educacional.

1 IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

A avaliação tomou como princípio a efetividade acadêmica e social do PARFOR e a eficiência das IPES (Instituições Públicas de Ensino Superior) do Pará, em oferecer formação de qualidade conforme as condições estabelecidas pelo Plano e às características próprias do Estado. A reflexão sobre a implantação e o desenvolvimento, além de lançar um olhar sobre o impacto do PARFOR na gestão da formação em serviço, buscou inferir as modificações na prática pedagógica dos professores-alunos, sob a ótica dos sujeitos em formação, dos professores-formadores e dos gestores públicos (IPES e Secretarias de Educação – municipais e estadual). Um dos desafios para a realização da pesquisa empírica foi a geografia do Estado, de 1.200.000 km² entrecortados de rios, pelo número de polos e turmas ofertadas.

Na primeira proposta, em 2012, a Comissão de Avaliação investigou o funcionamento do PARFOR no Pará e os impactos na melhoria da gestão da formação em serviço. Em 2014, buscou-se olhar os projetos pedagógicos de cursos, questionando se os PPC respondem aos princípios e às diretrizes do PARFOR? Se os PPC do PARFOR diferenciavam-se daqueles executados nos demais cursos de licenciatura ofertados pelas IPES?

Na primeira avaliação (2012), o grupo de avaliadores constituiu-se de seis (06) representantes de cada IPES participan-

te[4] do PARFOR e a Secretaria de Estado de Educação (SEDUC) indicou 08 (oito) avaliadores, num total de 38 (trinta e oito) com os critérios: possuir ligação institucional com a IPES ou SEDUC; possuir no mínimo Curso de Especialização; possuir ligação com o PARFOR. Os avaliadores foram devidamente orientados pela Comissão de Avaliação, em uma formação específica para este fim, realizada na Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA). O acesso dos avaliadores aos instrumentos de avaliação foi feito por meio da plataforma *Moodle*.

Na segunda pesquisa (2014), o número de Projetos Pedagógicos analisado foi de 30% do total de cursos ofertados. Contudo, a comissão decidiu avaliar, especialmente, o curso de Pedagogia de todas as instituições, uma vez que este curso é o que reúne o maior quantitativo de matrículas do PARFOR, a escolha dos demais cursos foi aleatória. Cada IPES indicou 03 (três) avaliadores, entre docentes e técnicos de nível superior, com experiência em elaboração e análise de projetos pedagógicos totalizando 15 (quinze) avaliadores, para 28 PPC.

As análises dos dados voltaram-se aos impactos da política de formação de professores, em serviço, através do PARFOR, com os quais se buscou as inferências, sob a ótica do docente e dos gestores públicos municipais, das possíveis modificações na prática pedagógica dos professores a partir do ingresso no programa. Assim perguntou-se no instrumento: *Como funcionam os cursos promovidos pelas IPES? Como se desenvolvem as práticas docentes dos professores-formadores do PARFOR? Quais as fragilidades e potencialidades da oferta de cursos do PARFOR? Qual o impacto na qualidade da aula do Professor-Aluno?*

Para Sobrinho (2003, p.24), a avaliação ao descrever resultados, também, possibilita avaliar "as entradas, os contextos ou circunstâncias diversas, os processos, as condições de produção e os elementos finais". Neste sentido, com os conhecimentos obtidos, procurou-se melhorar o processo e os procedimentos desenvolvidos em cada etapa, com o objetivo de garantir maior

4 A UNIFESSPA não participou desta etapa, pois ingressou no PARFOR em 2014.

efetividade educacional, especialmente em relação ao ensino.

O processo se caracterizou pelo interesse em acompanhar o desenvolvimento do Programa, seus aspectos e segmentos envolvidos, assim como, mapear as dificuldades existentes, tendo em vista às melhorias de suas ações. Foram tratadas as características e peculiaridades locais, que influenciavam no desenvolvimento/funcionamento dos cursos. Desta forma, "a avaliação é referida como um processo de aperfeiçoamento contínuo de um programa" (SOBRINHO, 2003, p. 21).

Temos plena consciência de que ambos os trabalhos trouxeram mudanças significativas no nosso entendimento quanto à pesquisa científica gerada, naquilo que Lessard (2011) defende como interface problemática de pesquisas com as políticas públicas. Realizamos as pesquisas e queremos produzir conhecimento científico[5] para a implementação de política públicas de formação em serviço no estado. Comungamos com Lessard (2011) quando diz que a interface tem vários papéis, como o de:

> precisar o ponto em que se está em relação a uma questão politicamente significativa [...] reduzir a complexidade de uma campo de pesquisa a um subconjunto de propostas utilizáveis para a resolução de um problema politicamente definido, isto é integrado numa agenda e num contexto político particular. (LESSARD, 2011, p. 56)

A avaliação fez-se dentro das características de estudo do tipo descritivo, com abordagem qualitativa de um estudo longitudinal[6] (BABBIE, 2003). Segundo Gil (2010), as pesquisas deste tipo têm como objetivo a descrição das características de deter-

5 Lessard (2011, p. 47/51) define esse tipo de pesquisa no Modo 2, como aquela que se "caracteriza por uma preocupação com a pertinência social", ou seja, novos paradigmas e modos de compartilhamento do saber, os chamados 'Think Tanks', compreendidos como grandes centros de formação, processamento e disseminação de ideias, opiniões e conhecimentos.

6 Permitem análise de dados ao longo do tempo (BABBIE, 2003, p. 55). No caso apresentado, realizamos três versões de projeto de avaliação do PARFOR, sobre a implementação, projetos vinculados ao Programa e avaliação dos egressos, de 2012 a 2017.

minada população e podem ser elaboradas também com o objetivo de identificar possíveis relações entre variáveis. A primeira pesquisa, em 2012, teve como ênfase a pesquisa empírica, de levantamento: Segundo Gil (2010) essas pesquisas caracterizam-se pela interrogação direta às pessoas para o conhecimento direto da realidade. A construção dos instrumentos foi de forma coletiva, com a Comissão de Avaliação do PARFOR, aprovada em reunião do Fórum. As metas do processo de avaliação foram:

> 01) Construir instrumento para consulta a gestores, professores-formadores e professores-alunos do PARFOR/Pará; 02) Aplicar Instrumento de Avaliação a comunidade educacional envolvida no PARFOR/Pará; 03) Descrever as fragilidades e potencialidades da oferta de cursos pelas IPES do Pará no PARFOR; 04) Identificar o impacto do estudo nos Cursos do PARFOR/Pará na qualidade da aula do Professor-Aluno; 05) Conhecer as práticas docentes dos professores-formadores do PARFOR; 06) Levantar e sistematizar informações sobre o funcionamento dos cursos promovidos pelas IPES; 07) Elaborar relatórios a respeito do andamento dos cursos no sentido de favorecer o acompanhamento e intervenção no ensino ofertado pelas IPES. (PARÁ, 2013, p.12)

A pesquisa considerou as especificidades e levou em conta, além das dimensões apontadas pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), outras que não pertenciam ao contexto dos cursos ofertados rotineiramente nas IPES, visto que, as características do PARFOR, é de programa diferenciado, desenvolvido, em muitos casos, fora do espaço físico das Instituições formadoras. Assim, o instrumento da pesquisa empírica de levantamento cobriu uma extensão que permitiu um olhar diferenciado sobre a formação no PARFOR, abrangendo aquelas dimensões pré-definidas: "Dimensão 1: Orçamento e Gestão do PARFOR; Dimensão 2: Organização Didático Pedagógica; Dimensão 3: Corpo Docente; Dimensão 4: Administração Acadêmica; Dimensão 5: Instalações Físicas e Funciona-

mento do; Dimensão 6: Incentivo ao acesso e permanência; Dimensão 7: Efeito da Formação na atuação". (PARÁ, 2013, p. 14)

Levantou-se informações de natureza descritiva sobre as opiniões de 71 (setenta e um) apoios locais; 32 Secretários Municipais de Educação; 257 Professores-formadores e 161 turmas, totalizando 28% das turmas existentes até julho de 2012 e aproximadamente 5.635 (cinco mil, seiscentos e trinta e cinco) alunos, os quais trataram do desenvolvimento do Programa, de 2010 a 2012. A definição do coorte obedeceu aos princípios de possibilidade de acesso à turma; aleatoriedade e distribuição geográfica das turmas. Porém, para esse artigo abordamos as respostas apenas de dois sujeitos: professor-formadores e professores-alunos.

Da Dimensão 1 foi possível verificar: *"Orçamento e Gestão",* que 86% dos professores-formadores declararam receber bolsas de forma regular, porém havia muita reclamação de atraso. Quanto às atividades de orientação sobre o PARFOR, 76% dos afirmaram que as Instituições Formadoras realizavam as atividades, seminários e encontros formativos. Quanto aos textos das aulas 96% afirmaram entregar em tempo hábil. Com relação aos recursos didáticos de apoio, 72% disseram ser suficientes para as atividades didático-pedagógicas.

Quando perguntamos sobreo material apostilado, a maioria (87%) afirmou entregar os textos de apoio, impressos, antes ou no primeiro dia de aula. Os demais afirmaram receber o material impresso com atraso, após o início das aulas. As respostas dos professores-alunos indicaram que os coordenadores dos cursos e a coordenação geral do PARFOR deveriam dar atenção à qualidade do material impresso. Apenas 55% dos professores-alunos a consideraram satisfatória. Quanto à ajuda de custo para cursarem o PARFOR, apenas 23% dos professores-alunos afirmaram receber algum auxílio de seu Município. A maioria afirmou não receber qualquer auxílio. As respostas parecem não avaliar o impacto de suas liberações nas finanças dos Municípios, outros che-

gam a contratar docentes para ministrarem aulas em suas turmas durante o período do PARFOR.

Da Dimensão 2 - "Didático-pedagógica" - o Projeto Pedagógico de Curso era de conhecimento de 72% dos professores--formadores, enquanto que os demais afirmaram não conhecer o Projeto Pedagógico do Curso. No que tange às disciplinas ministradas, ficou constatado que elas possuem carga horária suficiente para cumprir a programação prevista, numa porcentagem de 83%. Sobre o Estágio Supervisionado, 204 deixaram em branco ou escreveram "não sei avaliar". Podemos constatar em resposta à questão que provavelmente apenas 11% já tinham atuado como professores formadores no estágio.

Para Zabalza (2014, p.98) ao estágio cabem três aspectos que devem dar-lhe sentido formativo: "Uma formação que não se reduz à aprendizagem mecânica dos conteúdos disciplinares, mas que se estende a âmbitos que ultrapassam o acadêmico [...] uma diferente relação entre teoria e prática [...] enriquecer e diversificar as experiências formativas". Para Pimenta e Lima (2011) apontam que o professor orientador do estágio deve refletir sobre as experiências que os professores-alunos trazem e projetar novos conhecimentos que ressignifiquem as suas práticas.

Segundo os professores-alunos o fluxo de comunicação era boa em 50% das respostas, as demais embora tenham apontado como problemático, não especificaram quais aspectos impediam a comunicação de ser efetiva. Outra resposta, com metade de apontamentos foi sobre os critérios seletivos, em que 50% apontaram conhecer os critérios seletivos, os demais desconheciam como foram selecionados para ingressar no PARFOR. Cabe esclarecer que no PARFOR-PA, não há provas, existem 10 critérios de seleção.

Outro item desconhecido pelos professores-alunos era o PPC. Dos que responderam, 61% apontaram que não conheciam os projetos de cursos. Quanto à carga horária das disciplinas, 71% indicaram ser suficiente às disciplinas, 29% indicaram insatisfação. Há aproveitamento da experiência docente do professor-aluno como componente curricular, segundo 79% dos parti-

cipantes da avaliação.

No período da avaliação, apenas 40% das turmas participavam de ações de estágio. As ações de estágio mais citadas foi a observação da gestão, da estrutura física da escola, do ensino em sala de aula, seguida da intervenção, na forma de participação e regência; elaboração e participação em projetos. Para 69% dos professores-alunos o Estágio Supervisionado ocorreu em ambiente com infraestrutura adequada. Para Pimenta e Lima (2011) o sentido estágio supervisionado está condizente quando

> O profissional do magistério que se vê diante do estágio supervisionado em um curso de formação docente precisa, em primeiro lugar, compreender o sentido e os princípios dessa disciplina, que, nesse caso, assume o caráter de formação continua, tendo como base a ideia de emancipação humana. (PIMENTA E LIMA, 2011, p. 126)

Ao perguntar sobre o tripé "Ensino, Pesquisa e Extensão", as respostas apontaram que 48% dos professores-formadores afirmaram realizar ações de pesquisa em sua disciplina ou no curso. Entre as respostas citam-se as palavras deles como constam nos instrumentos de pesquisa:

> pesquisa e aula de campo; pesquisa qualitativa acerca da postura crítica dos temas propostos; apenas oriento os alunos a realizarem, porque não dá tempo; problematiza-se um assunto e pede se há pesquisa de forma dirigida; elaboração de artigo a partir da experiência; visitas a lugares onde se possa observar fenômenos que ilustrem as aulas teóricas. (PARÁ, 2013, p 25)

Quanto ao tema Pesquisa, as respostas dos professores-alunos corroboram as afirmações dos professores formadores. Das citações, há o entendimento de Pesquisa como atividade de ensino, não como tripé da formação com a extensão universitária. Houve apenas uma resposta com a afirmação de participação em projeto de pesquisa. As demais apareceram como atividade de ensino, pesquisa biblio-

gráfica, pesquisa na internet e as pesquisas de campo com levantamento em museus, mercados, comunidades, escolas e prédios históricos e em temas variados, como economia, cultura, história da educação, reserva ambiental, lazer, ginástica, esporte, letramento, meio ambiente, programa para idosos". (PARÁ, 2013, p. 54)

O tipo de pesquisa relatado pode ser considerado pedagógico, como estratégias de ensino e aprendizagem. A esse respeito Freire declarou que "não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino" (2011, p. 30). Porém, o que se esperava era existência de projetos de pesquisa cientifica, o que não ocorreu.

A Extensão apareceu com respostas parecidas as dos professores-formadores, ou seja, 70% indicavam a não existência de uma ação mais efetiva no que diz respeito à política de extensão universitária. O Plano Nacional de Extensão Universitária traz o seguinte conceito:

> é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade. A Extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. (PLANO NACIONAL DE EXTENSÃO UNIVERSITARIA, 2001, p.5)

Pelo exposto, podemos afirmar que a formação docente em serviço foi em parte fragilizada, em relação ao tripé "ensino, pesquisa e extensão", visto que mesmo com os 30% que declaram participar das atividades de extensão, o plano nacional, citado acima, comprova que deve haver uma via de mão dupla e com as atividades realizadas não foi viabilizada a extensão de fato, tanto pelo viés cultural quanto cientifico.

Quanto aos *conteúdos,* 97% *dos* professores-formadores responderam que foram ministrados de forma contextualizada e problematizadora. Algumas respostas foram: *"aula expositiva,*

seminários, filmes, laboratório, apostila fornecida pelo PARFOR, textos complementares, livros, artigos, vídeos, estudo dirigido, confecção de materiais didáticos, resolução de problemas". Os professores-formadores responderam, que os planos de ensino são entregues em tempo hábil (PARÁ, 2012, p 28*).* Para 95% dos professores-alunos os conteúdos curriculares são ministrados de forma contextualizada e problematizadora e 96% apontam a apresentação dos planos de ensino por parte dos professores--formadores.

Em relação aos *procedimentos de ensino* nas aulas, 87% dos professores-formadores declararam que trabalhavam, entre outras atividades com: aula expositiva dialogada; demonstrações experimentais e simulações; teatros; experimentos feitos pelos alunos e exercícios; trabalhos em grupo; pesquisa e aula de campo; uso de equipamentos áudio visuais; recursos midiáticos; textos. (PARÁ, 2013, p 28*)*

Tem-se que 236 professores-formadores citaram que fazem uso de *procedimentos de avaliação* os quais são citados: atividade em grupo, teste individual; resolução de exercícios; avaliação contínua e diversificada; participação nos debates; apresentação dos textos; relatório; seminários; participação e manifestações; avaliação individual; avaliação contínua e processual com base na participação dos alunos; entre outros. (PARÁ, 2013, p. 29)

De acordo com o relatório, para os professores-alunos, os procedimentos de avaliação empregados pelos professores-formadores podem ser classificados em dois grupos: 1) atividades de avaliação propriamente ditas; 2) atividades de ensino utilizadas como avaliação. Porém, a prova escrita, realizada de forma individual é o principal instrumento de avaliação utilizado pelos professores-formadores do PARFOR. Ao segundo posto, concorrem duas estratégias de ensino: o seminário e a produção de textos. (PARÁ, 2013, p. 59)

Têm-se os seguintes materiais didáticos utilizados: "*quadro branco; projetor multimídia; computador; livros; apostilas didáticas; revistas; CD-ROM; DVD; vídeos aulas; caixa acústica; TV; laboratórios de informática; cartas topográficas; entre outros"*.

Sobre a qualidade do *material impresso*, de responsabilidade das IPES, tivemos as respostas de 81% dos professores-formadores que afirmaram a qualidade do material impresso como satisfatória. Porém, 19% disseram que a qualidade deixava a desejar, no que diz respeito à visualização textual ali exposto.

As atividades a distância são realizadas por 58% dos professores formadores de diversas formas, aqui descritas: "pesquisa monográfica; elaboração de resenha via internet; trabalhos que ficam para serem entregues depois; resenhas; envio de notícias recentes referentes aos assuntos da disciplina ministrada e principalmente sobre o curso via e-mail; as orientações de elaboração de projetos são feitas também através de correio eletrônico; entre outros". Porém, 42% disseram não realizar atividade a distância. Este dado é relevante, pois nos cursos do PARFOR deveriam ser administrados 20% do curso a distância, conforme determinação legal. Nas respostas verificou-se que não foi apresentada nenhuma plataforma específica para a realização dessas tarefas, porém, nas respostas os professores-alunos a plataforma *moodle* apareceu para apenas duas instituições.

A participação dos professores-alunos em Atividades Complementares, de acordo com as respostas, ocorre com mais frequência em eventos na sede do município em que trabalham ou estudam. No entanto, esses momentos são raros. E são os professores-formadores, mais do que os coordenadores de curso e as IPES, os maiores incentivadores para comparecem a congressos, seminários, palestras, oficinas, excursões, minicursos e outras atividades acadêmicas.

Da Dimensão 3 – Corpo Docente - uma parcela significativa dos professores-formadores, ou seja, 70%, teve conhecimento de como era realizada a seleção para dar aula no PARFOR, porém 30% não soube explicar os critérios. Da Dimensão 4 – Administração Acadêmica - 99% afirmaram apresentar a frequência e os conceitos finais, no prazo estabelecido pela Coordenação. Porém, os cursistas afirmaram não satisfatório o fluxo de informações acadêmicas, como a divulgação dos conceitos finais, a emissão de declaração e histórico e o conhecimento prévio dos módulos de disciplinas. Ainda que pouco mais da metade dos

professores-alunos o julguem positivamente, o número de insatisfeitos é elevado (44%).

Da Dimensão 5 – Instalações Físicas e Funcionamento dos Polos – 66% dos professores-formadores afirmaram que o polo tem sala de professor, porém, alguns lugares, é pequena e desconfortável. Aqui, 83 professores formadores disseram não haver sala para professor no polo. Dos 55% respondentes, a sala do professor dispõe de mobiliário e equipamentos adequados, inclusive computadores para acesso à Internet, porém 45% responderam *Não.* Quase a metade dos participantes declararam a falta de internet, que não há computadores o suficiente para a formação. Dos que responderam 51%, disseram que o polo onde atuavam possuía sala de reunião. Contudo, há afirmação de que: "*há somente a sala de coordenação; apenas uma sala para diversas funções".* Numa porcentagem de 49% se afirma que os polos não possuem sala de reunião. (PARÁ, 2013, p. 35)

As condições físicas das salas de aula eram satisfatórias para 61%. Citamos aqui o que foi escrito por um professor: "sempre limpa e refrigerada; excelente". Os demais colocam que não e relatam quais seriam estas condições: *"cadeiras desconfortáveis; salas com paredes vazadas, dificultando a projeção de filmes; sala sem climatização dificultando o aprendizado do aluno devido ao calor; muitas salas do polo necessitam de reforma; as salas não possuem acesso à internet; iluminação ruim, barulho externo"* (PARÁ, 2013, p. 36). Já 43% dos professores-alunos não consideravam satisfatórias as condições físicas das salas de aula para o trabalho pedagógico. Reclamaram das salas onde estudaram. Pouco mais da metade das salas de aula do PARFOR tem infraestrutura adequada. É muito pouco. Quanto a laboratórios, 51% afirmaram que não dispunham de laboratórios para realização de aulas práticas, enquanto que 49% afirmaram que havia condições para as atividades dessa natureza.

Cerca de 40% dos professores-alunos declararam que não têm acesso às tecnologias de informática e comunicação no decorrer do curso. No que tange ao mobiliário, equipamentos e material de consumo disponíveis nos laboratórios viu-se que 52% afirmaram que atendiam aos objetivos das aulas. Enquanto que

48% diziam que havia poucos equipamentos e que precisam de manutenção e reposição.

Para 67% dos respondentes, as instalações sanitárias do Polo estavam em condições satisfatórias de uso. Para 33%, porém, as condições foram descritas como: "*muito ruins; a limpeza às vezes não está satisfatória; banheiros muito sujos; falta detergente para lavar as mãos"*. Para professores-alunos 55% consideravam estudar em Polos com instalações sanitárias em condições satisfatórias de uso, 45% dos sujeitos afirmaram que não.

Tem-se que 67% responderam que o Polo dispõe de cantina para alimentação, os demais responderam não. Porém, 65% apontam que a cantina está em boas condições de higiene, conservação e comodidade. E segundo 38% dos professores-alunos, as cantinas existentes precisam melhorar suas condições de higiene, conservação e comodidade aos usuários.

Quanto às condições e funcionamento de biblioteca, 59% dos professores-formadores disseram que no polo havia biblioteca. Se o espaço e mobiliário eram apropriados 56% declararam sim, enquanto 43% declaram apropriados para estudo. Quanto ao número de títulos, 67% afirmaram não haver títulos disponíveis e suficientes para consulta e empréstimos durante as aulas, além disso disseram: "*alguns municípios possuem um considerável número de turmas, portanto poderia dispor de biblioteca específica; Tem biblioteca do município sem material (livros voltados para o curso)"*. (PARÁ, 2013, p. 41)

No que diz respeito ao funcionamento do polo, o equivalente a 89% afirmaram que o atendimento do pessoal de apoio operacional era satisfatório, para atender às demandas. Apresenta-se algumas citações dos professores formadores: "a*s funcionárias são atenciosas e prestativas; fui bem atendido pela coordenação local; todos cooperam para o bom andamento do curso, desde a secretária até serviços gerais"*. Os professores-alunos declararam que era razoável o atendimento das necessidades dos discentes, pelas coordenações de curso. Porém, para 61% dos professores-alunos, os coordenadores têm executado ações de orientação, atendimento extraclasse e apoio pedagógico.

Perguntou-se sobre o tempo e meio de transportes utilizados para deslocamento até o polo. Nas respostas dos professores-alunos, apresentam-se variados tipos de transporte: terrestre, marítimo e aéreo, o mesmo revelou-se nas respostas dos formadores. O tempo se dava em minutos ou horas, de até 48 horas. Dependendo da época do ano, o tempo de viagem poderia ser maior ou menor, durante o período das chuvas, gastava-se 12 h para chegar ao polo, contra 08 h no verão, por exemplo.

Quanto aos impactos na formação, o curso provocou mudanças na forma como os professores-alunos ensinam, avaliam e se relacionam com seus alunos, em 100% deles. Os impactos na prática do professor-aluno se deram nas práticas de ensino e avaliação. Declararam melhoramento no preparo das aulas e das atividades para os discentes.

Segundo os sujeitos ouvidos, isso ocorre porque exercitam métodos pedagógicos diferenciados e adquirem novos conhecimentos durante as aulas do PARFOR, tornando-os mais lúdicos e menos conteudistas. Isso provocou mudanças, na forma como participavam das atividades nas Escolas. Quanto aos planos dos professores-alunos após o PARFOR, responderam que pretendem avançar nos estudos, em nível de formação continuada e pós-graduação. Muitos pretendem fazer especialização, mestrado e doutorado. As valorizações profissional e financeira fazem parte de seus planos, como também atuar na área educacional de forma mais eficiente, melhorando a prática pedagógica.

Como já apresentado no início do artigo, a segunda pesquisa foi documental, a qual se valeu de documentos internos das instituições de ensino, mais especificamente os Projetos Pedagógicos de Cursos (PPC) do PARFOR/Pará. Analisou-se 28 Projetos Pedagógicos e suas regulamentações internas.

O objetivo da avaliação foi analisar os PPC, visualizando a organização das propostas pedagógicas dos Cursos oferecidos pelo PARFOR, e sua adequação aos dispositivos legais e às diretrizes da política nacional de formação de professores.

Aqui apresentamos parte do relatório, no qual descrevemos a metodologia e os resultados. Os projetos pedagógicos

analisados foram os dos cursos da UFPA, UEPA, UFRA, IFPA e UFOPA. A Comissão elaborou uma proposta na perspectiva defendida por Sobrinho (2003): o processo não se restringe a descrever os resultados obtidos, mas avalia as entradas, os contextos ou circunstâncias diversas, os processos, as condições de produção e os elementos finais. Além disso, com base no conhecimento obtido, procura melhorar o processo enquanto ele se desenvolve, agindo sobre cada uma de suas etapas, a fim de garantir maior efetividade educacional, especialmente em relação ao ensino.

Foram investigadas as peculiaridades dos PPC, à luz do Decreto Presidencial nº 6.755/09, das Diretrizes Curriculares Nacionais de cada curso e outros dispositivos legais relacionados aos cursos de licenciatura, inclusive àqueles próprios das IPES. Para compor o instrumento de análise, a Comissão de Avaliação tomou como referência os princípios, as dimensões e os indicadores do SINAES, além de elementos da realidade local dos cursos do PARFOR, para, desta forma, termos uma avaliação "como um processo de aperfeiçoamento contínuo de um programa" (SOBRINHO, 2003, p. 21).

A avaliação pautou-se em princípios definidos pelo FORPROF, quais sejam: r**espeito à identidade das IPES** e suas características próprias de formação; l**egitimidade**, mediante metodologia capaz de conferir fidedignidade e significado às informações coletadas; r**econhecimento** pelas IPES da legitimidade do processo; responsabilidade social; reconhecimento da diversidade do PARFOR; continuidade; Compromisso formativo.

O questionário guia da leitura analítica dos projetos constitui-se de 36 questões acerca de 15 categorias agrupadas em quatro dimensões de análise, assim nominadas: **Diretrizes do** Curso; Organização Curricular; Atividades Curriculares; Gestão do PPC. Buscou-se nos PPC a Identificação do Curso. Assim, primeiramente, registrou-se o nome do Curso, a IPES que oferta o Curso, o(s) Município(s) de oferta do Curso, o número de vagas anuais, a duração mínima, a duração máxima e a carga horária do Curso.

Na Dimensão 1, foram analisadas as diretrizes do Curso

em relação às Bases Conceituais, aos Princípios Norteadores, ao Perfil do Egresso e aos Procedimentos Metodológicos de ensino e avaliação da aprendizagem. Na Dimensão 2, foram analisados seis aspectos. Indagou-se sobre a forma organização do currículo, a descrição da finalidade e conteúdo da forma de organização adotada, a distribuição das 400h de prática como componente curricular, como preconizada pela Resolução nº 02/2002, do CNE, a forma de desenvolvimento das atividades relacionadas a essa carga horária, a coerência entre a prática como componente curricular e as bases legais, a integração, inclusão ou inserção explícita no texto do PPC e no desenho curricular de temas relacionados à Educação Ambiental (Lei nº 9.795/1999, Decreto nº 4.281/2002 e Resolução CNE nº 2/2012), História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena (Resolução CNE nº 01/2004, Parecer CNE nº 03/2004 e Lei n° 11.645/2008), Educação em Direitos Humanos (Resolução CNE nº 1/2012) e Educação Inclusiva (Lei nº 10.098/2000 e Decreto nº 5.626/2005). (PARÁ, 2015)

Na Dimensão 3 foram selecionadas: o Estágio Supervisionado, as Atividades Complementares e o Trabalho de Conclusão de Curso. Na Dimensão 4, da gestão do projeto pedagógico, foram analisados o Planejamento do Trabalho Docente e a própria Avaliação do PPC. As análises revelam as impressões ditadas pelos profissionais que avaliaram os documentos e as revalidações da comissão.

Quanto à Identificação do Curso, eram sete os aspectos a serem listados do PPC: registrou-se a ausência de informação sobre os municípios em que seis cursos são ofertados e sobre o número de vagas anuais em quatro cursos. Enquanto a duração mínima do curso não foi citada no relatório de avaliação de um projeto, a duração máxima está ausente ou não atende ao Edital SESu-MEC nº 04/1997, por ultrapassar 50% da duração mínima, em onze dos 27 projetos entre os 28 avaliados.

Na apreciação dos resultados das dimensões 1 a 4, além do *SIM* e do *NÃO*, consta a legenda *EM PARTE*, de modo a indicar que o PPC responde de forma incompleta ou inconclusa às questões assim percebidas pelos avaliadores. Em suma, *SIM,*

NÃO e *EM PARTE* indicam ao leitor a qualidade, ou em que medida os aspectos observados e criticados estão contemplados no PPC. A Comissão optou por essa forma sintética da análise, porque propicia uma compreensão mais rápida, objetiva e visual das fragilidades do texto, como também dos aspectos descritos e ali informados – ou não.

Na Dimensão 1 – Diretrizes do Curso entenda-se por *bases conceituais* a exposição dos aspectos históricos, filosóficos, sociológicos, epistemológicos e pedagógicos que sustentam a proposta do curso. Refina-se a orientação da proposta do curso os *princípios curriculares*, sejam aqueles apontados pela Instituição nos parâmetros que estabelece para os seus cursos de Licenciatura, sejam aqueles que a comissão elaboradora do PPC abstrai do conhecimento pedagógico. A definição clara e completa, ainda que sucinta das *bases conceituais* e dos *princípios curriculares* dão matéria aos professores-formadores para o planejamento das ações de ensino e definição e aplicação dos procedimentos de avaliação.

As bases conceituais e os princípios curriculares estão definidas de forma satisfatória (plena e em parte) em 23 e 25 projetos, respectivamente. Preocupa o fato de cinco projetos não definirem as bases conceituais que sustentam a formação e quatro não alinharem de forma satisfatória o enfoque metodológico às bases legais do ensino de graduação, do PARFOR inclusive. Destacamos a satisfatoriedade da descrição do perfil do egresso e da coerência entre esse perfil e as bases legais; em apenas três projetos esses aspectos devem merecer maior atenção por parte das respectivas comissões elaboradoras.

Na Dimensão 2 – Organização Curricular ocorreu a maior frequência de análises negativas. Aqui há dados considerados preocupantes. Enquanto cinco não mencionam de forma completa como o currículo está estruturado, 12 PPC não descrevem as finalidades e os conteúdos dos eixos, núcleos ou dimensões que organizam o percurso acadêmico. Também são elevadas as taxas – em cerca de 30% – de projetos que não explicitam como serão vivenciadas desde o início dos cursos as 400h de prática como componente curricular.

Vê-se pelas exigências legais das Resoluções do CNE as temáticas de Educação Ambiental, Educação em Direitos Humanos, História e Cultura Afro-Brasileira e Educação Inclusiva. De modo preocupante as diretrizes do eixo Educação em Direitos Humanos**,** não aparecem em 58% dos projetos logo estão fragilizadas os princípios que tratam dessa temática, em vários documentos. Seja de modo transversal, contínuo e permanente ou disciplinar, transversal ou transversal-disciplinar, a primeira é atendida de forma mais completa em 20 projetos. Problemática também é a não inclusão da História e Cultura Afro-Brasileira em cerca de 40% dos projetos avaliados. Por fim, aspectos relacionados à Educação Inclusiva merecem ser mais bem explicitados em 25% dos PPC.

Eram 16 as questões referentes à Dimensão 3 – Atividades Curriculares. Sobre o Estágio Supervisionado, verificou-se a carga horária e como ela foi distribuída no currículo, sua forma de organização e desenvolvimento, a forma de acompanhar e avaliar as atividades discentes nessa etapa dos cursos, além da coerência entre o Estágio e os dispositivos legais. Respostas insatisfatórias às duas primeiras questões foram dadas pelos avaliadores em apenas dois PPC. Registre-se o fato de oito projetos não descreverem de forma completa a organização das 400 h de Estágio e dez não descreverem as suas formas de acompanhamento e avaliação.

Sobre as Atividades Complementares (AC), perscrutaram-se as horas, elas destinadas, a previsão de distribuição das AC entre o ensino, a pesquisa e a extensão. Os tipos de AC aceitáveis durante o curso, o limite de carga horária das AC mencionadas, a sua forma de acompanhamento e, por fim, a coerência entre as AC e as bases legais.

Se em três PPC não foi percebida o total de horas destinado às AC, 12 não previram a distribuição do total entre ensino, pesquisa e extensão. A especificação dos tipos de AC não ocorre de forma satisfatória em oito projetos; 16 não preveem o limite de horas destinadas a cada tipo; 16 não descrevem a forma de acompanhamento ou registro das AC. Além disso, em 10 PPC a coerência entre Atividades Complementares e suas bases legais

foi avaliada como insatisfatória, incluindo aquelas com descrição incompleta. De forma precária, afirmamos que não houve o cuidado em detalhar esse item nos projetos pedagógicos. Como a única fonte de análise pelos avaliadores foram os PPC, recomenda-se que a regulação das AC seja feita por meio de resoluções aprovadas pelos colegiados dos respectivos cursos.

Sobre o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), os avaliadores analisaram os projetos pedagógicos, observando se orientavam que o trabalho final fosse relacionado à prática do professor-aluno e realidade do Município de atuação desse sujeito, a suficiência da carga horária prevista para elaborar o projeto e desenvolver o próprio TCC, a descrição de mecanismos, critérios de avaliação do TCC e a forma de orientação acadêmica, além da coerência entre o TCC e as bases legais.

A proposição dos TCC deve ser alvo de revisão por parte das comissões elaboradoras dos PPC, pois 18 projetos não orientam que sejam relacionados à prática do professor-aluno do PARFOR e 24 não orientam, de forma clara, direta e objetiva, que os TCC se vinculem à realidade do município onde ele atua, de modo a alinhar-se à proposta do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica. Já a carga horária destinada para elaborar o TCC foi vista como suficiente em 65% dos PPC em que esse item pode ser apreciado. E foi avaliada como satisfatória em 61% dos PPC a descrição de mecanismos, critérios de avaliação do TCC e a forma de orientação acadêmica. Compreende-se a extensão da avaliação negativa desse componente curricular quando se observa que apenas 46,5% dos projetos analisados apresentam coerência entre o TCC e as bases legais do ensino de graduação.

Para finalizar, a Dimensão 4 – Gestão do Projeto Pedagógico. Sobre o planejamento, verificou-se a descrição da organização do trabalho pedagógico, como momentos, participantes, procedimentos de ensino, integração com a pesquisa e a extensão. Sobre a avaliação da aprendizagem, analisou-se a descrição da devolutiva dos resultados parciais e final, além dos meios oferecidos aos professores-alunos para superar ou minimizar as di-

ficuldades de aprendizagem diagnosticadas no processo.

Sobre a avaliação do PPC, analisou-se como a Coordenação do Curso prevê avaliar a efetividade da execução do PPC, considerando aspectos didáticos pedagógicos e infraestrutura, dentre outros aspectos; se, no PPC, são explicitados os sujeitos, os procedimentos, os instrumentos e os critérios da avaliação do próprio projeto; a forma como a Coordenação do Curso prevê complementar a avaliação interna da IPES; encerra a pesquisa da avaliação, a descrição da tomada de decisão para minimizar ou eliminar os problemas desfavoráveis à execução do PPC.

Essa Dimensão também foi avaliada como insatisfatória na maioria dos PPC. Os percentuais apresentados em seguida seriam maiores se, no cálculo, fossem somadas às respostas negativas aquelas cujas questões foram respondidas apenas em parte, na análise dos avaliadores dos projetos pedagógicos.

Apenas 22% dos projetos avaliados descrevem de forma plena e suficiente a organização do trabalho pedagógico, que serve à Coordenação dos Cursos para orientar os professores-formadores no planejamento do ensino, antes de cada período letivo. Aspectos relacionados à devolutiva dos resultados da avaliação da aprendizagem e meios oferecidos aos professores-alunos para elevar os índices de aproveitamento e desempenho são descritos em 36% dos PPC.

A questão mais bem avaliada tem em 68% dos projetos a descrição de como as Coordenações de Curso pretendem avaliá-los, citam os sujeitos do processo, apresentando de forma sintética os procedimentos, os instrumentos e os critérios da avaliação dos projetos. No entanto, 64% voltam a falhar – por omissão – por não descreverem como será complementada a avaliação interna da IPES (se é que esse processo está instituído), visando aferir o alcance dos objetivos do PARFOR; já 82% não discorrem sobre as decisões que serão tomadas para minimizar ou eliminar os problemas diagnosticados, pois desfavoráveis à execução dos PPC.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com esse artigo trouxemos aquilo que consideramos problemático, a interface da pesquisa com as políticas educativas, visto que realizamos as pesquisas fora dos "centros de produção de conhecimento científico", logo validamos aquilo que foi analisado, construído e publicado no Forum do PARFOR. Como resultado de trabalho do primeiro projeto de avaliação, tivemos vários efeitos que demandam as marcações de uma avaliação efetiva e qualitativa no processo formativo do PARFOR nesta exposição. Primeiro apresentamos o trabalho em parceria das instituições públicas formadoras e as secretarias de educação, através do fórum; o empenho e a disposição das equipes avaliadoras, pois desbravaram esse estado nas várias regiões; pós-avaliação outros estados quiseram aproveitar o modelo avaliativo. O Forum ficou mais consolidado, visando ações mais apropriadas, como foi o caso de instituição do calendário unificado de formação, da criação de novos polos condicionados à assinatura de um termo de compromisso, visando a garantia de uma infraestrutura mínima para o funcionamento via fórum;

Mas, com profundo respeito à autonomia didático-administrativa, que as instituições formadoras possuem e a todos os esforços que envidaram a ofertar os cursos, em certos casos em condições adversas, os achados da análise dos Projetos Pedagógicos apresentados neste relatório se revestem, então, de contributo às Instituições.

Almejou a Comissão de Avaliação que o documento se transformasse, ainda segundo Sobrinho, em patrimônio público a ser apropriado e assumido como instrumento de consolidação da educação como bem comum; uma prática participativa e um empreendimento ético a serviço do fortalecimento da responsabilidade social da educação. Como reflexão complementar, trazemos três aspectos dos 28 projetos pedagógicos selecionados pela Comissão de Avaliação – as Atividades Complementares, a Prática como Componente Curricular e o Trabalho de Conclusão de Curso.

O PARFOR é um programa de capacitação em serviço com processo de seleção diferenciado, que inclui a exigência do candidato estar em atividade de magistério, ou seja, os professores-alunos têm a característica ímpar de serem professores atuantes na Educação Básica, muitos deles com larga experiência em sala de aula. Por conseguinte, os cursos do PARFOR precisam aproveitar esse potencial como elemento de promoção de cursos dinâmicos, motivantes e alicerçados na realidade da escola e do município onde o professor-aluno atua, o que se perfila com o ideário do PARFOR, atingindo diretamente a outra ponta da formação: o estudante dos Ensinos Fundamental e Médio.

Essa característica deve ser mais bem explorada no componente curricular chamado de Atividades Complementares, impulsionando o professor-aluno a uma vida efetivamente engajada na educação do município, desenvolvendo projetos e ações educativas que dinamizem, que influenciem outros educadores a também contribuir, daí a orientação de que os projetos pedagógicos direcionem as Atividades Complementares à realidade dos professores-alunos, interligando-as a política institucional do PARFOR; os projetos podem ainda orientá-las pelo tripé acadêmico entre ensino, pesquisa e extensão, de modo a ampliar a formação do professor-aluno.

O componente curricular Estágio Supervisionado também merece atenção especial nos PPC, face à característica da clientela. A Resolução CNE/CP 02/2002, prevê que alunos que exerçam atividade docente na Educação Básica poderão ter reduzida a carga horária do estágio curricular em até o máximo de 200 (duzentas) horas. Além dessa redução, o PPC poderá prever formas diferenciadas de cumprimento do estágio. Sabemos, porém que a perplexidade que causa a quem está trabalhando ainda ter que realizar estágio naquilo "que já sabe", cabe como resposta às diretrizes das reformas da política de educação atrelada ao viés da qualidade, qualificação e competência para o exercício do magistério.

O TCC consubstanciado na realidade profissional garante o retorno social dos investimentos públicos realizados pelo PARFOR. Isso há de revelar a especificidade da formação docente em curso, assegurando organicidade ao trabalho das diferentes unidades que para ela concorrem e garantindo o reconhecimento da escola como espaço necessário à formação dos profissionais do magistério e a compreensão dos profissionais do magistério como agentes formativos de cultura – pedagógica, especialmente.

REFERÊNCIAS

BABBIE, Earl. **Métodos de Pesquisa de Survey**. Tradução de Guilherme Cezarino. Belo Horizonte. Editora UFMG, 1999.

LESSARD, Claude. **Pesquisas e Politicas Educativa: uma interface problemática**. IN: OLIVEIRA, Dalila A. e DUARTE, Adriana. (Org.) Politicas Públicas e Educação Regulação e Conhecimento. Belo Horizonte, MG: Fino Traço: 2011.

FREIRE, Paulo. **A Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 5. Edição. São Paulo: Atlas, 2010.

PARÁ, **Relatório de Avaliação do PARFOR**, 2013. IN: www.aedi.ufpa.br/parfor. Acessado em 15 de dezembro de 2016.

PIMENTA, Selma G. e LIMA Maria do Socorro L. Estágio e Docência. São Paulo: Cortez 2011

SOBRINHO, José Dias. **Avaliação:** Políticas Educacionais e Reformas da Educação Superior. São Paulo: Cortez, 2003.

ZABALZA, Miguel A. **O Estágio e as Práticas em Contexto Profissionais na Formação Universitária**. São Paulo: Cortez 2014.

Seção especial

Belém 400 anos

TURISMO RECEPTIVO EM BELÉM DO PARÁ: UMA ANALISE SOBRE SEUS POTENCIAIS, A PARTIR DAS AGÊNCIAS DE VIAGENS E TURISMO

Blenda Aline Farias Barbosa[1]
Thayná Darlling Quaresma Lisboa[2]
Glauce Vitor da Silva[3]

RESUMO: O mercado turístico é formado por três itens, sendo eles: atrativo turístico, equipamentos e serviços turísticos e, infraestrutura de apoio turístico. O objetivo desse estudo foi identificar as oportunidades e ameaças relacionadas às potencialidades do turismo receptivo em Belém do Pará, por meio de um estudo realizado em agências de viagens e turismo. A abordagem teórico-metodológica desta pesquisa é de natureza exploratória e descritiva, realizada a partir da pesquisa qualitativa, indutiva e interpretativa, por meio de levantamento bibliográfico e diagnose de entrevistas. Em conformidade com os dados gerados na aplicação dos questionários, verifica-se que todas as agencias consideram o turismo receptivo como fator essencial para o desenvolvimento da atividade. Porém nem todas as empresas priorizam o turismo local, devido ameaças externas. É importante empenhar esforços para que a comunidade local estime sua identidade e expresse seu orgulho pela cidade, por meio do bem receber, das trocas de experiências e da prestação de serviços com qualidade e mérito para a elevação da renda local.

Palavras- chave: Potencial Turístico, Receptividade, Turismo Local.

1 Bacharel em Turismo (UFPA). E-mail: aline15_pink@hotmail.com
2 Bacharel em Turismo (UFPA). E-mail: thaynadarlling@gmail.com
3 Bacharel em Turismo (UFPA), Mestre em Ciências Ambientais (UEPA). E-mail: glaucevitor@yahoo.com.br

ABSTRACT: The tourist market consists of three items, namely: tourist attractive, tourism equipment and services, and tourism support infrastructure. The objective of the study was to identify the potential opportunities for incoming tourism in Belém, Pará, through a study carried out in travel agencies and tourism. The theoretical-methodological approach of exploratory and descriptive research, based on qualitative, inductive and interpretative research, through a bibliographical survey and a diagnosis of interviews. According to the data generated in the application of the questionnaires, it is verified that all agencies consider incoming tourism an essential factor for the development of the activity. But not all companies prioritize local tourism due to external threats. It is important to point to a local community for their identity and to express their pride in the city, through well received, the exchange of experiences and provision of services with quality and merit for local income increase.

Keywords: Tourism Potential, Receptivity, Local Tourism.

INTRODUÇÃO

O turismo é considerado um fenômeno social, que vem se configurando como importante teia de desenvolvimento econômico, capaz de gerar emprego, renda e divisas (DE LA TORRE, 1994). Ao compor um sistema, a atividade turística está direta ou indiretamente ligada aos demais setores da sociedade (BENI, 1998).

Segundo Dorta (2015), o turismo impacta na economia em virtude da utilização de bens e serviços gerados pela movimentação de pessoas, que pode ser subdivido entre turismo emissivo e receptivo, onde o primeiro está associado ao fluxo de saída de turistas que moram em uma localidade, e o segundo faz referencia ao fluxo de entrada dos turistas nas localidades.

Em conformidade com Coelho e Fernandes (2011), entende-se o fluxo turístico como um movimento migratório, que tem

o deslocamento de turistas de um determinado ponto geográfico, núcleo emissor, para outro, núcleo receptor, esse deslocamento pode ser feito por terra, mar e ar.

A oferta turística é "tudo o que o local dispõe que pode ocupar o tempo do turista, englobando seus recursos naturais e artificiais, bem como os bens e serviços públicos e privados" (OLIVEIRA, 2002, p.66). A oferta turística deve estar em constante movimento, sempre capaz de produzir atividades que atraem os turistas.

Já a demanda turística, é "formada pelo conjunto de consumidores ou possíveis consumidores – de bens e serviços turísticos" (ANSARAH, 2001, p.28). As atrações dos consumidores para a utilização de bens e serviços turísticos dependem de vários fatores que influenciam a sua escolha, os principais deles são: "Preço, renda do consumidor, modismo, variações climáticas, catástrofes naturais e artificiais e disponibilidade de tempo" (ROSE, 2002, p. 42, 43).

O mercado turístico é formado por três itens, sendo eles: atrativo turístico, equipamentos e serviços turísticos; e infraestrutura de apoio turístico (OLIVEIRA, 2002), onde o atrativo turístico é entendido como o lugar que motiva o turista a visitar; os equipamentos e serviços turísticos são todos os emaranhados de instalações e serviços que atenda a atividade turística e consequentemente os turistas; e a infraestrutura de apoio turístico é relacionado aos serviços urbanos básicos, transportes, vias de acesso, sistema de comunicação, instalações essas que atende a população nativa e os turistas.

O produto turístico é definido por BALANZA e NADAL (2003) como os atrativos e infraestrutura que estão inseridos no mercado turístico em geral, sejam eles tangíveis ou intangíveis, para sanar as necessidades do turista ou para gerar a satisfação de determinado segmento no mercado. Por ter um conceito muito parecido ao do atrativo turístico, há uma grande facilidade em gerar dúvidas relacionadas aos seus conceitos. Para OLIVEIRA (2002, p. 69) produto turístico é "tudo o que é oferecido aos turistas, incluindo as atrações naturais, diversões, museus, paisagens,

festivais e necessidades, tais como refeições, alojamentos, transportes, serviços de guias etc.".

Diante desse contexto, o objetivo principal desse estudo foi identificar as oportunidades e ameaças relacionadas às potencialidades do turismo receptivo em Belém do Pará, por meio de um estudo realizado em agencias de viagens e turismo.

POLÍTICA PÚBLICA E FATORES DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO EM BELÉM DO PARÁ

O termo politica publica é muito utilizado para indicar uma atividade ou um conjunto de ações que envolvem ou se referem ao estado e a comunidade, gerando beneficios ou soluções que atendam as necessidades de toda uma sociedade, por meio de ações planejadas (DIAS, 2003).

Entende-se a política de turismo como um conjunto de medidas empreendidas pelo o Estado, que oriente, regulamente e ordene a atividade turística, por meio de processos de planejamento que estabelecem ações para atingir objetivos específicos que devem beneficiar todos. As políticas públicas de turismo devem ser empregadas para que a atividade turística seja planejada de forma eficaz para o desenvolvimento local (BEZERRA, 2003).

O Estado tem como papel coordenar, planejar, legislar e regulamentar a atividade turística (HALL,2001). O governo fornece infraestrutura básica, como estradas e saneamentos que são essenciais ao desenvolvimento dos destinos turísticos. E ainda estimula o crescimento da atividade, por meio de incentivos financeiros para empresas privadas, do patrocínio a pesquisas que beneficiem a indústria do turismo e do marketing local (HALL, 2001).

Para PETROCCHI (2002), o planejamento da atividade deve levar em consideração a importância da conscientização da população e também por parte dos empresários, o envolvimento e interação junto ás políticas publicas destinadas a cada município.

No município de Belém do Pará, esses planejamentos e ações desenvolvidos pela Companhia Paraense de turismo –PA-

RATUR (Extinta em 2014) e pela Secretaria de Estado de Turismo do Pará- SETUR, que possuem a missão de divulgar e promover o Pará em nível nacional e internacional.

Segundo o relatório de implantação do plano estratégico de turismo, há mais de 40 anos a Paratur trabalhou na tentativa de tornar o estado do Pará em uma referencia internacional no turismo da Amazônia, e apesar de grandes desafios encontrados, os resultados da promoção turística de cada ano, resultam no crescimento da geração de receitas, empregos, renda e qualidade de vida para os paraenses (PARÁ, 2011).

No ano de 2001, com o plano de desenvolvimento turístico do estado do Pará, a PARATUR passou a utilizar o planejamento setorial, para orientar e coordenar as ações, tendo como resultado o plano Ver-o-Pará, que possui diretrizes comerciais capazes de promover e divulgar estrategicamente o destino local.

O plano Ver-o-Pará gerou mudanças significativas no modo de apresentar a imagem de Belém, no contexto turístico, com uma nova identidade, a seleção de uma grade de produtos de excelência e também o ordenamento de segmentos como: natureza, cultura, sol e praia, eventos e negócios e valores como: criatividade, autenticidade, originalidade, sustentabilidade e diversidade. Elementos importantes para apresentação no mercado, cada vez mais exigente e competitivo contribuindo também para conquistar parcerias fora do estado (PARÁ, 2011).

Essas parcerias são responsabilidade da Secretaria de estado de turismo que conduz o processo de desenvolvimento turístico, estabelecendo a comunicação com outros órgãos e secretarias dentro e fora do estado e em diferentes esferas do poder publico. Visando sempre o produto turístico, que é fator determinante para a obtenção de fluxo relacionada ao turismo e é em torno desse fluxo que existe toda uma estrutura de redes e serviços que visam atender os visitantes (PARÁ, 2011).

Toda essa estrutura de redes e serviços pode ser caracterizada como turismo receptivo, caracterizado pela permanente

mudança das motivações e anseios dos turistas, fazendo com que o mercado crie novas possibilidades de roteiros, serviços e produtos, sempre com o objetivo de satisfazer da melhor forma as suas expectativas, sendo assim, pode-se entender o turismo receptivo segundo VAZ (2001, p.56) como um "conjunto de benefícios que o consumidor busca em uma determinada localidade e que são usufruídos tendo como suporte estrutural um complexo de serviços oferecidos por diversas organizações".

Conforme VAZ (2001) o turismo receptivo engloba varias empresas que juntas possuem a finalidade de garantir uma melhor estada do turista na região, Vaz deixa claro que é o consumidor que busca esses serviços, assim, esses consumidores (turistas) buscam produtos e serviços de melhor qualidade e também o melhor atendimento, são consumidores exigentes.

Segundo OLIVEIRA (2000, p. 94), turismo receptivo "compreende - se pelo conjunto de serviços de apoio e assistência destinados à recepção de pessoas. Seria uma infraestrutura organizacional para o receber humano". Oliveira também apresenta o turismo receptivo como um conjunto de serviços e que bem combinados atendem as necessidades dos turistas, prezando e priorizando o bem receber.

Para ANSARAH (2004, p.12), o turismo receptivo precisa "proporcionar a satisfação dos desejos e necessidades dos turistas, obtendo lucro através da prestação de serviços, como qualquer atividade econômica". Sendo assim, turistas e a população receptora estariam em harmonia utilizando serviços de boa qualidade. A autora ainda mostra que é possível alcançar lucros através do turismo receptivo, se for bem planejado tanto pela a iniciativa privada quanto pela pública.

Nesse contexto, o Plano Diretor do Município de Belém indica, entre suas diretrizes da política de desenvolvimento econômico do município, a importância da criação e do fortalecimento de uma imagem que corresponda aos produtos turísticos dos segmentos específicos e prioritários, para divulgá-la e promovê-la nos diversos mercados potenciais, nacional e internacional.

Portanto, o turismo receptivo mostra-se de grande importância para o desenvolvimento econômico local, desenvolvido

por meio do trabalho conjunto, entre os setores públicos e privados, para a promoção do destino. O turismo receptivo poderá ser um fator determinante para o desenvolvimento local, para isso é necessário utilizar ferramentas adequadas para obtenção de bons resultados.

MATERIAIS E MÉTODOS

A abordagem teórico-metodológica desta pesquisa é de natureza exploratória e descritiva, realizada a partir da pesquisa qualitativa, indutiva e interpretativa, por meio de levantamento bibliográfico e diagnose de entrevistas. Segundo TRIVONÕS (1987, p. 109), o estudo exploratório é importante na medida em que "ajuda o pesquisador na busca por solucionar ou a aumentar as suas expectativas em função do problema determinado, tem como finalidade descrever com exatidão os fatos e fenômenos de determinada realidade".

A Pesquisa apresenta uma natureza básica, que tem como meta a busca do saber, para satisfazer uma necessidade intelectual pelo conhecimento e à atualização de conhecimentos acerca turismo receptivo em Belém.

Os procedimentos metodológicos desenvolvidos para esta pesquisa obedeceram a uma ordenação baseada em informações bibliográficas e em trabalho de campo. No primeiro momento da pesquisa utilizou-se o Cadastro de prestadores de serviços turísticos (Cadastur), que tem como finalidade reunir todos aqueles do *trade* turístico que estejam em operação, porém foi detectado em campo que os dados fornecidos pelo Cadastur não estavam atualizados, apresentando assim falhas na localização das empresas. No entanto, foram utilizados dados da Associação Brasileira de Agências de Viagens do Pará - ABAV/PA.

Sendo assim, a amostra foi constituída de 20 agencias de viagem e turismo dentro de universo de 40 agências associadas à ABAV/PA. O universo amostral para esta pesquisa justifica-se por apresentar confiabilidade dos dados disponibilizados.

Para a coleta de dados foram aplicados questionários, com 12 perguntas fechadas e abertas, cujo objetivo foi identificar, além

dos indicadores de sua procedência, se trabalham com turismo receptivo, suas motivações, suas perspectivas quanto ao turismo local, suas motivações, e percepções quanto aos atrativos de Belém, suas fraquezas e potencialidades. A coleta de dados foi realizada durante 02 meses, entre setembro e novembro, Para tanto, foram utilizados caderno de campo, canetas e um computador.

ANALISES

A análise dos dados coletados foi feita por meio do emprego de estatística descritiva, para o estabelecimento de médias e frequências, e uma análise estrutural da percepção das informações adquiridas no âmbito do turismo receptivo, apresentada na forma da matriz FOFA (Forças- Oportunidades- Fraquezas-Ameaças). Essa supõe que a análise de forças e fraquezas se baseia em uma análise interna (focada em recursos e competências distintivas) e a análise de oportunidades e ameaças se baseia em uma análise externa (focada nas condições de demanda) (VASCONCELOS & CYRINO, 2000).

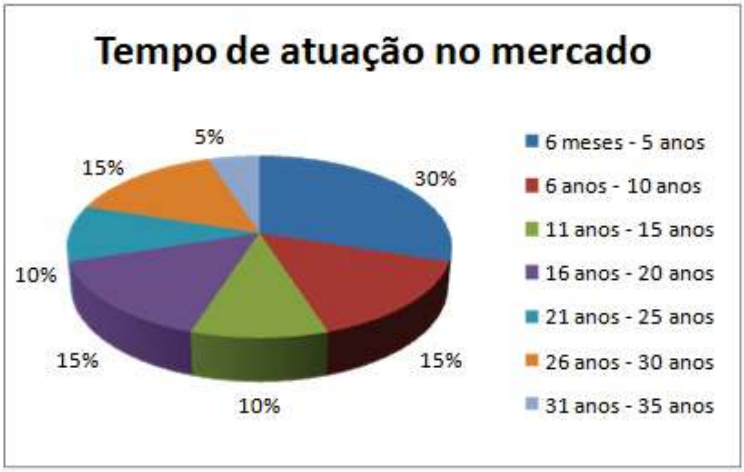
RESULTADOS E DISCUSSÃO

As entrevistas foram realizadas em agências de viagens e turismo de Belém/PA, onde o publico informante das empresas foi de 55% do sexo feminino e 45% do sexo masculino. Entendendo um equilíbrio entre os gêneros atuantes no universo amostral, onde uma há uma pequena diferença indicando a maioria do sexo feminino. A maioria das agencias entrevistada são paraenses, 90%, sendo 10% de outros Estados. Constatando que a maioria dos empreendedores que compõe o setor de agenciamento tem sua origem no próprio estado.

Ao serem questionadas sobre a comercialização de pacotes turísticos locais, apenas 48% respondeu que trabalham com o turismo receptivo em Belém. Ao responderem sobre a importância do turismo receptivo, apenas 03 das, 20 empresas, acreditam que o turismo receptivo não é relevante para Belém, e entre as agen-

cias que não trabalham com turismo receptivo, 04 delas são de procedências externas a capital do Pará, o que pode estar relacionada com o não pertencimento a identidade local, ou seja, pelo fato de seus representantes empresariais não serem da cidade.

Figura 01: Tempo de atuação das agências de viagens no mercado.



Fonte: Autores, 2015.

Durante toda a pesquisa verificou-se que há uma forte correlação entre o tempo de atuação das empresas no mercado, e a comercialização de pacotes de turismo receptivo em Belém. Onde, $r > 0,90$, com $P < 0,001$, o que justifica uma correlação linear muito forte entre as variáveis em estudo. Uma das hipóteses levantada há uma tendência de crescimento do turismo receptivo local, por meio das agencias mais recentemente criadas.

Dentre as 20 empresas entrevistadas, ficou evidente a predominância do segmento de turismo emissivo, sendo encontrado em 13 agencias acompanhado do turismo de negocio e eventos e o receptivo identificados em 08, logo em seguida tem se o turismo de sol e mar e também o religioso constatado em 06 agencias, o turismo histórico foi notado em apenas 05, seguido do ecoturismo encontrado em apenas 04 empresas.

Em relação ao turismo receptivo em Belém, os resultados das entrevistas indicam que apesar da cidade possuir atrativos históricos, gastronômica, cultural e natural, há pouco investimento na manutenção e conservação desses atrativos. E ainda destacam a dificuldade de fortalecimento da cadeia produtiva do turismo. Conforme indica o quadro 01, que apresenta os elementos identificados como relevantes pelas empresas junto à matriz.

Quadro 1. Aplicação da matriz FOFA

Ações	Forças	Oportunidades	Fraquezas	Ameaças
Estimulo ao Turismo Receptivo	O Potencial histórico e paisagístico local.	Destacar os atrativos locais, entre os pacotes turísticos comercializados.	Pouco investimento na manutenção e divulgação dos atrativos locais.	Competitividade
Planejamento articulado entre Empresas de Eventos e Agencias de Viagens e Turismo	Segmentos: Turismo de Eventos e de Negócios	Atrair o fluxo de turistas oriundos de outros segmentos	Tempo de estada na cidade	A falta de sinergia entre empresas prestadoras de serviços turísticos.
Organização da cadeia produtiva do turismo em Belém	Consolidação de empresas prestadoras de serviços turísticos na cidade	Melhoria na qualidade dos serviços prestados e garantia de retorno.	A insatisfação com os serviços prestados	Imagem negativa

Fonte: Autores, 2015.

A maioria das agencias, cerca de 80%, vêem a região com potencial para desenvolvimento e crescimento do turismo receptivo, porém é necessário fortalecer seus atrativos para tornar-se competitivo ao turismo emissivo, inclusive economicamente. Os outros 20% estão relacionados a empresas que não consideram o receptivo promissor para seu próprio desenvolvimento, apontam a supervalorização de serviços que não satisfazem as necessidades e interesses dos turistas, tais como acessibilidade, conforto e adaptação.

As agencias que consideram o segmento promissor para o desenvolvimento de Belém, acreditam que o mesmo contribui

para a criação de novos hotéis, restaurantes, empresas de transportes, arrecadação de impostos e a Valorização do estado e da cultura local.

A maioria dos entrevistados considera o receptivo essencial para uma localidade, sendo assim representando 65% da amostra da pesquisa. Os 35% o consideram muito importante. As agências não optaram pelas opções de irrelevante e de pouca importância.

Quando perguntado aos entrevistados o meio de promoção utilizado para comercializar a cidade de Belém, 09 agências trabalham com o meio de promoção através de redes sociais, seguido de 08 que empregam os folders para a divulgação da cidade de Belém, e apenas 04 agências empregam o newsletter como material promocional, e por último são aplicados como instrumento de marketing, a televisão e o rádio com o mesmo número de agências que os utilizam, 02 agências de viagens.

Em relação às dificuldades que os empreendimentos encontram para desenvolver o turismo receptivo, 90% das agências de viagens selecionaram que existem obstáculos para trabalhar com o segmento, e somente 10% não encontra.

De acordo com agências, as principais dificuldade encontradas para desenvolver o turismo receptivo, se dá por: falta de incentivo fiscal e financeiro da secretaria de turismo do estado, a carência de políticas pública, o atual cenário em que o país se encontra, a falta de segurança e infraestrutura da cidade, a ausência de divulgação da cidade para outros estados e até mesmo no Pará, a carência de profissionais qualificados no mercado, e ainda a sazonalidade existente e a não revitalização dos atrativos turísticos.

Quanto aos investimentos proporcionados pelos órgãos publico de turismo em Belém, onde 20% da agências admitem que há um bom investimento no receptivo através dos incentivos dados pelos órgãos governamentais, 65% das empresas não concordam, e 15% dos entrevistados não responderam o referido questionamento.

Dentre as agências que responderam se defendem os investimentos do governo no setor turístico, apontam o incentivo

da ABAV/PA, a parceria da SETUR com as agências, fornecendo material de apoio e promocional, como investimentos no setor local. Já as empresas contrarias afirmam a falta de interesse dos órgãos responsáveis do turismo na cidade, a existência de burocracia para financiamentos, os impostos que são altos para o setor, e ainda a falta de incentivos para a promoção de eventos em Belém, como pontos negativos que dificultam seu desenvolvimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Verificou-se que o turismo receptivo é de grande relevância para o desenvolvimento local, pois o mesmo gera benefícios tanto para empreendedores do setor turístico, quanto à população autóctone.

Em conformidade com os dados gerados na aplicação dos questionários, pode-se notar, que todas as agencias consideram o turismo receptivo como fator essencial para o desenvolvimento da atividade. Porém nem todas as empresas investem ou priorizam o receptivo, devido ameaças externas.

Entre as dificuldades relatadas para o desenvolvimento do receptivo, estão: falta de incentivos financeiros, sazonalidade da demanda, competitividade no setor turístico, o pouco aproveitamento dos roteiros montados, devido à falta de revitalização dos atrativos turísticos, segurança publica insuficiente, falta de estrutura básica e de pessoas qualificadas, atuantes no mercado

A pesquisa indica que, apesar da cidade de Belém e do Estado do Pará possuir atrativos capazes de estimular os visitantes a conhecer a localidade, a cidade ainda não se consolida entre os principais destinos turísticos nacionais.

Diante desse cenário, propõe-se a elaboração projetos: de qualificação para os atores envolvidos na cadeia produtiva do turismo; de revitalização e sinalização dos pontos turísticos; de criação de postos de atendimento e informações turística; de educação ambiental e patrimonial, que resgatem o sentimento de valor e pertencimento local.

É importante empenhar esforços para que a comunidade local estime sua identidade e expresse seu orgulho pela cidade,

por meio do bem receber, das trocas de experiências e da prestação de serviços com qualidade e mérito para a elevação da renda local.

REFERÊNCIAS

ANSARAH, M.G.R. **Turismo:** Como aprender. Como ensinar. 3 ed. São Paulo: Editora Senac, 2004.

ANSARAH, M.G.R.**Turismo:** Como aprender. Como ensinar. São Paulo: Editora Senac, 2001.

BALANZÁ, I.; NADAL, M. **Marketing e comercialização de produtos turísticos**. São Paulo: Pioneira Thomson, 2003.

BENI, M. C. **Análise estrutural do turismo**. 2. Ed. São Paulo: SENAC São Paulo, 1998.

BENI, M. C. **Análise estrutural do turismo.** 12. ed., rev. e atual. São Paulo: SENAC, 2007.

BEZERRA, D. M. F (Org.). **Planejamento e gestão em turismo.** São Paulo: Roca, 2003.

BONETTI, L. W. **Políticas públicas por dentro**. Ijuí: Unijuí, 2006.

CALLEGARI-JACQUES, S. M. **Bioestatística:** Princípios e Aplicações. Porto Alegre: Artmed, 2003.

COELHO, M. F.; FERNANDES, I. P. **Economia do turismo** – teoria & prática. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

CRUZ, R. C. A. **Política de turismo e território.** São Paulo: Contexto, 2001.

DE LA TORRE, O. **EL Turismo**: Fenómeno Social. México. Fon-

do de cultura econômica, 1994.

DIAS, R. **Introdução ao Turismo.** São Paulo: Atlas, 2003.

DORTA, L. O (Org). **Fundamentos em técnicas de eventos.** Porto Alegre: Bookman, 2015.

HALL, C. M. **Planejamento turístico:** políticas, processos e relacionamentos. São Paulo: Contexto, 2001.

HALLAL, D. R. **O Curso de Turismo da PUCRS**: a trajetória dos seus 28 anos de existência – do Bacharelado (1972) ao Tecnólogo (2010). Tese (Doutorado), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História, PUCRS, Porto Alegre, 2010.

OLIVEIRA, A. P. **Turismo e desenvolvimento**: planejamento e organização. São Paulo: Atlas AS, 2000.

PARÁ, Secretaria de Turismo do Estado do. **Plano Ver-o-Pará**: plano estratégico do turismo do estado do Pará. Fase I, 2011.

PETROCCHI, M. **Turismo:** planejamento e gestão. 6.ed. São Paulo: Futura, 2002.

ROSE, A.T. **Turismo:** planejamento e marketing: aplicação da matriz de portfólio para destinações turísticas. São Paulo: Monole, 2002.

SECCHI, L. **Políticas públicas:** conceitos, esquemas de análise, casos práticos. 2º Ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.
TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1987.

VASCONCELOS, F. C.; CYRINO, A. B. **Vantagem competitiva**: os modelos teóricos atuais e a convergência entre estratégia e teo-

ria organizacional. 2000. Revista de Administração de Empresas, São Paulo, vol. 40, n.4, p. 20-37.

VAZ, G. N.. **Marketing turístico receptivo e emissivo.** São Paulo: Pioneira, 1999.

"RANCHO": ESCOLA DE SAMBA, PATRIMÔNIO CULTURAL E CIDADANIA, EM BELÉM DO PARÁ

Alana Maria Ferreira Borges[1]

Resumo: A análise do universo conceitual e prático do patrimônio cultural envolveu este trabalho na proposta de investigar características das ações sociais praticadas na, e pela escola de samba "Rancho Não Posso Me Amofiná", em Belém do Pará. Trata-se de práticas socioculturais e aspectos identitários que a torna patrimônio imaterial localizado no meio urbano e periférico da cidade, aspecto contribuinte para colocar em destaque de que forma suas próprias vivências, vinculadas à memória e à educação patrimonial, são veículo para o exercício da cidadania e, de tal maneira, contributos à própria salvaguarda do bem em questão.

Palavras-chaves: patrimônio cultural, cidadania, escola de samba, Belém do Pará.

Abstract: The analysis the universe conceptual an pratical of culture heritage involved this work on proposal to investigate characteristics in social acions carried out in, and by, the samba school "Rancho Não Posso Me Amofiná", in Belém of Pará. The-

1 Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará- UFPA. Especialista em Patrimônio Cultural e Educação Patrimonial pela Faculdade Brasil Amazônia -FIBRA. Cientista Social na Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas do Pará - FAPESPA. E-mail: alanis_b3@yahoo.com.br

se are socio cultural practices and identity aspects which makes it intangible heritage in urban an city peripheral, contributing aspect to highlight how their own experiences, linked to memory an heritage education, are a vehicle for the exercise of citizenship and, in such a way, contributions to the safeguarding of the right in question.

Keywords: culture heritage, citizenship, samba school, Belém do Pará.

INTRODUÇÃO

Considerado referência da identidade nacional, o carnaval tem sido objeto de estudo de diversas áreas científicas. Atualmente, se destacam como ícones representativos do carnaval brasileiro os Blocos Carnavalescos, os Trios Elétricos e as Escolas de Samba. Estas comumente estão localizadas em comunidades distintas que competem o prêmio de melhor escola do carnaval do ano corrente.

Os dias que antecedem o período carnavalesco são vivenciados com maior efervescência dentro das escolas pela comunidade - é quando se intensifica o trabalho para que as alegorias e fantasias sejam confeccionadas e os ensaios de canto do samba-enredo e coreografias são mais frequentes. A presença da comunidade através dos brincantes e integrantes da escola proporciona uma identidade única, específica do grupo que a compõe, fortalecida pelos laços e redes de sociabilidade por eles constituídos.

Estudos feitos em escolas do Rio de Janeiro, São Paulo e Belém apontam que as escolas de samba vivenciam um processo se caracteriza pela preocupação em minimizar os problemas sociais enfrentados pela comunidade onde as escolas estão inseridas, normalmente bairros periféricos dos meios urbanos, que as fazem adotarem, cada vez mais, um caráter de centro comunitário ou associação de bairro por meio da efetivação de projetos sociais. Esses fatores propiciam aumento dos vínculos identitários com o símbolo da escola, visto que o trabalho e as atividades de

modo geral não ficam mais restritos ao período carnavalesco.

A escola de samba "Rancho Não Posso Me Amofiná", além de sua importância histórica para a cidade de Belém e estar inserida num contexto em que os direitos sociais são comumente suprimidos por interesses políticos e/ou particulares, é constituída por um patrimônio próprio que norteia a vida de seus integrantes e do bairro como um todo. Estudá-la é dar visibilidade a este grupo social, conhecer seus alicerces e fraquezas sociais, facilitando a compreensão desses contextos de maneira a viabilizar medidas que possam contribuir para melhor exercício de direitos e deveres.

Essa escola é um patrimônio cultural, pressuposto que pode ser sustentado pela Constituição Brasileira, entre outras referências, que afirma:

> "Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico." (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, art. 216, 1988)

Nesse sentido, esse estudo propõe expor investigação acerca das características das atividades de componentes da escola de samba "Rancho Não Posso Me Amofiná", em Belém do Pará, que evidenciam práticas culturais e aspectos identitários, identificando de que forma a memória e a cultura vivenciadas caracterizam formas de educação patrimonial e se tornam veículo para o exercício de cidadania e salvaguarda desse patrimônio.

Todas as inferências tiveram por embasamento pesquisa em campo, utilizando informações obtidas em estudos conduzidos pelo método qualitativo, com ênfase à pesquisa etnográfica, onde os dados foram coletados através de observação direta, con-

versas informais e entrevistas semiestruturadas, bases principais de meus estudos sobre a escola e seus aspectos antropológicos, em períodos alternados no decorrer dos anos de 2008 a 2015.

1. O *RANCHO* COMO PATRIMÔNIO IMATERIAL

A concepção de patrimônio, segundo Choay (2001), se desenvolveu no final do século XVIII, em torno de objetos concretos, sobretudo edificações, que se caracterizava por homogeneizar os valores materiais e simbólicos. A partir do século XX, com a aceleração urbana, a cidade foi considerada como um tecido vivo, não homogêneo e articulado, onde ambientes do passado podem ser conservados e, ao mesmo tempo, integrados à dinâmica urbana.

A história passa a ter como campo central o interesse antropológico no homem e sua existência, refletindo na cultura a valorização de aspectos como as línguas, os instrumentos de comunicação, as relações sociais, os ritos, as cerimônias, os comportamentos coletivos, os sistemas de valores e crenças e etc., levando à reformulação do conceito de patrimônio, incorporando-se à sua definição o valor cultural e a dimensão simbólica, é o que preconiza Zarinato e Ribeiro (2006).

Na escola de samba, o aspecto mais importe é o próprio samba, que foi precursor da fundação de "escolas" e outras variações de manifestações culturais. No Brasil, de acordo com o Dossiê das Matrizes do Samba no Rio de Janeiro, realizado pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), o samba é reconhecido como a música popular brasileira por excelência, está presente em todo o país, em diversos gêneros e subgêneros, "manifestações musicais, de dança e de celebrações da vida, originadas do que foi semeado ao longo dos séculos pelas populações africanas e afrodescendentes que aqui viveram e vivem" (IPHAN/MINC, 2006).

Em 2007, o samba carioca (partido alto, samba de terreiro e samba-enredo) foi reconhecido pelo IPHAN como "patrimônio cultural imaterial" do Brasil. Esse reconhecimento reforça a

importância histórica das escolas de samba no contexto cultural e social urbano de nosso país. Ainda segundo esse Dossiê:

> "No começo do século XX, comunidades negras do Rio de Janeiro 'excluídas de participação plena nos processos produtivos e políticos formais, perseguidas e impedidas de celebrar abertamente suas folias e sua fé' deram forma a um novo samba, diferente dos tipos então conhecidos, que viria a ser chamado de samba urbano, samba carioca, samba de morro ou simplesmente samba. Elas também criaram as escolas de samba, espaços de reunião, troca de experiências, estabelecimento de redes de solidariedade, criação artística e festa". (IPHAN/MINC, 2006)

Através do samba e das escolas, dentre outras maneiras, comunidades resistiram e responderam à exclusão e ao preconceito, conceberam expressões populares de alto valor artístico e grande poder de integração. Se, por um lado, "o samba foi e é um meio de comunicar experiências e demandas, individuais e de grupo"; por outro, "a escola de samba, nos terreiros/quadras e em seu momento maior, o desfile, foi e é um exercício de política social ao levar os sambistas a reocupar as ruas, num processo de conquista e afirmação social que, embora avançando, ainda não foi concluído" (IPHAN/MINC, 2006).

No Rio de Janeiro, as três formas de expressão – samba de terreiro, partido alto e samba-enredo – implicam relações de sociabilidade, sua prática está enraizada no cotidiano dos sambistas, na vida das pessoas, tendo, portanto, continuidade histórica. Sobre o carnaval, Queiroz (1992) afirma que foi uma das várias manifestações advindas da Europa ao Rio de Janeiro com a vinda da família real para o Brasil, no início do século XIX, quando as influências europeias foram mais intensas - que misturadas com tradições africanas ganharam um caráter específico em nosso país.

Segundo Queiroz (1992), as Escolas de Samba surgidas na década de 1920, no Rio de Janeiro, consolidaram seus desfiles em meados do século XX, quando o Carnaval Veneziano, o Corso e os cortejos das Sociedades Carnavalescas se encontravam em

decadência e, paulatinamente, davam lugar ao Carnaval Popular. Todas essas expressões foram reproduzidas em várias cidades do país, inclusive as Escolas de Samba que tiveram rápida expansão pelos meios urbanos – inclusive Belém.

Devido o carnaval de rua da época ter como participante a camada mais pobre da população e ser realizado envolto de muita violência, onde o samba subsistia num contexto de intolerância e menosprezo social, ocorreu uma busca pela organização dos desfiles e sua valorização pela sociedade no intuito de mudar a imagem negativa do sambista e das camadas sociais que desenvolviam o samba. Assim, as comunidades passaram a fixar fortes vínculos com suas escolas, que se tornaram espaços de lazer de intensa manifestação cultural e referência para uma identificação positiva de seus lugares de origem em relação ao restante da cidade.

A complexidade da nova organização das escolas constituiu um número maior de participantes, uma divisão do trabalho e uma burocratização específica - características refletidas nas relações sociais estabelecidas na sociedade e dentro das próprias escolas. Essas transformações influenciaram nos moldes do carnaval brasileiro, em especial na cidade de Belém.

Oliveira (2006) afirma que o carnaval paraense tem registros desde o século XVII com o Entrudo, trazido pelos colonizadores portugueses; seguidamente, por influência de outros centros mais adiantados, atingidos através da via marítima, principalmente Pernambuco e Rio de Janeiro, ele foi assimilando fortes mudanças e mesclando com características locais.

Na década de 1930, em Belém, inicia o que este autor denomina "Carnaval da era do samba", que tem como marco o surgimento da primeira escola de samba belenense, o "Rancho Não Posso Me Amofiná", em 1934, no bairro do Jurunas. Características foram construídas a partir do modelo carioca, como a exigência do enredo e do samba-enredo, a organização dos brincantes em alas, festivais para a escolha do samba-enredo, os grandes blocos passaram a abrir o desfile das escolas principais e as escolas adotaram um visual mais luxuoso.

No contexto de construção do samba e, consequentemente, das escolas de samba como patrimônios, se destaca a forte ligação das escolas com sua comunidade de origem, como é o caso de Belém, especificamente quando se fala no Rancho[2] do Jurunas. As escolas de samba ganharam abrangência maior do que propriamente ensinar, ou exercitar, o samba, pois fortaleceram seus vínculos sociais e simbólicos a uma manifestação cultural mais ampla e diversa, o carnaval; bem como ganharam características de grandes agremiações, clubes e centros comunitários, o que estreitou laços identitários e culturais entre seus integrantes.

O Jurunas é um dos bairros mais antigos de Belém, tem a 6ª maior população da cidade, segundo o censo 2010, e a 4ª escola de samba mais antiga do Brasil, que é uma referência cultural, comunitária e emocional para seus moradores. Assim como as comunidades do Rio de Janeiro, onde surgiram as primeiras escolas, apresenta baixos índices de renda, educação e elevado subemprego.

A cidade de Belém data de 1616, mas somente a partir do século XVIII a região onde se encontra o Jurunas foi incorporada à área de expansão da cidade. E só veio a ser Jurunas em 1840, pela decisão do Governador da Província do Pará. Nesse período, o bairro não tinha infraestrutura urbanística, como água encanada, iluminação pública e transporte que facilitasse o curso de pessoas e mercadorias para o centro da cidade, que sempre foi intenso. No século XX, aconteceu um processo de urbanização de Belém, que, juntamente com o fato do bairro ter se desenvolvido à beira do rio Guamá, facilitou a migração, fazendo do Jurunas um espaço de circulação de moradores de áreas ribeirinhas, que se fixaram próximo às estruturas dos portos, e constituem grande parte de sua população. É nesse contexto que surge a escola de samba "Rancho Não Posso Me Amofiná".

O início do Rancho começa no final da década de 1920, quando Raimundo Manito viajou a trabalho para o Rio de ja-

2 *Rancho* é o nome como é reconhecida a escola de samba "Rancho Não Posso Me Amofiná", tanto no bairro do Jurunas quanto na cidade de Belém. As pessoas vinculadas identitariamente à escola ou ao bairro são intituladas ranchistas e jurunenses, respectivamente.

neiro, presenciou a fundação das primeiras escolas de samba do país e passou a manifestar sua militância ideológica de esquerda, sendo filiado ao PCB (Partido Comunista Brasileiro), o que, de acordo com Manito (2000), o inspirou a fundar uma escola de samba no modelo carioca e a administrá-la com atributos de sua formação política, como: liderança, determinação, organização, viés democrático, etc.

Em Belém, Manito teve como meta dar visibilidade ao bairro no carnaval, integrando a comunidade nas brincadeiras e no contexto da cidade. Assim, inovou o bloco "Quem Fala de Nós Tem Paixão" com a bateria e a inclusão do tamborim na percussão – este era um instrumento não conhecido na cidade, que ele ensinou seus amigos a confeccionar e a tocar – para, finalmente, o denominar "Rancho Não Posso Me Amofiná[3]", que teve seu primeiro desfile no domingo gordo do carnaval de 1934. Em 1936, era uma revolução do carnaval local, feita nos moldes das do Rio de Janeiro, e se apresentava como a representante do "Carnaval Carioca no Pará".

A ligação entre o Jurunas e o Rancho é constante nos discursos de moradores e não moradores do bairro, o que, para Rodrigues (2006), teve início com a fundação da escola de samba, via um discurso nutrido "... de elaborações anteriores, de repetições, reiterações, já-ditos que circulam como parte de um discurso conhecido e dominado pela maioria dos residentes no bairro, que se afirmam ranchistas e jurunenses."

O Rancho tem fortalecido seu signo no decorrer da história pela integração da comunidade em prol do carnaval, pela liberação da sede para apresentações de artistas não ligados ao samba e ao carnaval e pela realização de projetos sociais voltados para educação, esporte, cultura e outras formas de assistência social destinadas à comunidade. Atualmente, a presença do Rancho no bairro ultrapassa os limites do carnaval devido sua atuação como

3 A grafia em desacordo com a norma formal da gramática brasileira retrata uma realidade muito presente no universo primevo do samba, a baixa escolaridade, que é por vezes refletida também nas composições. O nome permaneceu com a escrita inicial justamente para ressaltar esse aspecto social e histórico de criação do Rancho.

centro comunitário. A forte presença de moradores jurunenses circulando na escola estreitou ainda mais os laços socioculturais entre eles, colocando o Rancho como principal elo identitário.

A identidade é fator importante para apreensão do Rancho enquanto patrimônio cultural; ela permeia as principais definições acerca de patrimônio Imaterial, como afirma a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial (UNESCO, 2003) que o conceitua como:

> "práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana.

Enquanto o decreto nº 3.551, de 2000 (institui o Registro de bens patrimoniais e cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial), o compreende como: os saberes, os ofícios, as festas, os rituais, as expressões artísticas e lúdicas, que, integrados à vida dos diferentes grupos sociais, configuram-se como referências identitárias na visão dos próprios grupos que as praticam.

Também é relevante o caráter relacional da identidade, ou seja, "para se constituir, depende da existência de algo que se firma fora dela, mesmo que esse algo se tenha afirmado no passado" (VIANA E TEIXEIRA, 2008), o que faz a busca por determinada identidade exigir a redescoberta de seu passado. Por exemplo, as experiências vivenciadas ajudam na constituição da identidade e podem ser repassadas por várias gerações através dos mecanismos de memória, dando sentido e significado a coisas e seres, materiais e imateriais.

Com essas prerrogativas, ganha destaque o fator memória, que embora dialogue com o passado, vive no presente e em função dele; é conhecimento adquirido no decorrer do tempo, que é acionado e manifesto de acordo com as relações estabelecidas no aqui e agora. Daí decorre um processo educacional diretamente ligado às práticas culturais cotidianas, onde o saber e a aprendizagem estão latentes nas próprias ações executadas.

2. MEMÓRIA E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO RANCHO.

Durante pesquisa em campo, se tornou evidente certa elevação do que seria a memória do Rancho, seja pelo reconhecimento de que a velha guarda é a "memória da escola", fato presente no discurso ranchista, por isso ganha destaque no desfile carnavalesco e prestígio em eventos; bem como pelas histórias sobre a criação e marcos da escola, contadas e recontadas por todos - quem as vivenciou e quem apenas as ouviu, mas que tem como personagens parentes e/ou amigos próximos, tornando-as alicerces de identificação.

Zilberman (2006) define memória como a capacidade humana de retensão de conhecimentos adquiridos previamente, que pode ter valor sentimental, intelectual ou profissional, de modo que a memória pode remeter a uma lembrança ou recordação; por outro lado, compete à ela o acúmulo de um determinado saber, que se manifesta convenientemente. Ela é a função cerebral que "constitui o elo entre o que percebemos do mundo exterior e o que criamos, o que fomos e o que somos, ela é indispensável ao pensamento e à personalidade" (ZILBERMAN, 2006), por isso propicia que tenhamos uma identidade pessoal.

As memórias possibilitam reunir experiências, saberes, sensações, emoções e sentimentos que, por um motivo ou outro, são guardados e divulgados, quando conveniente. Elas são essenciais a um grupo porque estão atreladas à construção de sua identidade. São resultados de um trabalho de organização e de seleção do que é importante para o sentimento de continuidade e de experiência, isto é, de identidade, completamente agregada ao patrimônio, que é fundamentado pelas memórias, formadoras da própria identidade.

No campo educacional, o patrimônio deve ser apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, com o objetivo de colaborar para o seu reconhecimento. E, estando a memória relacionada ao acúmulo e divulgação de saber, ela é em si mesma veículo de educação patrimonial.

Sobre educação patrimonial, Horta (1999) afirma:

> "trata-se de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial busca levar às crianças e adultos um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural."

Portanto, a educação patrimonial não está restrita aos meios formais, ela pode e deve estar latente no seio do patrimônio cultural. A educação é uma prática social atuante na configuração das existências humanas, individual e grupal, promove nos sujeitos emancipação, entrosamento, conhecimento de diferentes saberes, e por maneiras diversas. A escola informal produz ações e influências exercidas pelo meio, que são desenvolvidas por relações individuais e grupais com seu meio humano, social, ecológico, físico e cultural, das quais resultam conhecimentos, experiências e práticas.

A história do Rancho aponta que, desde sua criação, foi pensado para exercer uma função social e política para seus moradores; ao longo dos anos, se estabeleceu como espaço de criação artística, de ensino e aprendizagem desta criação, de transmissão de saberes, etc. Essa relação entre educação e saberes culturais na escola de samba foi parcialmente trabalhada por Santana Júnior (2008). Para este autor,

> "a Escola, pensada como ambiente educativo, reúne desde o seu nascimento músicos, compositores, maestros, artesãos de instrumentos, produtores de ritmos e danças chamadas de samba ou batuque. (...) Ensinam pelos sons, gestos, pelo corpo, pela teatralização e pelo jogo cênico, fazer coletivo e participativo, em que o elemento fundamental para a comunicação entre os mestres e o coletivo é o som" (SANTANA JÚNIOR, 1998).

Conhecer as atividades existentes na escola de samba é fundamental para apreensão do modo que as práticas sociais e culturais contribuem para a socialização do saber. O próprio nome "escola de samba" é sugestivo ao comparar professores da "Escola Normal" com os "Mestres do Samba", pois ambos teriam a função de ensinar. Para Santana Júnior (2008):

> "as primeiras composições do Rancho, ao destacarem a relação Escola e bairro, servem como meio no processo educativo na medida em que valorizam a cultura do carnaval como algo positivo e servem de instrumento para contar e recriar histórias. Com isso, os jurunenses passam a gostar mais de seu local de moradia, historicamente esquecido pelos poderes públicos. Nesse sentido, a Escola aproxima moradores de diferentes ruas, bairros, profissões, credos, grau de instrução, gênero e cor. Sem deixar de haver conflitos entre eles, lá surge a oportunidade de eles tomarem consciência de si, do outro, da cultura, do mundo, transformando-se e transformando-os de forma dialética".

Os discursos e narrativas sobre Rancho são envoltos de pessoas com forte vínculo familiar, de vizinhos e amigos que juntos vivenciaram momentos prazerosos e inesquecíveis. Essa conjuntura está diretamente associada ao fato de, no passado, a escola ter sido um espaço de convivência voltado especialmente para o desfile carnavalesco, que só se realizava por colaboração voluntária de seus brincantes.

Essa proximidade entre jurunenses e ranchistas caracterizou processos educacionais, constituindo vínculos identitários e contribuindo para definição de uma memória social própria. Essa

memória só nos é revelada devido à presença ainda relevante da escola de samba no cotidiano do bairro. Hoje, o Rancho continua envolvendo moradores do Jurunas, seja no carnaval, nos eventos que promove ou através dos projetos sociais e assistencialismo que desenvolve.

A noção de memória social de Halbwachs (2006) define a memória como uma construção coletiva sobre o passado feita a partir das condições sociais que o grupo vivencia no presente. A lembrança do passado informa o grupo sobre o seu presente, a condição do aqui e agora define a lembrança que existe; passado e presente se constroem mutuamente – são socialmente percebidos por meio de informações que um projeta sobre o outro.

A memória tem a função de explicar o presente; ela equivale à herança de uma percepção cultural que define a visão e a interpretação que o grupo pode ter sobre os fatos que vivencia. Os indivíduos se apresentam aos outros e enxergam a si mesmos tendo como referencial básico as suas origens, desenhadas a partir de uma memória compartilhada e transmitida através das gerações. Neste sentido, em particular, a memória coletiva expressa os valores culturais do grupo, pois se a memória é constituída por uma seleção de feitos e marcos memoráveis, ou seja, dignos de lembrança, ela demonstra os critérios que o grupo utiliza para fazer sua seleção.

A construção da memória social jurunense, através do testemunho do grupo que vivenciou os fatos, é favorecida pela continuidade das redes de relacionamentos. Nas suas trajetórias de vida, os mesmos indivíduos compartilham momentos e sensações, assim não perdem a sequencia da história de suas vidas, que coaduna com a do Rancho. O passado e o presente se ligam na medida em que para vivência e compreensão deste, precisa-se da reconstrução daquele. Como diz Bosi (2004), "não há evocação sem uma inteligência do presente, um homem não sabe o que ele é se não for capaz de sair das determinações atuais".

3. O PATRIMÔNIO VEICULA A CIDADANIA

Notadamente, o maior acontecimento efetuado pela escola é o desfile carnavalesco, que agrega vários profissionais, trabalhadores e ajudantes, maioria moradores novos e antigos, que se juntam anualmente para, entre outras coisas, a produção artística. Tem-se o carnavalesco, que direciona o trabalho plástico das alegorias e fantasias; ferreiros e carpinteiros; escultores e decoradores; responsáveis pela limpeza diária da sede e do barracão; membros da comissão de carnaval; costureiras; etc.

O Rancho conta ainda com o "Clube de Mães do Rancho", realiza vendas de comidas, café da manhã e almoços, e o festival do açaí; a quadrilha junina "Sedução Ranchista"; promove a Romaria fluvial no Círio de Nossa Senhora de Nazaré; com eventos (15 anos, casamentos, formaturas, torneios, velórios, shows, festas de confraternização, "bingões", o "pagodão" e as rodas de samba); os projetos sociais, com aulas de balé, aeróbica, dança de salão, violão, judô, hip hop, atendimento odontológico, distribuição de sopa, boxe, capoeira e informática. Ações que vão ao encontro do que afirma Belo (2009):

> "... as ações sociais desenvolvidas pela escola de samba se constituem como elementos importantes e contribuem para a criação e manutenção dos vínculos entre a população do entorno e a entidade. Essa aproximação leva à compreensão de que a escola de samba como entidade organizada pode ter múltiplas funções."(...) "a própria existência da escola de samba, se traduz em uma ação social, pois trata-se de uma entidade que tem grande capacidade de agregar pessoas de diferentes idades,incluindo aquelas que não têm relação com o samba e com o universo do carnaval e possibilitar momentos de sociabilidade"

As práticas culturais se confundem com as do bairro, ambas são demarcadas por construções de saberes diversos que se desenvolvem num processo que assinalou em grande parte a cultura e o saber dos jurunenses. Para Cavalcanti (2001), "os fatos da cultura são sempre processos sociais totais, isto é, abarcam e imbricam diferentes aspectos da realidade em sua realização

(aspectos econômicos, sociais, políticos, jurídicos, morais, artísticos, religiosos entre outros)", eles têm a capacidade de articular em seu interior diferentes valores e interlocutores.

Esse caráter "total" da cultura indica que um determinado bem não tem uma forma acabada dentro de um espaço ou tempo delimitado; mas sim que, enquanto consistir de relações, onde for demarcada uma fronteira, esta é também uma relação. Com este pensamento, entende-se que o Rancho, embora sua sede seja no Jurunas e tenha criado fortes vínculos identitários entre jurunenses, tece relações e significados que ultrapassam os limites do bairro e da cidade.

Pode-se concluir que a valorização de um patrimônio cultural contribui significativamente para o exercício da cidadania. O Rancho é um exemplo de como um espaço cultural pode agregar valores e conhecimentos proporcionando vivências em prol da garantia de direitos. A constituição de 1988, nos artigos 205, 215 e 217, prevê a garantia dos direitos à educação, à cultura e ao desporto; e Pinsky (2013) afirma que:

> "ser cidadão é ter direito à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei: é, em resumo, ter direitos civis. É também participar no destino da sociedade, votar, ser votado, ter direitos políticos. Os direitos civis e políticos não asseguram a democracia sem os direitos sociais, aqueles que garantem a participação do indivíduo na riqueza coletiva: o direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde, a uma velhice tranquila. Exercer a cidadania plena é ter direitos civis, políticos e sociais."

Apesar de essas garantidas serem devidas ao Estado, formas alternativas de organização têm contribuído para a promoção desses direitos. O bairro do jurunas é marcado historicamente pela falta de políticas públicas e o Rancho acaba por preencher parte desta ausência de atenção do governo no bairro. Naves (2013), afirma:

> "A ideia de uma 'sociedade civil' organizada em entidades mais ou menos autônomas surge exatamente dessa lacuna no poder local: a crise de um Estado que é fraco pra definir o rumo de uma

> nação e de seu povo também é, por identidade, a crise da representatividade pela qual o poder estatal se define." (...) "... quando o poder central revela-se inacessível aos interesses da população, e a política deixa de ser o caminho para o exercício dos direitos, a tendência é surgirem novas formas de organização, que vão constituir o que se entende por 'sociedade civil'.".

A partir desses conceitos, torna-se aceitável deduzir que, no caso do Rancho, a expressão cultural definida pelo samba já é por si mesma um exercício de cidadania. Porém, com o crescimento da escola e abrangência de suas ações, considera-se também, que essa transmissão de saberes, aqui reconhecida enquanto educação patrimonial, bem como a memória social, são veículos para formação de cidadãos.

Sendo a educação e a cultura um direito social, o Rancho promove a cidadania. Santana Júnior (2008), ao considerar os pressupostos de Paulo Freire, ratifica que o Rancho:

> "é um espaço onde se ensina e se aprende, ao afirmar que a educação possibilita o fazer com reflexão, une sujeitos pelo trabalho, forma seres humanos solidários, rompe preconceitos, criam novos, permite a interação com mundos reais, lendários, influencia e é influenciado."

A escola de samba é um espaço educativo onde seus membros, inseridos num processo de produção, dialogam com a realidade por meio de diversos saberes; estimula diálogos entre diferentes sujeitos, promovendo relações de comunhão e conflito, ensinamentos e aprendizagens. Se firma como escola não-formal ao valorizar processos de aprendizagem coletiva, saberes e ações culturais que "desenvolvem a capacidade humana de resolver questões ligadas ao cotidiano, possibilita o saber político, capacita os indivíduos para o trabalho, por meio de habilidades e propicia a vida comunitária" (SANTANA JÚNIOR, 2008).

Por se tratar de um bem cultural, estas formas de educar consistem em educação patrimonial, que "é um instrumento de 'alfabetização cultural' que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do univer-

so sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido". Este processo propicia "o reforço da auto-estima dos indivíduos e comunidades e à valorização da cultura brasileira, compreendida como múltipla e plural." (HORTA, 1999)

Esta autora defende que o conhecimento apropriado pela comunidade e indivíduos acerca do seu patrimônio é indispensável no processo de preservação sustentável desses bens, além de fortalecer os sentimentos de identidade e cidadania. Da mesma maneira, estando estes fortalecidos, garantem a continuidade de compartilhamentos de conhecimentos. Diz Horta (2003):

> "O estudo dos remanescentes do passado motiva-nos a compreender e avaliar o modo de vida e os problemas enfrentados pelos que nos antecederam, as soluções por eles encontradas para enfrentar esses problemas e desafios, e a compará-las com as soluções que encontramos hoje, para os mesmos problemas (moradia, saneamento, abastecimento de água, iluminação, saúde, alimentação, transporte, e tantos outros aspectos). Podemos facilmente comparar essas soluções, discutir as causas e origens dos problemas identificados e projetar as soluções ideais para o futuro, num exercício de consciência crítica e de cidadania".

A história do Rancho é marcada por dificuldades financeiras e sociais que enfrentou para se manter; o samba e o sambista eram marginalizados, o bairro permanecia em descaso social ano após ano; no entanto, o valor atribuído à escola foi fundamental para a emancipação do grupo, que passou a se auto-organizar; suas formas de gestão se estruturaram com vistas ao seu objetivo maior que é o desfile e o título carnavalesco, mas também à sua comunidade, que tem na manutenção do samba e da escola sua razão de ser e de unidade na comunidade do Jurunas.

O estabelecimento de uma sede fixa, a abertura da escola para eventos variados, a "profissionalização" do carnaval, a realização dos projetos sociais e o crescimento dos cargos e vagas de trabalho, agora remunerados, são exemplos de como os contatos e diálogos proporcionados por relações de trocas de conhecimentos estabelecidos pelo Rancho, que não se limitam

aos jurunenses, deram vez à exercícios de cidadania nunca antes presenciados no bairro. O patrimônio cultural, portanto, é um referencial para o exercício da cidadania e do desenvolvimento social por meio do processo educativo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O livre exercício das praticas culturais, enquanto direito social, promove a cidadania. Bem como a memória, ao caracterizar e fortalecer os vínculos identitários, e estar diretamente ligada à cultura, pode contribuir para a formação de organizações comunitárias em prol de direitos sociais e culturais, estimulando, desse modo, a sustentabilidade do patrimônio imaterial encontrado num dado contexto sociocultural.

Formas de expressão musical, coreográfica, plástica, verbal; modos de fazer, como os de artistas/artesãos do bairro; lugares dotados de valor histórico; ações que expressam valores através de atividades coletivas ciclicamente repetidas são exemplos de expressões culturais, mas sobretudo a disposição, a vontade e os saberes necessários para continuar fazendo novos improvisos, novos sambas, esculturas e fantasias. Esses saberes e disposições se apoiam na possibilidade de continuarem a ser produzidos. É aí que a educação patrimonial e a memória elevam suas importâncias. Para Horta (2003):

> "o conhecimento crítico e a apropriação consciente pelas comunidades do seu patrimônio são fatores indispensáveis no processo de preservação sustentável desses bens, assim como no fortalecimento dos sentimentos de identidade e cidadania".

Ou seja, o que deve valer para preservação de um patrimônio cultural, que só existe pela presença dos valores afetivos que ele permite expressar e organizar em torno de identidades socialmente definidas, não são os produtos desses conhecimentos compartilhados, traduzidos em "objetificações", como fantasias, alegorias, sambas, dança, etc., mas exatamente a capacidade e o desejo de criar as mesmas coisas mas sempre novas.

O Rancho passa a integrar uma imensa rede de relações que têm na escola um sentido próprio de existência, dando conta de um comportamento social específico e estratégico ao, também, constituírem canais de benefícios, que caracterizam a própria cidadania. Dessa maneira, promove a apropriação simbólica e o uso sustentável dos recursos patrimoniais contribuindo para os ranchistas/jurunenses com o desenvolvimento econômico, social e cultural - com a cidadania.

Por fim, se considerarmos ainda que "salvaguardar o patrimônio imaterial é, no limite, garantir condições de praticar e transmitir com liberdade (liberdade de criação é um direito e, no fundo, o maior patrimônio da humanidade)" (VIANA E TEIXEIRA, 2008), entendemos porque o Rancho está longe de se amofinar.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília. Senado Federal, 1988.

_____. Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000.

CASTRO, Maria Laura Viveiros de e FONSECA, Maria Cecília Londres. Patrimônio imaterial no Brasil. Brasília: UNESCO, Educarte, 2008.

CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de castro. Cultura e saber do povo: uma perspectiva antropológica. Revista Tempo Brasileiro. Patrimônio Imaterial. Org. Londres, Cecília. Out-Dez, n ˚147. pp. 69-78. Rio de Janeiro: Ed. Tempo Brasileiro, 2001.

CHOAY, Françoise. A Alegoria do Patrimônio. São Paulo: Estação Liberdade: Editora UNESP, 2001 (cap. 3).

Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE/ Censo demográfico 2010.

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Editora Centauro, 2006.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. Guia Básico de Educação Patrimonial. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999.

_____. Educação Patrimonial. PGM 1 - O que é educação patrimonial. Salto para o Futuro / TV Escola. www. tvebrasil. com. BR. Boletins 2003.

IPHAN/MINC (supervisão e financiamento). Dossiê das matrizes do samba no Rio de Janeiro. Proponente: Centro Cultural Cartola. Apoio: SEPPIR – Fundação Cultural Palmares. 2006. In: www.iphan.com.br

MANITO, João Jurandir. Foi no bairro do Jurunas. Belém: Ed. Bresser de comunicação e produções gráficas. 2000.

NAVES, Rubens. Novas possibilidades para o exercício de cidadania. In: História da Cidadania. Jaime Pinsky, Carla Bassanezi Pinsky (orgs.). São Paulo: Contexto, 2013.

NORA, Pierre. Entre a memória e a história. Projeto história. São Paulo: PUC, 1993.

OLIVEIRA, Alfredo. Carnaval Paraense. Belém: SECULT, 2006.

PINSKY, Jaime e PINSKY, Carla Bassanezi (orgs.). História da Cidadania. São Paulo: Contexto, 2013. Introdução.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Carnaval Brasileiro: o mito e o vivido. São Paulo: Brasiliense. 1992.

RODRIGUES, Carmem Izabel. Vem do bairro do Jurunas: sociabilidade e construção de identidades entre ribeirinhos em Belém--PA. Tese de Doutorado em Antropologia, PPGA/ UFPE. 2006.

SANTANA JÚNIOR, Leopoldo Nogueira. Quem é do Rancho tem amor e não se amofina: saberes e cultura amazônicos presentes nos sambas-enredos da Escola de Samba Rancho Não Posso Me Amofiná. 2008. 151 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – universidade do Estado do Pará, Belém, 2008.

UNESCO. Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial. 2003.

VIANA, Letícia C.R. e TEIXEIRA, João Gabriel L. C. Patrimônio Imaterial, Performance e Identidade. Concinnitas, ano 09, vol. 01, nº 12, p. 121-129, 2008.

ZARINATO, Silvia Helena; RIBEIRO, Wagner Costa. Patrimônio cultural: a percepção da natureza como um bem não renovável. *Revista Brasileira de História*. São Paulo. V.36, nº 51, p. 251 – 262 . 2006.

ZILBERMAN, Regina. Memória entre oralidade e escrita. *Letras de Hoje*.Porto Alegre, v. 41, n. 3, p. 117-132, setembro, 2006.

PRODUÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO: IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS NA ORLA DA ESTRADA NOVA DE BELÉM

Fabricio César da Costa Rodrigues[1]
Maria de Fátima Fonseca[2]

RESUMO:

O presente artigo tem por objetivo analisar as formas de produção e organização do espaço urbano e os impactos socioambientais, mais especificamente com a revitalização da bacia da Estrada Nova denominada de Portal da Amazônia. Em seguida se propõe a verificar o papel do Programa de Saneamento da Bacia da Estrada Nova-PROMABEM e da Prefeitura Municipal de Belém (PMB) no processo de urbanização da orla, da segregação sócio espacial que a população de baixa renda sofreu, bem como o marketing urbano reforçado pelo interesse privado. O artigo busca ainda, apresentar criticamente as atuais práticas de gestão e planejamento urbano, do poder público Estadual e Municipal de requalificação urbana. Aplicou-se, neste artigo, a metodologia por meio de uma pesquisa qualitativa, com abordagem bibliográfica e documental que norteia o foco da pesquisa. Em seguida analisa acerca do papel da legislação urbanística tendo em vista o papel do Estatuto da Cidade e o Plano Diretor de Belém com relação à gestão voltada para a revitalização da orla de Belém.

Palavras- chave: Espaço urbano; orla fluvial; revitalização; impacto socioambiental.

---

1 Pedagogo pela Universidade da Amazônia – UNAMA, Especialista em Currículo e Avaliação na Educação Básica pela Universidade do Estado do Pará - UEPA, Geógrafo pela Universidade Federal do Pará - UFPA, Especialista em Gestão de Cidades e Sustentabilidade- NUMA, Mestrando do NUMA. E-mail: fabmissionufpa@gmail.com

2 Socióloga, professora da Universidade da Amazônia – UNAMA.

ABSTRACT:

This article aims to analyze the forms of production and organization of the urban space and social and environmental impacts, specifically with the revitalization of the basin of New Road called Amazon Portal. Then seeks to verify the role of the Sanitation Program of New Stay basin-PROMABEM and the City of Belém (PMB) in the process of urbanization of the edge, the socio-spatial segregation that the low-income population suffered, as well as the urban marketing reinforced by private interest. The article also seeks to present critically the current management practices and urban planning, public power state and municipal urban renewal. In this article is applied, the methodology throug a qualitative research with bibliographic and documental aprouch that guides the research focus. Then analyzes on the role of planning law in view of the role of the City Statute and Plan of Belém in relation to the management focused on the revitalization of the edge of Belém.

Keywords: urban space, river shores, revitalization, environmental impact

1. INTRODUÇÃO

O referido artigo tem por objetivo analisar a relação existente entre as formas de produção e a organização do espaço e os impactos sócioambientais mais especificamente com a revitalização da Bacia da Estrada Nova denominada de Portal da Amazônia. Trata-se de um projeto idealizado pela Prefeitura de Belém, onde busca a requalificação urbana e ambiental, criando uma orla mais dinâmica para fins turísticos e econômicos apresentando um novo fluxo de vias de transportes e acesso rápido a Universidade Federal do Pará-UFPA.

Na verdade, o Portal da Amazônia compreende seis quilômetros da orla que se estende do Mangal das Graças até a UFPA sendo dividida em dois grandes projetos: a macrodrenagem da

Estrada Nova (atual Avenida Bernardo Sayão) e o Projeto Orla. A esfera pública, nesse contexto provocou transformações sócio espaciais, intervindas no modo de vida amazônico, ou seja, na identidade ribeirinha provocando mudanças significativas dessa população local, bem como dos moradores em seu entorno.

A metodologia adotada neste artigo foi de uma abordagem qualitativa por meio de uma pesquisa bibliográfica e documental. Assim, buscou-se compreender os significados das transformações do espaço urbano da orla fluvial de Belém tendo em vista o papel do Estatuto da Cidade e o Plano Diretor como importantes instrumentos de planejamento urbano.

A pesquisa documental foi essencial para compreender a forma de intervenção da gestão municipal no espaço da cidade, através de projetos urbanísticos da orla de Belém. Entende-se que essa abordagem é bastante significativa para compreender o atual papel das práticas de gestão e planejamento urbano do espaço citadino belenense. Embora o projeto crie novas formas de arrecadamento de tributos, dinamiza múltiplas atividades econômicas e marketing urbano do consumo da paisagem, causa também inúmeros impactos socioambientais. A concepção de marketing urbano, segundo Sánchez (1997), tem como objetivo promover a cidade enquanto um bem a ser comercializado e consumido. Souza (2002), por sua vez, apresenta relevante contribuição crítica da gestão urbana sob uma perspectiva mercadófila.

Desse modo, a questão central que norteou este artigo foi compreender em que medida as atuais práticas de gestão e planejamento urbano apresenta contradições no desenvolvimento urbano de Belém? Quais as implicações impactantes tendo em vista implantar a modernização turística da orla e a reconstrução da rede sócio espacial da população local?

1.1. Produção do espaço fluvial de Belém e a política do PROMABEN

Considerando-se a produção do espaço da orla fluvial de Belém, no início de sua fundação a partir da geopolítica portuguesa do século XVII e da real necessidade de consolidar o domínio territorial ao norte de sua colônia, escolhendo um local que garantisse a melhor posição estratégica sobre o acesso a principal à região, ou seja, ao rio Amazonas, se constituiu o lugar de nascimento de Belém. Historicamente, a urbanização de Belém sempre apresentou um vínculo muito próximo com a hidrografia da região fazendo Moreira (1989) a denominar de "ribeirinha" sua gênese de crescimento, a exemplo de várias outras cidades amazônicas.

Esse modelo de ocupação inicial, segundo Moreira apud Trindade Jr. (1989, p. 52) expandiu acompanhando a orla fluvial, para, posteriormente, deslocar-se para o interior e se continentalizar, estabelecendo as três primeiras fases de seu crescimento: a ribeirinha (da fundação da cidade em 1616 até meados do século XVIII); a de penetração ou interiorização (de meados do século XVIII a meados do século XIX); e a descontinentalização (meados do século XIX em diante).

Posteriormente a esse contexto histórico segundo Trindade Jr. (2005), ocorre a fase da metropolização iniciada na década de 1960 cuja consolidação está vinculada a incorporação de cidades e vilas próximas a Belém, construindo uma malha urbana tipicamente regional, ainda que social e politicamente fragmentada.

Nesse sentido, para Trindade Jr. (2005) assim como as demais cidades amazônicas, Belém se dinamiza em função do rio, sendo uma cidade ribeirinha, não apenas em sua fundação histórica por mais de três séculos o rio representou a principal via de integração regional e nacional da cidade. Ao longo dos cursos fluviais e da sua geografia houve uma forte interação entre desenvolvimento econômico e cultural com índios, portugueses, cabanos, borracha, drogas de sertão, juta, mandioca, açaí; aonde

tudo e todos chegavam e partiam de Belém.

Ao longo de décadas a ocupação da orla fluvial ocorreu no sentindo oposto à medida que outras áreas urbanas eram revitalizadas dando origem a vários bairros que temos hoje como o: Reduto, Comércio, Campina, Cidade Velha, etc.

Surge na atualidade, uma nova maneira de planejamento urbano, o qual desencadeou diversas obras e intervenções espontâneas de uma nova estética urbanística. O discurso do Plano Diretor, Estatuto da Cidade, PMB e do PROMABEN representam uma nova gestão e planejamento urbano com os projetos de revitalização, macrodrenagem, saneamento das margens do rio Guamá e baía do Guajará.

Na atualidade urbana, temos uma rede de conflitos gerados no litoral sul belenense, tendo em vista o papel dos gestores e das políticas urbanas do PROMABEN e da PMB. Tais empreendimentos visam: proteger contra as inundações das marés as áreas baixas ao longo do rio Guamá e baía do Guajará; a melhoria das condições ambientais com o saneamento incorporando as áreas de baixada ao tecido urbano de Belém.

Uma das problemáticas urbanas urgentes da cidade de Belém segundo Trindade Jr.(1997) é o das novas frentes de ocupação e organização do espaço urbano de Belém. Essa expansão acelerada da urbanização da orla com a implantação de novas obras de infraestrutura tem gerado uma nova dinâmica de ocupação desordenada, conflitos, com a expulsão de populações tradicionais. Essa dinâmica urbana ao longo do tempo privou a população belenense de interação de um bem comum, a contemplação do rio, característico da região amazônica e suas singularidades. Segundo Santos (1996, p. 46) o avanço da urbanização, ganha novo impulso; modificando os espaços, tanto nas cidades como no campo, "vai tornando-se um espaço cada vez mais instrumentalizado, culturalmente, tecnificado e cada vez mais trabalhado segundo os ditames da Ciência.".

Nesse sentido, considerando a orla da Avenida Bernardo Sayão em seu passado mais remoto a população nativa exercia uma relação mais equilibrada com o seu meio, de se relacionar

com os rios, os recursos naturais e a paisagem. Em nossos dias, as técnicas e a revitalização urbana são utilizadas em todas as partes de forma hegemônica e universal. Essa dialética sócioespacial moderna superposta à realidade socioeconômica amazônida causa distorção na funcionalidade original da orla. Em face disso, a orla fluvial de Belém, em decorrência das transformações ocorridas vem sendo submetida à intensa valorização do espaço urbano, que segundo Souza, (2002) assume um caráter "mercadófilo" para fins de ser comercializado e consumido pelas elites. Ou seja; as elites se apropriam da paisagem urbanizada como espaço de lazer e turismo como se fosse uma mercadoria de consumo.

Considerando uma espécie de sistema de classificação relacionada à gestão e planejamento urbano, Souza (2002) propõe em sua análise que esteticamente parece que o planejamento mercadófilo, por não ser essencialmente "físico-territorial", nem ser a pretensão de arquitetos e urbanistas, apresenta múltiplas influencias, dentre elas as que são valorizadas pelo mercado aos interesses do capital imobiliário e outros segmentos dominantes.

De acordo com essa perspectiva sua ideia central está voltada para a modernização da cidade, conciliando-se esteticamente ao pós-modernismo que segundo Trindade Jr. (2005) por um lado o envolvimento popular nesse planejamento urbano adere a formas pseudoparticipativas, reforçadas por uma atitude acrítica em face do mercado neoliberal.

> Inserida numa "perspectiva mercadófila" a ideia-força central está assentada na preocupação com a modernização da cidade, privilegiando, nesse contexto, grupos empresariais de certa maneira já consolidados no mercado. Tal modernização pode ser verificada no próprio modelo de intervenção urbana adotado na construção da Estação das docas em Belém, o waterfront, que consiste na revitalização de objetos espaciais degradados coma incorporação de determinados elementos naturais. (TRINDADE Jr. 2005, p.98)

Quando o autor faz referência ao waterfront, resgata a relação existente entre a cidade e as águas, conforme a tradição da

palavra inglesa, water (água) e front (frente). È válido ressaltar, porém que esse modelo de renovação urbana não é especificado como uma particularidade local e sim como mais uma forma de urbanismo para caracterizar as orlas fluviais e marítimas em diversas partes do mundo, que segundo mostra Marcondes apud Trindade Jr.(1999, p. 98).

> Constituem exemplos emblemáticos, embora com diferentes abordagens e níveis de complexidade distintos, os projetos de Inner Harbor em Baltimore, Boston Waterfront em Boston, South Street Seaport em Nova York, Ron Rijnmond em Rotterdam, Puerto Madero em Bueno Aires e Dacklands em Londres. (...)

Corrêa (1989) considera que para entender as transformações e as dinâmicas das relações no espaço da orla de Belém, o projeto denominado Orla da Estrada Nova ou Portal da Amazônia é necessário pensar a diversidade de intervenções de vários grupos citadinos, tais como: proprietários fundiários, rentistas, proprietários usuários de moradia, promotores imobiliários, grupos sociais excluídos e o próprio Estado. Estas intervenções vão desencadear diferentes espacialidades e territorialidades.

As famílias que moravam no entorno da Avenida Bernardo Sayão "foram beneficiadas" e remanejadas para o conjunto habitacional Antônio Vinagre e, com isso, estão tendo melhores condições de saúde e lazer, ressaltou Sueli Pinheiro, através de entrevista com a coordenadora do PROMABEN. Essa qualidade de vida colocada pela coordenadora nesse novo espaço tem que ser discutida e problematizada.

Segundo Trindade Jr. (2005 p. 12) é importante considerar que a apropriação e uso coletivo da orla fluvial nas práticas de gestão possam ser considerados como elementos para uma melhor qualidade de vida, atentando para as funcionalidades da mesma e os impactos desses usos em relação às vias fluviais. Nesse sentido, pensar uma qualidade de vida para essa população que vive na beira-rio depende de múltiplos fatores que se misturam a valores urbanos e regionais enquanto sujeitos participantes de uma "tradição" comum dos moradores dos bairros periféricos

de Belém.

Tal problematização, é imprescindível que se compreenda a estrutura social desse período de mudanças realizadas pelo PROMABEN para que se entendam as transformações socioespaciais após ser criada e implantada para desempenhar o papel para o qual foi produzida. Segundo Trindade Jr. (1997 p.12-13):

> [...] as vantagens da relocalização se dão de dupla forma: através da expansão das atividades produtivas e das transações imobiliárias. Ambas contribuindo para o processo de acumulação capitalista. Como consequencia da mudança do uso do solo, substituindo as atividades precedentes, dá-se, adensamento e a concentração do comércio e de serviços, que sofrerão, posteriormente, nova alteração devido ao surgimento de sub-centros de comércio, de serviços, como parte das descentralizações, bem visível nas cidades que têm vivenciado o processo de metropolização.

Na concepção do autor, trazendo para a realidade dos moradores no entorno na Avenida Bernardo Sayão constata-se que ocorreu um padrão de segregação residencial em decorrência direta da descentralização espacial muito comum nos grandes centros urbanos. Assim a pretensa mudança social positiva segundo Souza (2003) não pode ser exercida somente pela máquina estatal, são necessárias que as entidades da sociedade civil, inclusive os moradores atingidos, sejam partes integrantes desse processo.

Além disso, Santos (2005) reforça essa mudança do uso do solo nas cidades capitalista quando menciona as cidades de reprodução ampliada dinamizadas pelas classes sociais. Na verdade o espaço urbano da orla da Estrada Nova, não é produzido de maneira uniforme, pois a dimensão social das políticas urbanas confere um caráter diferencial do espaço para a modernização ou para a segregação.

Nesse sentido, segundo Peixoto (2012), a produção e a organização do espaço urbano é também condição social, que expressa às características da sociedade que naquele lugar, e a cada momento, ali, reside, interage, sobrevive e constrói a sua história

de vida. A disposição das ruas, o comercio, os trapiches, as feiras improvisadas, as vendas de açaí, as funções urbanas, etc., a dialética da vida cotidiana, enfim, o modo como à sociedade se organiza constrói novas espacialidades garante sua dimensão social em contínuo dinamismo. Dentro desse dinamismo o projeto de macrodrenagem da forma como foi implementado garantiu a dignidade das famílias que moram em condições de extrema pobreza e insalubridade ao longo do canal na Avenida Bernardo Sayão e proximidades? Ou será que o referido projeto apenas vai revitalizar a paisagem para promover um novo ponto turístico para a cidade de Belém?

Considerando Trindade Jr. e Silva (2005), a particularidade do meio urbano demonstra:

> Cada uma das diferentes necessidades deve ser satisfeitas em um ou vários "domínios de uso e fruição": habitação, trabalho, circulação, diversão, consumo, eliminação de lixo/resíduos (correspondendo a uma adaptação crítica das famosas "funções básicas" consagradas pelo urbanismo modernista).

O Mesmo autor menciona ainda que somente com o amadurecimento crítico-político da coletividade e sobre a base de uma postura eticamente consciente conquistados ao longo do tempo por parte dos intelectuais e cientistas é possível minimizar as situações de riscos de manobrar a vontade coletiva, onde jamais será eliminada totalmente. No âmbito dessas discussões planejamento e gestão urbana são perspectivas importantes, cujo conteúdo e execução podem ser definido de modo eficaz e mesmo antagônico onde o Plano Diretor Urbano Municipal de Belém, disponível na Prefeitura Municipal de Belém, é uma lei municipal, de Nº 7.603, de 13 de janeiro de 1993 que trata de um conjunto de definições para políticas setoriais e específicas para o desenvolvimento urbano e socioeconômico do município de Belém.

Segundo Peixoto (2012), pesquisador do Museu Paraense Emílio Goeldi, a proposta do Plano Diretor é garantir a melhoria da cidade, tê-la como um espaço de direitos, de lazer, saneamento básico, etc. Nesse sentido, foi criado um capítulo das cidades,

da política urbana na Constituição de 1988, a qual está inserida no conjunto de propostas do chamado Estatuto da Cidade. O referido Estatuto da Cidade aprovado pela Lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001, reúne normas relativas à ação do poder público na regulamentação do uso da propriedade urbana em prol do interesse público, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como o equilíbrio ambiental.

Um dos aspectos importantes da Constituição era a necessidade das cidades terem o seu Plano Diretor. Na verdade, o Plano Diretor apresentou uma ideologia de reforma urbana, com todas as vantagens dos empreendimentos dos equipamentos urbanos com ascensão social de emprego e renda da cidade, com participação popular, etc. Todo esse processo constitucional seria uma forma de compreender os direitos da função social e cidadã da cidade.

No bojo dessas intervenções Peixoto (2012) questiona sobre o papel do Estado e da Prefeitura Municipal de Belém (PMB) em relação ao Projeto Portal da Amazônia há que se enfatizar o jogo em que o solo urbano está envolvido, no processo de valorização do espaço da cidade sem que a maioria não conheça os detalhes do referido projeto. O desafio consiste em convocar os interessados e a camada popular para cobrar do atual discurso da política se está coerente com o Plano Diretor para garantia dos direitos a cidade. Para Peixoto (2012, p. 2):

> Não existe o projeto para ser lido, agora ele está completamente desfigurado. Existe um Estudo de Impacto Ambiental (EIA-Rima) em linguagem técnico não decodificado, muito volumoso e que não trás as informações necessárias, além de estar desatualizado: um documento totalmente ultrapassado.

O documento se encontra disponível na Secretaria Municipal de Urbanismo (SEURB) localizada na Av. Governador José Malcher, 1622 – Nazaré sendo um órgão responsável pelo controle e fiscalização das construções, alinhamentos prediais, iluminação pública da cidade, e pelas posturas municipais, razão pela qual nela são exercidas as atividades referentes a projetos, execução e conservação de obras públicas; análise e legalização das obras em geral. De fato, as informações são muito precárias

e insuficientes.

A Prefeitura Municipal de Belém, segundo Peixoto (2012) não passa informações de quantos moradores estão morando no local, quantos serão remanejados e quantas famílias existem ao longo da Estada Nova. São muitas as indagações sem resposta. A sociedade fica restrita e com informações omissas do projeto.

1.2. Uso e apropriação do solo: Expansão territorial e degradação ambiental

Essa complexidade de uso e apropriação da orla da Estada Nova reflete uma gestão urbana forçada para promover a drenagem e o saneamento da área urbana que hoje abriga partes do bairro do Jurunas, Guamá e Condor, então caracteriza como uma bacia rural, com raras construções. Esta área conteve vários braços do rio Guamá que se ligava com o continente, além de ter abrigado comportas para doze igarapés, segundo informa o relatório do DNOS - Departamento Nacional de Obras de Saneamento (2008).

A caracterização do território, especificamente do solo urbano mostram-se mais vulneráveis na orla da cidade aos processos de mudança verificados na área em estudo. Essa dimensão do novo resulta, não raro, formas espaciais herdadas do passado desempenhando funções que não aquelas para os quais foram criadas.

Pois tais projetos foram elaborados sob uma postura coletiva de insatisfação dos moradores locais, devendo estes tão somente, ajustar-se ao plano preconcebido do PROMABEN e da prefeitura de Belém. No âmbito dos planejadores urbanos que subestimavam (e alguns ainda subestimam) o valor da participação popular da comunidade e julgavam-se dotados de mérito urbanístico e intelectual, para a implantação do projeto das supostas "cidades do futuro".

Nesse processo, são descartados fatores relacionados ao modo de vida, cultura, e as necessidades reais da população, além de não ser reservado lugar para a participação coletiva integral

nesses projetos. A Orla da Estrada Nova revitalizada está muito distante do que do Plano Diretor propõe, pois, o projeto da Sub Bacia 1 foi avançando ao longo dos anos de maneira incoerente, somados às políticas de intervenção do poder público, contrariando o Plano Diretor que prega a participação popular e o direito da população à cidade. Verifica-se, assim, uma gestão antidemocrática, que segundo Trindade Jr. (1997).

> [...] provocando efeitos direitos à estrutura econômica e sociocultural, impondo novos interesses econômicos e novos padrões culturais que afetam as funções atribuídas às formas existentes no interurbano, com alteração substancial no arranjo do espaço.

A partir da atuação do DNOS (Departamento Nacional de Obras de Saneamento), várias bacias de drenagens no Município de Belém tornaram-se objetos de intervenções. Como parte desse processo, como ocorreu o saneamento da área do Canal da Tamandaré, que representou o início do programa de construções de canais. Antes desse episódio, essa área já teria sido objeto de intervenções de menor porte na década de 60. Para Trindade Jr. (2005, p. 33)

> A construção desse dique proporcionou melhorias no aspecto do saneamento nas proximidades da orla, pois seu sistema de drenagem, comportas e canais de acumulação, ajudaram a combater a proliferação de insetos e de doenças, geradas através das águas estagnadas das áreas de baixadas.

Dessa forma, como ocorreu em outras cidades brasileiras, as ocupações intensivas da orla em Belém têm a tendência a se expandir para a criação de novas centralidades socioespaciais, sejam elas menores modernas e dinâmicas, em contraste com as formas espaciais antigas, desaparecidas ou que surgiram recentemente.

Considerando esse aspecto tem se verificado atualmente que a orla fluvial de Belém, pela sua posição geográfica privilegiada acaba implicando uma diversidade de intervenções urbanas que visam a "requalificação urbana e ambiental" realizadas pelo Estado e pela Prefeitura Municipal de Belém-PMB.

Essa nova organização do espaço urbano segundo Amaral (2005), estão sendo implementado por um megaprojeto para a orla da cidade, as chamadas "Janelas Para o Rio", que se caracteriza em construir uma nova paisagem dinamizada e moderna para a cidade através do resgate da paisagem dos rios e desenvolver uma requalificação, ou seja, o enobrecimento urbano deste espaço que foram ocupados de forma desordenada, transformando em espaço de cultura, lazer e turismo. Dentro dessas intervenções urbanas temos o Complexo Estação das Docas, o Núcleo Histórico-Cultural Feliz Lusitânia, o Complexo Ver-o--Peso, o Projeto Ver-o-Rio e atualmente o Portal da Amazônia.

Como pode ser verificada segundo Trindade Jr. (2005) a construção do dique da Estrada Nova proporcionou melhorias no aspecto de saneamento urbano e sistema de drenagem onde o processo de ocupação dessa via urbana teve o mesmo destino das áreas de baixadas, quanto à falta de planejamento e fiscalização oficial.

No entanto, as mudanças de alteração e de gentrificação do espaço beira-rio ocasiona problemas de assoreamento na baía do Guajará como também impactam os ecossistemas naturais que abriga importantes elementos naturais para a reprodução de várias espécies, pois, continuam sendo parte de manutenção dos mecanismos de funcionamento dos ecossistemas aquáticos onde se implantaram. Tais ecossistemas, em particular, cumprem funções vitais para a manutenção da fauna podendo ser considerado o berçário de diversas espécies, além de estabilizadores de processos erosivos e deposicionais.

Em decorrência da orla de Belém viver sob forte incremento infraestrutural pela veloz ocupação e adensamento de localidades não preservadas ocasionadas pela ocupação desordenada e deficiência de saneamento, podendo causar danos irreparáveis ao ambiente e população local. Nesse sentido o estuário Amazônico, que é compreendido para indicar a região interior de um ambiente costeiro, onde ocorre o encontro das águas fluviais com as do mar está sendo cada vez mais degradado segundo Miranda

et al. Knox (2002).

São muitos os fatores que contribuem para a degradação desse estuário a exemplo do aumento da população em seu entorno e a intensa atividade antropogênica que interferem na qualidade da água e as comunidades que fazem uso dele. As principais fontes de poluição segundo Kennish (apud VIANA, 2006, p. 23-24) e Miranda et al (apud VIANA ,2006, p. 23-24) estão relacionadas com:

> I) organismos patogênicos, matéria orgânica e nutriente em excesso causada por despejos municipais (domésticos e industrial); II) pesticida e herbicidas como resultado da agricultura; III) metais pesados, óleo e substancias tóxicas, que são resíduos de indústrias, portos, marinas e navegação; IV) calor, causado pelas usinas de eletricidade; V) grande quantidade de sedimentos, provenientes de rios associados com desmatamento das florestas, agricultura, pavimentação, construção e obras portuárias.

O quadro crítico que intensifica esse processo é o lançamento de esgoto, sem tratamento nas águas da Baia do Guajará, a descaracterização do modo de vida tradicional ribeirinho e pescadores, o que aumenta os riscos de degradação do meio ambiente. Dessa forma, os programas estabelecidos pelo PROMABEN e pela Prefeitura Municipal de Belém não correspondem adequadamente ao ordenamento territorial e o disciplinamento do solo. Enquanto a intervenção socioespacial referenciada pela cultura, sua interligação é realizada pelo turista por meio de sua interação no espaço. Segundo Corrêa, (1995 p. 35) as práticas espaciais são um conjunto de ações através das quais são criadas, mantidas, desfeitas e referidas às formas e as interações espaciais.

Essas intervenções espacialmente localizadas impactam diretamente sobre o espaço. Assim, as práticas urbanísticas da orla de Belém, seriam então estruturantes, da produção material e tenrificada de um território multifuncional. As demandas da população local quanto ao processo de deterioração ou degradação de seu ecossistema e área portuária, não parece ter sido considerada fato que culmina violentamente na subutilização in-

devida da intervenção urbana.
Ao mesmo tempo em que prega a valorização da orla de Belém, o projeto dá as costas aos aspectos culturais consolidados. (VARGAS; CASTILHO, 2005, p.268).

Sente-se, portanto, a necessidade de consolidação para que os projetos de intervenções se modifiquem em empreendimentos sustentáveis, capazes de promover a sinergia urbana desejada, é essencial que se realizem estudos de viabilidade anteriores à elaboração e a implementação dos projetos destinados a aperfeiçoar a economia urbana segundo os autores. (VARGAS E CASTILHO, 2005, p.272-273).

Nesse sentido o planejamento urbano e turístico pelos gestores e pelo Estado deveria ter uma gestão do território e do ambiente com competência política e governança com ênfase na inseparabilidade do planejamento urbano e regional. Incluindo a identidade dos cidadãos amazônicos e sua integração em relação ao patrimônio ambiental e urbano.

2. CONSIDERAÇÕES SOBRE A ORLA FLUVIAL DA AVENIDA BERNARDO SAYÃO DE BELÉM

Considerando a realidade regional de Belém apresentando uma riqueza de ecossistema hidrográfico com a presença significativa dos rios, quanto pequenos cursos de água (lagos, paranás, furos e igarapés) exercem influência na forma de vida das populações humanas que vivem nas proximidades de beira de rios e igarapés.

A dinâmica do desenvolvimento urbano associado à apropriação privada de grande parte da orla fluvial de Belém deve-se a apropriação das zonas periféricas marginais ao rio Guamá, à baia do Guajará e, mais recentemente ao furo do Maguari através da ação do poder público, infraestrutura urbana turística, obras de macrodrenagem, aterramentos e retificação e impermeabilização de canais e igarapés.

Existem vários projetos de intervenção sobre a cidade de Belém e estão articuladas à produção de políticas urbanas seme-

lhantes em outros locais, de acordo com suas especificações. No caso do projeto urbano implementado pelo poder público ocorre à capitalização sobre os atributos naturais (os rios, a vegetação, a fauna) da região, dando valorização aos espaços outrora desvalorizados, pois estas concepções de intervenção voltam-se ao mercado imobiliário e turístico.

Os discursos das novas gestões urbanas, materializadas pela escassez de recursos financeiros e pelos impactos de crise, sofrem mudanças onde esse espaço passa a ser de controle de outro público alvo, pertencente à elite local. Essa dinâmica urbana, em certos casos não importa nem a divergência ideológica, diante das restrições, os governos locais aderem, de forma estranha e imediata, ao modelo do empresariamento urbano considerando Harvey, (1996) com maior ou menor intensidade.

Há de se considerar que a denominação de orla fluvial, diz respeito basicamente às faixas de contato imediato da cidade com a baia do Guajará e com o rio Guamá, destacadamente devido à maior importância que esses cursos fluviais representam para a cidade. Seria incoerente no contexto geográfico, chamar de orla para outras beiras, bordas, margens de corpos de água, se considerando rios de maiores dimensões, seja considerando os igarapés, que, no caso de Belém, recortam a cidade em praticamente toda a sua extensão.

Segundo Harvey (1996), o empresariamento urbano se caracterizaria, principalmente, pela articulação público-privada, tendo como objetivo político e econômico imediato muito mais o investimento e o crescimento econômico através de empreendimentos imobiliários pontuais e especulativos do que a melhoria das condições em um âmbito específico para gerar qualidade de vida dos citadinos.

Para Trindade Jr. (1997) considera que a orla da baia do Guajará e do rio Guamá apresentam algumas peculiaridades, seja pela largura do próprio rio, que repercute numa outra configuração da paisagem e, portanto, de suas espacialidades como componente da paisagem urbana, seja pelos fluxos que são bem mais intensos quando comparados àqueles dos numerosos igarapés

que recortam a cidade. Essas modificações no sítio intra-urbano resultam na produção de uma nova morfologia para a cidade.

Nesse sentido, a Belém metropolitana e a Belém da orla fluvial acabam por se distanciarem. A orla fluvial da bacia da Estrada Nova de Belém passa a ser submetida a novos padrões urbanísticos, articulados a uma prática de planejamento urbano e de gestão da cidade, representado para uma nova forma de política urbana, considerado a sua potencialidade de sociabilidade espacialmente configurada.

Entretanto, tais conhecimentos das estruturas ligadas às formas de planejamento e gestão e ao poder de decisão tanto municipal com estadual precisam estar ao alcance desses agentes, seja do ponto de vista político, técnico, imobiliário. Existe na verdade uma interação rural-urbano que se identifica na geografia regional uma particularidade da metrópole amazônica onde ocorre a chamada sociobiodiversidade (comércio de frutos, verduras, ervas, óleos, resinas, plantas, pescado, mariscos e outros produtos regionais), onde se destaca a importância dos portos na Estrada Nova para a entrada de produtos no mercado local.

A dinâmica da orla da Estrada Nova tem toda uma lógica popular e típica da sociedade regional amazônica que deve ser respeitada e valorizada. Segundo Trindade Jr. (2005) existe a possibilidade de pensar a cidade, associada ao reconhecimento dos conflitos de interesses de agentes e de suas redes de articulação, podendo redirecionar a natureza das intervenções urbanas na orla fluvial de Belém tornando esse espaço uma condição para a permanência da cidadania. Esse aspecto é contrário à lógica da configuração espacial que tem marcado tradicionalmente a frente da cidade e uma das mais relevantes perspectivas de paisagem regional.

Nesse sentido, parte-se do pressuposto que a sociedade capitalista espacialmente organizada por meio de um sistema de objetos, de ações e fluxos, a partir de uma referência antropogênica, qual seja, a orla fluvial de Belém está em constante mudança espacial. Nesse contexto, a produção e a organização do espaço urbano se apresentam como expressão mais imediata da intera-

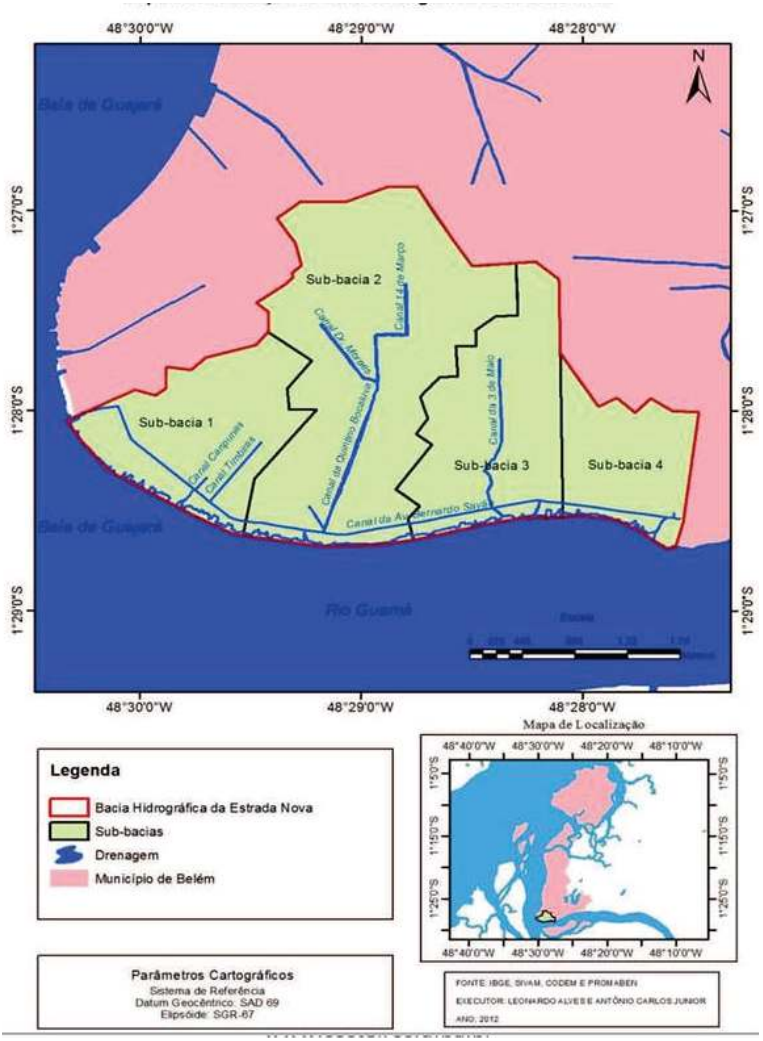
ção da metrópole com o estuário das águas da baia do Guajará.

As drenagens regulares e o controle das inundações provocadas pelas oscilações de marés que influencia a dinâmica do Rio Guamá possibilitaram, enfim, a ocupação de uma vasta área intra-urbana ao sul da cidade e, também da orla do Guamá; que segundo Trindade Jr. (2005) onde antes predominavam a vegetação de igapó e onde se constituíram quatro bairros de Belém: Jurunas, Condor, Universitário e Guamá. Este último sendo um dos mais populosos de Belém.

Nesse sentido, a revitalização da Avenida Bernardo Sayão compreende esses bairros citados anteriormente, onde o Sistema Metropolitano de Transporte Urbano de Belém classifica essa avenida como um tronco viário, por ser uma via relevante e indispensável para o tráfego entre os bairros da zona sul de Belém, além de promover a interconexão destes com outras áreas intra e inter-urbanas que segundo Trindade Jr. (2005) a sua localização paralela ao rio Guamá, permite a saída por meio de transporte rodo-fluvial.

A orla da Estrada Nova, segundo mapa abaixo se apresenta modificada em virtude das dinâmicas dos numerosos cursos de água que cortam a cidade tem sido reduzida, quando não assoreadas ou mesmo aterrada com a implantação da infraestrutura pública do PROMABEN. A incompetência do poder púbico e do Estado contraria as condições naturais do sítio urbano de Belém, substituindo igarapés por ruas e canais revestidos é agravado pelo crescimento imobiliário sem qualquer controle, regido apenas pelo lucro desmedido. Se não bastasse isso, as margens da baía do Guajará se concentram substancias contaminadas que acabam superando os limites determinantes, perdendo com o tempo sua capacidade de diluição.

Mapa 1: Localização da Bacia Hidrográfica da Estada Nova



Fonte; IBGE, SIVAN, Ano de 2012.

A região metropolitana de Belém é composta por várias bacias hidrográficas onde atualmente, o poder público, tanto na esfera municipal como estadual, glorificam-se por projetos de revitalização e recuperação de alguns segmentos da extensa orla de

Belém.

No entanto, não existe uma preocupação em controlar a ocupação verticalizada nas áreas de baixada e nas orlas fluviais recuperando a capacidade de ver e utilizar a orla do rio Guamá e baía do Guajará pelo cidadão, no resgate simbólico das origens ribeirinhas de Belém.

Considerando os rios da Amazônia, são sem dúvida, os principais elementos formadores da realidade socioeconômica de nosso estado, com os quais a população ao longo dos tempos criou uma interação simbólica e funcional inserido no contexto de lazer, meio de transporte, e meio de atividades econômicas. Segundo Martins, 2000 são nessa abordagem que os planos plurianuais vão dispor de intervenções urbanísticas na tentativa de resgatar o contato entre a cidade e o rio; e o objetivo central dessas ações é promover espaços públicos na orla.

A bacia hidrográfica da Estrada Nova, atual Avenida Bernardo Sayão segundo Lima e Zakia apud Rodrigues e Leitão Filho (2000) para evitar dúvidas no conceito geomorfológico de bacia propõe uma abordagem sistêmica, onde as bacias são sistemas abertos, recebedores de uma carga de energia por meio de agentes químicos e perdem energia através do deflúvio, ou seja, "volume total de água que passa, em determinado período, pela secção transversal de um curso d'água". Ex. deflúvio anual, mensal, semanal, diário, etc.

O deflúvio é expresso em m de altura de água sobre a bacia correspondente. O deflúvio anual define desta a forma, a expressão "produção de água" ou "rendimento de água" de uma bacia hidrográfica. A Bacia hidrográfica é delimitada a partir de seus divisores de água, os quais lhes dão sua característica própria, o que nos possibilita interpretá-la como uma unidade de gestão e planejamento urbano.

Vale ressaltar que a capital paraense está localizada numa região de águas, a do estuário do Pará, caracterizado por Ab`Saber (2001) como um contínuo estuarino que inclui diversos canais fluviais de grande importância para a circulação regional de pessoas e mercadorias, bem como para a conformação do mosaico

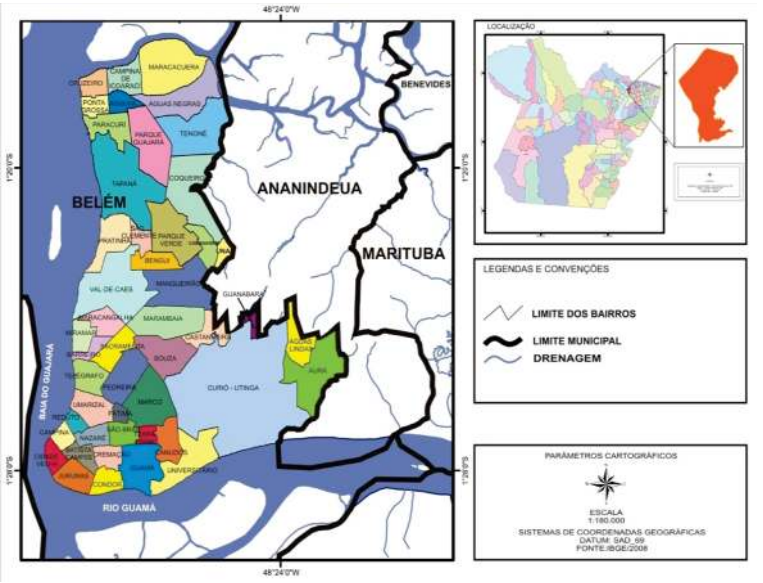
de paisagens da área, hoje muito modificado em virtude das dinâmicas que se dão a partir do espaço urbano, daí o uso corrente do termo "fluvial" para a orla de Belém, não obstante o fato destes canais serem por vezes ligeiramente salinizados e sofrerem influencia de correntes de maré, esclarece este mesmo autor.

Segundo Rocha apud Vasconcellos (2009 p. 19) não há como conceber uma política de gestão urbana e de políticas públicas que não leve em conta os ecossistemas e a geomorfologia natural das cidades da Amazônia, a exemplo de Belém.

> Em cidades da Amazônia, por exemplo, não há como conceber uma política de gestão de transporte que não leve em consideração suas características naturais em que os rios e os igarapés são vias de mobilidade e acesso da população (...). Não há como pensar uma política de urbanização e habitação se as características demográficas não forem levadas em consideração. Rocha apud Vasconcellos (2009, p. 19)

Na realidade considerando a orla fluvial da Estrada Nova sob uma politica de gestão há possibilidade de pensar a cidade, associada ao reconhecimento das condições naturais, portuárias e hidrográficas deve estar também integrada a amenizar os conflitos e interesses de vários atores sociais e de suas redes de articulação, no sentido de redirecionar a natureza das intervenções urbanas na orla da Av. Bernardo Sayão (TRINDADE JUNIOR, 1997). Deve-se organizar e revitalizar o referido espaço na consolidação da cidadania que tem sido considerada tradicionalmente a frente da cidade a uma das mais importantes expressões da paisagem regional. Observe o mapa abaixo da região metropolitana de Belém-RMB, destacando os limites dos bairros e municípios e a rede de drenagem onde os gestores têm que ter certo conhecimento para planejar o ordenamento do território continental e insular e a gestão desse importante recurso natural.

Mapa 2: Região Metropolitana de Belém-RMB



Fonte: IBGE, 2008

A orla fluvial de Belém deveria ser um elemento da paisagem natural adaptado para a vida social, além de não bloquear os ventos da baia guajarina, fazendo o ajuste da temperatura e minimizando os efeitos da umidade combinada com o calor. Ao longo de décadas não foi feito o uso racional dos recursos hídricos na região metropolitana de Belém-RMB que poderia trazer benefícios à população podendo gerar novos investimentos em diferentes setores da economia paraense com consequente desenvolvimento urbano e industrial da região Norte. È importante considerar que a expansão industrial no Pará é diretamente proporcional à qualidade e a segurança dos cursos de água da região minimizado os impactos socioambientais.

3 A DINÂMICA DA REPRODUÇÃO DO CAPITAL NA ORLA FLUVIAL SUL DE BELÉM

Nesse sentido, a definição do uso do solo na cidade de Belém depende do conflito entre o valor de uso e o valor de troca. A realização do uso do solo na esfera da troca corresponde imediatamente à esfera do mercado, visto que, como produto capitalista, só se realiza a partir do processo de apropriação via propriedade privada (CARLOS, 1994) que se dá através do pagamento de tributos e se expressa, da mesma forma, da obtenção de rendas a partir das vantagens e possibilidades que o espaço urbano apresenta.

Compreende-se que ao considerar o espaço urbano como realidade concreta, tornando-se palco de conflitos específicos entre valor de uso e de valor de troca, entre a mobilização da riqueza e o investimento improdutivo na cidade (aquele onde a riqueza não é mobilizada diretamente para a obtenção do lucro), entre a acumulação do capital e a sua dilapidação nos gastos desnecessários sinônimo do encontro, do subjetivo e do prestígio, não mediados em sua essência pelo dinheiro, conforme afirma Lefebvre (2001).

Surgem os limites da interpretação do uso do solo tão somente enquanto mercadoria. Percebe-se que a produção do espaço regional, especificamente na orla de Belém é produto da realidade econômica e política regional e suas influencias pelos diversos agentes sociais que extrapolam a escala local incorporando escalas mais amplas e distantes da dinâmica regional e até mesmo local formando um mosaico de paisagem em virtudes das dinâmicas que se dão partir do espaço urbano. Tal dinâmica sócio espacial segundo Trindade Jr. (2005) influenciou a orla fluvial de Belém "viradas de cotas para o rio" tendo como significado a usurpação do bem público pelos interesses econômicos privados cuja própria legislação fortalece a legitimação por meio de regras e normas específicas de regulação.

A lógica de reprodução do capital em sua dimensão de lucro considera a espacialização do uso do solo voltada para a comercialização de construções destinada as camadas de alto poder aquisitivo da cidade tendo como consequência em não contribuir para a melhoria das condições habitacionais da maioria dos citadinos.

Ocorre na verdade uma relação de disputa pela apropriação do espaço da orla fluvial, onde a cidade parece estar relacionada com uma mercadoria no bojo das relações econômicas e da realização do valor de troca. Para se compreender como esse processo acontece segundo Becker (1990) inicia-se ainda no séc. XIX e avança as primeiras décadas do século XX passando a predominar enquanto padrão hegemônico de uso do solo a partir dos anos 60, dentro do contexto de integração da Amazônia às redes do capital globalizado e ao circuito nacional de preços onde Belém passa a conquistar a posição geopolítica de centro regional revitalizado. Presencia-se atualmente em nossa cidade é a disseminação de uma estrutura verticalizada atrelada aos interesses econômicos locais, nacionais e globais.

As transformações da cidade não existem de forma isolada, ela é resultado de investimentos de capital, aporte de tecnologia, de novos negócios, de grandes corporações com estabelecimento de políticas nacionais e locais para mudar a legislação urbanística municipal. Com isso, existe uma ideologia decisiva na liberação, com a aprovação do poder público, de áreas privilegiadas da cidade para a especulação imobiliária. O capital, com autorização do Plano Diretor e das prefeituras investe em grandes empreendimentos que poderão a vir a construir ilhas de bem-estar e consumo moderno nas proximidades da orla fluvial de Belém. É certo que a economia e os empreendimentos imobiliários comercializam a nossa paisagem fluvial, a nossa brisa e todos os aspectos de nossos recursos naturais.

A produção social do espaço ao longo da Estrada Nova obedeceu à lógica do paradigma metropolitano, dinamizando diversas manifestações espaciais de produção, de circulação, de transporte e de consumo voltadas para atender determinados

grupos privilegiados. Nesse sentindo, as intervenções públicas acabam valorizando a reorganização do espaço de tal forma que expropria a camada popular mais pobre das antigas áreas portuárias.

Assim, essas camadas excluídas formam uma grande massa em via de ocupação de terrenos públicos e privados, onde cada vez mais as práticas sociais estão dimensionadas por contextos espaciais complexos carentes de equipamentos urbanos que atendam as necessidades dos citadinos. Isso explica à configuração do espaço urbano de Belém, em destaque a orla da Estrada Nova que sofreu várias fragmentações territoriais pela dinâmica de forças produzidas pelos agentes locais, sejam eles, moradores, vendedores, barqueiros, feirantes, etc. permitindo uma ocupação intensa e desordenada.

Um bom exemplo disso segundo Peixoto (2012) são os portos do Açai e da Palha que surgiram na forma de trapiches de uso público e passaram a representar portas de entrada para mercadorias e passageiros oriundos das ilhas e interiores. Infelizmente os portos da Palha e do Açai foram atingidos pelo projeto Portal da Amazônia, modificando as relações sociais, culturais dos trabalhadores daqueles portos em relação à intervenção urbanística que previu a sua retirada e remanejamento. Todo esse processo gera conflitos que implica nas intervenções socioeconômicas e para um contingente populacional considerável da Belém Continental e da Belém Insular.

As preocupações sócio econômicas relativas à orla fluvial da Estrada Nova segundo Trindade Jr. (2005) recaem não apenas sobre o patrimônio cultural, como ainda sobre sua fragilidade geomorfológica e sobre sua sobrecarga de infraestrutura urbana. Por esses motivos a orla fluvial foi definida como uma Área de Diretrizes Especiais e ganhou parâmetros urbanísticos diferenciados de outras parcelas da cidade. Entretanto, a violação aos códigos do urbanismo parece ser uma realidade nas cidades brasileiras, pois, em julho de 2010, leis foram alteradas especialmente para permitir a implantação de empreendimentos e atividades que viessem a atender às demandas de diversos seguimentos das incorporações capitalistas.

4. A CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO URBANO EM BELÉM

Analisar a presença de instrumentos de planejamento e desenvolvimento urbano no âmbito das intervenções públicas na cidade de Belém possibilita avaliar a viabilidade dos mesmos no momento da gestão urbana. Nesse sentido, quando se pretende realizar um estudo de uma determinada área de um território urbano pode servir menos como um caminho para constatar a eficácia de políticas setoriais, além de poder analisar as diretrizes dos instrumentos de planejamento e desenvolvimento que seriam úteis para a sua orientação foram empregadas e, em caso afirmativo, deve-se avaliar de que maneira passaram a influenciar para a construção de uma nova espacialidade urbana.

Todos esses aspectos de instrumento de planejamento e de desenvolvimento analisados neste artigo serão relevantes para o uso, o controle e orçamento do espaço urbano de Belém. Esses instrumentos vão estar inseridos em leis, planos, programas e projetos urbanísticos. Os mesmos serão trabalhados tão somente no que exemplifica as diretrizes para o uso, controle e gestão da orla fluvial da cidade de Belém.

Examinemos atentamente ao primeiro instrumento a ser analisado: o Plano Diretor Urbano de Belém, que corresponde a Lei Nº 7.603 de 13 de Janeiro de 1993. A referida Lei constitui um instrumento indispensável para o exercício de uma política de planejamento e desenvolvimento urbano no cumprimento da função social da cidade e da propriedade imobiliária de fins urbanos, de acordo com o previsto no Estatuto da Cidade. Busca garantir também o bem-estar individual e coletivos de seus habitantes.

O Estatuto é a expressão legal da política pública urbano-ambiental, que interage com os diversos agentes que constroem a cidade, orientando e integrando a ação dos agentes públicos municipais, metropolitanos, estaduais e federais e os privados na produção, apropriação, consumo e gestão da cidade de Belém. No referido Plano Diretor Urbano de Belém (1993) são destacados alguns objetivos específicos relacionados à orla de Belém. São eles:

> Resgatar e valorizar a fisionomia e a visualização dos elementos peculiares da cidade de Belém, como o rio, a baía, os igarapés, as mangueiras e a paisagem construída, especialmente os elementos representativos do patrimônio histórico-cultural; enfatizar a recuperação da capacidade de ver e utilizar a orla do rio Guamá e da baía do Guajará pelo cidadão, resgatando simbolicamente, as origens ribeirinhas de Belém; regatar áreas da orla fluvial de Belém para uso coletivo, com ampliação de "janelas" para o rio Guamá e para a baía do Guajará; controlar a ocupação verticaliza nas áreas de baixadas e nas orlas fluviais especialmente nas ilhas de Mosqueiro e Caratateua.

Considerando essa lógica de planejamento urbano pelo Plano Diretor Urbano de Belém (1993) é significativo repensar, segundo Trindade Jr. (2005) uma organização espacial urbana obedecendo às formas geográficas da verdadeira identidade da cidade e seus conteúdos a partir dos quais fossem criados e ampliados espaços públicos e de uso coletivo e que os cidadãos não fossem submetidos a usuários alienados desses serviços e equipamentos urbanos. È necessário reconhecer a relação da cidade com os cidadãos que moram nela, verificando se é possível estabelecer um vínculo de sustentabilidade, criando-se uma cultura de valorização coletiva desses espaços regionais, em substituição ao sentido da propriedade individual e privada.

Além disso, segundo Trindade Jr.(2005) é fundamental a participação popular nos programas de reestruturação da orla fluvial de elém, valorizando a fisionomia da cidade com a reintegração da orla do rio ao convívio coletivo, estimulando o uso para as atividades de cultura, lazer, tráfego e transporte, com garantia e qualidade ambiental.

O Estatuto da Cidade que institui uma política urbana precisa reconhecer e avaliar as necessidades urbanas e também estabelecer os limites para a vida em sociedade, considerando que a mesma está em constante transformação, cada vez mais dinâmica, globalizada e com projeções de escassez de recursos naturais. Na verdade quando a cidade de Belém se projeta urbanisticamente para se tornar um atrativo turístico com a intenção de

promovê-la para atrair consumidores que vão contemplar o rio na baía do Guajará. Segundo Trindade Jr. (2005, p.93) a cidade deixa de ser produzida e planejada para atender quem nela habita para ser tornar uma verdadeira mercadoria urbana para quem vem de fora, muitas vezes para visitá-la ou consumi-la. Segundo o referido autor. "Perde assim, sua condição de cidade concreta para se tornar uma cidade abstrata" segundo o referido autor.

Essa concepção de cidade revitalizada está relacionada à gestão estratégica de cidade, que é discutida por Sànchez (1997) ao denominar na concepção da gestão urbana de marketing urbano ou cidade espetáculo. A autora procura demonstrar a importância que passa a ter a gestão das cidades voltadas para o marketing urbano o que exige das práticas de gestão a prioridade coma construção de uma determinada imagem (logomarca) para a cidade, para promovê-la como algo atrativo a ser consumido.

Tais fatores estão relacionados segundo Trindade Jr.(2005 p.99) com o regate do rio como elemento simbólico que representa a cultura local. A cidade que ao longo da história, cresceu de "costas" para o rio, hoje busca resgatar esse importante recurso natural através das políticas de intervenções urbanas.

Quanto à política de revitalização proposta pelo PROMABEN no RIMA- Relatório de Impacto Ambiental prevê impactos socioambientais positivos e negativos sobre os moradores da orla e o reordenamento sócio espacial realizado pela Prefeitura Municipal de Belém com a retirada de residências as proximidades do rio Guamá, os quais serão resolvidos por meio de medidas compensatórias diante de novas edificações que serão erguidas na margem direita do Guamá.

5. AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A SUSTENTABILIDADE: DESAFIOS E CONTRADIÇÕES

Apesar dos avanços das conferencias mundiais sobre o meio ambiente e o desenvolvimento da sustentabilidade fortalecido pelas pressões dos movimentos sociais pela manutenção dos recursos naturais em escala mundial, ainda vivemos uma crise

de valores, ideologias e paradigmas na busca dessa sustentabilidade. Assim entendemos, no âmbito das cidades que essa crise está entronizada no planejamento urbano das cidades, em espacial no contexto da elaboração dos planos diretores, respaldados constitucionalmente no Brasil. Esta importante consideração no âmbito da política urbana e das ações públicas na maior parte dos municípios ainda não utiliza instrumentos de gestão urbana e ambiental para aprimorar seu planejamento.

As políticas públicas para a sustentabilidade urbana estão distante de implementar efetivamente resultados para atender as necessidades e demandas econômicas e sociais da população em uma dinâmica sustentável entre Estado e sociedade civil. Nesse sentido, até mesmo as capitais estaduais que vivem num contexto de graves problemas socioambientais e em crise de sustentabilidade consideram as questões socioambientais e urbanas estratégias nos seus planos diretores, por meio de avaliações dos impactos sofridos, por meio de diagnósticos com a participação da sociedade civil, visando a sustentabilidade futura da cidade.

Seja como for, nas suas particularidades de dificuldades dos municípios na aplicação dos instrumentos de gestão ambiental no planejamento urbano têm contribuído para uma situação em que uma minoria dos planos diretores é elaborada contendo diretrizes coerentes com a cidade sustentável que pretende ter. Até mesmo nos municípios onde já existe a aplicação dos instrumentos urbanísticos a partir de escolhas políticas urbanas na busca da sustentabilidade, ainda se deparam com conflitos durante a aprovação e execução desses instrumentos, pressupondo os riscos destes provocarem novo impacto ambientais nos seus municípios.

A partir dos espaços construídos de uso e ocupação do solo em Belém, dentro da lógica voltada para a produção e o consumismo fortalece um espaço metropolitano moderno contrário a lógica regional ribeirinha e da própria identidade da cidade de Belém. A cidade moderna que incorporou essa requalificação urbana agravou-se os indicadores de qualidade ambiental urbana onde o espaço passou a produzir para o consumo, alterando-se as

regras em favor do seu uso natural. A cidade se aproxima de um produto valorizado no mercado com determinado valor de troca.

Esse fato ocorre de forma conflituosa entre a realidade regional e a realidade do mercado, onde podemos considerar a organização do espaço e sua produção interagindo nas relações sociais urbanas onde o espaço real historicamente construído conflita com o espaço urbanizado tecnificado. Nesse sentido, a cidade representa um emaranhado de diferenças, da pluralidade de valores, cultura e maneiras de viver o urbano. Fica claro que cidade internaliza contradições sociais, econômicas e culturais.

Partindo desse entendimento, surgem as contestações dos ambientalistas, em defesa da orla, da biosfera, dos ecossistemas da cidade de Belém, bem como da ação dos órgãos ambientais, municipais e do Ministério do Meio Ambiente, para que os planos diretores considerem a capacidade de reverter os impactos ambientais e a preservação do ambiente.

Os compromissos a âmbito nacional e mundial para consagrar o paradigma d sustentabilidade reconheceu a importância de confrontar os problemas ambientais definindo nos debates no Congresso Nacional uma reforma urbana consolidando dia 10 de Julho de 2001, que dispõe sobre o Estatuto das Cidades propondo novas condições para que os municípios enfrentem os problemas relacionados à sustentabilidade urbana.

Tal sustentabilidade, tão almejada como um modelo de cidade precisa segundo Vasconcellos, Rocha, Ladislau (2009, p.15) reconhecer a necessidade de adaptação humana a um novo padrão de escolhas e de comportamento. È necessário constatar como a conduta das coletividades está interagindo impactando o solo, os rios, a vegetação, o clima, etc. num amplo contexto sócio econômico e natural que integram uma cidade.

> A cidade deve funcionar como um sistema integrado, ela requer uma estrutura em forma de gestão, governança, comércio, cultura, educação e comunicação que facilitem a interação entre os diversos atores sociais que a compõem. Tal estrutura é que vai intermediar a interação das pessoas com os ambientes que a conformam." Vasconcellos, Rocha, Ladislau (2009, p.15)

Nessa definição de cidade integrada colocada pelos autores, depende por sua vez, de ações integradas no âmbito das políticas públicas como a responsável prioritariamente em promover mudanças urbanas sustentáveis. Para alcançar essa estrutura integrada é importante considerar segundo os autores a relevância das políticas educacionais, sendo capazes de influenciar o comportamento dos cidadãos e as escolhas coerentes dos seus habitantes. Para alcançar a sustentabilidade urbana pressupõe necessariamente implementar escolhas políticas coerentes que os gestores das cidades assumem.

Cabe analisar, então que a organização sócioespacial de Belém é organizada pela dinâmica dos atores sociais que fazem as escolhas políticas e de outro lado os atores políticos que executam projetos urbanos, por meio de legislações e políticas públicas. È nesse contexto que as ações do Estado e dos governos citadinos têm a responsabilidade política e de gestão para promover a sustentabilidade urbana de Belém. Isso pressupõe que são no âmbito político que se definem os caminhos e as condições da sustentabilidade urbana pretendida.

O desafio da sustentabilidade das políticas públicas em Belém além dessas considerações expostas neste artigo deve objetivar a maior interação social e participativa entre as diversas coletividades existentes, independente de classe social. Com isso, deve-se eliminar toda ideologia etnocêntrica onde a expropriação dos grupos sociais mais pobres, das áreas impactadas, deve ser repensada quando forem remanejadas e vítimas da especulação imobiliária. Nessa teia de relações sociais urbanas, os conflitos são inevitáveis para implantar um modelo de cidades sustentáveis.

No caso das cidades amazônicas, que se encontra no conjunto de cidades em desenvolvimento, segundo Vasconcellos, Rocha, Ladislau (2009, p.17) é importante fazer a conciliação entre os horizontes de longo e curto prazo priorizando o atendimento imediato das necessidades econômicas e sociais em nível local, preocupando-se com as populações futuras e também as cidades que se encontram em nível local. Deve-se preocupar,

também, com os efeitos e as consequências impactantes no sentido de amenizar ou conter o seu avanço a exemplo das ilhas de calor, geração de resíduos, uso indiscriminado de energia não renovável.

Tudo faz arte e uma excelente governança quando as normas e as práticas sociais empoderam e encorajam as pessoas comuns a ter responsabilidade e ética sobre o desenvolvimento do seu próprio espaço sem violar os direitos aceitos das diversas coletividades. Vasconcellos, Vasconcellos e Souza (2009, p.18). Nesta lógica as diretrizes de governança participativa estão holisticamente interdependentes em termos de participação, responsabilização, eficácia, resolução de conflitos e coerência das políticas públicas para consolidar práticas democráticas para o futuro das cidades.

Quando se busca um modelo político de cidade sustentável, os gestores das cidades assumem um papel fundamental com a participação da sociedade civil, sob uma perspectiva da governança. No entanto não é tarefa fácil incorporar essa discussão no desenvolvimento urbano para o alcance de uma boa governança.

Vasconcellos, Vasconcellos e Souza (2009, p.18) defendem a ideia que embora existam experiências dos instrumentos de governança urbana em algumas cidades brasileiras, porém, a governança participativa ainda precisa amadurecer, uma vez que sérias limitações estruturais ainda dificultam o entendimento coerente por parte dos gestores e aqueles que pretendem realizar no futuro.

Os conflitos vão surgir de diversas ordens, entre os vários atores sociais e as coletividades o que acaba fragmentando e ocorrendo descontinuidades no bojo da governança. Nesse sentido, a questão primordial não está no conflito e segundo os autores está na exposição dos diversos conflitos e na busca de um consenso mínimo entre os atores sociais urbanos para (re) construção de um ideal de cidade sustentável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Orla fluvial de Belém é resultado de questionamentos e de lutas contra a pressão de vários grupos sociais segundo os seus interesses na organização e produção do espaço urbano na região. Admirada não só pelos moradores paraenses, mas também pelos turístas, que a consideram o principal cartão postal da cidade, pela exuberante biodiversidade regional e rica oportunidade de cultura, lazer e gastronômia.

O Projeto da Bacia da Estrada Nova- PROMABEM, ainda que demonstre uma relevante obra de requalificação urbana, pode ser considerada segundo Trindade Jr. como excludente e impactante, foi projetada também para a desordem sócia espacial da população tradicional ribeirinha e modificando a sua funcionalidade original.

A cidade de Belém está passando por significativas mudanças socioespaciais e turísticas. Tais iniciativas por parte da política urbana e da Prefeitura Municipal de Belém com a intensão de recuperar a orla fluvial. Fundamentada nesse discurso político de valorização da paisagem e da cultura ribeirinha resulta na perspectiva de Milton Santos (1998) na imposição de uma "culturalização e tecnificação da natureza" resultado da renovação urbana segundo os padrões espaciais modernos.

Na verdade, a organização do espaço urbano da orla de Belém está se transformando a paisagem, quando, projetam a identidade da cidade, ainda que revitalizada ou reorganizada pelo poder público, não favorecem o uso coletivo do território, pois se encontram distorcidas da funcionalidade tipicamente amazônica. As intervenções urbanísticas na orla pelos atuais gestores e a Prefeitura Municipal de Belém-PMB está criando um turismo desiquilibrado e com desigualdade social, espacial e econômica quando ainda permanecem o péssimo esgotamento sanitário e ausência de saneamento básico.

Com base nos resultados da pesquisa exploratória segundo Kennish, Knox (1996b) a carga de efluentes domésticos e industriais tem causado impacto na qualidade das águas superficiais

da Baía do Guajará. A urbanização crescente sem planejamento tem prejudicando o estuário do Guajará com o lançamento de efluentes que apresentam índices de poluição, de acordo com os parâmetros apresentados pelos estudos biológicos.

As diretrizes da eficácia da governança participativa devem ser incorporadas pelos gestores urbanos para o alcance de um modelo político de cidade sustentável, onde todos os cidadãos sejam capazes de ter o controle sobre o desenvolvimento da organização do seu próprio espaço urbano com responsabilidade eficácia e ética. Não podemos esquecer os múltiplos atores sociais que fazem parte da realidade regional amazônica tanto da área continental e insular, como dos moradores dos bairros da beira-rio da Avenida Bernardo Sayão com seus valores, identidades e contexto de vida.

Este foi o norte do discurso apresentado neste artigo que define o aspecto da paisagem urbanizada e a valorização do contexto regional amazônico. A abordagem de diversos autores que discorreram sobre as formas espaciais, na concepção da política urbana, sustentabilidade e de governança, constitui uma maneira de interpretar a dinâmica, evolução da cidade e da própria sociedade como um todo. Tudo implica na esfera de análise da produção e organização do espaço urbano.

REFERÊNCIAS

AB'SABER, A. N. **Litoral do Brasil**, São Paulo: Metalivros, 2001.

AMARAL, M, D.B. **ESTADO E POLÍTICA URBANA NA AMAZÔNIA**: A experiência das Intervenções Urbanas na orla fluvial de Belém. 1995.

BELÉM, **PLANO DIRETOR DE BELÉM**. Belém: PMB, 1993.

BECKER, B.K. **AMAZÔNIA**. São Paulo: Ática, 1990

CORRÊA, A.J.L. **O ESPAÇO DAS ILUSÕES**: Planos compreensivos e planejamento urbano na região metropolitana de Belém. Belém: UFPA/NAEA, 1998. (Dissertação de Mestrado)

CORRÊA, R.L. Espaço: **UM CONCEITO CHAVE EM GEOGRAFIA**: Conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

CARLOS, A.F. **A (re) produção do espaço urbano**: São Paulo: EDUSP, 1994.

HARVEY, D. **DO GERENCIAMENTO AO EMPRESARIAMENTO**: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. Espaço e Debates, São Paulo, n 39, p.48-64, 1996.

INSTITUTO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DO PARÁ (IDESP)
.**Belém**: estudo ambiental do Estuário Guajarino. Belém: Idesp. Relatórios de Pesquisa nº.17, 1990

KNOX, G.A. **ESTUARINE ECOSYSTEMS**: A systems aproach. Flórida: CRS, PRESS, 1986. 298p.

LIMA, W. P.; ZAKIA, M.J.B. Hidrologia de matas ciliares. In: RODRIGUES; R.R.; LEITÃO FILHO; H. F. (Ed.) **Matas Ciliares**: conservação e recuperação. 2.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, p.33-43, 2000.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001

MIRANDA, L. B.; CASTRO, B.M.; KJERFVE, B. **PRINCÍPIOS DE OCEANOGRAFIA FÍSICA DE ESTUÁRIOS**. São Paulo: Edusp, 2002, 441p.

MARCONDES, M. J. A. **Cidade e natureza**: proteção dos mananciais e exclusão social. São Paulo: Nobel, 1999.

MARTINS, M.L.R. Belém 1997-2000: **Desenhando A Cidade Do Terceiro Milênio**. Belém: Pólis, 2000

MOREIRA, E, **Belém e sua expressão geográfica.** In: PARÁ. Obras reunidas de Eidorfe Moreira. Cejup, v.1, 1989.

PEIXOTO, Rodrigo. **Projeto Portal da Amazônia:** faltam informações, sobram perguntas, Destaque Amazônia. Informativo do Museu Paraense Emílio Goeldi Nº 55, Março de 2012.

SANTOS, M. **A NATUREZA DO ESPAÇO**: espaço, técnica, razão e emoção. 3 ed. São Paulo: Hucitc,1999

SANTOS, M. **METAMORFOSE DO ESPAÇO HABITADO**. São Paulo: Hucitec, 1998, 124p.

SANTOS, M. **Espaço e método**. São Paulo: Hucitec, 2005.

SANCHEZ, F. **Cidade Espetáculo**: Política, planejamento e city marketing. Curitiba: Palavra, 1997

SOUZA, M. L. A perspectiva "mercadófilas": os ataques conservadores contra o planejamento regulatório. In: SOUZA, M. L. **Mudar a cidade**: uma crítica ao planejamento e à gestão urbanos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

_____Planejamento e gestão urbanos como ferramentas de promoção do desenvolvimento sócio espacial. In: SOUZA, M. L. **Mudar a cidade**: uma crítica ao planejamento e à gestão urbanos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

SOUZA, C.B.G. **Desenvolvimento local e (re) apropriação da cidade**: reflexões sobre o PDL Riacho Doce. 2003. 75p. Monografia (Especialização em Desenvolvimento da Amazônia) NAEA, Belém, 2003.

TRINDADE, Jr, S.C., SILVA, M. A. Uso do solo na orla fluvial de Belém: realidades e contradições. In: TRINDADE Jr,S.C. SILVA, M. A. (org.) **Belém**: a cidade e o rio na Amazônia. Belém: EDUFPA, 2005.

_____A cidade estratégica nas políticas de renovação urbana em Belém: a experiência da Estação das Docas. In: TRINDADE Jr, S. C. SILVA, M. A. (org.) **Belém**: a cidade e o rio na Amazônia. Belém: EDUFPA, 2005.

_____**Produção do Espaço e uso do solo urbano em Belém**. Belém: UFPA/NAEA, 1997.

VIANA, A P. Ictiofauna como indicadora da qualidade Ambiental na Baía do Guajará (Belém-Pará), Estuário Amazônico. Dissertação (de Mestrado em Ciência Ambienta) Universidade Federal do Pará, da Empresa brasileira de Pesquisa Agropecuária- UFRA, Belém, 2006. KENNISH, M. J. **ECOLOGY OF ESTUARIES**, Vol.2: biological aspects. Flórida: CRC PRESS, 1986b.

VARGAS, H.C; CASTILHO, A.L.H. Reflexões Finais e Lições Possíveis. In: Vargas Heliana Comin; Catilho, Ana Luiza Howard. (orgs.). **Intervenções em Centros Urbanos**: objetos, estratégias e resultados**.** 1º ed. São Paulo: Manole, 2005, p.265-274.

VASCONCELLOS, M.; ROCHA, G.M.; LADISLAU, E. **O desafio político da sustentabilidade**: gestão sócio-ambiental de Belém. Belém: NUMA/UFPA, 2009.

UMA ANÁLISE INTERDISCIPLINAR SOBRE A DIVERSIDADE CULTURAL EXPRESSA NO PATRIMÔNIO HISTÓRICO DA CIDADE DE BELÉM

Eliézer Miranda da Silva Junior[1]

Resumo: O texto tem como objetivo analisar o patrimônio histórico da cidade de Belém como patrimônio hibrido, fazendo alusão a diversidade cultural da cidade, suas características e suas particularidades em relação a outras localidades do Brasil e do mundo em que vivemos. Esse breve artigo sobre o patrimônio histórico é resultado de meus estudos e pesquisa no campo da cultura e dos museus.

Palavras chave: Patrimônio histórico, Cultura, Arte e Museus.

Abstract: This article aims to analyze the historical heritage of the city of Bethlehem as hybrid heritage, alluding to cultural diversity of the city, its features and its peculiarities in relation to other locations in Brazil and the world in which we live. This short article about the historical heritage is the result of my studies in the field of culture and museums.

Keywords: Historic Heritage, Culture, Art and Museums.

1 Museólogo formado pela UFPA. E-mail: eliezermsjr@gmail.com

1- INTRODUÇÃO

A cidade de Belém do Pará, assim como muitas cidades da região Norte, possui um vasto acervo de patrimônios materiais móveis e imóveis, que foram produzidos ao longo do processo de ocupação territorial da Amazônia. Esse patrimônio histórico[2] está presente em toda cidade, entretanto a maior concentração desses bens se encontra no Centro Histórico de Belém, no qual abrange os bairros da Cidade Velha e Campina, sendo que, o patrimônio material móvel em sua maioria se encontram nos museus do Sistema Integrado de Museus do Estado Pará - SIM, no Museu de Arte de Belém – MABE, nas Igrejas Católicas Apostólicas Romanas e no Instituto Histórico e Geográfico do Pará.

Apesar da importância didática desse acervo patrimonial para a história de cidade, muitos se perderam ao longo do tempo principalmente por causa da evasão de obras de arte com certa antiguidade para outros lugares e pela demolição de edifícios históricos para dar lugar a novos empreendimentos imobiliários.

Em nossa investigação acerca do patrimônio histórico de Belém, percebemos que uma parcela dos exemplares da arquitetura Barroca, Neoclássica e Eclética, exemplares da arte sacra e das artes em geral referentes à cultura da região, se perdeu nos sucessivos processos de reurbanização e desenvolvimento da metrópole entre os séculos XVII e XXI.

Nota-se também que, parte do patrimônio histórico material imóvel que ainda sobrevive às intempéries do tempo e às ações do homem necessitam de maior atenção da administração pública para que eles possam manter suas características originais consolidadas e preservadas, com a finalidade de subsidiar estratégias de ensino para as gerações futuras entender formação histórico-social da Amazônia ao longo do tempo, por meio desse

2 Patrimônio histórico. A expressão designa um bem destinado ao usufruto de uma comunidade que se ampliou a dimensões planetárias, constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum: obras e obras-primas das belas-artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes dos seres humanos. (CHOAY, 2001. p. 11).

acervo patrimonial.

Em relação ao patrimônio histórico de Belém, observa-se que em determinados casos, um seleto grupo de bens foram preservados e recuperados pelo poder público, por estar em processo de degradação e por se constituírem como referências culturais da identidade dita amazônica. Entre os patrimônios o qual me refiro, enquadram-se; igrejas barrocas, museus históricos e seus acervos, praças públicas e monumentos. Um exemplo mais recente de patrimônio histórico que vem sendo restaurado é a Praça da República localizada na Av. Presidente Vargas.

Em Belém do Pará, a proteção do patrimônio histórico da cidade esta prevista na própria legislação Municipal e Estadual, entretanto, somente as leis de preservação do patrimônio, não são o suficiente para efetivar a preservação desses bens. É necessário que o Estado busque alternativas e dê uma função social aos prédios históricos que ainda não possuem uma, e, em conjunto com historiadores, museólogos e a sociedade civil, trabalhem com as pessoas da cidade para que elas também valorizem e preservem o Centro Histórico de Belém.

2 - A INTER-RELAÇÃO ENTRE A ARTE E O PATRIMÔNIO HISTÓRICO EM BELÉM

A importância em se preservar essas obras de arte (testemunhos), está relacionada ao fato de que elas fazem parte de um contexto histórico e no presente as mesmas são os vestígios do passado, do homem no tempo, o fio condutor que aciona uma memória histórica, possibilitando ao observador uma imagem aproximada de como as pessoas viviam e de como era cidade no passado.

Em relação a essa categoria de dados, a carta patrimonial intitulada Carta de Atenas, redigida no 4º Congresso Internacional de Arquitetura Moderna – CIAM, ocorrido no ano de 1933 na cidade de Atenas – Grécia, os estudiosos definiram que "a história está no traçado e na arquitetura das cidades, pois através desses documentos, é possível uma representação das imagens

do passado" (Carta de Atenas 1933, p.2), e mais, a história de uma cidade além de esta nas fontes primarias, ela está nas obras de arte dos museus e nos acervos particulares de colecionadores e antiquários.

Mais o que é uma obra de arte? Podemos considerar como obras de arte; as artes plásticas, desenhos, pinturas, esculturas, praças, parques, pontes, monumentos, prédios históricos e até mesmo uma cidade inteira construída e projetada ao longo do tempo, cuja adquiriu valor histórico e estético.

Para CHOAY(2001) os fragmentos históricos das cidades antigas, podem ser comparados aos objetos de arte de um museu, o que eleva essa categoria de cidades a adquirir status de cidade museificada, que é "caracterizada pela qualidade e pelo número de tesouros de arte, monumentos históricos com seu cenário pintado e esculpido, museus e coleções que ela, à maneira de um imenso museu a céu aberto, encerra. Por isso, a noção de cidade como obra de arte é aplicável a categorias heterogêneas de cidades"(CHOAY. 2001. p. 192).

Qualquer que seja sua relação com a realidade, uma obra de arte é sempre qualquer produção estética do homem em determinado contexto histórico, que se comunica e levanta conjecturas no homem do seu tempo. O conceito de arte é, pois, um valor, uma produção humana que adquiriu valor simbólico e/ou valor histórico.

O patrimônio histórico da cidade de Belém, assim como os museus e seus acervos, compõe um capital cultural inestimável e insubstituível, esse patrimônio, faz parte da paisagem urbana e da cultura de Belém, que segundo a Declaração do México (1985) pode ser entendida como uma riqueza que possibilita a realização da espécie humana em mobilizar a sociedade a nutrir-se de seu passado e a colher as contribuições externas compatíveis com a sua realidade, para assim, continuar o processo de sua própria criação no presente.

Todas as culturas humanas possuem uma história e uma produção artística em particular, no sentido de possuir características incomum a de outras áreas geográficas do mundo. Pen-

sando nessa perspectiva territorial da produção artística, podemos dizer que as obras de arte mais antigas de Belém, nesse artigo também considerada como patrimônio histórico, possuem uma característica particular pelo fato de ter sido produzidas na região amazônica.

O patrimônio histórico da cidade produzido entre o século XVII e a primeira metade do século XX na Amazônia, contam a história da cidade. Porque eles foram produzidos com uma finalidade e uma intenção, a de representar a cidade, a maneira tal como ela era no passado.

O patrimônio histórico de Belém é o que os habitantes, os artistas, os arquitetos e os engenheiros pensavam a respeito da sociedade e da cultura local em um determinado contexto, pois, se fosse em uma outra época, em outro território poderiam ser produzidos com características diferentes.

O patrimônio histórico móvel e imóvel da cidade de Belém é o que os seus produtores queriam ou achavam sobre a aparência física da cidade na época de sua construção. E essa produção está relacionada ao contexto histórico global, nacional e local, bem como as correntes artísticas e filosóficas da época de sua produção.

Nesse sentido podemos dizer que, as ideologias, os movimentos artísticos, a economia, a política e a cultura regional está relacionada diretamente à estética desse patrimônio. Por que o patrimônio histórico de Belém possui muitas características peculiares que fazem referência a região e aos diversos grupos formadores de nossa sociedade, e isso é um fato, porque o homem é produto do meio sociocultural e socioeconômico de suas respectivas épocas, e por essa razão imprimem símbolos e elementos decorativos relacionados à sua ideologia.

3- A AUTENTICIDADE DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO DE BELÉM

O conceito de autenticidade é de suma importância para os estudos sobre patrimônio histórico, pois as obras autênticas

representam um estilo com suas particularidades, por isso a noção de autenticidade também é uma noção histórica. Mas o que é o autêntico em matéria de arte? O autentico é o contrário do falso da cópia, em sentido mais amplo, as imitações e as derivações.

Uma obra de arte tem importância histórica quando contribui para formação e o desenvolvimento de um novo período artístico, que no futuro pode ser matéria da história da arte, e dos historiadores propriamente ditos, que na atualidade, além das fontes primarias, analisam obras de arte, monumentos, vestígios arqueológicos e etc.

Para a historiografia local o patrimônio histórico da cidade tem que ser compreendido a partir das tendências artísticas e arquitetônicas em voga nos séculos em que foram produzidos, que na ocasião eram as tendências estilísticas do epicentro da civilização, a Europa, entretanto devemos compreende que essa produção de certo possui influência da cultura da região, dando a essas produções um caráter de autenticidade, pois determinadas obras da cidade possuem particularidades que fogem à regra do contexto internacional e nacional.

Determinados exemplares do patrimônio histórico de Belém possuem referências culturais da região norte do Brasil e de culturas diversas, a exemplo da cultura inglesa e francesa, da cultura judaica e da cultura árabe trazida por imigrantes Sírio-libaneses no século XIX durante o período da Belle Époque na Amazônia.

A explicação dessas influências culturais nas obras de artes dos museus e nos exemplares arquitetônicos da cidade, refere-se à formação histórico-social da Amazônia, que ao longo do tempo foi constituída por diversos aspectos culturais herdados dos povos nativos e dos povos que aqui chegaram através dos fluxos migratórios decorrentes do desenvolvimento do sistema capitalista.

Na cidade de Belém esse fenômeno é evidente, e podemos percebê-lo a partir dos fragmentos culturais existentes nos museus e em vários pontos da cidade, entretanto podemos percebê-lo mais facilmente nas pessoas, no patrimônio genético, na língua, na música regional, na dança, no artesanato, nas obras de

arte dos museus da capital e na paisagem urbana que apresenta uma diversidade de elementos estéticos, artísticos e arquitetônicos, que indicam a autenticidade da cidade de Belém como obra arte em relação à cultura de outros territórios.

Quando argumento sobre autenticidade do patrimônio histórico de Belém, quero me referir ao caráter excepcional, às características particulares que compõe as expressões, as obras de arte e as construções históricas da cidade, cujo possuem elementos tanto da cultura regional, como da cultura nacional e internacional, o que nos faz inferir que, existe uma diversidade de culturas expressas no patrimônio histórico de Belém.

4- PATRIMÔNIO HISTÓRICO E DIVERSIDADE CULTURAL

Uma superficial análise iconográfica e iconológica, de determinadas obras do acervo artístico do Museu de Artes de Belém - MAB, do Museu Histórico do Estado do Pará - MHEP, do Museu de Arte Sacra, bem como de determinadas construções arquitetônicas da cidade, notamos que a região amazônica possui uma cultura híbrida composta pelos elementos culturais pertencentes aos diferentes grupos formadores da sociedade amazônica.

O patrimônio histórico e cultural de Belém possui detalhes e características próprias, o que faz desses testemunhos históricos os rastros de uma cultura híbrida, concebida a partir do meio social e do contexto histórico o qual a cidade de Belém vivenciou desde sua formação como núcleo populacional.

As evidencias desse hibridismo e dessa autenticidade podem ser percebidas, em algumas amostras que selecionamos nesse artigo e que indicam por meio dos seus símbolos, monumentos, imagens e traçados arquitetônicos, as particularidades desses determinados exemplares do patrimônio histórico de Belém. Entre as obras selecionadas temos:

1)O Teatro da Paz em estilo arquitetônico Neoclássico e cuja interior, especificamente o centro do teto, percebe-se um antigo ventilador em motivos Art Nouveau [3] que faz alusão a uma típica planta amazônica chamada vitória-régia, além desse detalhe, ainda no epicentro do teatro, temos uma pintura de grandes proporções com o deus da mitologia grega Apolo em sua carruagem triunfal em meio à fauna e a flora nativa da região Amazônica, a decoração do interior do teatro em termos gerais é marcada pelo brilho da Belle Époque tropical e sua decoração rebuscada em estilo Art Nouveau.

2)Nesse quadro de obras autenticas incluímos o Palacete Bolonha, em estilo Art Nouveau. E que mistura novas e antigas técnicas de produção, trazendo a cidade de Belém ares da cultura europeia, misturando arquitetura e a religiosidade local, pois em seu interior a um espaço para a virgem de Nazaré, que mobiliza multidões durante o Círio de Nazaré.

3)O Museu da UFPA - MUFPA que possui iluminarias no formato da ave guianense, ave símbolo presente no brasão do Estado do Pará e no brasão da Universidade Federal do Pará - UFPA. Além desse elemento, nos pisos do primeiro andar do prédio, percebe-se uma decoração com influencias da cultura regional, e ainda nas paredes dessa mesma sala, estão presentes as cores da bandeira Nacional.

4)As obras de arte produzidas entre o século XVII e o início do século XX, presentes no acervo do Museu de Arte Sacra, nas igrejas barrocas, no MABE e no MHEP. Determinadas obras indicam em suas pictografias elementos característicos da paisagem e da cultura regional, a exemplo da tela mais famosa do MABE "A fundação de Belém" de Teodoro Braga e a obra em sua exposição de longa duração que retrata uma tacacaseira vendendo a iguaria regional.

5)A Praça Batista Campos no qual apresenta elementos da cultura Marajoara em uma das pontes de alvenaria, e, em seu coreto

3 O Art Noveau ou Arte Nova foi um movimento artístico que surgiu no final do século XIX na Europa e vigorou entre os anos de 1880 e 1920, aproximadamente. É um estilo que inspirou as artes plásticas, a arquitetura e as artes decorativas. O movimento foi inspirado em formas naturais, não somente em flores e plantas, mas também na figura feminina e em linhas curvas. Os arquitetos tentavam harmonizar as figuras da natureza com a decoração das suas construções.

central, uma decoração em motivos Art Nouveau com a presença de garças, ave comumente encontrada na região amazônica.
6)O Prédio histórico localizado na esquina da Av. Nazaré com a Rua Quintino Bocaiúva, no qual em sua arquitetura é notável as influências da cultura Árabe trazida por imigrantes Sírio-libaneses no século XIX, durante o ciclo da borracha na Amazônia.
7)Dentre outros patrimônios temos os casarões na Av. Boulevard Castinho França, com influências e azulejarias da arquitetura portuguesa, construídos com essa forma, por um decreto estabelecido pelo Intendente Antônio Lemos.
8)O monumento da praça do relógio com influências da arquitetura londrina – inglesa.
9)O monumento da Praça dos Pescadores em forma de obelisco e etc.

5- COSIDERAÇÕES SOBRE A COMFERÊNCIA DE NARA QUE DISCUTE O PATRIMÔNIO HITÓRICO E A DIVERSIDADE CULTURAL

O que se percebe no patrimônio histórico de Belém, é o seu caráter multicultural, o que nos leva a dar nesse artigo, maior atenção às considerações feitas na Conferência de Nara realizada no Japão no ano de 1994. Essa Conferência abordou questões relacionadas ao mantimento e a preservação do patrimônio cultural herdado, frente ao processo de globalização. O evento foi concebido a partir dos fundamentos da Carta de Veneza de 1964, para dar uma resposta ao crescente alargamento do conceito de patrimônio e seus interesses no mundo contemporâneo.

A Convenção do Patrimônio Mundial amplamente conhecida como Conferência de Nara, deu um olhar mais atualizado às discussões sobre o patrimônio histórico, e defendeu a diversidade de culturas. O item 6 do documento elaborado no evento, sintetiza a ideia central da conferência ao dizer que:

> A diversidade de cultura e patrimônio no nosso mundo é uma insubstituível fonte de informações a respeito da riqueza espiritual e intelectual da humanidade. A proteção e valorização da diversidade cultural e patrimonial no nosso mundo deveriam ser ativamente promovidas como um aspecto essencial do de-

senvolvimento humano (Conferência de Nara, 1994).

Em relação às questões discutidas nesse parágrafo, do documento resultante da Conferência de Nara, podemos entender como desenvolvimento humano, o acumulo de conhecimentos e a apropriação do capital cultural das diversas culturas existentes em um território. Por essa razão enfatizamos a importância dessa conferência que defendeu o reconhecimento e a valorização da diversidade cultural, pois os vestígios culturais que temos no presente é produto da criatividade humana e das relações sócias ao longo do tempo.

Em cada época e em cada contexto histórico uma nova produção cultural, mas quais são os fatores que levam o homem a produzir essas coisas? Em uma visão mais abrangente sobre o conceito de cultura, Christoph Brumann dá uma pista sobre essa questão ao definir que:

> A cultura é o conjunto de padrões adquiridos socialmente a partir dos quais as pessoas pensam sentem e fazem. Uma cultura não requer proximidade física ou um tipo especifico de sociabilidade direta, apenas interação social, mesmo que medida por meios de comunicação e que seja casual. Mesmo ver, ouvir ou ler uns aos outros pode ser o suficiente (BRUMANN, 1999 apud, PELEGRINI, 2008, p. 18).

No caso da cultura e do patrimônio histórico produzido em Belém ao longo se sua existência, supomos que esses bens possuem a forma que eles tem por causa dos determinados fatores; constantes fluxos migratórios para a região amazônica, assimilação de culturas distintas, assimilação de tendências artísticas, arquitetônicas, literárias e filosóficas, viagens feitas para o estrangeiro pela sociedade local, e "sem dúvida, a expansão urbana que é uma das causas que intensificam a hibridação cultural" (CANCLINI, 1997, p. 284).

A diversidade de culturas é perceptível no patrimônio da cidade, por causa da diversidade de detalhes estilísticos que compõem esses bens. Analisando e comparando esses dados, observamos dois fatores fundamentais baseados em CANCLINI (1997) no qual explicam sua hibridação: a mescla de sistemas cul-

turais e a desterritorialização dos processos simbólicos.

Nesse sentido, percebemos que há certa regularidade no patrimônio cultural material móvel e imóvel de Belém pelo fato de estarmos na Amazônia, e pelo fato do homem produzir de acordo com os modismos do seu tempo. Comprovando que a cultura ao longo do tempo se mistura e se transforma, o que significa dizer que a cultura não é estática, mais sim dinâmica e está em constante processo de metamorfose, que ocorre devido ao contato entre culturas que se hibridizam, o que gera novos modos de fazer, novos costumes, hábitos e formas de pensar.

A produção cultural do início do século XX em Belém não é a mesma do século XVII de certo, pois todas as sociedades estão em constantes mudanças, mas em determinados casos elas possuem uma regularidade como no caso das pinturas de paisagens que buscam retratar a fauna e a flora da região amazônica bem como sua cultura.

Para PELEGRINI (2008) o "patrimônio cultural associou-se nos séculos XVIII e XIX com a nação, com a escolha daquilo que representaria a nacionalidade, na forma de monumentos, edifícios ou outras formas de expressão"(PELEGRINI 2008,p.28).De acordo com a autora, atualmente "a UNESCO e os estados nacionais expressaram a predileção pelo caráter excepcional de obras-primas da humanidade ou da nação, como dignos de preservação e posteridade" (PELEGRINI 2008,p.29), o que nos faz refletir sobre a importância desses vestígios para formação histórica e cultural da cidade de Belém.

6- O TRABALHO COM A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E A EDUCAÇÃO

Levando em consideração a diversidade de elementos culturais expressos no patrimônio do Município de Belém, enfatizamos a relevância desse trabalho e a importância em estudar e preservar o patrimônio histórico da cidade, pois esses bens fazem referência à identidade regional e podem ser utilizados como ferramentas didático-pedagógicas nas ações de educação

patrimonial. Nesse sentido consideramos fundamental entender as matrizes culturais e intelectuais de nossa cidade através do patrimônio histórico local, que é produto do processo criativo e do trabalho do homem na região amazônica.

Consideramos que estudar o patrimônio histórico e cultural da cidade é importante para o desenvolvimento dos processos educacionais Amazônia, e que a partir de uma análise profunda dos vestígios materiais no presente, possamos construir uma sociedade mais justa e democrática no futuro, fazendo com que cada cidadão se identifique com o patrimônio histórico da cidade.

Por essa razão, esse estudo tem como objetivo conhecer, desvenda e identificar a diversidade cultural de Belém expressa em seu patrimônio histórico, levando em consideração que esses bens podem ser utilizados como ferramentas didático-pedagógicas para subsidiar estratégias de ensino em diversas áreas do conhecimento.

Esse estudo é uma análise interdisciplinar sobre o patrimônio histórico de Belém, pois, atualmente a cidade possui um considerável acervo patrimonial constituído por prédios históricos, pinturas, esculturas, desenhos, gravuras e fotografias acumuladas ao longo do tempo.

Podemos considerar determinados exemplares do patrimônio histórico de Belém, como obras autênticas com particularidades e características próprias, e que pode ser utilizado no trabalho de sensibilização da sociedade civil por meio de ações educativas que abordem esse patrimônio sob tutela da administração pública.

O patrimônio histórico de Belém deve ser preservado para ser utilizado enquanto ferramenta didático-pedagógica nas ações educativas que visem o fortalecimento da identidade local. O patrimônio da cidade na medida do possível pode ser utilizado para informar as pessoas que vivem na cidade e os turistas que a visitam.

Porque esse acervo possui importância não apenas histórica, mas importância estética, arquitetônica e simbólica, visto

que esse patrimônio configurara uma peculiar paisagem em relação a outras cidades do Brasil. Esse patrimônio histórico configura uma Belém da diversidade de culturas misturadas ao longo dos seus 400 anos.

Igualmente esse acervo patrimonial pode ser utilizado pela indústria do turismo no Município de Belém com a finalidade de acelerar os processos que visem a difusão da cultura regional, nesse sentido vale apena lembrar que o turismo é uma das atividades econômicas mais rentáveis em determinadas cidades históricas do Brasil, a exemplo da cidade de Ouro Preto no interior de Minas Gerais.

Além disso, esse estudo na medida do possível visa contribuir para a catalisação dos processos museológicos na cidade de Belém, levando em consideração que, o Centro Histórico de Belém e sua área de entorno é um espaço potencialmente possível de ser museificado, no qual os monumentos, os acervos artísticos de seus museus históricos e o acervo arquitetônico dos diversos períodos sociais, políticos, históricos e econômicos, pelo qual a cidade de Belém passou, seria o acervo desse grande museu a céu aberto que conserva e preserva a cultura dos diversos povos que por aqui se estabeleceram com os seus costumes, modos de fazer, construir e viver, contribuindo para a formação da identidade amazônica a partir dos elementos culturais característicos das suas culturas.

7- REFERÊNCIAS

ARANTES, Antônio Augusto. A Preservação de Bens Culturais Como Prática Social. In: Revista Museu, 2º Sem. p. 12-16. 1989.

BELÉM. Lei Estadual Nº 5.629 de 20 de dezembro de 1990. Disponível em: http://www.sema.pa.gov.br/1990/12/20/9729/. Acesso em: 21 novembro 2013.

BELÉM. Lei Municipal Nº 7.055 de 30 de dezembro de 1977. Disponível em: http://www.leismunicipais.com.br/cgi-local/sho-

winglaw.pl. Acesso em: 21 novembro 2013.

BELÉM. Lei Municipal Ordinária nº 7.603, de 13 de janeiro de 1993. Dispõe sobre o Plano Diretor do município de Belém e dá outras providências. Disponível em: <http://www.belem.pa.gov.br/semaj/app/Sistema/view_lei.php?id_lei=2346>. Acesso em: 20 novembro 2013.

BELÉM. Lei Municipal Ordinária nº 7.709, de 18 de maio de 1994. Dispõe sobre a preservação e proteção do patrimônio histórico, artístico, ambiental e cultural do município de Belém e dá outras providências. Disponível em: <http://www.belem.pa.gov.br/semaj/app/Sistema/view_lei.php?id_lei=1407>. Acesso em: 21 novembro 2013.

BELÉM. Lei Orgânica do Município de Belém de 30 de março de 1990. Disponível em: http://www.belem.pa.gov.br/semaj/app/paginas/lom.html. Acesso em: 21 novembro 2013.

BENJAMIN, Walter. Magia e Técnica, Arte e Política: Ensaios sobre Literatura e História da Cultural / Walter Benjamin; tradução Sergio Paulo Rouanet. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BEZERRA, Fiel Zedeki; A Belle-Époque em Belém (1895-1905). Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de História do centro de Filosofia e Ciências Humanas Departamento de História e Antropologia da Universidade Federal do Pará, como requisito a obtenção do grau em Licenciatura em História, 1993.

BLOCH, Marc. Apologia da história, ou O ofício do historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2001.

BOURDIER, Pierre. O Amor pela Arte: Os Museus de Arte na Europa e seu Público/ Pierre Bourdier, Alain Darbel; tradução Guilherme João de Freitas- 2.ed. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Zouk, 2007.

BRASIL. Constituição de 1988. Constituição da Republica Federativa do Brasil, DF, 1988. Disponível em: http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_05.10.1988/index.shtm. Acessado em: 21 novembro 2013.

BRASIL. Lei nº 378 de 13 de janeiro de 1937. Disponível em:http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=102716. Acesso em: 05 agosto 2013.

BRASIL. Ministério da Cultura. IPHAN. Programa de Aceleração do Crescimento cidades históricas: Patrimônio, Desenvolvimento e Cidadania. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=1332. Acessado em: 20 de março de 2013.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. A Importância dos Processos Museológicos para a Preservação do Patrimônio. In: Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia. São Paulo - 1999. p. 21-45.

CANCLINI, Néstor García. Culturas Híbridas - estratégias para entrar e sair da modernidade. Tradução de Ana Regina Lessa e Heloísa Pezza Cintrão. São Paulo, EDUSP. 1997. p, 283 - 350: Culturas híbridas, poderes oblíquos. Disponível em: file:///C:/Users/Cliente/Downloads/garcia.pdf. 26 setembro 2015.

CANDA, Celine Nascimento. A arte e a estética em Hegel: Reflexões filosóficas sobre a autonomia e a liberdade humana. Teoria – Revista Eletrônica de Filosofia. Volume 03, nº 06: p, 66 -79. Ano 201. Disponível em: file:///C:/Users/Cliente/Downloads/estetica_hegel.pdf. Acesso em: 09 outubro 2015.

CARTA DE ATENAS 1931. In: SOCIEDADE DAS NAÇÕES DO ESCRITÓRIO INTERNACIONAL DOS MUSEUS. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=232>. Acesso em: 13 outubro 2013.

CARTA DE VENEZA. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE ARQUITESTOS E TÉCNCIOS DE MONUMENTOS HISTÓRICOS, 1964, Veneza. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=236>. Acesso em: 14 outubro 2013.

CHOAY, Françoie. A alegoria do Patrimônio. Tradução de Vieira Machado. _ São Paulo: Estação Liberdade: Editora UNESP, 2001.

COELHO, Cristina. O Projeto de Intervenção em Bens Culturais Imóveis Arquitetônicos e Urbanos. In: Conservação e Restauro: Arquitetura. BRAGA, Márcia (Org.). Rio de Janeiro –2003.

COFEM. Lei nº 7.287, de 18 de dezembro de 1984 e Decreto nº 91.775, de 15 de outubro de 1985. Documentos Oficiais do Conselho Federal de Museologia – COFEM. Gestão (2006-2007).

CONFERÊNCIA DE NARA. In: CONFERÊNCIA SOBRE A AUTENTICIDADE EM RELAÇÃO À CONVENÇÃO DO PATRIMÔNIO MUNDIAL, 1994, Nara. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=264>. Acesso em: 15 outubro 2013.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. Planejamento Governamental do turismo: convergências e contradições na produção do espaço. En publicación: America Latina: cidade, campo e turismo. Amália Inés Geraiges de Lemos, Mônica Arroyo, Maria Laura Silveira. CLACSO, Consejo Latinoamerino se de Ciencias Sociales, San Pablo. Diciembre 2006.

DECLARAÇÃO DO MEXICO 1985 – IPHAN. Conferencia Mundial sobre as Políticas Culturais. Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios - ICOMOS. Disponível em: <http:// portal.iphan.gov.br/portal/baixaFoodanexo.do?id=255.Acesso em: 17

de outubro de 2013.
DECLARAÇÃO DE SOFIA 1996. In: Assembléia Geral do ICOMOS, 11, Sofia. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br:8080/vs_portal/baixaFcdAnexo.do;jsessionid=06191B9C61CE46847E706D71A923667B?id=267>. Acesso em: 16 outubro 2013.

ESTATUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. LEI Nº 11, 904. Disponível em: http://www.planolto.gov.br/ccivil 03/_ato2007-2010/2009/Lei/L11904.htm. Acesso em: 05 novembro 2012.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu. Patrimônio Histórico e Cultural / Pedro Paulo Funari e Sandra de Cássia Araújo Pelegrine. _ Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

GIL, Antonio Carlos. Estudo de Caso / Carlos Antonio Gil. _ São Paulo: Atlas, 2009.

GINZBURG, Carlo. O fio e os rastros. Verdadeiro, falso, fictício. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. Resenha de: ROIZ, Diogo da Silva. O labirinto da realidade, os princípios da história e as regras da historiografia. VARIA HISTÓRIA, Belo Horizonte, vol. 25, nº 41: p. 335-344, jan/jun 2009. Disponível em: file:///C:/Users/Cliente/Downloads/v25n41a17.pdf. Acesso em: 13 setembro 2015.

GOLDENBERG, Mirian. A arte de pesquisar: como fazer uma pesquisa qualitativa em Ciências Sociais / Mirian Goldenberg. _ Rio de Janeiro: Record. 11ª Ed., 2009.

HALBAWACHS, Maurice. A Memória Coletiva. Tradução Laís Teles Benoir. São Paulo: Centauro, 2004.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; Guia básico de Educação Patrimonial / Maria de Lourdes Parreiras Horta, Evelina Grunberg, Adriane Queiroz Monteiro – Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, Museu Imperial,

1999.

IPHAN. Proteção e Revitalização do Patrimônio Cultural no Brasil: Uma Trajetória. MinC. SPHAN/PRÓ-MEMÓRIA. Brasília - 1980. Web Site Institucional. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=531. Acesso em: ? agosto 2013.

LE GOFF, Jacques. Documento/ Monumento. In: História e memória. 3. ed. Tradução de Irene Ferreira, Bernardo Leitão e Suzana Ferreira Borges. Campinas: Editora da UNICAMP. p. 535-553. 1994.

LIMA, Maria D. O IPHAN no Pará: 30 anos na coordenação e implementação das políticas federais no estado. In: Revista on line Tucunduba arte e cultura, nº 3, 2012. Disponível em: http://proex.ufpa.br/DIRETORIO/PUBLICACOES/DAC/REVISTA%20-%20TUCUNDUBA%203%20-%20WEB.pdf. Acessado em: 3 de novembro de 2013.

MARTINS, Ana Luiza et al: Notas Sobre a Preservação do Patrimônio Ferroviário de São Paulo. In: Polifonia do Patrimônio, Londrina: Eduel. p. 47 - 80. 2012.

MESA-REDONDA DE SANTIAGO DO CHILE. Tradução Marcelo M. Araújo e Maria Cristina O. Bruno. In: ARAÚJO, Marcelo Mattos & BRUNO, Maria Cristina Oliveira (org.) A memória do pensamento museológico contemporâneo. Documentos e depoimentos; Comitê Brasileiro do ICOM, 1995.

MIRANDA, Cybelle Salvador. Entre a Cidade Velha e a Feliz Lusitânia: visões sobre o Patrimônio Cultural em Belém. In: Paisagem e Cultura: dinâmica do patrimônio e da memória na atualidade. Flavio Abreu da Silveira e Cristina Donza Cancela (Org). Belém: EDUFPA, p. 197 - 103. 2009.

MORAES, Isaac Ribeiro de, O Estatuto da Cidade e a proteção jurídica do patrimônio histórico cultural urbanístico. Disponível em: <www.conpede.org>. Acesso em: 22 fevereiro 2013.

MORIN, Edgar. A Cabeça Bem Feita. Repensar a Reforma, Reformar o Pensamento. Rio de Janeiro: Bertrano. Brasil, 2006.

V ENECULT - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura. Faculdade de Comunicação/UFBa, Salvador-Bahia--Brasil, 2009. Disponível em: http://www.cult.ufba.br/enecult2009/19141.pdf. Acesso em: Acesso em: ? agosto 2013.

NASCIMENTO JUNIOR, Jose do e CHAGAS, Mario de Souza. Museus e Política: Apontamentos de uma cartografia. CADERNO de diretrizes museológicas 1. Brasília: Ministério da Cultura MinC / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN / Departamento de Museus e Centros Culturais, Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura / Superintendência de Museus, 2006. Disponível em: http://www.cultura.mg.gov.br/files/Caderno_Diretrizes_I%20Completo.pdf. Acesso em: 27 julho 2012.

NASCIMENTO JUNIOR, Jose do. Museus como agentes de mudança social e desenvolvimento. MUSAS – Revista Brasileira de Museus e Museologia, n. 4, 2009. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Museus, 2009.

NOBRE, Priscila Gleyse Nunes; Praça da República e seus Significados (1902 e 2008) Calçadas, o Teatro e o Pavilhão de Música. Monografia apresentada para obtenção do título de especialista em Cidades na Amazônia, Núcleo de Altos Estudos Amazônico, Universidade Federal do Pará. Ano?.

OLIVEIRA, L. L. Cultura é patrimônio: um guia. 1. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2008.

PAIVA, Evelyn Morgan Monteiro. Antiquarismo e História Perfeita: relações entre erudição e historiografia moderna. XIV Encontro Regional da ANPUH-RIO. MEMÓRIA E PATRIMÔNIO. (2010: Rio de Janeiro, RJ). Disponível em: http://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources anais/8/1276743144_ARQUIVO_EvelynPaivaTextoCompleto.pdf. Acesso em: 21 agosto 2013.

PATRIMÔNIO MUNDIAL. Fundamentos para seu reconhecimento_ A convenção sobre proteção do patrimônio mundial, cultural e natural, de 1972. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/files/Cartilha_do_Patrimonio_Mundial.pdf. Acesso em: 20 outubro 2013.

PAULA , Zuleide Casagrande. 2012. O patrimônio urbano e o restauro: a Casa da Criança de Vilanova Artias. In: Polifonia do Patrimônio, Londrina: Eduel. p. 195-229. 2012.

PELEGRINI, Sandra C. A. O que é patrimônio cultural imaterial / Sandra C. A. Pelegrini, Pedro Paulo A. Funari. São Paulo. Brasiliense. (Coleção primeiros passos: 331), 2008.

POLLAK, Michel. Memória e Identidade Social. In: Estudos Históricos. Rio de Janeiro, Vol. 5, nº. 10. p, 200-212. 1992.

POLLAK, Michel. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: Estudos Históricos. Vol. 2, Nº 3. 1989. Disponível em: http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278/1417. Acesso em: 09 setembro 2013.

RECOMENDAÇÃO DE NAIRÓBI. In: SESSÃO DA UNESCO, 19, 1976, Nairóbi. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=249>. Acesso em: 20 outubro 2013.

RECOMENDAÇÃO DE PARIS 1968. In: SESSÃO DA CONFERÊNCIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS, 15, 1968, Paris. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=239>. Acesso em: 17 outubro 2013.

RECOMENDAÇÃO DE PARIS 1972. In: CONVENÇÃO SOBRE A PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO MUNDIAL, CULTURAL E NATURAL, 1972, Paris. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=244>. Acesso em: 17 outubro 2013.

RIBEIRO, Ana Georgina Ferreira; A Proteção Jurídica do Patrimônio Histórico e Cultural Diante de um Processo de Degradação do Centro Principal: Análise das Transformações Socioespaciais do Centro Principal de Belém ao Longo do Eixo João Alfredo - Santo Antônio. Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente Urbano. Universidade da Amazônia, 2009.

RUSSIO, Waldisia Camargo. Conceito de Cultura e sua Inter-relação com o Patrimônio Cultural e a Preservação. In: Cadernos Museologicos. Coordenadoria Geral de Acervos Museológicos da Fundação Nacional Pró-Memória – FNPM. IBPC. Rio de Janeiro.

SANT'ANNA, Márcia. A Face Imaterial do Patrimônio Cultural: Os Novos Instrumentos de Reconhecimento e Valorização. In: Memória e Patrimônio Ensaios Contemporâneos. Regina Abreu e Mario Chagas (Org.). Rio de Janeiro: Lamparina, p. 49 – 62. 2009.

SANTOS, Maria Célia; Encontros Museológicos - Reflexões sobre a museologia, A Educação e o Museu, Rio de Janeiro: MINC/IPHAN/DEMU, 2008.

SARGES, Maria de Nazaré; Belém: Riquezas Produzindo a Belle Époque (1870-1912) / Maria de Nazaré Sarges. –Belém: Paka-Tatu, 2002.

SILVA JR, Eliézer Miranda da. Abordagens Multidisciplinares na Implementação do Plano Museológico do Museu da UFPA - MUFPA. In: Anais do IV ENEMU: Encontro Nacional dos Estudantes de Museologia. BOITA, Tony Willian; MONTEFUSCO, Hitalo; SÁ, Aluane. (Org.) - 1ª edição - Goiânia: Digital books editora. 2012. p. 142 - 150. Disponível em: http://museologia-brasil.blogspot.com.br/2013/01/anais-iv-encontro-nacional-dos.html. Acesso em: 17 fevereiro 2013.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Mudar a Cidade: uma introdução critica ao planejamento e a gestão urbanos/Marcelo Lopes de Souza. –. Ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

TOMAZ, Paulo Cesar. A Preservação do Patrimônio Cultural e a sua Trajetória no Brasil. In: Revista de História e Estudos Culturais: Maio/agosto de 2010. Vol. 7, Ano VII nº 2. Disponível em: www.revistafenix.pro.br. Acesso em: 11 maio 2014.

PRÁXIS

ENTREVISTA COM RONALDO LIMA ARAÚJO

"... O PROFESSOR FAZ PARTE DA SOLUÇÃO E NÃO DO PROBLEMA DA EDUCAÇÃO BÁSICA"

Por Revista Terceira Margem Amazônia:
Ocimar Marcelo Souza de Carvalho,
Roberto Araújo Martins

O professor RONALDO MARCOS DE LIMA ARAUJO é pesquisador produtividade do CNPq. Pedagogo, especialista em docência do ensino superior pela UFPA, Mestre em História e Filosofia da Educação pela PUC-SP, Doutor em Educação pela UFMG, com Pós-Doutoramento no PPFH-UERJ. Atualmente é Professor Associado do Instituto de Ciências da Educação da UFPA atuando como professor da graduação e da pós-graduação mestrado e doutorado. Na UFPA coordena o GEPTE - Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho e Educação. Mantém produção bibliográfica regular focando principalmente na área de Trabalho e Educação e, em particular, no ensino médio e na educação profissional. Tem experiência de orientação de dissertações/teses de mestrado e doutorado, trabalhos de Iniciação Científica, Trabalhos de Conclusão de Curso e monografias de cursos de especialização. Coordenou vários projetos de pesquisa com financiamento externo. Atualmente coordena o Programa de Pós-Graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica. Foi Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPA em três gestões, vice-coordenador do Fórum Nacional de Coordenadores de Programas de Pós-Graduação em Educação, Coordenador do GT de Trabalho e Educação da ANPED, Diretor de Qualificação da Escola de Governo do Pará, Diretor de Ensino Médio e Educação Profissional da Secretaria de Educação do Pará, membro do Conselho Estadual de Educação e membro da Comissão da Área de Educação junto a CAPES. É associado da ANPED, da ANPAE e da SBPC.

RTMA - Como o senhor avalia a educação básica oferecida na rede pública no Estado do Pará? Comente os resultados do IDEB 2015.

Ronaldo Lima Araújo: A educação básica paraense é um grande problema para o nosso estado pois nossas crianças e jovens vão para a escola (quando vão) mas não aprendem, não desenvolvem as capacidades que deveriam desenvolver, têm dificuldades para escrever o que pensam, para interpretar o que leem, não desenvolvem o raciocínio lógico, revelam dificuldades de se situar em contexto histórico-social bem como para a entender os fenômenos físicos e naturais, ou seja, a escola básica paraense não consegue cumprir a sua função social de desenvolver as capacidades que favoreçam uma inserção social adulta autônoma para a nossa população. Não só o IDEB, mas todos os indicadores educacionais revelam isso, revelam um quadro vergonhoso o qual deveria mobilizar toda a sociedade paraense para a sua modificação. Não gosto de tomar o IDEB como grande referência da educação básica pois ele considera apenas algumas dimensões da educação escolar e quando faz isso acaba por regular a escola básica e orientando-a a desenvolver apenas as capacidades de numerização e letramento, particularmente, em detrimento de muitas outras necessárias de serem desenvolvidas.

RTMA – A que aspectos você atribui os problemas da educação no Estado?

RLA: A educação nunca apresenta uma única causa para explicar os seus problemas ou avanços, mas a grave situação da educação básica no estado apresenta uma grande causa, em particular, a atuação do governo do estado na sua estruturação. O Governo do Pará não consegue solucionar problemas antigos da educação básica estadual, as nossas escolas sofrem com um quadro geral de precariedade, as vezes sem teto, paredes ruindo, faltando energia, água encanada, banheiro, carteiras etc, ou seja, o estado não oferece as condições infraestruturas mínimas para a oferta da educação básica. Além disso, do ponto de vista organizacional a SEDUC mantém uma estrutura centralizada e burocrática que faz com que o enfrentamento de situação simples se perca no tempo e na burocracia. Falta agilidade, transparência,

democracia e autonomia. Considere-se também que a SEDUC não apresenta e nem discute com a sociedade um projeto de ensino que oriente as ações dos profissionais da educação, ou seja, a SEDUC não tem um "projeto pedagógico" claro, democraticamente discutido com a sociedade, isso impede que professores e demais profissionais da educação façam convergir seus esforços em torno de metas e estratégias comuns. Na verdade a SEDUC e o Governo do Estado, nos últimos anos, têm tratado os professores e estudantes como parte do problema da educação do estado, quando eles são parte da solução. Costumo dizer que nada justifica termos uma educação básica tão ruim, bem como outros indicadores sociais, a não ser o descaso estatal e das elites dirigentes do estado, que mantém um modelo de desenvolvimento predatório e entreguista.

RTMA – Como aproximar as pesquisas desenvolvidas nas universidades da rede pública de ensino?

RLA: De fato este é outro desafio a ser enfrentado, aproximar a academia das redes públicas, em todas as áreas do conhecimento. Quando estive trabalhando na SEDUC nos anos de 2008 e 2009, como Diretor de Ensino Médio e Educação Profissional, pude perceber que os profissionais da educação básica veem os pesquisadores como elitistas (e muitas das vezes são) e capazes apenas de fazer críticas, como professor da Universidade Federal do Pará percebe em muitos colegas um preconceito com os profissionais da educação básica, são dois tipos diferentes de preconceitos que precisam ser superados. A escola básica paraense, assim como de todo o Brasil, precisa ter nas universidades, públicas principalmente, um parceiro capaz de refletir sobre a sua realidade. Demos um grande passo na UFPA quando criamos o PPEB, Programa de Pós-Graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica, oferecendo inicialmente o curso de mestrado. Isso deve favorecer essa maior aproximação com os protagonistas da educação básica, professores e estudantes. Mas para que essa aproximação seja mais efetiva, é necessário que o estado e as uni-

versidade fomentem essa aproximação, favorecendo o estreitamento do diálogo entre estes dois níveis de ensino no Pará.

RTMA – Qual a relevância e a inovação do Programa de Pós-Graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica?

RLA: Como afirmamos antes, o Programa de Pós-Graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica é uma conquista não apenas da Universidade Federal do Pará, mas de toda a sociedade paraense pois reúne um grupo de pesquisadores que se comprometem a desenvolver suas pesquisas e suas ações de ensino visando o fortalecimento da educação básica paraense. Desenvolver pesquisas sobre a realidade da educação básica regional e formar profissionais da educação em nível de graduação e pós-graduação deve favorecer o fortalecimento de nossa escola básica, mas, mais do que isso, queremos que este programa se consolide como um NÚCELO articular das diferentes instâncias governamentais em torno do objetivo de fortalecimento da educação básica do Pará e da Amazônia. Mas para isso será necessário que ele de fortaleça institucionalmente e se consolide como unidade autônoma dentro da Universidade para que possa ter mais autonomia.

RTMA – Em que o mestrado em Currículo e Gestão da Escola Básica se diferencia de outros programas de pós-graduação existentes no Pará?

RLA: O nosso Programa nasce comprometido em aproximar mais a pesquisa da realidade regional. Queremos que os estudos feitos em nosso programa impactem mais rapidamente na realidade da educação regional. Sem abrirmos mão do rigor acadêmico, nos comprometemos a buscar aproximar mais pesquisa, ensino e extensão. Este Programa se alimenta dos problemas reais da educação básica regional, quer fomentar estudos sobre essa realidade e formar pesquisadores que pensem essa realidade. Como consta em nosso projeto pedagógico, queremos formar o "pesquisador da educação básica, o "professor do ensino superior

pesquisador da educação básica" e o "profissional da educação básica pesquisador".

RTMA – Por que não pensar em programas de mestrado profissional para a área da educação básica, focando em metodologias de ensino?

RLA: Não vejo nenhum problema nisso, pelo contrário. O mestrado profissional, assim como as especializações podem e devem ser utilizadas para fazer a formação dos profissionais da educação do Estado, isso deve ser feito. Infelizmente os cursos de especialização foram desqualificados em função da falta de regulamentações e controle em nosso País. O nosso Programa está propondo para as instâncias superiores da UFPA a criação de um Núcleo de Educação Básica, uma unidade acadêmica com fins exclusivos para pensar e formar para a educação básica, e esta nova unidade se compromete com isso, com mestrados profissionais e com a oferta de cursos de especializações para formar os profissionais da educação em suas diferentes demandas específicas.

RTMA – Qual a perspectiva de ampliar o Programa de Pós-Graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica? Quando iniciará o doutorado?

RLA: A nossa expectativa é de encaminharmos para a CAPES (Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), órgão que avalia e aprova novos programas, a nossa proposta de mestrado no ano de 2017 para que possamos começar a ofertar em 2018, para isso estamos trabalhando muito e precisamos muito do apoio de toda a comunidade educacional do estado, revelando tratar-se de uma demanda da sociedade e não apenas de um grupo de professores. Com o doutorado aprovado completamos um ciclo de formação já que a função do doutorado é consolidar a formação do pesquisador.

RTMA – É possível melhorar a educação sem considerar o tripé formação, valorização e condições de trabalho?

RLA: De forma alguma. Defendo que formação profissional e condições de trabalho fazem parte das estratégias de valorização profissional pois valorizar o profissional da educação é assegurar-lhe condições de formação inicial e continuada, é assegurar-lhe condições adequadas para o seu trabalho considerando os tempos de aula, de preparação de aula e de descanso, bem como salários que lhe permita uma vida digna e respeito profissional. Isso é algo pouco discutido, o professor precisa ser mais respeitado, isso significa que ele precisa ser ouvido e que ele não deve ser achincalhado pelos governantes de plantão ou pelos gestores dos sistemas de ensino. Repito o que já disse antes, professor faz parte da solução e não do problema da educação básica. Se o estado não conseguir mobilizar, conversar e convencer o professor nenhuma solução pensada para a educação pública terá chances de êxito.

RTMA – É possível falar em gestão por resultados em escolas públicas?

RLA: Por traz desse discurso de "gestão por resultados" está uma lógica de gestão, inspirada na empresa japonesa, que quer impor à educação pública uma forma de gestão própria das empresas privadas. Mas querem nos fazer esquecer os proponentes desta que a educação pública é regida por outra lógica, a escola pública não foi feita para dar lucros, ela tem a função de promover e desenvolver capacidades humanas. A "gestão por resultados" promove a competição interescolar e interindivíduos, distinguindo, portanto, os "mais capazes" dos "incapazes", ou melhor, os "competentes" dos "não competentes", dessa forma ela não se compromete com a qualificação de toda a rede de escolas, mas justifica e cristaliza as diferenças. Junto com essa lógica há a "premiação" aos mais capazes e, consequentemente, a "punição aos incapazes". Isso não serve para a gestão da escola públi-

ca, esta lógica, assim como o discurso da meritocracia, é incapaz de promover a escola pública, aliás, ela não quer isso, ela é capaz somente de justificar as diferenças responsabilizando gestores e demais profissionais da educação pelos resultados ruins que as escolas porventura tenham.

RTMA – A afirmação de que "o Estado do Pará paga o quinto melhor salário do País e recebe um dos piores IDEB" pode ser considerada? Pode existir essa correlação (salário x Qualidade do ensino) na educação básica?

RLA: Essa é mais uma das mentiras divulgadas pela SEDUC que tenta responsabilizar os professores pelos problemas da educa estadual. O estado tem dificuldades de pagar o piso salarial dos professores e de oferecer condições adequadas de trabalho e isso ele omite. Ou o estado muda a sua postura em relação aos professores do estado, chamando para o diálogo sincero e fraterno, ou ele não conseguirá efetivar nenhuma mudança significativa, para melhor, na educação estadual. A SEDUC escolheu como interlocutores grandes empresas, ela divulga a ideia de que instituições privadas (movidas pela necessidade de lucro) ajam filantropicamente em favor da educação básica paraense. Acho que um problema está aí, ao invés de conversar com professores a SEDUC escolher conversar com empresas, que cobram caro pela conversa e mais ainda pelo trabalho.

RTMA – O IDEB 2015, nos 4º/5º anos do Ensino Fundamental, parece evidenciar resultados positivos, de algumas políticas públicas do Governo Federal, como o PNAIC e PARFOR, porém, o índice do Ensino Médio não melhorou, demonstra certa estagnação. Por que o Pacto pelo Ensino Médio (PNEM) não atingiu seus objetivos no Brasil e no Pará?

RLA: O Pacto pelo ensino médio no Pará apenas iniciou, foi executado apenas em sua primeira fase, não tendo prosseguimento em função de problemas burocráticos da relação MEC--UFPA-SEDUC, portanto, ele não pode ser avaliado. De qual-

quer modo, estes são mais alguns indicadores de que o ensino médio paraense constitui-se como um dos gargalos da educação estadual. Apresenta indicadores péssimos de cobertura e de rendimento. Cerca de 100 mil jovens de 15 a 17 anos fora da escola, cerca de 50% de defasagem idade-série, taxas de reprovação e abandono que, somadas, revelam que 1/3 de nossos alunos matriculados não têm o aproveitamento mínimo, ou seja, dados terríveis que revelam que nossa juventude está ameaçada em seu futuro e que já têm seu presente prejudicado. Isso revela o cuidado especial que o estado deveria ter com o ensino médio, mas nada parece indicar que a situação vá melhorar, infelizmente.

RTMA – O Sr. foi diretor do Ensino Médio da Secretaria de Estado de Educação do Pará, em que medida esta experiência aparece em suas pesquisas e no Programa Pós-Graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica?

RLA: Esta foi uma experiência que está impregnada em mim. Passei a olhar de modo diferente para a educação básica, passei a respeitar mais os diferentes profissionais da educação. Na SEDUC vi que tem muita gente fazendo coisas boas nas escolas e na gestão da rede, que os profissionais da educação têm muitas propostas e soluções (mas quase nunca são ouvidos), que há gente que não desiste apesar da burocracia da SEDUC. As vezes fica claro que a SEDUC mais atrapalha que ajuda. Tem professor que segura sozinho grupo de teatro, grupo folclórico, equipe de esporte, grupo de estudo, clube de ciência, sem nenhum apoio. Há equipes na SEDUC que fazem de tudo para manter seus projetos e programas, assim como há professor que enfrenta todo tipo de adversidade para finalizar seu plano de curso, para fazer com que seu aluno aprenda, enfim, aprendi a respeitar mais o profissional da educação que está fazendo a educação básica. Há sim profissionais que já desistiram de enfrentar as adversidades, até porque "desistir" pode parecer para eles que é uma forma de protesto, mas prefiro pensar naquele professor que quer fazer o seu melhor e enfrenta as adversidades e este, além de contribuir

decisivamente para a educação estadual, mantêm mais íntegra a sua humanidade.

RTMA – Faça uma breve avaliação dos fluxos de informações entre as URE e USE nos processos de gestão durante sua experiência na SEDUC. Falta profissionalização da gestão? Falta comprometimento? Falta conhecimento?

RLA: Acho que falta democracia e descentralização. A SEDUC apesar de se organizar em UREs e USEs mantem estas sob tutela da administração central. As unidades precisam ter autonomia plena, administrativa e financeira, para poder gerir a educação em seu âmbito de responsabilidade, assim se evita o que ocorre atualmente. Cada problema de lotação ou de pagamento, por exemplo, requer a intervenção da administração central. O "SEDUCÃO" deveria se concentrar em gerenciar a política de educação. Mas descentralizar recursos mexeria nas esferas de poder repartido dentro da SEDUC, o que mexe em diferentes interesses, e precisa de coragem e vontade política para fazê-lo.

RTMA – O Ensino Médio está em crise? Falta identidade ao Ensino Médio? O currículo está adequado?

RLA: O ensino médio tem a sua identidade marcada no Brasil pela dualidade e pelas desigualdades, por isso não gosto de falar de "perda de identidade". É nessa etapa da educação básica que se evidenciam as diferenças sociais. Se no ensino fundamental fica menos aparente as diferenças sociais (parece que todas as crianças aprendem as mesmas coisas), no ensino médio elas se revelam de modo mais aparente. Fica claro que os pobres aprendem menos, que a eles é destinado uma educação que lhe permite apenas o ingresso em atividades de trabalho simples e lhes é dificultado o acesso ao ensino superior. Por outro lado, fica claro que os filhos das classes médias e das elites têm uma formação mais inteira, uma escola que prepara para o ingresso nas universidades e para o exercício de atividades profissionais mais nobres. Quan-

to mais pobre piores são as experiências educacionais e quanto mais rico mais diversificadas são as experiências escolares. Essa é a identidade do ensino médio. E a causa dessa desigualdade não está na escola, por isso que o problema não é curricular, mas na estrutura social. Por isso é necessário defender uma escola inteira a todos os jovens, que garanta um ensino médio mais rico aos nossos jovens de origem trabalhadora, com garantia de acesso à cultura, à ciência, aos desportos e à formação que favoreça o ingresso autônomo no mercado de trabalho mas também o prosseguimento nos estudos. Essa é a forma possível de enfrentamento das desigualdades existentes

RTMA – Em setembro o Governo Federal publicou a Medida Provisória746, reformulando o Ensino Médio. As mudanças propostas lhe agradaram?

RLA: Esta reforma é um grande retrocesso à educação básica nacional. A MP 746 reformula a LDB e a lei do FUNDEP e seu objetivo é reduzir o conceito de escola básica e de escola pública e desprofissionalizar a profissão docente. A reforma, na prática, reduz a educação básica pois o ensino médio comum é apenas o primeiro ano, o segundo ano e o terceiro será organizado conforme 5 "itinerários formativos" diferentes, sob o discurso de flexibilização eles reduziram a educação básica. Usam também o discurso da democracia mas omitem o fato de que esses "itinerários" não serão escolhidos pelos alunos mas pelas redes de ensino, ou seja, a tendência é de que ocorra o aumento das desigualdades educacionais para as quais chamamos atenção antes. Escolas mais precárias, com menos disciplinas, para os mais pobres e nas localidades mais distantes. A reforma também deixa como obrigatórias apenas as disciplinas de português, matemática e inglês, desobrigando todas as demais, por isso o maior perigo é de se produzir uma minimização da escola básica, principalmente daquelas que trabalham em comunidades mais carentes e com maior dificuldade de garantia de professores para todas as disciplinas. Um dos objetivos da reforma é atender

a uma demanda das secretarias de educação que sofrem com a falta de professores, para isso, a partir de agora, amparadas nessa nova Lei, as redes podem eliminar disciplinas (importantes para a formação intelectual de nossos jovens, necessárias para o desenvolvimento do pensamento crítico e científico) ou contratar professores não licenciados para assumirem as mesmas, ou seja, descomprometendo com a oferta de um currículo amplo e com a existência de professores qualificados.

RTMA – Quais os pontos mais preocupantes da MP 746?

RTMA – O ensino profissionalizante é a saída para reestruturação do Ensino Médio? Ou são coisas distintas e devem ser ofertados separadamente?

RLA: Educação profissional não é saída, é uma necessidade já que muitos de nossos jovens precisam trabalhar a partir dos 14, 15 anos. Por isso o ensino técnico é uma necessidade, mas desde que ele se articule aos processos de escolarização e garanta, além da formação técnica, uma formação geral que desenvolva os jovens em todas as suas dimensões, preparando-os para a vida adulta em sua inteireza, promovendo capacidades de trabalho mas também assegurando condições para a continuidade dos estudos. Por isso muito intelectuais brasileiros defendem o chamado ensino médio integrado¸ que é um projeto de formação inteira e que se compromete com uma escola organizada em torno dos eixos do TRABALHO, da CIÊNCIA, da CULTURA e dos DESPORTOS, o que permitira uma formação de amplas capacidades humanas.

RTMA – Qual sua opinião/avaliação sobre a elaboração da BNCC - Base Nacional Comum Curricular? É válido um currículo mínimo?

RLA: Acho necessária uma base nacional comum, que assegure a todos os estudantes da educação básica brasileira o aces-

so a uma base conhecimentos comuns a todos, a partir da qual cada escola, considerando os seus projetos pedagógicos, possam imprimir a sua identidade, a sua marca em função de suas especificidades regionais, culturais etc.Negar isso em nome da diversidade é estimular a desigualdade, ainda mais em um país como o nosso, marcado por contradições históricas, por uma histórica negação de direitos e serviços aos mais pobres. Falo isso tendo como referência a proposta gramsciana de Escola Unitária, capaz de formar a todos com capacidades de trabalho mas também com capacidade para dirigir a sociedade.

RTMA – O projeto Escola sem Partido é exequível? É possível ensinar sem polêmicas ou conflitos, existe professor neutro?

RLA: O projeto de Escola Sem Partido é uma grande mentira, é uma ideologia que se fazer valer como verdade. Quando se defende uma "escola sem partido" no fundo se fala em escola a--crítica, sem resistência, de professores e estudantes incapazes de lutar por seus direitos, neutra, como se fosse possível. Na verdade se quer com essa ideologia amordaçar os professores para que eles se submetam aos novos manuais formativos desenvolvidos nas empresas educacionais mas que só funcionam se os professores não problematizarem, não discutirem, ou seja, não refletirem com seus estudantes. Veja o Projeto Mundiar, da Fundação Roberto Marinho, comprado pela SEDUC, ele tem seus manuais para serem executados não cabendo ao professor (que aliás passa a ser mero instrutor) uma intervenção ativa. Escola sem partido é escola sem professor, escola de "instrutores".

RTMA – Grandes grupos empresariais estão investindo em educação, criando faculdades, fundações ou consultorias, algumas delas atuando diretamente na gestão pública da educação básica, por exemplo, Falconi, Instituto Unibanco, Fundação Lemann etc. O ensino público corre risco de ser privatizado ou gerido por OS?

RLA: O ensino público já está sendo privatizado, infelizmente. No Pará de forma aguda e sem controle, por meio do Instituto Unibanco, na gestão e "assessoria" ao ensino médio estadual (Programa Jovens de Futuro); da Fundação Itaú, que assume o "assessoramento" ao ensino fundamental; por meio da Fundação Roberto Marinho com o Projeto Mundiar, que faz a educação de adultos com teleaulas em substituição à EJA, fazendo uso da unidocência; por meio do Instituto ABCD, que tem feito a formação continuada dos profissionais da educação; com a contratação de empresa para gerenciar 50 escolas de ensino médio; na substituição do SOME pelo Mundiar; com a contratação de cursinhos particulares para darem aulas preparatórias ao ENEM (estes, por sua vez, contratam professores do estado de forma precária); com a contratação de cursinho de Inglês com custo de R$1.800,00/aluno, ou seja, a privatização está em curso e o que é pior, sem nenhuma discussão com a sociedade.

RTMA – Qual sua avaliação sobre as mudanças promovidas pelo atual governo no Ministério da Educação? A possibilidade de congelamento dos investimentos em saúde e educação por 20 anos, proposto pela PEC 241, pode representar exatamente o que? Será possível manter o ensino superior público e gratuito? Os programas de pesquisa e pós-graduação?

RLA: A PEC 241, agora PEC 55, congela não apenas os investimentos sociais por 20 anos, congela os direitos dos mais pobres por 20 anos, congela a possibilidade de ampliação dos direitos que asseguram a cidadania. Ela é a demonstração de que o Governo (golpista) do Temer não tem compromissos com a sociedade, mas com quem o elegeu, os grandes grupos empresariais (nacionais e internacionais) e midiáticos que promoveram e financiaram o golpe. É uma PEC que pune os trabalhadores e os mais pobres mas não mexe nos grandes lucros das grandes empresas e nas grandes fortunas. Por isso merece o nosso irrestrito apoio os movimentos de estudantes, em particular dos secundaristas, que por meio da ocupação de escolas, instituto e

universidades revelam seu descontentamento e a disposição para o enfrentamento. Parece que a sociedade começa a se manifestar e tomar ciência do caráter deste golpe, esperemos que a força popular tenha condições de barrar esse retrocesso. Apoiemos e continuemos na luta!